

Populações, Desigualdades e Ação Pública

ORGANIZADO POR

Fernando Diogo, Dulce Pimentel, Francisco Sousa,
José Lúcio, José Marques, Sandro Serpa e Maria da
Saúde Baltazar

PREFÁCIO DE

Luís Baptista

Ana Balão

Universidade de Évora

Ana Moniz

Universidade dos Açores

António Brandão Moniz

Universidade NOVA de Lisboa

Áurea Sousa

Universidade dos Açores

Catarina Delaunay

Universidade NOVA de Lisboa

Dulce Pimentel

Universidade NOVA de Lisboa

Fernando Diogo

Universidade dos Açores

Francisco Sousa

Universidade dos Açores

Gonçalo Antunes

Universidade NOVA de Lisboa

Jorge Ferreira

Universidade NOVA de Lisboa

José Alberto Rodrigues

Universidade de Évora

José Carlos Marques

Instituto Politécnico de Leiria

José Lúcio

Universidade NOVA de Lisboa

Licínio Tomás

Universidade dos Açores

Liliana Pascueiro

Universidade NOVA de Lisboa

Luís Gouveia

Universidade NOVA de Lisboa

Marcos Olímpio Santos

Universidade de Évora

Maria da Saudade

Baltazar

Universidade de Évora

Maria Mendes

Universidade dos Açores

Mário Santos

Universidade da Beira Interior

Nuno Boavida

Universidade NOVA de Lisboa

Oswaldo Silva

Universidade dos Açores

Paula Reis

Universidade de Évora

Pedro Góis

Universidade de Coimbra

Piedade Lalanda

Universidade dos Açores

Sandro Serpa

Universidade dos Açores

Sheila Furtado

Universidade dos Açores

Suzana Nunes Caldeira

Universidade dos Açores

Teresa Medeiros

Universidade de Coimbra

Virgílio Vieira

Universidade dos Açores

CICS.NOVA EDIÇÕES

Coleção Diagnósticos & Perspetivas

DIREÇÃO

Rui Santos (diretor), Universidade NOVA de Lisboa

Brenda Silva (assistente editorial), Universidade NOVA de Lisboa

José Saragoça, Universidade de Évora

Patrícia Pereira, Universidade NOVA de Lisboa

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Brandão, Universidade do Minho

José Carlos Marques, Instituto Politécnico de Leiria

José Saragoça, Universidade de Évora

Maria João Leote de Carvalho, Universidade NOVA de Lisboa

Patrícia Pereira, Universidade NOVA de Lisboa

Raquel Faria de Deus, Universidade NOVA de Lisboa

Rui Santos, Universidade NOVA de Lisboa

CONTACTS

Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide – 1099-085 Lisbon, Portugal

Tel.: +351 918 832 000

E-mail: cicsnova.edições@fcsh.unl.pt

Populações, Desigualdades e Ação Pública

ORGANIZADO POR

Fernando Diogo, Dulce Pimentel, Francisco Sousa,
José Lúcio, José Marques, Sandro Serpa e Maria da
Saudade Baltazar

PREFÁCIO DE

Luís Baptista



POPULAÇÕES, DESIGUALDADES E AÇÃO PÚBLICA

Organizadores: Fernando Diogo, Dulce Pimentel, Francisco Sousa, José Lúcio, José Marques, Sandro Serpa e Maria da Saudade Baltazar

Revisão de Texto: Sheila Khan

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, CICS.NOVA Edições e Autores, 2023

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

CICS.NOVA/EDIÇÕES

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Colégio Almada Negreiros

Universidade NOVA de Lisboa, Campus de Campolide – 1099-085 Lisboa

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Setembro de 2023

Depósito Legal: 519636/23

ISBN: 978-989-755-914-3

DOI: <https://doi.org/10.34619/d7wr-jyge>

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa.

Este trabalho foi submetido a um processo científico de revisão por pares.

ÍNDICE

I PARTE.
POPULAÇÕES

PREFÁCIO Luís Baptista	xii
INTRODUÇÃO Fernando Diogo Dulce Pimentel Francisco Sousa José Lúcio José Marques Sandro Serpa Maria da Saudade Baltazar	1
1. UMA LIQUIDIFICAÇÃO INCOMPLETA? A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XXI José Carlos Marques Pedro Góis	7
2. PRAXE ACADÉMICA: UMA ANÁLISE NA ÓTICA DO GÉNERO Suzana Nunes Caldeira Osvaldo Silva Maria Mendes Áurea Sousa	23
3. PERFIL DOS TURISTAS SENIORES NO DESTINO AÇORES Osvaldo Silva Teresa Medeiros Ana Moniz Sheila Furtado Virgílio Vieira Licínio Tomás	39
4. TURISMO SÉNIOR DE NATUREZA NOS AÇORES: NAS NOVAS ROTAS DO LAZER Licínio Tomás Osvaldo Silva Teresa Medeiros Ana Moniz Sheila Furtado Virgílio Vieira	57
5. DOMÍNIOS DE RISCO NA CONSTRUÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS DE VIDA PROFISSIONAL: O EXEMPLO DOS PROJETOS PROFISSIONAIS ORIENTADOS PARA A PROFISSÃO DE PROFESSOR Liliana Pascueiro	81

**II PARTE.
DESAFIOS
SOCIETAIS E
NOVAS FORMAS
DE ATIVIDADE
HUMANA**

6. DECISÃO SOBRE O EMBRIÃO HUMANO IN VITRO: A GRAMÁTICA DA RESPONSABILIDADE POSTA À PROVA NA PRESTAÇÃO DO CONSENTIMENTO INFORMADO	101
Catarina Delaunay Luís Gouveia Mário Santos	
7. TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS EM PORTUGAL: O PAPEL DOS PARCEIROS LABORAIS NA PREVENÇÃO DOS SEUS RISCOS	119
Nuno Boavida António Brandão Moniz	
8. POR UMA MASCULINIDADE CUIDADORA: REFLEXÕES A PARTIR DA ENFERMAGEM	131
Piedade Lalande	
9. APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DA REDE TURÍSTICA DA ESTAÇÃO NÁUTICA DE AVIS	151
Maria da Saudade Baltazar Ana Balão Marcos Olímpio Santos José Alberto Rodrigues Paula Reis	
10. O ALOJAMENTO LOCAL EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE MULTIESCALAR DA SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL	171
Gonçalo Antunes Jorge Ferreira	

QUADROS

Quadro 1.1 Características sociodemográficas da amostra de emigrantes portugueses para França, Luxemburgo e Reino Unido	11
Quadro 1.2 Motivos para a emigração na amostra de emigrantes portugueses para França, Luxemburgo e Reino Unido	13
Quadro 1.3 Razões para ter optado pelo país de destino na amostra de emigrantes portugueses para França, Luxemburgo e Reino Unido	14
Quadro 1.4 Projetos migratórios futuros da amostra de emigrantes em França, Luxemburgo e Reino Unido	16
Quadro 2.1 Descrição dos itens da Escala de Avaliação das Situações de Bullying nas Praxes do Ensino Superior	27
Quadro 2.2 Diferenças na subamostra feminina, na escala global e por fatores, segundo a faixa etária, a área de formação e o ano de frequência do curso	29
Quadro 4.1 Proporção dos mais velhos e índices de envelhecimento, de juventude e de longevidade na população total, e proporção dos mais velhos segundo meios de vida (trabalho ou pensões), em Portugal e por regiões (2011)	67
Quadro 4.2 Respostas de visitantes seniores aos Açores, segundo principais atividades que realizaram com satisfação, ou que teriam interesse em realizar	70

Quadro 4.3 Grau de satisfação declarado por visitantes seniores com a visita aos Açores, segundo o grupo etário	72
Quadro 5.1 Sumário da análise de conteúdo realizada aos discursos dos diplomados em mestrados que conferem habilitação profissional para a docência	95
Quadro 7.1 Frequência de referências a tópicos relacionados com as TIC na contratação coletiva, no universo de 220 IRCT publicados em 2018, por tópico	124
Quadro 9.1 Município de Avis: Dimensões analíticas e opções estratégicas	158
Quadro 9.2 Campo de análise aplicável à participação dos stakeholders	164
Quadro 10.1 Distribuição do Alojamento Local em Portugal Continental, por NUTS II (2019)	175
Quadro 10.2 Números totais, por 100 residentes e por Km2, de estabelecimentos e de camas de Alojamento Local no município de Lisboa, segundo as freguesias (2019)	180

GRÁFICOS

Gráfico 1.1 Distribuição da amostra de emigrantes portugueses em França, no Luxemburgo e no Reino Unido segundo valores do índice de liquidez migratória	19
Gráfico 3.1 Percentagem de respostas da amostra de turistas seniores, segundo o grau de importância atribuída aos motivos para visitar os Açores	46
Gráfico 3.2 Percentagem de respostas da amostra de turistas seniores, segundo o grau de satisfação com o destino Açores, por tipos de atividades realizadas	47
Gráfico 4.1 Número anual de hóspedes nos Açores: Total, nacionais e estrangeiros, 1989 a 2019	65
Gráfico 4.2 Número anual de dormidas de hóspedes nos Açores: Total, de nacionais e de estrangeiros, 1989 a 2019	65
Gráfico 5.1 Percentagem de diplomados em cursos/ ciclos de estudos que conferem nível CITE de ensino superior na área de Educação, no total de diplomados de ensino superior em Portugal, 2000/01 a 2018/19	88
Gráfico 5.2 Percentagem de docentes em Portugal, segundo o grupo etário, 2000/01 a 2017/18	89
Gráfico 5.3 Percentagem de desempregados inscritos no IEFP com habilitação superior na área Formação de professores / formadores e Ciências da Educação, 2007 a 2019	90

Gráfico 5.4 Percentagens de desempregados inscritos no IEFP entre 2007 e 2019: com habilitação superior na área Formação de professores / formadores e Ciências da Educação; com categoria pretendida Professor; e com atividade profissional anterior Professor	91
Gráfico 8.1 Percentagem de homens que partilharam a licença parental de 120 ou 150 dias, ou receberam subsídio por licença parental facultativa, sobre o total de crianças nascidas em Portugal, 2005 a 2016	134
Gráfico 8.2 Percentagem de enfermeiros segundo o sexo, em Portugal e na Região Autónoma dos Açores, 2002 a 2018	137
Gráfico 8.3 Percentagem de profissionais de Medicina segundo o sexo, em Portugal, 1991 a 2018	138
Gráfico 8.4 Percentagem de mulheres matriculadas no ensino superior em Portugal, por área de formação, 1991 a 2018	139
Gráfico 8.5 Percentagem de enfermeiros inscritos na Ordem dos Enfermeiros, com tipo de atividade profissional declarada, que ocupavam lugares de gestão, segundo o sexo, 2008 a 2018	141
Gráfico 8.6 Percentagem de profissionais de Enfermagem inscritos na Ordem dos Enfermeiros, por área de especialidade, segundo o sexo, em Portugal, 2000 a 2018	142

FIGURAS

Figura 9.1 Etapas do modelo Design Thinking	161
Figura 9.2 O Modelo de Excelência da EFQM	162
Figura 9.3 O modelo de planeamento estratégico	163
Figura 9.4 Diretrizes estruturantes para a intervenção na ENA	163
Figura 10.1 Números de estabelecimentos de Alojamento Local nos municípios de Portugal Continental, a) por 100 alojamentos familiares clássicos, b) por Km ² e c) por 100 residentes (2019)	176
Figura 10.2 Estabelecimentos de Alojamento Local em Portugal: standard distance, standard deviational ellipse e pontos centrais (2019)	178
Figura 10.3 Distribuição espacial dos estabelecimentos de Alojamento Local no município de Lisboa (2019)	181
Figura 10.4 Clusterização dos estabelecimentos de Alojamento Local no município de Lisboa (2019)	182
Figura 10.5 Bolsas espaciais com elevado número de camas de Alojamento Local em proximidade geográfica, no município de Lisboa (2019)	183
Figura 10.6 Número de camas de Alojamento Local na Freguesia de Santa Maria Maior, por subsecção estatística (2019)	184

PREFÁCIO*

O segundo Colóquio do CICS.NOVA, realizado em Ponta Delgada, foi um momento muito especial de consolidação da nossa unidade de investigação e de afirmação das suas características únicas no âmbito das ciências sociais portuguesas. O nosso projecto, assente na diversidade de origens disciplinares e regionais, reúne investigadores que partilham a preocupação de quererem que o seu trabalho contribua para a melhor tomada de decisões no plano da intervenção pública. Orienta-nos em comum o objectivo de compreender fenómenos sociais contemporâneos de grande magnitude. É esse o caminho e o espírito que nos une e é essa a linha que nos identifica não só neste volume, que agora apresentamos, mas no modo como entendemos a organização e a articulação da nossa vasta equipa nacional distribuída por cinco regiões de Portugal.

O meu agradecimento por esta iniciativa vai em primeiro lugar para os organizadores deste Colóquio, que, animados pela dinâmica do nosso Laboratório de Ideias — um agradecimento especial para o seu então coordenador, Casimiro Balsa —, puderam, ligando colegas das várias regiões onde estamos situados e das várias áreas disciplinares, em particular a Sociologia e a Geografia, encontrar uma temática que bem identifica o nosso propósito de investigação social e territorial. “Populações, Desigualdades e Acção Pública” é um título que diz bem da nossa especificidade e ao mesmo tempo da universalidade das nossas preocupações. A incrustação territorial dos fenómenos populacionais e os efeitos das desigualdades no quotidiano dos lugares e da vida das suas populações, em paralelo com a análise das iniciativas que visam a resolução dos problemas que lhes estão associados, só é possível através das múltiplas ferramentas que uma

* Por opção do autor, este texto não segue a norma do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

abordagem multi e interdisciplinar permitem. É, pois, esse o nosso contributo, que aqui fica através do resultado em livro dos debates ocorridos neste Colóquio.

Uma palavra de agradecimento para os colegas de outras unidades de investigação e de outros países que connosco quiseram estar, e que deixaram uma contribuição valiosa para este debate. E também para todos os investigadores do CICS.NOVA que, com a sua presença e o seu aporte científico, deram expressão à nossa convicção de que o trabalho assim partilhado e continuado permite almejar objectivos de aprofundamento analítico e de inovação quanto às soluções de pesquisa, de outro modo pouco alcançáveis.

Por fim, uma palavra ainda para a comissão que localmente preparou toda a instalação dos participantes e a gestão dos dias do Colóquio, os colegas do CICS.NOVA.UAçores que, inexcedivelmente, dedicaram a este evento o tempo e a energia que permitiram que todo o Colóquio decorresse da melhor forma. Pretendemos, para o futuro, continuar esta experiência de descentralização da nossa vida científica contribuindo para a qualidade da investigação feita em Portugal com padrões internacionais, sem esquecer a necessidade de participar no encontro de soluções para o País e para as suas várias regiões.

Luís Baptista

Diretor do CICS.NOVA (2015–2020)

INTRODUÇÃO

Fernando Diogo | Dulce Pimentel | Francisco Sousa

José Lúcio | José Marques | Sandro Serpa | Maria da Saudade Baltazar

Este livro é, em primeiro lugar, resultado do segundo colóquio do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). O encontro teve lugar em Ponta Delgada, na Universidade dos Açores, em outubro de 2019. Entre os seus objetivos contam-se a necessidade de os investigadores deste centro se conhecerem melhor, apresentarem os seus trabalhos entre si e ao público em geral, e receberem críticas e comentários dos seus pares.

O CICS.NOVA é uma unidade de investigação onde a realização deste tipo de eventos é recomendável, quer considerando o grande número de investigadores, sediados por todo o país (a existência de uma sede e quatro polos é apenas parte dessa dimensão nacional), quer por ser relativamente recente no contexto nacional. A densificação das relações internas entre os investigadores, de forma a aprofundar a coerência do trabalho desenvolvido, e a discussão da interdisciplinaridade que enforma o seu nome são, portanto, questões que se traduzem na necessidade de eventos deste género. Para usar uma expressão inglesa popular entre os investigadores, o *networking* é essencial, embora, como vimos, não tenha esgotado as motivações para a sua realização.

Em termos concretos, esta publicação é o resultado de um árduo trabalho para todos os envolvidos, desde a organização e a realização do evento propriamente dito (incluindo a avaliação dos resumos propostos) até ao exigente processo de construção deste livro, que após a submissão dos textos, passou pela análise por árbitros no regime de dois por texto em duplo anonimato, seguida pelo procedimento de alteração dos textos admitidos e a sua reanálise.

Em segundo lugar, este livro é o resultado de uma preocupação temática transversal ao CICS.NOVA, condensada no seu título (também o título do colóquio): *Populações, desigualdades e ação pública*. Entre as preocupações que unem os investigadores do CICS.NOVA estão, precisamente, as questões que se situam na confluência das três palavras que compõem o título: populações, no sentido

em que uma parte importante do trabalho desta unidade de investigação vai no sentido de identificar e compreender populações específicas, as suas características, os seus problemas, a sua agência, as suas representações sociais sobre as mais variadas temáticas, as suas respostas às políticas públicas, entre outras questões. Desigualdades, tendo em atenção que estas são um dos motores da sociedade, um dos grandes objetos da investigação em ciências sociais e, como tal, assumem natural relevo num centro de grande dimensão como o CICS.NOVA. Finalmente, ação pública, na perspetiva em que se desafia, se inova e se procura melhorar a ideia de análise das políticas públicas, indo mais longe nesta análise, reconhecendo que a ação pública não se reduz ao rótulo de política pública. Para mais, a *res publica* assume uma grande centralidade nas sociedades atuais e a ação pública é a forma como essa centralidade se faz sentir na vida coletiva e na de cada indivíduo.

Qualquer uma destas três palavras remete para questões que estão muito para além do que aqui se escreveu, da mesma forma que o grão de areia remete para a praia de que faz parte. Não obstante, elas ajudam a clarificar e a justificar as escolhas feitas para o título do livro e tema do colóquio.

Por último, a justaposição das três palavras remete para a ideia de complexidade da realidade social. A divisão da análise da sociedade feita pelas ciências sociais (quer nos centremos nas relações sociais, na economia, no espaço, na cultura, na população, no indivíduo ou num outro campo social qualquer) resulta de uma necessidade de organização do questionamento do real e nada tem a ver com a forma como a realidade social se desenvolve continuamente no tempo e no espaço. A realidade social é conflituante consigo própria, contraditória, desorganizada, a-racional e com frequência irracional. É a necessidade humana de a conhecer e compreender que nos leva a interrogá-la com as ferramentas das ciências sociais, sendo estas que introduzem na análise ordem, organização e racionalidade. Mas não podemos confundir o mapa com o território. Claramente, a compreensão da realidade social desafia-nos a complexificar as nossas análises, considerando diversas dimensões em simultâneo, para que o nosso mapa seja um pouco mais próximo do território.

Nesse sentido, falar simultaneamente em populações, desigualdades e ação pública remete-nos para a complexidade do real e desafia-nos à construção de uma abordagem interdisciplinar, precisamente uma questão relevante nesta unidade de investigação e, mais do que isso, relevante para uma melhor compreensão da sociedade portuguesa, nas suas variadas dimensões. Para mais, trata-se de uma confluência de três temas centrais para a sociedade, como defendemos acima. O título deste livro espelha, pois, o “código genético” do CICS.NOVA e a maneira

como se entende nesta unidade de investigação a abordagem das ciências sociais ao conhecimento e à compreensão da realidade social, da qual somos produtos e produtores.

Justificado o título deste livro, grande temática sob a qual se abrigam os capítulos que o constituem, estamos, pois, em condições de apresentar brevemente a sua estrutura.

Os capítulos estão organizados em dois grandes blocos de igual dimensão, um referente a populações e outro aos desafios sociais e novas formas de atividade humana. As questões da ação pública e das desigualdades sociais, mais a última que a primeira, são o pano de fundo que permeia o conjunto das reflexões agora apresentadas, embora isso seja mais evidente em algumas delas do que noutras.

No primeiro bloco, podemos encontrar um conjunto diversificado de capítulos a que dá coerência a questão central da compreensão de populações concretas. Assim, apresentam-se capítulos sobre emigrantes portugueses no século XXI; as desigualdades de género nas praxes académicas na perspetiva dos indivíduos a elas submetidos; o perfil dos turistas seniores nos Açores e a procura desta região por essa população de turistas; e ainda a escolha da profissão de professor.

O segundo bloco está centrado no tema dos desafios sociais e novas formas de atividade humana. Aqui, está em causa um conjunto de trabalhos que estudam e discutem diversos temas relacionados com algumas das principais mudanças sociais que vão metamorfoseando a sociedade portuguesa, tornando social, cultural e politicamente relevantes questões e fenómenos sociais que, anteriormente, eram irrelevantes ou mesmo inexistentes. Podemos encontrar capítulos focados nas questões éticas referentes à fertilização *in vitro*; na prevenção dos riscos laborais decorrentes das transformações tecnológicas; nas metodologias participativas aplicadas a um projeto de desenvolvimento territorial; na crescente centralidade do papel dos homens como cuidadores; na caracterização do alojamento local.

A variedade dos temas abordados espelha bem a diversidade do trabalho desenvolvido no CICS.NOVA e a complexidade da sociedade portuguesa. Contudo, por detrás desta diversidade e complexidade, podemos encontrar as regularidades que permitem tornar a realidade social inteligível, recorrendo à interdisciplinaridade em todos os seus componentes. Convidamos à leitura deste livro como retrato vivo e vibrante do trabalho do CICS.NOVA e da sociedade onde se insere.

Os organizadores

I PARTE.
POPULAÇÕES

1. UMA LIQUIDIFICAÇÃO INCOMPLETA? A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XXI*

José Carlos Marques^a | Pedro Góis^b

Introdução: Migração portuguesa para a França, o Luxemburgo e o Reino Unido

A França, o Luxemburgo e o Reino Unido têm sido, com diferentes intensidades, destinos tradicionais para os emigrantes portugueses. Na década de 60, a emigração para estes países foi constituída, principalmente, por jovens solteiros e/ou casados, com baixos níveis de escolaridade, dos setores primário e secundário, motivados por razões económicas (Seruya, 1982), com projetos migratórios temporários que se foram tornando cada vez mais definitivos e apoiados em redes migratórias solidificadas. Durante os anos 70, as saídas tornaram-se demograficamente mais variadas, incluindo uma elevada proporção de mulheres e crianças, indiciadoras de um processo de reunificação familiar.

A partir dos anos 80, as mudanças no mercado de trabalho internacional e no contexto institucional em que a emigração ocorre, a par das transformações verificadas na sociedade portuguesa, contribuíram para uma crescente diversificação dos fluxos de saída: por país de destino, por modalidades migratórias e pelas características dos migrantes. A emigração portuguesa do século XXI seguiu esta tendência, contribuindo para uma maior heterogeneidade dos fluxos de saída e para uma maior variação de padrões, de trajetórias migratórias e de planos futuros (Justino, 2016; Peixoto et al., 2016). Em 2016, 74% dos cidadãos portugueses residentes noutro país da UE(28) viviam num destes três países.¹

* Este capítulo é um resultado do projeto REMIGR – Regresso ao futuro: A nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/ATP-DEM/5152/2012).

a. Instituto Politécnico de Leiria, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.IPLeiria).

b. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES).

1. Eurostat, base de dados, População em 1 de janeiro por faixa etária, sexo e cidadania [migr_pop1ctz] (https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=migr_pop1ctz&lang=en)

De modo a aferir as alterações registadas na recente emigração nacional, tomando por base as características idealtípicas da migração líquida identificadas por Engbersen (2018), serão examinadas as seguintes afirmações nas seções seguintes do capítulo:

- a) as características e as motivações atuais dos emigrantes indicam que se trata de uma migração laboral;
- b) nos processos migratórios é possível verificar a predominância da emigração individual que, em função do país de destino, se apoia, em maior ou menor grau, em redes migratórias;
- c) a emigração portuguesa assumiu um caráter mais temporário em resultado da maior frequência de experiências migratórias anteriores dos emigrantes e da conceção não permanente do presente projeto migratório;
- d) os projetos migratórios futuros dos emigrantes são marcados pela “imprevisibilidade intencional” (Eade, 2007).

Nota metodológica

Os dados utilizados para este estudo resultaram de um inquérito aplicado a emigrantes nascidos em Portugal ou com cidadania portuguesa, que cumpriam os seguintes critérios: a) ter 18 anos de idade ou mais; b) ter emigrado no ano 2000 ou depois.² A investigação desenvolveu-se através de um questionário aplicado em versões presencial e *online*. A seleção de emigrantes para participarem no estudo baseou-se na amostragem através da técnica da bola de neve, que permite superar a falta de uma base de amostragem pré-existente e alcançar populações de difícil acesso (Heckathorn, 1997). Apesar de este procedimento não permitir a obtenção de uma amostra representativa dos emigrantes portugueses em França, no Luxemburgo e no Reino Unido, a amostra obtida é suficientemente grande para permitir o estudo das características, motivações e trajetórias migratórias dos migrantes e, desse modo, contribuir para o estudo das atuais migrações intraeuropeias.

2. O trabalho de campo para o projeto foi conduzido, entre maio de 2014 e maio de 2015, em seis países: Reino Unido, França, Luxemburgo, Angola, Moçambique e Brasil (Peixoto, Oliveira, Azevedo, Marques, Góis, Malheiros, & Madeira, 2016). Para os objetivos deste artigo, foi extraída da base de dados geral uma subamostra dos entrevistados residentes no Reino Unido, França e Luxemburgo.

O número total de aplicações do questionário foi de 6.086 (1.658 face a face e 4.428 *online*), dos quais 598 da França, 366 do Luxemburgo e 1.454 do Reino Unido.³

Características demográficas dos novos emigrantes portugueses

As características demográficas da emigração portuguesa, entre 1960 e 1999, são marcadas pela predominância de emigrantes do sexo masculino e em idade ativa. Entre 1960 e 1988,⁴ 58,4% do total da população emigrante eram homens (Baganha, 1994) e, entre 1992 e 1999, os emigrantes masculinos representavam 67,3% do total.⁵ Os emigrantes que, a partir do ano 2000, se dirigiram para um dos países em estudo continuaram, segundo os dados estatísticos dos países de destino, a ser maioritariamente do sexo masculino (56% dos migrantes para a França entre 2000 e 2010, 57% dos migrantes para o Luxemburgo entre 2000 e 2014, e 58% dos migrantes para o Reino Unido entre 2002 e 2014). Os dados relativos ao perfil etário dos emigrantes pós-2000 não podem ser comparados de forma direta com os de períodos anteriores, devido à inexistência de dados com o mesmo nível de desagregação. A informação disponível sobre os cidadãos portugueses que deixaram legalmente o país, entre 1960 e 1988, mostra que 11,1% tinham entre 20 e 24 anos e 43,3% tinham entre 25 e 44 anos de idade (SECP, 1992). Os números oficiais relativos à estrutura etária dos portugueses que entraram num dos países em estudo a partir do ano 2000 revelam que mais de 40,0% tinham entre 18 e 29 anos: 49,7% no Reino Unido, 41,4% na França e 46,0% no Luxemburgo.⁶

A informação recolhida através do inquérito aplicado aos emigrantes portugueses que, a partir de 2000, se dirigiram para um destes três países apresenta diferenças interessantes relativamente, quer a fluxos emigratórios anteriores, quer aos dados das estatísticas oficiais dos países de destino (Quadro 1.1). Os

3. Considerando o número total de portugueses que entraram em cada um destes países, entre 2000 e 2014, o número de inquiridos representou 0,6% dos emigrantes para o Luxemburgo e 0,7% dos emigrantes do Reino Unido. Para a França, os dados disponíveis sobre as entradas não nos permitiram calcular esse valor para o mesmo período.

4. 1988 é o último ano para o qual existem dados sobre as saídas legais de cidadãos portugueses. Após esse ano, as informações sobre a saída baseiam-se em diversas fontes, como por exemplo as do INE, Inquérito aos Movimentos de Emigração, Estatísticas do país de destino, e Eurostat.

5. INE, Inquérito aos movimentos migratórios de saída. <https://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo+e+sexo-23>

6. Para o Luxemburgo: STATEC. www.statistiques.public.lu; para França: Eurostat. <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>; para o Reino Unido: Department for Work and Pensions. <https://stat-xplore.dwp.gov.uk/webapi/jsf/login.xhtml>

emigrantes inquiridos eram, maioritariamente, do sexo feminino e tinham entre 18 e 39 anos de idade. O perfil etário dos inquiridos permite afirmar que a emigração portuguesa continua a ser constituída por pessoas economicamente ativas, que procuram aproveitar as oportunidades existentes nos mercados laborais de outros países. A maior participação das mulheres resulta da procura diferenciada por género em segmentos específicos dos mercados de trabalho dos países de acolhimento (por exemplo, prestadoras de cuidados de saúde), mas também, de uma possível sobre-representação das mulheres na amostra inquirida.

Uma característica distintiva da atual emigração portuguesa, comparativamente a fluxos anteriores, refere-se ao nível de qualificação daqueles que deixam o país. É reconhecido que os fluxos emigratórios anteriores eram constituídos, sobretudo, pelos setores populacionais economicamente mais desfavorecidos e com menor capital educativo. O envolvimento de segmentos mais qualificados da população nunca foi muito significativo, uma vez que a lei de emigração restringia a sua saída,⁷ e não havia “racionalidade económica” para os detentores de elevadas qualificações participarem nos fluxos migratórios internacionais (Baganha, 1994). A maioria dos emigrantes atuais continua a apresentar níveis baixos ou médios de escolaridade (Peixoto, Oliveira, Azevedo, Marques, Góis, Malheiros, & Madeira, 2016). No entanto, nota-se na nossa amostra um maior envolvimento nos fluxos de saída de indivíduos com qualificações de nível superior. Os dados do inquérito mostram a existência de uma proporção significativa de graduados no fluxo de emigração pós-2000, com 57,2% dos emigrantes em França, Luxemburgo e Reino Unido a deterem um diploma de nível superior. A presença de emigrantes altamente qualificados é particularmente evidente no fluxo para o Reino Unido (compreendendo 71,5% dos inquiridos nesse país), em que a existência de oportunidades de emprego em setores profissionais específicos (por exemplo, na saúde e no setor financeiro) absorveu uma parte significativa dos profissionais qualificados que o contexto económico nacional não foi capaz de integrar. Embora a proporção de emigrantes qualificados no fluxo para França e Luxemburgo seja menor (respetivamente, 38,2% e 31,4%), ela não deixa de significar uma alteração substancial do perfil de qualificação dos fluxos de emigração anteriores. Contudo, é importante ter em conta que os inquiridos com níveis mais altos de qualificação estão provavelmente sobre-representados na maior parte da amostra, que foi inquirida *online*.

7. Decreto nº 44.428, de 29 de junho de 1962.

Quadro 1.1 Características sociodemográficas da amostra de emigrantes portugueses para França, Luxemburgo e Reino Unido

	Total (%)	França (%)	Luxemburgo (%)	Reino Unido (%)
Grupo de idade	(n=2.388)	(n=589)	(n=358)	(n=1.441)
18 a 24 anos	11,6	14,9	12,6	10,1
25 a 29 anos	24,1	27,7	13,4	25,3
30 a 34 anos	27,0	21,1	23,7	30,2
35 a 39 anos	17,5	16,6	19,6	17,4
40 a 44 anos	8,0	9,0	10,9	6,8
45 a 49 anos	5,7	5,8	9,8	4,6
50 e mais anos	6,2	4,9	10,1	5,7
Total	100	100	100	100
Sexo	(n=2.416)	(n=597)	(n=365)	(n=1.454)
Masculino	45,0	45,4	48,5	43,9
Feminino	55,0	54,6	51,5	56,1
Total	100	100	100	100
Situação de trabalho antes da emigração	(n=2.093)	(n=520)	(n=295)	(n=1.278)
Empregado	56,3	56,3	66,8	53,8
Desempregado	23,8	22,3	16,6	26,1
Estudante	15,6	16,5	12,2	16,0
Outro	4,3	4,8	4,4	4,1
Total	100	100	100	100
Grupo profissional antes da emigração	(n=1.689)	(n=394)	(n=286)	(n=1.009)
Quadros e especialistas	39,7	23,4	23,1	50,8
Técnicos	40,4	38,1	44,8	40,1
Operários	12,6	23,6	20,6	5,9
Não qualificados	6,2	13,7	9,8	2,3
Outros	1,1	1,3	1,7	0,8
Total	100	100	100	100
Nível de escolaridade	(n=2.404)	(n=592)	(n=364)	(n=1.448)
Até ao 9.º ano	20,5	35,0	34,3	11,2
Ensino secundário (12.º ano)	22,3	26,9	34,3	17,3
Licenciatura	32,0	22,0	19,0	39,4
Pós-graduação (mestrado ou doutoramento)	25,2	16,2	12,4	32,1
Total	100	100	100	100

n: número absoluto de respostas válidas em cada variável de caracterização.

Fonte: Projeto REMIGR, 2014.

Fonte: Projeto REMIGR, 2014.

O aumento dos titulares de graus académicos no atual movimento migratório testemunha o desenvolvimento registado no nível de qualificação de toda a população portuguesa e mostra, simultaneamente, a fragilidade dos vários sistemas nacionais (económico, de saúde, científico, etc.) para incorporarem os recursos humanos qualificados gerados pelo sistema de ensino superior (Malheiros et al., 2016). Esse aumento resulta, também, do incremento nas possibilidades de mobilidade dentro da União Europeia e da maior propensão dos mais qualificados para aproveitarem formas organizacionais de recrutamento que se desenvolvem na UE, como é o caso para enfermeiros e outros profissionais de saúde (Pires & Pereira, 2017).

Motivações e trajetórias dos emigrantes

Face à situação económica desfavorável e ao aumento do desemprego registado, com maior intensidade após 2008, não é surpreendente que a inexistência de oportunidades económicas e de emprego em Portugal tenha sido aduzida pelos inquiridos como as principais razões para deixarem o país (Quadro 1.2). Os motivos incluídos nesta categoria diferem, ainda que ligeiramente, entre os três países. Enquanto os emigrantes para a França mencionaram a situação de desemprego (25,8%) e as baixas oportunidades de carreira (25,4%) como os motivos mais importantes para emigrar, os emigrantes para o Luxemburgo assinalaram os baixos salários (29,1%) e o desemprego (23,2%), e os emigrantes para o Reino Unido referiram as baixas oportunidades para desenvolver uma carreira profissional (39,0%) e a situação de desemprego (23,8%). A maior relevância atribuída pelos emigrantes para o Reino Unido às baixas perspetivas de carreira está relacionada com o facto de apresentarem um nível de qualificação mais elevado, quando comparado com o dos emigrantes para os outros dois países. Apesar destas diferenças, é evidente que as motivações económicas (desemprego, baixo salário) surgem, em todos os três países, associadas a expectativas relativas ao desenvolvimento das biografias profissionais desejado pelos emigrantes e à prossecução de valores pós-materialistas (expressos na motivação *Procura de novas experiências*).

Quadro 1.2 Motivos para a emigração na amostra de emigrantes portugueses para França, Luxemburgo e Reino Unido (escolhas múltiplas)

	França % (n=586)	Luxemburgo (%) (n=358)	Reino Unido (%) (n=1.410)	Total (%) (n=2.354)
Motivos económicos	68,9	72,3	84,8	79,0
<i>Desemprego</i>	25,8	23,2	23,8	24,2
<i>Baixo salário</i>	17,7	29,1	22,1	22,0
<i>Carreira</i>	25,4	20,1	39,0	32,8
Motivos familiares	22,4	18,7	8,6	13,6
Motivos de estudo	11,4	5,6	22,2	17,0
Procura de novas experiências	25,9	24,9	33,3	30,2
Sem futuro em Portugal	38,1	46,4	42,8	42,2
Outra	6,7	8,1	12,0	10,1

n: número absoluto de respostas válidas.

Fonte: Projeto REMIGR, 2014.

Outras duas razões para a emigração também apresentam diferenças em função do país de destino. A primeira razão está associada ao estudo, que tem particular expressão na emigração para o Reino Unido, indicando que este país continua a desempenhar um papel importante para os estudantes de licenciatura e, principalmente, de pós-graduação. A segunda e mais expressiva razão é a familiar (reunificação, acompanhamento de familiares), evidenciando que parte da emigração para a França e o Luxemburgo resulta de uma migração de natureza familiar (respetivamente, 50,3% e 42,8% emigraram com um parceiro ou outro membro da família). No Reino Unido, a percentagem de emigrantes que indicam esta razão como motivo migratório é menor (39,0%), sugerindo que a emigração para este país se baseia mais numa estratégia de migração individual: 53,3% dos emigrantes que optaram por este país migraram sozinhos.

Quadro 1.3 Razões para ter optado pelo país de destino na amostra de emigrantes portugueses para França, Luxemburgo e Reino Unido (escolhas múltiplas)

	França (%) (n=586)	Luxemburgo (%) (n=357)	Reino Unido (%) (n=1.416)	Total (%) (n=2.359)
Oportunidades de emprego	45,7	42,0	62,3	55,1
Ter família e amigos a viver no país de destino	48,3	55,7	24,4	35,1
Conhecimento da língua do país	18,3	7,8	58,0	40,5
Perspetivas económicas positivas	24,6	36,1	20,6	23,5
Qualidade de vida	22,9	36,1	20,6	23,5
Outros	19,1	14,3	39,8	30,8

n: número absoluto de respostas válidas em cada variável de caracterização.

Fonte: Projeto REMIGR, 2014.

Os dados relativos aos motivos migratórios e à razão da escolha de cada um dos países em estudo (Quadro 1.3) indicam que se trata de uma migração com características marcadamente laborais em que a influência da família e dos amigos (a rede migratória) no processo migratório continua a desempenhar um papel importante, embora com diferentes graus de intensidade e de produtividade. Enquanto na emigração para o Reino Unido se nota o enfraquecimento da importância da rede de familiares e amigos, em prol de formas migratórias mais individualizadas, a rede familiar continua a desempenhar uma função determinante para a maioria dos emigrantes na França e no Luxemburgo.

Os resultados apresentados até agora revelam uma imagem heterogénea da atual emigração portuguesa que, em comparação com fluxos migratórios anteriores, é sociodemograficamente mais diversificada, apresenta motivações migratórias mais complexas e mistas, e evidencia a ação diferencial desempenhada pelas redes migratórias sobre os processos migratórios. Considerando estes dados, e em resposta às duas primeiras afirmações atrás colocadas, sugere-se que a existência de novas configurações de mobilidade se encontra, ainda, limitada a fluxos migratórios particulares (e, em especial, a determinados grupos sociais, como os altamente qualificados), não sendo visíveis em todos os fluxos migratórios.

A temporalidade migratória e os projetos migratórios futuros

De modo a testar as últimas duas afirmações que orientam este artigo — que a emigração portuguesa assumiu um caráter mais temporário e que os projetos migratórios futuros dos migrantes são marcados pela *imprevisibilidade intencional* — iremos analisar as respostas dos inquiridos às questões relativas às suas experiências migratórias anteriores e aos seus projetos migratórios futuros.

A presença entre os inquiridos de um grupo de emigrantes, geralmente qualificados, com experiências migratórias anteriores aponta para a integração da experiência migratória em muitas das biografias dos inquiridos marcadas por vários, e por vezes descontínuos, momentos de permanência no estrangeiro. Com efeito, 24,9% dos inquiridos declararam já ter vivido num outro país antes de terem emigrado para um dos três países em estudo. A percentagem de emigrantes com uma ou mais experiências migratórias anteriores é maior entre aqueles a viver no Luxemburgo (30,9%) do que nos residentes em França (26,7%) ou no Reino Unido (26,4%). A proporção é ligeiramente mais elevada entre os detentores de formações de nível superior (30,8%) do que nos emigrantes com menores habilitações académicas (22,5%). Estas experiências migratórias anteriores contribuem para o desenvolvimento de disposições migratórias (Lopes et al., 2016) que influenciam o processo de decisão relativo a subseqüentes movimentos migratórios e permitem corroborar, ainda que de forma limitada, que os processos migratórios contemporâneos são, muitas vezes, heterogêneos, circulares e variados em termos de duração (Robertson, 2014). Embora as formas migratórias circulares e temporárias já tenham estado presentes, com diferentes intensidades, em movimentos migratórios do passado, o desenvolvimento das modernas tecnologias de transporte e de comunicação tem facilitado ainda mais a heterogeneidade temporal das migrações (Robertson, 2014). Acresce que, no caso dos países da União Europeia, o aprofundamento de um contexto institucional favorável à livre circulação tornou a mobilidade transfronteiriça parte integrante das vidas sociais, económicas, políticas e culturais de muitos cidadãos (Cairns et al., 2017), permitindo, assim, a intensificação de formas migratórias não permanentes.

As intenções de permanência no país de acolhimento podem, mesmo reconhecendo a frequente discrepância entre estas e a sua concretização, ser classificadas através de um contínuo que vai da intenção de regressar a Portugal ao intuito de permanecer no país de acolhimento. No questionário aplicado, para além destas duas opções extremas, os emigrantes podiam indicar a intenção de emigrar para um outro país, ou que não tinham ainda planos definidos. As

respostas obtidas apontam para a prevalência das intenções de permanência no país (36,5%), seguida pela indecisão em relação aos projetos migratórios futuros (31,2%) (Quadro 1.4).

Quadro 1.4 Projetos migratórios futuros da amostra de emigrantes em França, Luxemburgo e Reino Unido

Projetos migratórios	França (%) (n=560)	Luxemburgo (%) (n=334)	Reino Unido (%) (n=1.296)	Total (%) (n=2.190)
Permanecer no país	33,7	35,3	34,6	34,5
Regressar a Portugal	30,9	28,7	23,8	26,3
Emigrar para outro país	11,7	3,3	7,6	8,0
Sem planos definidos	23,6	33,6	34,1	31,2
Total	100	100	100	100

n: número absoluto de respostas válidas.

Fonte: Projeto REMIGR, 2014.

Esta incerteza relativa às intenções futuras constitui uma das características da migração líquida avançada por Engbersen e pode ser enquadrada numa estratégia que Eade (2007) designou por “imprevisibilidade intencional”. Esta estratégia permite aos emigrantes manterem abertas as suas opções migratórias e responderem a eventuais oportunidades que surgirem no país de origem, no país onde residem atualmente, ou em qualquer outro país. A incerteza em relação ao projeto migratório futuro parece estar presente mesmo naqueles que afirmaram desejar permanecer no país onde se encontram atualmente a residir. Quando questionados sobre a duração prevista para a sua permanência no país, uma elevada percentagem de inquiridos (48,2%) declarou não conseguir definir o período previsto da estadia. Trata-se de um resultado comum aos três grupos de emigrantes, ainda que seja mais frequente naqueles que se encontram em França ou no Luxemburgo. A imprevisibilidade não se limita, deste modo, apenas à decisão sobre o futuro projeto migratório, mas estende-se à duração projetada para a permanência no país de acolhimento.

Uma liquidificação da emigração portuguesa contemporânea?

De modo a procurar quantificar a *liquidez* da atual emigração portuguesa, criou-se um índice que espelha as diferentes características da migração líquida atrás descritas. Este índice foi construído a partir dos seguintes indicadores:

a) Indicador de motivação laboral da migração

Construído com base nas questões relativas aos motivos migratórios e à escolha do país de destino: *motivos económicos* e *motivos de carreira* como determinantes da migração; *oportunidades de emprego* e *perspetivas económicas positivas* como determinantes da escolha do país. O indicador varia entre 0 e 1, significando 0 a ausência de motivações laborais e 1 uma forte determinante das motivações laborais. O valor médio do indicador é de 0,40.

b) Indicador de individualização do processo migratório

Construído com base nas questões relativas aos motivos migratórios e à escolha do país de destino: *motivos familiares* como determinantes (ou não) da migração, *ter família e amigos a viver no país de destino* como determinante (ou não) da escolha do destino; e na questão sobre se *emigrou sozinho* ou *com familiares e/ou amigos*. O indicador varia entre 0 e 1, significando 0 uma migração de natureza familiar e 1 uma migração de cariz individual. O valor médio do indicador é de 0,70.

c) Indicador de temporalidade migratória

Construído com base nas questões sobre os *projetos migratórios futuros* e a *previsão do tempo de permanência* no país de acolhimento. O indicador varia entre 0, no caso de a emigração ser concebida como um projeto mais permanente, e 1, no caso de a intenção migratória ser temporária. O valor médio do indicador é de 0,17.

d) Indicador de imprevisibilidade migratória

Construído com base nas questões sobre os *projetos migratórios futuros* e a *previsão do tempo de permanência* no país de acolhimento. O indicador varia entre 0, para os que apresentam aspirações migratórias determinadas, e 1, para os que manifestam maior incerteza quanto ao seu projeto migratório futuro (categoria de resposta “Sem planos definidos”) e ao seu tempo de permanência (categoria de resposta “Não sei”). O valor médio deste indicador é de 0,36.

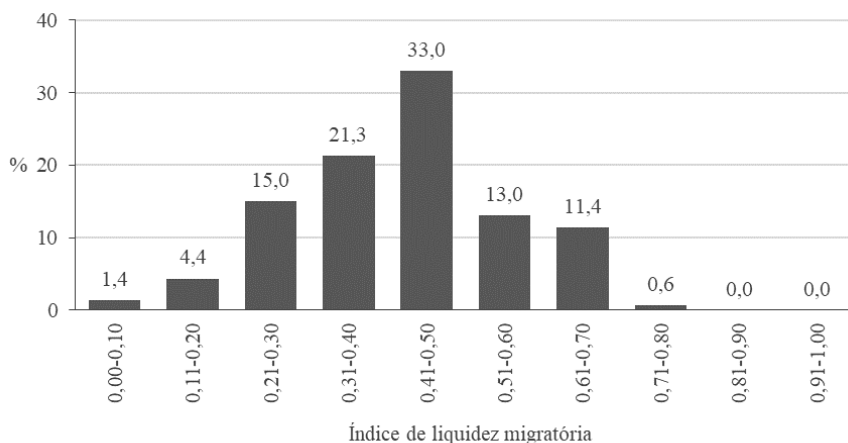
Os valores médios dos quatro indicadores apresentados sugerem, desde já, que a emigração nacional continua a apresentar características similares às

testemunhadas nos tradicionais movimentos migratórios nacionais, ainda que, nalgumas dimensões, sejam evidentes os sinais de liquidificação da migração contemporânea. Assim, não obstante continuarem a prevalecer algumas das feições de uma migração mais sólida (assente em redes migratórias, com projetos migratórios definidos e de longa duração), notam-se alterações importantes nas características migratórias contemporâneas.

O *índice de liquidez migratória*, construído de modo a sumariar a informação destes quatro indicadores, varia entre 0 e 1. Um valor próximo do extremo inferior do intervalo significa que se trata de uma migração em que predominam os movimentos motivados por razões não laborais, formas migratórias familiares, intenções permanentes e aspirações migratórias determinadas. Um valor próximo de 1 indica uma migração em que assumem maior relevância as razões laborais, o movimento individualizado, a natureza temporária da estadia e a imprevisibilidade dos projetos migratórios futuros.

Se admitirmos que a emigração assume características mais líquidas a partir de um valor indicial superior a 0,5, é possível confirmar o que foi afirmado atrás: a emigração nacional, na presente amostra, continua a aproximar-se predominantemente de uma migração clássica, mas a emigração temporária, individualizada e imprevisível (características da migração líquida) assume já uma proporção relevante. Com efeito, 25% dos inquiridos apresentam um índice de liquidez migratória superior a 0,5 (Gráfico 1.1). A liquidificação dos processos migratórios é relevante em todos os três destinos analisados, assumindo valores mais expressivos na emigração para o Reino Unido: 27,8% dos inquiridos neste país apresentam um índice superior a 0,5, quando em França e no Luxemburgo esta percentagem é, respetivamente, de 20% e 22,8%. O facto de se tratar, no caso do Reino Unido, de um destino mais recente da emigração nacional, no qual as redes migratórias se encontram menos solidificadas e em que predominam os migrantes com qualificações mais elevadas, ajuda a explicar a maior visibilidade das formas migratórias mais líquidas.

Gráfico 1.1 Distribuição da amostra de emigrantes portugueses em França, no Luxemburgo e no Reino Unido segundo valores do *índice de liquidez migratória* (n=2.182)



n: número de casos válidos.

Fonte: Projeto REMIGR, 2014.

Conclusão

A amostra observada da emigração portuguesa após 2000 apresenta determinadas similaridades e dissemelhanças em relação a fluxos migratórios anteriores. Apesar das variações existentes nos fluxos que se dirigem para diferentes países de destino, é possível identificar semelhanças com fluxos migratórios anteriores, nas características sociodemográficas dos migrantes, nas suas estratégias migratórias e nas suas perspetivas em relação ao seu projeto migratório futuro. O contexto em que ocorre a atual emigração nacional é, porém, diferente daquele que condicionou movimentos migratórios anteriores, pelo que são evidentes diferenças assinaláveis na emigração contemporânea. Em termos gerais, é possível concluir que a emigração portuguesa se tornou mais heterogênea e complexa devido, entre outros fatores, à crescente diversificação dos destinos migratórios, à pluralidade das modalidades migratórias e à diversidade dos emigrantes ao nível das qualificações detidas, profissões exercidas e características demográficas. Quanto às temporalidades migratórias, um dos elementos centrais do conceito de liquidificação das migrações, constatámos que coexistem, com intensidades variáveis, migrações temporárias, circulares e permanentes. Seria, contudo,

precipitado concluir que o desenvolvimento de modalidades migratórias de cariz temporário está, atualmente, a substituir formas migratórias mais permanentes. Como foi possível notar na análise efetuada, existe uma proporção significativa de inquiridos que manifesta intenção de permanecer no país onde se encontram a viver. A afirmação de que a emigração portuguesa assumiu um caráter menos duradouro, mais fluido e marcado por projetos migratórios caracterizados pela “imprevisibilidade intencional” não pode, deste modo, ser plenamente confirmada pelos dados analisados neste capítulo. Importa, assim, aprofundar os estudos que permitam atender à complexidade da emigração portuguesa atual e conhecer o modo como diferentes formas de mobilidade contribuem para construir projetos migratórios temporários, circulares ou permanentes.

Fontes

Projeto REMIGR, inquérito, 2014.

Bibliografia

- Bade, K. J. (2003). *Migration in European history*. Blackwell.
- Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, 29(128), 959–980. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89lX7.pdf>
- Cairns, D., Cuzzocrea, V., Briggs, D., & Veloso, L. (2017). *The consequences of mobility: Reflexivity, social inequality and the reproduction of precariousness in highly qualified migration*. Palgrave Macmillan.
- Dhéret, C., Lazarowicz, A., Nicoli, F., Pascouau, Y., & Zuleeg, F. (2013). *Making progress towards the completion of the single European labour market*. EPC ISSUE Paper (75). European Policy Centre. https://www.europe-solidarity.eu/documents/ES_labour_market.pdf
- Eade, J. (2007). *Class and ethnicity: Polish migrant workers in London: Full research report* (ESRC End of Award Report, RES-000-22-1294). ESRC.
- Engbersen, G. (2012). Migration transitions in an era of liquid migration: Reflections on Fassmann and Reeger. In M. Okólski (Ed.), *European immigrations: Trends, structures and policy implications* (pp. 91–105). Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1515/9789048517275-005>
- Engbersen, G. (2018). Liquid migration and its consequences for local integration policies. In P. Scholten & M. V. Ostaijen (Eds.), *Between mobility and migration: The multi-level governance of intra-European movement* (pp. 63–76). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-77991-1_4

- Engbersen, G., Leerkes, A., Scholten, P., & Snel, E. (2017). The intra-EU mobility regime: Differentiation, stratification and contradictions. *Migration Studies*, 5(3), 337–355. <https://doi.org/10.1093/migration/mnx044>
- Engbersen, G., Okólski, M., Black, R., & Panțîru, C. (2010). Introduction: Working out a way from East to West: EU enlargement and labour migration from Central and Eastern Europe. In R. Black, G. Engbersen, M. Okólski & C. Panțîru (Eds.), *A continent moving west? EU enlargement and labour migration from Central and Eastern Europe* (pp. 7–22). Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1515/9789048510979-001>
- Engbersen, G., & Snel, E. (2013). Liquid migration: Dynamic and fluid patterns of post-accession migration flows. In B. Glorius, I. Grabowska-Lusinska & A. Kuvik (Eds.), *Mobility in transition: Migration patterns after EU enlargement* (pp. 21–40). Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1515/9789048515493-002>
- Engbersen, G., Snel, E., & de Boom, J. (2010). ‘A van full of Poles’: Liquid migration from Central and Eastern Europe. In R. Black, G. Engbersen, M. Okólski & C. Panțîru (Eds.), *A continent moving west? EU enlargement and labour migration from Central and Eastern Europe* (pp. 73–88). Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1515/9789048510979-006>
- Engbersen, G., Snel, E., & de Boom, J. (2010). Liquid migration: Dynamic and fluid patterns of post-accession migration flows. In R. Black, G. Engbersen, M. Okólski & C. Panțîru (Eds.), *Mobility in transition: Migration patterns after EU enlargement* (pp. 115–140). Amsterdam University Press. <http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/34671>
- Fries-Tersch, E., Tugran, T., & Bradley, H. (2017). *2016 annual report on intra-EU labour mobility* (2.^a ed.). European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion, Directorate D — Labour mobility, Unit D1 — Free Movement of Workers, EURES. <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=17165&langId=en>
- Góis, P., & Marques, J. C. (2020). Portuguese intra-EU migration. The dynamics of an ongoing migration process. *Ethnic and Racial Studies*, 43(14), 2551–2571. <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1772989>
- Heckathorn, D. D. (1997). Respondent-driven sampling: A new approach to the study of hidden populations. *Social Problems*, 44(2), 174–199. <https://doi.org/10.2307/3096941>
- Justino, D. (2016). *Emigration from Portugal. Old wine in new bottles?*. Migration Policy Institute. <https://www.migrationpolicy.org/research/emigration-portugal-old-wine-new-bottles>
- Lafleur, J.-M., & Stanek, M. (2017). *South–North migration of EU citizens in times of crisis*. Springer. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-39763-4>
- Lopes, J. T., Silva, J. P., Ganga, R., Gomes, R. M., Magalhães, D., Vaz, H., Cerdeira, S. S., Peixoto, P., Machado, M. L., Brites, R., Patrocínio, T., & Cabrito, B. G. (2016). A decisão de emigrar: Um estudo a partir da perspectiva da pluralidade disposicional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (81), 37–56. <https://doi.org/10.7458/SPP2016817484>

- Luthra, R., Platt, L., & Salamońska, J. (2014). *Migrant diversity, migration motivations and early integration: The case of poles in Germany, the Netherlands, London and Dublin*. LEQS Paper (74/2014). LSE. <http://eprints.lse.ac.uk/57605/1/LEQSPaper74.pdf>
- Malheiros, J., Marques, J. C., & Góis, P. (2016). Geografias, processos migratórios e dinâmicas sociográficas da emigração contemporânea portuguesa: Respondendo a algumas questões... In J. Peixoto, I. T. de Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros & P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao futuro: A nova emigração e a sociedade portuguesa* (pp. 273–296). Gradiva.
- Peixoto, J., de Oliveira, I. T., Azevedo, J., Candeias, P., & Lemaître, G. (2016). A nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa. In J. Peixoto, I. T. de Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros & P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao futuro: A nova emigração e a sociedade portuguesa* (pp. 29–69). Gradiva.
- Peixoto, J., de Oliveira, I. T., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., & Madeira, P. J. (2016). *Regresso ao futuro: A nova emigração e a sociedade portuguesa*. Gradiva.
- Pires, R. P., & Pereira, C. (2017). Migrações, qualificações e desigualdade social. In R. M. do Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. C. Martins & A. F. da Costa (Eds.), *Desigualdades sociais: Portugal e a Europa* (pp. 335–352). Editora Mundos Sociais.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., & Ribeiro, A. C. (2014). *Emigração portuguesa: Relatório estatístico 2014*. Iscte–IUL, CIES–IUL e DGACCP. <http://hdl.handle.net/10071/11343>
- Recchi, E. (2015). *Mobile Europe: The theory and practice of free movement in the EU*. Palgrave Macmillan.
- Robertson, S. (2014). The temporalities of international migration: Implications for ethnographic research. *ICS Occasional Paper Series*, 5(1). Robertson, S. (2014). <https://doi.org/10.4225/35/57a969210f1a0>
- Root, E. (1910). The basis of protection to citizens residing abroad. *The American Journal of International Law*, 4(3), 517–528. <https://doi.org/10.2307/2186238>
- SECP (Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas). (1992). *A emigração portuguesa: Dados estatísticos retrospectivos 1966–1990*. SECP.
- Seruya, L. M. (1982). Determinantes e características da emigração portuguesa: 1960–1979. In H.-M. Stahl (Ed.), *Perspectivas da emigração portuguesa para a C.E.E., 1980–1990* (pp. 37–64). Moraes Editores e I.E.D.
- Wallace, C., & Stola, D. (2001). *Patterns of migration in Central Europe*. Palgrave Macmillan.

2. PRAXE ACADÊMICA: UMA ANÁLISE NA ÓTICA DO GÊNERO

Suzana Nunes Caldeira^a | Osvaldo Silva^a | Maria Mendes^b | Áurea Sousa^c

Introdução

A entrada no ensino superior corresponde a “um período de experimentação e de construção identitária, onde homens e mulheres descobrem e estabelecem os seus limites individuais” (Mendes et al., 2013, p. 100) no contexto de novas relações, informais e formais, com pessoas e grupos.

Esse processo de construção de uma nova identidade associado ao alcance de um novo estatuto social — o de estudante do ensino superior — é, muito provavelmente, contaminado pelo modo como se vivenciam, enfrentam e resolvem os desafios da admissão e entrada na instituição de ensino superior. Não raras vezes, tal entrada é caracterizada por rituais iniciáticos, os quais são assumidos por estudantes mais velhos como “tradições” de acolhimento e de integração dos principiantes na instituição, nomeadamente em termos da facilitação de novas relações interpessoais e da ativação de sentimentos de pertença (Pimentel et al., 2012; Sousa et al., 2012; Vieira, 2013).

No entanto, essas “tradições” têm gerado interpretações distintas entre o próprio grupo estudantil e constituído, muitas vezes, palco de críticas afiladas, pela ocorrência de situações de violência que, também não raras vezes, lhes estão associadas. Muitas “tradições de acolhimento”, por estarem ancoradas em relações hierárquicas e sociais da comunidade estudantil, acabam por constituir ocasião para manifestações de poder, expressão de desigualdades e atos de coerção ou humilhação por estudantes mais velhos sobre os recém-chegados (Estanque, 2017; Mikell, 2014). Diversos autores afirmam que os

a. Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc / CICS.UAc).

b. Universidade dos Açores, Gabinete de Psicologia Escolar, Orientação e Supervisão (GaPEOS).

c. Universidade dos Açores, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA).

novatos na instituição tenderão a subordinar-se a essas práticas abusivas e humilhadoras, para evitarem a marginalização, o isolamento social ou outras formas de retaliação (*e.g.*, Allan et al., 2018; Miranda et al., 2012). Em Portugal, alguns estudos afirmam que esta prática se assemelha a um treino militar, onde os novatos obedecem, sem questionar, a ordens e comandos rigorosos de veteranos, situação que favorece manifestações de abusos e humilhação sobre o novato (Favero et al., 2018; Yinan, 2017).

Estudos efetuados sobre as praxes académicas parecem apontar para uma diferenciação de perfis, entre estudantes que expressam melhor relação com a praxe e estudantes que optam por se distanciarem desses acontecimentos iniciáticos (Silva et al., 2016). Existem também estudos que parecem apontar para uma vivência distinta destes rituais iniciáticos em função do sexo, expressando as raparigas pior relação com a praxe do que os seus colegas do sexo masculino. Por exemplo, um estudo com estudantes portugueses e brasileiros revelou diferenças significativas entre sexos, apresentando os rapazes uma posição mais favorável aos rituais iniciáticos do que as raparigas (Mascarenhas et al., 2011). Outro estudo, com estudantes brasileiros do ensino superior, indica que as estudantes sofrem maior constrangimento durante a praxe (80,6%), comparativamente aos seus colegas rapazes (63%). Esta mesma amostra referiu que a pior praxe recebida foi aplicada pelo sexo masculino (63,2%) (Marin et al., 2008). Do mesmo modo, numa investigação junto de estudantes do primeiro ano do ensino superior no Brasil, com o objetivo de identificar a opinião dos caloiros sobre a praxe académica, foi patente que as raparigas, mais do que os rapazes, tenderam a associar a praxe a comportamentos de violência (Costa et al., 2013).

Estudos realizados nos Estado Unidos também parecem indicar percepções diferenciais das praxes em função do sexo. Por exemplo, Véliz-Calderón e Allan (2017), num estudo com uma amostra de universitários americanos, relataram que os rapazes associaram a praxe mais a abusos em termos de danos físicos (*e.g.*, provocados pelo uso abusivo do álcool), enquanto as raparigas a associaram a danos mais ao nível emocional ou psicológico. Os estudos de Cimino (2011, 2013), também referentes a estudantes americanos, mostraram que os rapazes tendem a praxar mais severamente do que as raparigas. Allan et al. (2018), trabalhando com uma amostra de 5.880 estudantes de sete instituições universitárias, mostraram que os estudantes do sexo masculino tendem a relatar maior participação em atividades de cariz praxista do que as suas colegas. Contudo, outras investigações, como a realizada por Johnson et al. (2018) com estudantes atletas, sugerem maior propensão por parte do sexo feminino para experienciar comportamentos de praxe (56,6%), em comparação o sexo masculino (43,4%).

Nesta leitura dos rituais praxistas em função da variável “sexo”, Mendes et al. (2013, p. 102) afirmam existir “situações em que ‘doutores’ utilizam rituais de praxe para colocar as ‘caloiras’ em posição de submissão, e assim legitimar abordagens invasivas da sua liberdade individual”. Os estudos anteriormente referidos de Véliz-Calderón e Allan (2017) vêm, precisamente, afirmar que as estudantes praxadas relatam sentir-se agredidas sobretudo na sua autoestima, pela crítica ao seu corpo por comparação com a idealização social da beleza corporal feminina. “A praxe assume nestas situações um carácter sexista, com um claro perfil anti emancipador para as mulheres” (Mendes et al., 2013, p. 102). Acresce a esta atitude de dominação-submissão a existência de evidência empírica atribuindo maior incidência de comportamentos de subordinação e sujeição por parte do sexo feminino, aparentemente decorrente da maior necessidade das mulheres sentirem aprovação e aceitação por parte dos outros (Akin, 2009) e, desse modo, conquistarem o sentimento de pertença ao grupo. Assim, os estudantes, para entrarem num novo grupo (o dos estudantes de ensino superior) e auferirem o sentimento de identidade grupal, tendem a conformar-se às normas existentes, cedendo em termos da sua identidade pessoal (Tajfel, 1983) e tolerando diferentes formas e graus de violência, especialmente se forem do sexo feminino.

Embora existam outras investigações em contexto universitário com resultados distintos dos previamente comentados, que evidenciam que estudantes do sexo masculino apresentam uma prevalência de vitimização muito semelhante à do sexo feminino, sobretudo no respeitante à violência física infligida por pares (Bjorklund et al., 2010), ou que mantêm uma opinião sobre a praxe sem disparidades assinaláveis (F. Silva, 2015), a versão da vivência diferencial da praxe em função do sexo não é de descurar. Importa lembrar que a violência contra as mulheres constitui um dos tipos de violência mais usuais na sociedade (Wolfe et al., 1997), decorrente, entre outros aspetos, de uma perspetiva sociocultural onde homens e mulheres são vistos em posições hierarquicamente diferentes (Leite, 2013). Acresce que estudos sobre violência nas relações de género têm indicado, com consistência, que a violência praticada tende a aumentar em frequência e gravidade à medida que transcorre a relação abusiva (*e.g.*, Caridade & Machado, 2006); outros estudos indicam que os rituais de passagem para o ensino superior facilmente se convertem em formas reiteradas de humilhação e coerção (Klerk, 2013; Nuwer, 2001).

A conceptualização da praxe abusiva é ainda mais difícil de desconstruir se for minimizada e banalizada por vítimas e ofensores. E aqui, alguns estudos também evidenciam existirem estudantes que presumem que os comportamentos de coação, constrangimento ou humilhação infligidos aos recém-entrados são atos sem importância de maior, uma vez que correspondem a incumprimentos pontuais

das regras de conduta do código da praxe, dentro de um ritual divertido de iniciação e de integração (A. Silva, 2013; Vieira, 2013). Este tipo de pensamento pode ser interpretado como condescendente e até legitimador dos abusos praticados.

Estes dados, no seu conjunto, representam um sinal de alerta com significado acrescido, pois a violência de que um indivíduo é vítima ou perpetrador em idades mais jovens pode ser um fator que aumente a probabilidade de manifestação de comportamentos violentos ao longo da vida, designadamente no domínio das relações íntimas (Callahan et al., 2003). A este propósito, importa referir que estudos que relacionaram a perceção sobre violência nas praxes com a satisfação com a vida em estudantes do ensino superior detetaram correlações negativas, embora baixas (Caldeira et al., 2015). Importa ainda referir que estudos sobre a prevalência de comportamentos abusivos nas relações íntimas, realizados em 10 países no âmbito da Organização Mundial de Saúde e sintetizados em Garcia-Moreno et al. (2005), indicam que a violência exercida sobre a mulher é comum a todos os países, embora com variações na prevalência da violência praticada. Também estudos realizados no âmbito específico da violência no namoro reportam valores não desprezáveis de maus-tratos entre jovens (Lewis & Fremouw, 2001).

Se é certo que a violência parece fazer parte da experiência humana ao longo dos tempos, sendo, inclusive, uma das principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos em todo o mundo (Dahlberg & Krug, 2007), não é menos certo que as Instituições de Ensino Superior rejeitam toda a prática associada à coação ou qualquer outro comportamento que lese a dignidade e integridade dos alunos, tendo o dever de impedir qualquer comportamento de praxe abusiva, fora ou dentro das instalações, e de punir ocorrências abusivas de acordo com as suas normas internas (Gomes, 2014). As Instituições de Ensino Superior, à semelhança de outras instituições de educação e ensino, pugnam pela importância da educação para a não-violência e, por extensão, para as relações paritárias entre os seus membros.

Diante deste cenário, o atual estudo procura comparar perceções de estudantes do sexo feminino e masculino sobre a relação que estabelecem com a praxe. As semelhanças e diferenças encontradas sobre os ritos iniciáticos constituem aspetos a ter em atenção na continuidade do estudo e podem ser tomados como pistas para atuação no seio da instituição em apreço.

Método

Os dados foram recolhidos numa Instituição de Ensino Superior portuguesa de pequena dimensão e excêntrica aos grandes centros populacionais. Foi recolhida

a opinião de 247 estudantes do 1º Ciclo de Estudos, 156 do sexo feminino e 91 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 43 anos (média=21,66 anos), de diferentes anos e áreas de formação. A amostra foi obtida pelo método de amostragem por quotas (não probabilístico), considerando as variáveis *sexo* e *área de formação* para o estabelecimento das quotas.

Recolheu-se a opinião dos estudantes através da Escala de Avaliação das Situações de *Bullying* nas Praxes do Ensino Superior (EASBPES), de Matos et al. (2010). A EASBPES é composta por 15 itens de autorresposta de acordo/desacordo, em escala de Likert. O Quadro 2.1 apresenta as descrições desses itens.

Quadro 2.1 Descrição dos itens da Escala de Avaliação das Situações de *Bullying* nas Praxes do Ensino Superior (EASBPES)

Itens
V1: Há regras para quem faz as praxes
V2: Consigo falar sobre as praxes sempre que acho necessário
V3: Fico satisfeito/a quando sou praxado/a
V4: Posso contar com a minha família quando preciso
V5: Acredito que as praxes contribuem para a minha integração na universidade
V6: Os que me praxaram gostaram de mim
V7: Gosto de ser praxado/a
V8: Estou desejoso/a que acabem as praxes
V9: Gosto de participar nas praxes
V10: Respeitaram a minha vontade de ser ou não praxado/a
V11: As praxes continham alguma violência
V12: Fui agredido/a por atos ou palavras
V13: Consegui lidar bem com as praxes
V14: Fiquei revoltado/a
V15: Fui prejudicado/a na minha autoestima

Fonte: Matos et al. (2010).

Esta escala foi aplicada e validada em Portugal ($n=210$), e possui uma estrutura fatorial que comporta três fatores ou dimensões, designados, respetivamente, por: *Relação Positiva com a Praxe* (RPP), *Relação Negativa com a Praxe* (RNP) e *Dimensão Social* (S), os quais integram, respetivamente, seis, seis e três itens. Os autores referiram que, no seu estudo, os três fatores explicaram globalmente 63,19% da variância dos dados (valor da estatística KMO: 0,905), sendo a consistência interna dos itens da escala muito boa, segundo o valor obtido para o coeficiente *alfa* de Cronbach (0,904). A EASBPES permite o cálculo de uma pontuação global e das pontuações obtidas em cada um dos seus fatores.

No presente estudo, a principal hipótese testada foi a de ausência de diferenças entre sexos, tanto ao nível da medida global, como das pontuações em cada um dos fatores desta escala. Tendo em conta que a variável *sexo* possui duas categorias e que as pontuações, na escala e nas suas dimensões, não seguem uma distribuição normal (teste de aderência de Kolmogorov–Smirnov), foi aplicado o teste *U* de Mann–Whitney (teste não paramétrico para o caso de duas amostras independentes). Completa-se a leitura dos resultados em cada dimensão apontando o(s) item(ns) que expressa(m) maior discrepância entre estudantes dos sexos feminino e masculino.

Adicionalmente, estudou-se com mais detalhe o grupo de estudantes do sexo feminino, recorrendo a outras variáveis sociodemográficas, tais como a *área de formação*, o *ano de frequência do curso* e a *faixa etária*. Dada a não normalidade das pontuações obtidas, foram aplicados testes não paramétricos (o teste *U* de Mann–Whitney, no caso da faixa etária recodificada em duas categorias; e o teste de Kruskal–Wallis, no caso das duas últimas variáveis, por terem mais de duas categorias). As codificações das categorias destas variáveis serão referidas mais à frente, na secção dos resultados.

Resultados

Os resultados, na ótica comparativa entre sexos, indicam a existência de diferenças significativas entre as estudantes do sexo feminino e os do sexo masculino ao nível da escala global ($U=4683,50$; $p=.042$), com os rapazes a pontuarem mais do que as raparigas (média das ordens *Mean Rank* (MR) mais elevada no caso dos rapazes: $MR=120,57$ versus $MR=102,69$), o que indica que os rapazes manifestam uma melhor relação com a praxe do que as raparigas.

Os resultados mostram, igualmente, diferenças significativas entre os rapazes e raparigas ao nível das pontuações obtidas no fator RPP ($U= 4060$; $p=.001$),

sendo estas mais elevadas no caso dos rapazes ($MR=126,88$ versus $MR=98,35$). Deste modo, os rapazes afirmam apresentar uma relação positiva com a praxe, destacando-se, em particular, o item 9, cujo enunciado é *Gosto de participar nas praxes* ($U=6065$; $p=.005$; $MR=135,35$ versus $MR=117,38$), sendo assim este o item que mais discriminou as respostas dos dois grupos de estudantes.

Não existem diferenças significativas entre rapazes e raparigas ao nível das pontuações obtidas no fator RNP ($U=5104$; $p=.30$), nem ao nível das respostas dadas a cada um dos itens deste fator ($p>.05$). Por fim, também não existem diferenças significativas ao nível das pontuações obtidas no fator S ($U=6060$; $p=.554$), embora na amostra em estudo os rapazes apresentem níveis de concordância mais elevados comparativamente aos das raparigas, na pontuação geral no fator; no entanto, os itens 1 (*Há regras para quem faz as praxes*) e 4 (*Posso contar com a minha família quando preciso*) tenderam a ser alvo de maior concordância por parte do sexo feminino.

Para uma análise mais detalhada dos resultados entre as estudantes do sexo feminino, apresenta-se no Quadro 2.2 a síntese da avaliação da significância das diferenças observadas relativamente às variáveis *faixa etária*, *área de formação* e *ano de frequência do curso*.

Quadro 2.2 Diferenças na subamostra feminina, na escala global e por fatores, segundo a faixa etária, a área de formação e o ano de frequência do curso

	Escala global	Fator 1 (RPP) Relação positiva	Fator 2 (RNP) Relação negativa	Fator 3 (S) Dimensão social
Faixa etária	$U=1898,00$ $p=.112$	$U=1915$ $p=.083$	$U=2178,5$ $p=.707$	$U=2200,5$ $p=.124$
Área de formação	$H=8,435$ $p=.038$	$H=7,685$ $p=.053$	$H=8,685$ $p=.034$	$H=3,952$ $p=.267$
Ano de frequência do curso	$H=6,459$ $p=.04$	$H=8,065$ $p=.018$	$H=1,070$ $p=.586$	$H=18,129$ $p=.000$

Fonte: Elaboração própria sobre resultados de inquérito.

No respeitante à faixa etária, a subamostra feminina foi repartida por dois grupos (1: *20 anos ou menos*; 2: *mais de 20 anos*). Segundo os resultados do teste U de Mann–Whitney, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as estudantes dos dois grupos etários, tanto ao nível das pontuações

globais da escala, como ao nível das pontuações obtidas em cada um dos fatores. Isto é, a faixa etária não é uma variável diferencial na relação com a praxe, no caso das estudantes.

Quanto à área de formação, as categorias consideradas foram as de *Ciências Naturais e Saúde*, *Ciências Sociais e Humanas*, *Ciências Tecnológicas*, e *Ciências Exatas e Empresariais*. No caso dos grupos definidos pelas categorias desta variável e segundo o teste de Kruskal–Wallis, observaram-se diferenças significativas entre pelo menos dois desses grupos ao nível dos resultados globais da escala ($H=8,435$; $p=.038$), tendendo as raparigas da área de *Ciências Naturais e Saúde* a apresentar as pontuações mais elevadas, enquanto as das *Ciências Sociais e Humanas* tenderam a apresentar as mais baixas ($MR=57,62$); sendo, deste modo, estas últimas as que, tendencialmente, expressam pior relação com a praxe. Observaram-se, ainda, diferenças significativas entre pelo menos dois desses grupos ao nível das pontuações obtidas no Fator 2 (RNP) ($H=8,685$; $p=.034$). São as alunas da área das *Ciências Exatas e Empresariais* as que apresentam os valores mais elevados das médias de ordens ($MR=81,21$), enquanto as da área das *Ciências Sociais e Humanas* apresentam os valores mais baixos ($MR=60,76$). Não se verificaram diferenças significativas entre as estudantes em função da área de formação no Fator 1 (RPP) nem no Fator 3 (S).

Finalmente, no que se refere ao ano de frequência do curso, os resultados do teste de Kruskal–Wallis indicam a existência de diferenças significativas entre pelo menos dois dos grupos definidos pelas categorias desta variável (*1º ano*, *2º ano*, *3º ano*), ao nível dos resultados globais da escala ($H=6,459$; $p=.04$), sendo as pontuações mais elevadas as referentes às alunas do 1º ano ($MR=72,64$) e as mais baixas as relativas às alunas do 2º ano ($MR=52,59$). A análise por fator também mostra diferenças significativas em função do ano frequentado nos fatores 1 (RPP) ($H=8,065$; $p=.018$) e 3 (S) ($H=18,129$; $p=.000$). No que concerne a estes dois fatores, verificou-se que as raparigas que frequentam o 1º ano são as que apresentam os valores das médias das ordens mais elevados, significando que expressam melhor relação com a praxe do que as dos restantes anos. No caso do fator RNP, não se verificaram diferenças significativas em função do ano do curso que as raparigas frequentam. Assim, o ano do curso frequentado é uma variável diferencial na relação com a praxe, no que diz respeito aos fatores 1 (RPP) e 2 (S).

Em síntese, numa comparação por sexo, as diferenças situam-se ao nível das pontuações obtidas na escala global e no fator 1 (RPP), no sentido em que os rapazes se descrevem como mais sintonizados com a praxe e atraídos por ela. Este indicador é particularmente evidente nos resultados relativos ao item 9 (*Gosto de participar nas praxes*) do referido fator, com os rapazes a expressarem valores

que se distanciam significativamente dos mostrados pelas raparigas. Quanto aos fatores 2 (RNP) e 3 (S), não se encontraram diferenças significativas entre sexos. Quando a tónica é colocada exclusivamente no sexo feminino, regista-se que: i) a faixa etária não é uma variável diferenciadora da opinião face à praxe (ao nível da escala global e em cada um dos fatores); ii) a área de formação é uma variável com algum poder diferenciador da opinião face à praxe, com as estudantes da área de *Ciências Sociais e Humanas* a manifestarem, tendencialmente, pior relação com a praxe; e iii) o ano frequentado é uma variável com algum poder diferenciador da opinião face à praxe, com as alunas do 1º ano a expressarem melhor relação com a praxe do que as dos restantes anos.

Discussão

Nesta pesquisa, os estudantes do sexo masculino declaram ter uma melhor relação com a praxe, comparativamente às suas colegas, quando o foco da análise incide no resultado global da EASBPES. No entanto, esta ideia surge relativamente comprometida quando se passa para uma análise ao nível dos fatores da escala, pois apenas se registam diferenças significativas no fator RPP, com os rapazes a manifestarem maior interesse ou simpatia por esses ritos. Assim, embora as raparigas deste estudo tendencialmente apresentem resultados inferiores aos dos rapazes, a falta de validação estatística das diferenças encontradas obsta a que se defenda que os resultados vêm na continuidade de outros estudos que afirmam diferenças entre sexos relativamente às vivências dos rituais de entrada no Ensino Superior (Costa et al., 2013; Marin et al., 2008; Mascarenhas et al., 2011). Pelo contrário, alinham-se mais com estudos que apontam para uma opinião sobre a praxe sem disparidades assinaláveis entre rapazes e raparigas (F. Silva, 2015).

Possivelmente, o facto de se tratar de uma instituição de pequena dimensão e que acolhe uma população estudantil que, em muitos casos, transporta para o ensino superior relações de convivência trazidas da escolaridade prévia e, até, de círculos pessoais de familiaridade e vizinhança, pode ativar, nos “veteranos”, um investimento em ações que facilitem sentimentos de pertença aos recém chegados (Vieira, 2013), em vez de práticas abusivas que instigam à subordinação como condição de integração no grupo (Allan et al., 2018) e cujo impacto, em regra, é superior no sexo feminino (Mascarenhas et al., 2011).

O facto de se tratar de uma instituição de pequena dimensão, onde a proximidade entre os diferentes membros da comunidade académica (estudantes, docentes e restante *staff*) constitui uma realidade, pode igualmente contribuir

para que as ações de “receção dos caloiros” praticadas pelos “veteranos” sejam mais escrutinadas, menos anônimas, menos permissivas à difusão de responsabilidade, especialmente no que toca a incumprimentos das regras de conduta do código da praxe (A. Silva, 2013; Vieira, 2013) e, também por isso, tendencialmente menos desrespeitadoras da dignidade e da integridade dos alunos.

Em todo o caso, tendo em atenção o resultado global da escala e o resultado no fator 1 (RPP), pode-se conjecturar que o relativo descontentamento expresso pelas estudantes em relação ao modo como são acolhidas no novo ambiente lhes exigirá um esforço maior do que o despendido pelos seus colegas rapazes, para enfrentarem um dos períodos mais importantes das suas vidas, envolvendo várias decisões e aprendizagens, tanto no domínio cognitivo como no psicossocial, designadamente em termos de construção e consolidação da identidade (Mendes et al., 2013), pessoal e profissional.

Prestando atenção só ao grupo feminino, importa mencionar que as variáveis pessoais e académicas consideradas neste estudo — *idade, área de formação e ano de frequência do curso* — não apresentam um comportamento homogêneo. A idade não surge como variável diferenciadora na opinião em relação à praxe. A formação na área das *Ciências Sociais e Humanas* é a que surge mais frequentemente com valores significativamente mais baixos na relação com a praxe, permitindo presumir algum distanciamento e até rejeição de rituais iniciáticos descritos, muitas vezes como manifestações de poder e expressão de desigualdades (Mikell, 2014). Uma interpretação plausível passa por considerar que nessa área de formação haverá uma focagem numa atitude intelectual problematizadora da condição humana e em temas relacionados com a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos, equidade e justiça social. Não obstante o registo anterior, as estudantes do 1.º ano expressam uma atitude mais favorável à praxe, comparativamente às do 2.º e 3.º anos. Esta situação pode ocorrer por sentirem que essas práticas facilitam a sua integração na instituição e o estabelecimento de uma nova rede de relações (Vieira, 2013), ou por, sendo novatas, se subordinarem a essas práticas para evitarem o isolamento social e a exclusão do grupo de pares (Miranda et al., 2012).

Quanto aos rapazes, os resultados obtidos indicam uma maior simpatia pela praxe (escala global e Fator 1, RPP) e podem dar azo a diversas interpretações, de entre as quais se arriscam algumas ideias. Os rapazes deste estudo, ao aderirem a situações que implicam o cumprimento de ordens ou a sujeição a ameaças, têm um funcionamento mais submisso à autoridade, quando comparados com as raparigas, o que não coincide com o exposto em alguma literatura sobre comportamentos de subordinação (*e.g.*, Akin, 2009). Contudo, este dado

é congruente com os estudos de Gilligan (1997), que sugerem que os homens se organizam socialmente numa configuração piramidal, ao passo que as mulheres se orientam socialmente em redor de um círculo. Assim, os homens procuram evitar a base da pirâmide e alcançar o seu topo, e as mulheres procuram o centro do círculo e evitar a sua periferia, que corresponderia à solidão e à ausência de relações sociais. Os rapazes tendem ainda a encarar as situações de praxe num registo de brincadeira, onde o cumprimento de ordens, a sujeição a ameaças ou a violação de regras são acontecimentos minimizados na importância das suas implicações. A confirmar-se, esta interpretação pode indicar maior condescendência à violência e à perspetiva sociocultural de uma sociedade com posições de género hierarquicamente desiguais (Leite, 2013).

Conclusão

Em jeito de conclusão, entende-se que importa compreender o modo como a comunidade estudantil vive a transição para o ensino superior, a qual é encarada como uma das mais significativas de todo o ciclo de vivências académicas. No ensino superior, os desafios são muitos e diversos no que respeita, por exemplo, à relação pedagógica que se estabelece entre estudantes e professores, aos métodos de trabalho, ou mesmo ao afastamento de pessoas significativas e de suporte social, quando o estabelecimento de ensino superior se situa fora da zona de residência do estudante. Atendendo a estas razões, é relevante e útil que a transição e a entrada no ensino superior sejam marcadas por sentimentos de suporte, pertença e bem-estar, enquanto facilitadores da adaptação. Na instituição estudada, a entrada de estudantes “caloiros” parece ser vivida de forma relativamente equivalente por rapazes e por raparigas.

A passagem pelo ensino superior também significa, para muitos estudantes, uma etapa de formação crucial antes de se entrar num outro registo de vida, isto é, antes de se ter um emprego, uma relação de tipo conjugal, ou responsabilidades parentais. No fundo, usando uma linguagem simplista, antes de se ser adulto. E neste particular, a passagem pelo ensino superior também desempenha um papel muito importante na formação de pessoas, não apenas no domínio académico, mas também no domínio das competências sociais e cívicas. Deste modo, importa desenvolver todos os esforços para que a praxe, enquanto período marcante da transição e entrada no ensino superior, corresponda à oportunidade de desenvolvimento de um sentido de pertença a uma nova e significativa comunidade através da sua convivência, do direito à vivência de relações paritárias, da solidariedade

e da alegria. O facto de as estudantes da amostra, ainda que de modo pouco expressivo, terem manifestado menor agrado do que os seus colegas do sexo masculino relativamente à praxe, permite levantar a questão quanto ao carácter sexista e anti-emancipatório de alguns comportamentos que ainda se possam praticar no âmbito da instituição estudada. Considerando que comportamentos ofensivos associados a rituais de passagem para o ensino superior facilmente evoluem para formas reiteradas de humilhação e coerção, e que a violência contra a mulher ainda constitui um dos tipos de violência mais frequentes na sociedade, é fundamental uma vigilância permanente no sentido de atalhar qualquer comportamento que lese a dignidade e a integridade de cada estudante. Entre outras iniciativas que possam ser desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, encontra-se a de realizarem estudos sobre estes temas. Produzir investigação constitui um meio, por um lado, de desocultar problemas desta natureza e, por outro, de providenciar conhecimento que contrarie eventuais crenças sexistas e que ative pensamentos e ações de justiça e equidade social. Crê-se que estes estudos terão um papel tanto mais profícuo junto dos estudantes, quanto mais estes forem envolvidos no papel de coinvestigadores.

Bibliografia

- Akin, A. (2009). Self-compassion and submissive behavior. *Education and Science*, 34(152), 138–147. <http://ijsse.com/sites/default/files/issues/2014/v4-i3-2014/Paper-14.pdf>
- Allan, E. J., Kerschner, D., & Payne, J. M. (2018). College student hazing experiences, attitudes, and perceptions: Implications for prevention. *Journal of Student Affairs Research and Practice*, 56(1), 32–48. <https://doi.org/10.1080/19496591.2018.1490303>
- Bjorklund, K., Hakkanen-Nyholm, H., Huttunen, T., & Kunttu, K. (2010). Violence victimization among Finnish university students: Prevalence, symptoms and healthcare usage. *Social Science & Medicine*, 70(9), 1416–1422. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2009.12.015>
- Caldeira, N. S., Silva, O., Sousa, A., Martins, D. M. J., Mendes, M., & Botelho, P. S. (2015). Estudantes do ensino superior, praxe académica e satisfação com a vida. *Configurações*, (16), 97–112. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.2865>
- Callahan, M. R., Tolman, R. M., & Saunders, D. G. (2003). Adolescent dating violence victimization and psychological well-being. *Journal of Adolescent Research*, 18(6), 664–681. <https://doi.org/10.1177/0743558403254784>
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, XXIV(4), 485–493. <https://doi.org/10.14417/ap.541>

- Cimino, A. (2011). The evolution of hazing: Motivational mechanisms and the abuse of newcomers. *Journal of Cognition and Culture*, 11, 241–267. <https://doi.org/10.1163/156853711X591242>
- Cimino, A. (2013). Predictors of hazing motivation in a representative sample of the United States. *Evolution and Human Behavior*, 34(6), 446–452. <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2013.08.007>
- Costa, S., Dias, O., Dias, A., Souza, T., & Canela, J. (2013). Trote universitário: Diversão ou constrangimento entre os acadêmicos de saúde?. *Revista Bioética*, 21(2), 250–258. <https://www.scielo.br/j/bioet/a/qnKqZNRp6X4QstDwqPJwmz/abstract/?lang=pt>
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. D. (2007). Violência: Um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163–1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>
- Estanque, E. (2017). A práxis do trote: Breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. *Sociologia & Antropologia*, 7(2), 429–458. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v725>
- Favero, M., Pinto, S., Ferreira, F., Machado, F., & Del Campo, A. (2018). Hazing violence: Practices of domination and coercion in hazing in Portugal. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(11), 1830–1851. <https://doi.org/10.1177%2F0886260515619748>
- García-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., & Watts, C. (2006). *WHO multi-country study on women's health and domestic violence: Prevalence of intimate partner violence: Findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence*. World Health Organization. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(06\)69523-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(06)69523-8)
- Gilligan, C. (1997). *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, G. A. N. F. (2014). *Recomendações às instituições de ensino superior sobre praxes acadêmicas*. Ministério da Educação e Ciência. <http://www.portugal.gov.pt/media/1515926/20140909%20mec%20recomendacoes%20praxes.pdf>
- Johnson, J., Guerrero, M., Holman, M., Chin, J., & Signer-Kroeker, M. (2018). An examination of hazing in Canadian intercollegiate sports. *Journal of Clinical Sport Psychology*, 12(2), 144–159. <https://doi.org/10.1123/jcsp.2016-0040>
- Klerk, V. (2013). Initiation, hazing or orientation? A case study at a South African university. *International Research in Education*, 1(1), 86–100. <https://doi.org/10.5296/ire.v1i1.4026>
- Leite, M. S. S. (2013). *Lei Maria da Penha: O desafio de sua execução frente às falhas do Estado* [Comunicação]. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, São Luís do Maranhão, Brasil. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/leimariadapenha-odesafiodesuaexecucaofrenteasfalhasdoestado.pdf>
- Lewis, S. F., & Fremouw, W. (2001). Dating violence: A critical review of the literature. *Clinical Psychology Review*, 21(1), 105–127. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(99\)00042-2](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(99)00042-2)
- Marin, J. C., Araújo, D. C. S., & Neto, J. E. (2008). O trote em uma faculdade de medicina: Uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(4), 474–481. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000400010>

- Mascarenhas, S. A. N., Matos, F. A., Jesus, S. N., & Galdino, Z. C. (2011). Diagnóstico e avaliação das praxes ou trotes: Um estudo transcultural com universitários de Portugal e do Brasil. In ABPSA (Ed.), *Anais do II Congresso Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde e I Congresso Ibero-Americano de Psicologia da Saúde* (Vol. 1, pp. 1–11). ABPSA.
- Matos, F., Jesus, S., Simões, H., & Nave, F. (2010). Escala para avaliação das situações de *bullying* nas praxes do ensino superior. *Psyc@w@re*, 3(1). <http://www1.ci.uc.pt/ipc/2007-2010/index.php?l=pt&paginao=revista&edicao=24>
- Mendes, J. M., Duarte, M., Araújo, P., & Lopes, R. (2013). Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal: Representações e práticas. *Teoria e Sociedade*, 21(1), 87–111. <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/83>
- Mikell, T. (2014). *Getting away with murder: Hazing, hegemonic masculinity, and victimization* [Dissertação de mestrado, University of South Carolina]. <http://scholarcommons.sc.edu/etd/2853>
- Miranda, M. I. F., Oliveira, T. R., Barreto, P. T., Ferriani, M. G. C., Santos, M. A. M., & Neto, D. L. (2012). Conduta de acadêmicos de uma universidade da região amazônica frente ao *bullying*. *Enfermagem em Foco*, 3(3), 114–118. <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/293>
- Nuwer, H. (2001). *Wrongs of passage: Fraternities, sororities, hazing and binge drinking*. Indiana University Press.
- Pimentel, M., Mata, M., & Pereira, F. (2012). Práticas iniciáticas de integração no ensino superior: Um ritual institucionalizado ou um processo de (des)integração?. In C. Gonçalves & C. Tomás (Eds.), *Atas do V Encontro do CIED: Escola e Comunidade* (pp. 393–401). CIED—Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais, Escola Superior de Educação de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/1739>
- Silva, A. C. C. C. L. (2013). *Bullying no ensino superior: Caso da universidade do Minho: O contributo do marketing social* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/25408>
- Silva, F. I. C. D. (2015). *Influência da personalidade e das vivências de praxe na adaptação ao ensino superior* [Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro]. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/15440/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Silva, O., Caldeira, S. N., Mendes, M., Botelho, S., & Martins, M. J. (2016). Dealing with hazing: Are there different profiles of higher education students?. *Asian Journal of Humanity, Art and Literature*, 3(2), 169–176. <https://i-proclaim.my/journals/index.php/ajhal/article/view/332>
- Sousa, R., Lopes, A., & Ferreira, E. (2012). *O processo de adaptação dos estudantes ao ensino superior: Um estudo com estudantes de uma escola de educação e de uma escola de saúde*. [Comunicação]. 12º Congresso Iberoamericano de Didática Universitária, Porto. AIDU. <https://www.aidu-asociacion.org/o-processo-de-adaptac%cc%a7a%cc%83o-dos-estudantes-ao-ensino-superior-um-estudo-com-estudantes-de-uma-escola-de-educac%cc%a7a%cc%83o-e-de-uma-escola-de-saude/>

- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. 2). Horizonte
- Véliz-Calderón, D., & Allan, E. J. (2017). Defining hazing: Gender differences. *Oracle: The Research Journal of the Association of Fraternity/Sorority Advisors*, 12(2), 12–25. <https://doi.org/10.25774/jkyw-fh16>
- Vieira, P. (2013). *Vivências da praxe académica: Perceção de integração e ansiedade na transição para o ensino superior* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/25316>
- Wolfe, D., Wekerle, C., & Scott, K. (1997). *Alternatives to violence. Empowering youth to develop healthy relationships*. SAGE.
- Yinan, L. (2017). *Tradições estudantis universitárias: Instrução militar versus praxe académica* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/45926>

3. PERFIL DOS TURISTAS SENIORES NO DESTINO AÇORES*

Osvaldo Silva^a | Teresa Medeiros^b | Ana Moniz^c

Sheila Furtado^d | Virgílio Vieira^e | Licínio Tomás^a

Introdução

As dinâmicas associadas ao turismo e a dimensão e importância que este setor tem vindo a atingir a nível mundial, na criação de riqueza e no apoio ao desenvolvimento e ao estímulo da economia das regiões e dos países, contribuem para a atração e fixação de pessoas e para a criação de emprego, possibilitando o aumento do rendimento das populações locais, embora também possa causar alguns impactos negativos a nível social e ambiental (Kollmuss & Agyeman, 2002).

Um conjunto de circunstâncias, incluindo o aumento da esperança de vida e da qualidade dos serviços de saúde, para além do aumento do poder aquisitivo de grupos populacionais recentemente reformados, nomeadamente em países ricos (Olivera, 2019), tem impulsionado a alteração dos hábitos das pessoas idosas e, sobretudo, dos seus modos de vida, conduzindo à melhoria das suas condições de vida e ao desejo de experienciarem novas situações potenciadoras do seu bem-estar físico e psicológico e da sua felicidade. Paralelamente, a liberalização do espaço aéreo permitiu a entrada de companhias aéreas de baixo custo (*low cost*), por um lado, aumentando substancialmente a oferta de voos com tarifas muito acessíveis; e, por outro, facilitou o aumento do turismo a nível mundial.

* Este capítulo é um resultado do projeto *TuSénior 55+*: Turismo sénior e bem-estar no destino Açores: criação de um produto cultural, financiado pelo PO2020 Açores e pelo Governo Regional dos Açores (ACORES-01-0145-FEDER-00002 TuSénior 55+).

a. Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc / CICS.UAc).

b. Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Social e Humano da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra (IPCDSH).

c. Universidade dos Açores, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA).

d. Colaboradora da Universidade dos Açores.

e. Universidade dos Açores, Grupo da Biodiversidade dos Açores (GBA/cE3c).

Com o aumento do turismo, com ênfase no segmento do turismo sénior, as entidades do setor público e privado sentem a necessidade de obter melhor qualidade de informação sobre a atividade turística e demais atividades de suporte, para adequadamente desenvolverem políticas, estratégias e planos de ação para o setor. O ponto de partida para a elaboração da estratégia de *marketing* é a segmentação do mercado. Efetivamente, os turistas seniores são um segmento em nítida expansão (World Tourism Organization [WTO], 2001), constituindo um atrativo de eleição, de interesse estratégico para a economia de certos destinos, com especial incidência em regiões com clima ameno nos seus invernos (*e.g.*, Algarve, Madeira e Açores). Deste modo, importa estudar as características dos turistas seniores, determinar as suas necessidades, preferências, expetativas, comportamento e motivações, de modo a identificar vários segmentos de mercado, para depois conceber novos produtos e serviços turísticos que os possam satisfazer e, se possível, superar as suas expetativas.

A satisfação com a experiência turística está frequentemente associada à fidelização e recomendação do destino, ou seja, à chamada divulgação boca-a-boca. Para perceber o que leva um turista a escolher um destino ou a preferir um determinado produto e/ou serviço, é fundamental compreender as suas motivações, que afetam a tomada de decisão e a satisfação com as experiências turísticas (Pearce, 1982; Snepenger et al., 2006).

Nos Açores, região arquipelágica de Portugal localizada no meio do Atlântico, o turismo, que era muito pouco expressivo em comparação com outros espaços, teve um crescimento muito acentuado nos últimos anos. Porém, há um déficit de investigação relativamente ao turismo sénior na região. Por isso, entre outros objetivos, o projeto *TuSénior 55+* pretendeu conhecer quem são esses turistas, quais são os seus motivos e o que preferem fazer, e, por último, identificar os fatores que influenciam os turistas seniores a visitarem os Açores. Por turistas seniores entende-se, neste estudo, os turistas com idade igual ou superior a 55 anos.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo principal elencar os distintos perfis de turistas seniores no *destino Açores* e enumerar as características associadas a cada um deles, de modo a serem futuramente potenciadas estratégias adequadas ao acolhimento e permanência destes turistas. Para esse efeito, procurou-se responder às seguintes questões de investigação: Quais são as características sociodemográficas mais relevantes dos turistas seniores que visitam os Açores?; Quais são as suas principais motivações na escolha deste destino?; Quais são os seus interesses e atividades realizadas durante a sua estada nos Açores?; Será que existe associação estatisticamente significativa entre a satisfação com a viagem e as características sociodemográficas, a perceção de saúde,

a satisfação com a vida, os fatores da escala de motivações dos turistas seniores e as áreas temáticas das atividades realizadas aquando da visita aos Açores?; e, finalmente, à de saber se haverá perfis distintos entre os turistas seniores, tendo em consideração todas as variáveis em estudo.

Turismo e turistas seniores

O turismo tornou-se, nos últimos anos, o setor em maior e mais rápida expansão, pelo que os países e as suas regiões registam ou adotam, cada vez mais, estratégias de desenvolvimento baseadas nas atividades turísticas, com maior retorno económico, de criação de emprego e bem-estar para as populações (WTO, 2013). Por seu lado, as previsões demográficas e sociais apontam para uma maior longevidade da população (Lohmann & Danielsson, 2001; Schroder & Widmann, 2007) e, de acordo com as investigações, as pessoas de faixas etárias mais avançadas, com idade igual ou superior a 55 anos, estão a ter um peso crescente no setor do turismo e nas receitas que este gera (Alén et al., 2010; Fleischer & Pizam, 2002; Major & McLeay, 2013; Mathur et al., 1998; Nimrod, 2008; Pederson, 1994).

As pessoas mais idosas são um segmento de turismo cada vez mais importante, não só devido ao aumento progressivo da esperança de vida, com melhor saúde física e mental do que as gerações anteriores (Alén et al., 2010), mas também, em virtude das características sociodemográficas, do tempo e rendimento disponíveis e dos níveis de educação e experiências vividas (Patterson, 2006; Patterson & Pegg, 2009). O turismo sénior pode proporcionar a estas pessoas emoções agradáveis no decurso da viagem, contribuindo para a satisfação com a vida no seu processo de envelhecimento. O ato de viajar é promotor de experiências positivas e de bem-estar (Ashton et al., 2015; Medeiros et al., 2019; Medeiros et al., 2020; Rodrigues & Mallou, 2014), podendo influenciar a satisfação dessas pessoas com a vida. O quotidiano da pessoa é influenciado pelas experiências de vida e pela perceção do mundo externo (Diener et al., 1999), pelo que o turismo poderá ser considerado uma estratégia de envelhecimento ativo e de promoção da qualidade de vida (Lisbon, 2015; Medeiros et al., 2020; Moniz et al. 2020), com implicações no bem-estar global.

De acordo com a literatura, as principais características associadas a este perfil de turistas prendem-se com o facto de serem pessoas relativamente saudáveis e com maiores níveis de escolaridade (Patterson, 2006), com maior rendimento disponível e mais tempo para o lazer (Baia et al., 2001; Patterson, 2006), mais independentes da família (Fleischer & Pizam, 2002; Patterson, 2006), e com menores

encargos fixos com a habitação e com descendentes (Fleischer & Pizam, 2002). Aproveitam as promoções fora da época alta, tanto dentro como fora do seu país ou da sua região de origem (Avcikurt, 2009; Scott et al. 2009; Vincent & de Los Santos, 1990; Zimmer et al., 1995), viajam com maior frequência e por períodos mais longos do que os não idosos (Huang & Tsai, 2003), sentem a necessidade de contactos sociais, visitas a familiares (Rowe & Kahn, 1997) e de fuga à solidão e à rotina (Patterson & Pegg, 2009).

Os turistas seniores manifestam, muitas vezes, necessidades e preferências diferentes das dos turistas mais jovens (Fleischer & Pizam, 2002), e este é considerado um segmento muito heterogéneo (Huang & Tsai, 2003; Shoemaker, 1989; Yoon et al., 2009). Dada a heterogeneidade deste segmento de mercado, é de extrema relevância compreender as suas motivações turísticas, a par das suas características sociodemográficas. Embora existam duas teorias — a teoria da ação refletida e a teoria do comportamento planeado — que fornecem conceitos úteis para lidar com as complexidades do comportamento social humano (Ajzen, 1991), é necessário, de acordo com Crompton e McKay (1997), identificar e priorizar os motivos dos indivíduos, de modo a tentar-se compreender o processo de decisão dos turistas. Segundo Moutinho (2000), quando se fala de motivação, numa perspetiva turística, está-se a referir a uma necessidade que leva o indivíduo a fazer determinadas escolhas que lhe possam dar satisfação e prazer. Assim, dada a inexistência de um instrumento direcionado para este segmento turístico e tendo em consideração os requisitos e as escolhas disponibilizadas no destino a ser visitado, foi desenvolvida e aferida uma *escala de motivações para turistas seniores* e utilizada a *escala de satisfação com a vida*, assim como as informações associadas à satisfação com a viagem. Esta opção vai ao encontro do facto de a satisfação estar intrinsecamente ligada aos motivos iniciais para a realização da experiência turística (Kozak, 2002).

Os turistas seniores sentem que viajar é um processo de rejuvenescimento que contribui certamente para o enriquecimento das suas vivências (Patterson & Pegg, 2009). Fleischer e Pizam (2002) relatam que os turistas seniores procuram atividades e experiências que os façam sentir bem consigo próprios e autorrealizados. Frequentemente, procuram experiências turísticas que promovam socialização, relaxamento, ou descanso (Lehto et al., 2008). Sublinhe-se que os seniores valorizam os momentos de animação e de diversão. Atividades que envolvam os cinco sentidos e diferentes sentimentos, e que estimulem o grau de satisfação e de emoção (Schmitt, 1999), tornarão certamente cada experiência em algo único e memorável. Para o segmento do turismo sénior, e de modo a responder aos seus anseios e às suas diferenciadas necessidades,

é imprescindível que a oferta de produtos turísticos tenha em atenção as suas características sociodemográficas, tais como o género, a faixa etária, as habilitações literárias, o estado de saúde, o rendimento disponível, as experiências de vida, entre outras (Silva et al., 2020; Sudbury & Simcock, 2009), tendo em vista proporcionar experiências consistentes ao longo do tempo e que promovam o seu bem-estar (Medeiros et al., 2020; Tiago et al., 2016) e a sua saúde. É expectável que os turistas tenham motivações, expectativas e necessidades diferentes e que desejem usufruir de experiências distintas ao longo da estada (Medeiros et al., 2019), pelo que importa identificar diferentes perfis de turistas seniores que visitam os Açores, em face da sua heterogeneidade.

Método e procedimentos

Para a operacionalização deste estudo, inquirimos uma amostra de mil turistas seniores de ambos os sexos que visitaram os Açores, entre maio de 2017 e maio de 2019. A amostra é maioritariamente do sexo feminino (54,2%), proveniente do estrangeiro (51,8%) e residente na Europa (66,6%), com habilitações literárias de nível superior (39,2%), seguindo-se o ensino básico (34,9%) e por fim o ensino secundário (25,9%). As idades estão compreendidas entre os 55 e os 90 anos de idade, situando-se em grande parte na faixa etária dos 55 aos 64 anos (49,4%). Do ponto de vista da última profissão, a categoria profissional mais representada na amostra é a de especialistas de atividades intelectuais e científicas e profissões liberais (38%), seguindo-se as profissões intermédias, administrativas, ligadas a serviços ou a comércio e vendas. A maioria encontra-se na situação de reforma (62,9%), e 49,3% consideram que o seu rendimento económico lhes permite viver confortavelmente. A maioria (58,3%) perceciona a sua posição social como elevada ou muito elevada. 73,7% vivem com companheiro/a. Ao nível da perceção do seu estado de saúde, 44,5% da amostra avaliam-no como bom.

Desta amostra de turistas seniores que viajaram para os Açores, 41% permaneceram na Região entre oito e vinte dias, ficaram alojados maioritariamente em hotel (68,7%) e viajaram, principalmente, acompanhados pela família e amigos (72,6%), visitando sobretudo as ilhas de São Miguel (87,9%), Terceira (43,8%), Pico (34,1%) e Faial (32%), significando esta sobreposição de percentagens que uma faixa já relativamente expressiva visita mais do que uma ilha durante a sua estada nos Açores.

Relativamente ao número de visitas anteriores aos Açores, 33,8% dos inquiridos referiram ser a sua primeira vez, enquanto 37,3% deles afirmaram já terem

realizado pelo menos três visitas. A reserva das viagens é efetuada maioritariamente através de agências de viagens (59,8%), mas havendo um grande interesse na reserva através da Internet (25,9%), numa tendência para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Saliente-se ainda que 66,8% da amostra de turistas seniores manifestaram um elevado grau de satisfação com a escolha do destino.

Cada turista da amostra foi inquirida/o no final da sua estada nos Açores, recorrendo a um questionário e a escalas, nomeadamente a *Escala de Motivações do Turista Sénior* (EMTS) construída pela equipa de investigação para este efeito, em línguas portuguesa e inglesa. O questionário inclui vários grupos de questões, como sejam as relativas i) à caracterização sociodemográfica (sexo, idade, nacionalidade, estado civil, nível de escolaridade, etc.); ii) à saúde e ao bem-estar (saúde percebida, nível de satisfação com a saúde, satisfação com a vida); iii) à viagem (programação, reserva, com quem viaja, ilha(s) visitada(s), escolha do tipo de alojamento, duração da viagem, interesses e atividades e o seu grau de participação e de satisfação com as mesmas, entre outras); e, finalmente, iv) ao grau de satisfação com o *destino Açores*.

A EMTS (Silva et al., 2018) é composta por um conjunto de 17 itens referentes aos motivos para visitar os Açores, sendo cada item avaliado numa escala de Likert com cinco pontos (1: *nada importante*, 2: *pouco importante*, 3: *indiferente*, 4: *importante*, e 5: *muito importante*). A razão para o desenvolvimento desta escala prendeu-se com a inexistência de um instrumento adequado para mensurar as motivações dos turistas seniores, emergindo, após a sua aferição e validação, três fatores ou dimensões de motivos para a escolha do *destino Açores*: Fator 1: *Conhecimento e enriquecimento pessoal*; Fator 2: *Sociabilidade e divertimento*; e Fator 3: *Exploração identitária e busca de bem-estar* (Silva et al., 2018). Tal diferenciação entre turistas seniores segundo as suas motivações poderá ajudar os agentes turísticos a adequar, redesenhar e promover programas mais adequados para esses nichos específicos de mercado.

Foi averiguado um conjunto de interesses e de atividades disponíveis nos Açores, incluindo as que os turistas fizeram ou não, e o grau de satisfação com a realização das mesmas. Aplicou-se, igualmente, a *Escala de Satisfação com a Vida*, validada para a população portuguesa por Simões (1992), a partir da *Satisfaction With Life Scale* (SWLS), concebida por Diener et al. (1985), a qual tem o propósito de avaliar a forma como as pessoas se julgam acerca do quanto estão satisfeitas com as suas vidas. O grau de satisfação com a viagem ao *destino Açores* foi avaliado numa escala de cinco pontos (1: *muito satisfeito*, 2: *bastante satisfeito*, 3: *satisfeito*, 4: *pouco satisfeito*, 5: *nada satisfeito*).

O estudo foi submetido à Comissão de Ética da Universidade dos Açores e foram garantidos aos participantes o anonimato e confidencialidade dos dados, após a comunicação dos objetivos do estudo. Os participantes assinaram um termo com o seu consentimento livre e esclarecido. Os dados recolhidos foram analisados com recurso a vários métodos estatísticos, desde a estatística descritiva a técnicas multivariadas, dentre os quais se destacam: o método das *k*-médias, no âmbito da Análise Classificatória, e a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), usando o IBM® SPSS Statistics 25.

Resultados

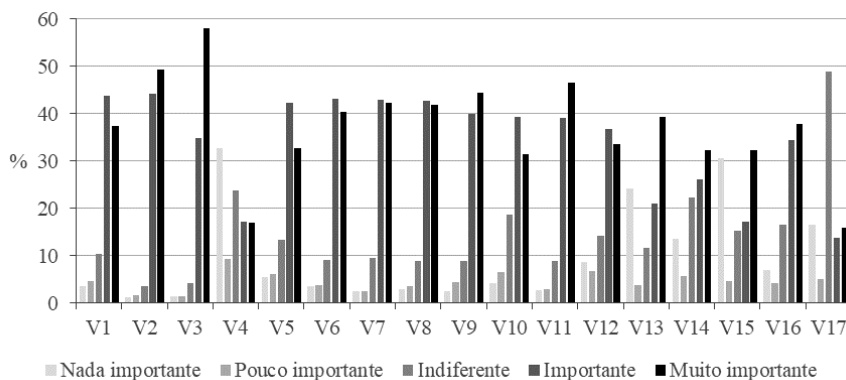
Os principais motivos para os turistas seniores visitarem a região Açores foram analisados segundo o grau de importância que lhes foi atribuído pelos próprios inquiridos e estão apresentados no Gráfico 3.1. As variáveis com maior expressão nas categorias de avaliação foram:

Muito importantes: V3 (*Para conhecer as belezas naturais*, 58%), V2 (*Para conhecer novos lugares*, 49,3%) e V11 (*Por ouvir dizer que era uma região bonita*, 46,5%) — itens referentes à natureza preservada dos Açores e à sua beleza.

Importantes: V1 (*Para conhecer os usos e costumes das gentes dos Açores*, 43,9%), V6 (*Para divertir-me*, 43,1%), V7 (*Para enriquecer os meus conhecimentos*, 42,9%), V8 (*Para fazer férias*, 42,7%) e V5 (*Para experimentar atividades diferentes/ter emoções novas*, 42,3%) — itens ligados ao conhecimento, ao experienciar novas emoções e à fuga à rotina.

Nada importantes: V4 (*Para não estar sozinho/a em casa*, 32,8%), V15 (*Para conhecer as raízes familiares*, 30,6%) e V13 (*Para visitar amigos e familiares*, 24,3%) — itens mais associados ao lugar e às suas relações sociais e familiares.

Gráfico 3.1 Percentagem de respostas da amostra de turistas seniores, segundo o grau de importância atribuída aos motivos para visitar os Açores



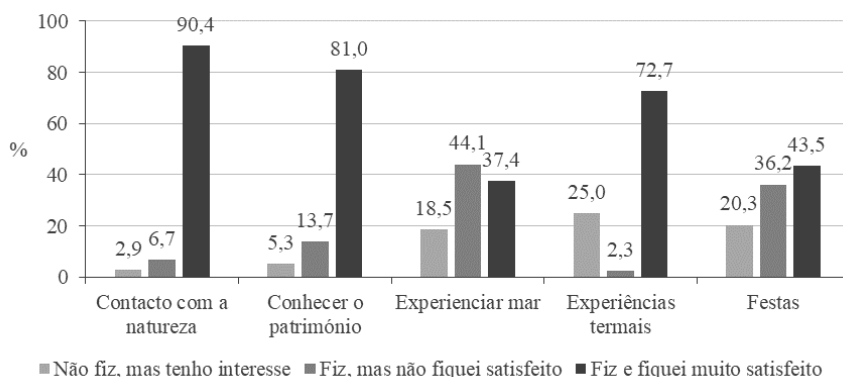
Fonte: Inquérito TUSénior 55+, 2019.

A EMTS (Silva et al., 2018) é constituída por três fatores que explicam 74% da variância total dos resultados e que apresentam boa consistência interna (valores do coeficiente *alfa* de Cronbach superiores a 0,8, em todos os fatores). O Fator 1 (F1), designado por *conhecimento e enriquecimento pessoal*, engloba cinco itens (1, 2, 3, 5, 7), tendo em consideração o conteúdo dos itens referentes aos lugares que visitam, numa perspetiva, quer do seu património natural e cultural, quer da experiência de atividades diferentes e de novas aprendizagens. O Fator 2 (F2) engloba seis itens (6, 8, 9, 10, 11, 12), designado por *sociabilidade e divertimento*, abrange um conjunto de motivos ligados ao convívio e à descontração, ao relaxamento e à fuga às rotinas quotidianas. O Fator 3 (F3) engloba seis itens (4, 13, 14, 15, 16, 17), os quais estão ligados à procura de momentos únicos e de paz interior e para se encontrarem consigo próprios, pelo que é designado por *exploração identitária e busca de bem-estar*.

Os valores das medidas de tendência central (média e mediana) obtidos sobre a amostra de turistas apresentam os valores mais elevados no F2, *sociabilidade e divertimento* (média=24,29; mediana=24), seguidos do F1, *conhecimento e enriquecimento pessoal* (média=21,07; mediana=21); e os valores mais baixos no F3, *exploração identitária e busca de bem-estar* (média=19; mediana=19). Em síntese, os turistas seniores que visitam os Açores atribuem mais importância às atividades ligadas ao convívio e à descontração, seguida dos lugares que visitam, assim como à interação com a experimentação de atividades diferentes.

O conjunto de atividades disponibilizadas foi subdividido em áreas temáticas, designadas como: *contacto com a natureza*, que inclui passear por jardins, visitar paisagens, fazer caminhadas e trilhos e contemplar e sentir a natureza; *experienciar o mar*, que abrange mergulhar, ir às praias, pescar, passear de barco e fazer observação de cetáceos; *conhecer o património edificado e cultural*, que contempla visitar igrejas e museus, conhecer as culturas tradicionais e locais com artesanato; *festas e diversão*, que inclui festas, festivais e animação noturna; e, por último, *experiências termais*. O Gráfico 3.2 apresenta os resultados obtidos, sendo de realçar que as áreas temáticas em que os turistas ficaram mais satisfeitos estão associadas ao *contacto com a natureza* (90,4%), a *conhecer o património edificado e cultural* (81%) e às *experiências termais* (72,7%).

Gráfico 3.2 Percentagem de respostas da amostra de turistas seniores, segundo o grau de satisfação com o destino Açores, por tipos de atividades realizadas



Fonte: Inquérito TUSénior 55+, 2019.

Com o intuito de analisar a relação entre a satisfação com a viagem e as variáveis sociodemográficas, a percepção do estado de saúde, a satisfação com a vida, os motivos para visitar os Açores, os fatores da escala de motivações dos turistas seniores e as áreas temáticas das atividades realizadas aquando da visita aos Açores, foi utilizado o teste de independência do qui-quadrado (χ^2). Constatou-se a existência de associações estatisticamente significativas entre a *satisfação dos turistas com a viagem* e: a *nacionalidade* ($\chi^2=13,327$; $p=.001$); a *faixa etária* ($\chi^2=35,385$; $p=.000$); as *habilitações literárias* ($\chi^2=12,834$; $p=.012$); a *percepção do*

estado de saúde ($\chi^2=18,930$; $p=.001$); a *satisfação com a vida* ($\chi^2=24,316$; $p=.000$); e os três fatores da EMTS: F1 ($\chi^2=13,006$; $p=.001$), F2 ($\chi^2=17,591$; $p=.000$) e F3 ($\chi^2=5,704$; $p=.043$). Podemos afirmar que, tendencialmente, os turistas mais satisfeitos são: nacionais, os mais jovens (55–64 anos), com o ensino superior, que avaliam o seu estado de saúde como sendo bom, que se declaram muito satisfeitos com a vida, e que consideram muito importantes os seguintes fatores como motivações para viajar para o *destino Açores: conhecimento e enriquecimento pessoal, sociabilidade e divertimento* e, finalmente, *exploração identitária e bem-estar*. Procurámos perceber se os turistas apresentam tipos diferenciados, tendo em consideração as características sociodemográficas, a sua perceção sobre o seu estado de saúde e a sua satisfação com a vida, os motivos para visitar os Açores definidos através da EMTS (*conhecimento e enriquecimento pessoal; sociabilidade e divertimento; exploração identitária e busca de bem-estar*) e as áreas temáticas referentes aos interesses e atividades realizadas ou propostas durante a estada nos Açores (*contacto com a natureza; conhecer o património; experienciar o mar; festas e diversão; experiências termais*). Para tal, foram averiguadas as associações entre estas variáveis através de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). Tendo por base as coordenadas dos indivíduos nas duas componentes principais retidas na ACM, foi aplicado o método não hierárquico das *k-means*, de forma a maximizar as diferenças entre os indivíduos incluídos em *clusters* diferentes, para agrupar os indivíduos nesses *clusters* e confirmar os perfis identificados na ACM. Assim, as principais características dos 1.000 turistas foram resumidas em três *clusters*. Para uma análise mais minuciosa e uma melhor caracterização de cada um dos três perfis de turistas seniores que visitam o *destino Açores*, foi efetuado o cruzamento das variáveis mais relevantes em estudo com os três *clusters*.

O primeiro perfil de turistas seniores (primeiro *cluster*, 20,9% do total da amostra) é o dos *felizes com pouco*. Este é constituído principalmente por turistas nacionais (70,7%), maioritariamente entre 55 e 74 anos de idade, com predominância do sexo feminino (57%), com habilitações académicas mais baixas, que declararam maior satisfação com as atividades realizadas, inseridas nas respetivas áreas temáticas; este perfil considera muito importantes todos os três fatores emergentes da EMTS: *conhecimento e enriquecimento pessoal, sociabilidade e divertimento*, e *exploração identitária e busca do bem-estar*.

O segundo perfil corresponde aos *mais jovens e mais satisfeitos* (*cluster* 2, o mais numeroso, com 51,2% da amostra). É composto por turistas de predominância nacional (54,1%), mais jovens (55 a 64 anos), maioritariamente do sexo feminino (55,8%), com habilitações mais elevadas (43,7% têm o ensino superior), que se declararam muito satisfeitos com a viagem (70%) e com as atividades feitas

e incluídas nas áreas temáticas *contacto com a natureza*, *conhecer o património* e *atividades termais*. Também, valorizam a *sociabilidade* e o *divertimento* como motivos para viajar (71%).

O terceiro perfil respeita aos turistas *mais exigentes* (*cluster 3*, com 27,9% do total), integrando principalmente turistas estrangeiros (80,2%), tendo mais de 64 anos (78,7%) e uma grande parte (43,6%) com habilitações de ensino superior. São mais exigentes com a viagem, assim como com as atividades feitas, tendo ficado mais satisfeitos com aquelas ligadas ao *contacto com a natureza*, a *conhecer o património* e, por último, às *atividades termais*. Os turistas com este perfil não atribuíram grande relevância a qualquer dos motivos para visitar os Açores.

Conclusão

Os turistas seniores constituem um segmento de mercado em franca expansão, no que diz respeito à escolha dos Açores como destino turístico. Conhecer as características dos turistas seniores, os seus motivos e as suas motivações para viajarem, as atividades desejadas e as suas preferências e interesses, contribui certamente para o melhoramento e/ou desenvolvimento de produtos e serviços turísticos para esse segmento de mercado, tendo em consideração as necessidades e expectativas individuais de um público em que impera a diversidade.

Este estudo reforça as conclusões obtidas noutros estudos desenvolvidos anteriormente pelo Observatório de Turismo dos Açores (2017) e pela equipa de investigadores do Projeto “TuSénior55+” (Medeiros et al., 2020; Moniz et al., 2020; Silva et al., 2020), evidenciando que os turistas que visitam os Açores se sentem satisfeitos com a sua viagem. Os turistas seniores que visitam os Açores atribuem uma maior importância aos motivos associados à natureza preservada dos Açores e às suas belezas ímpares, seguidos do conhecimento, do experienciar novas emoções e de fuga à rotina. Estes resultados vão ao encontro de investigações já realizadas para este segmento de mercado, apontando no sentido de que estes turistas viajam para terem novas experiências de vida, para socializarem com outras pessoas e para descansarem (Seymont, 2017; Vigolo et al., 2017).

O turismo tem um papel de extrema importância na qualidade de vida dos seniores, proporcionando a sociabilidade e divertimento, o conhecimento e enriquecimento pessoal e o bem-estar pelas experiências vivenciadas, contribuindo para o envelhecimento ativo e com bem-estar.

Conclui-se que os turistas participam de forma ativa e manifestam elevada satisfação ao praticarem atividades, especialmente ligadas à natureza, ao

património cultural e edificado e às experiências termais, atividades essas que beneficiam o seu bem-estar psicológico e social.

Foi verificada a existência de associações estatisticamente significativas entre a satisfação com a viagem e as variáveis sociodemográficas dos turistas (nacionalidade, faixa etária, habilitações literárias), a autoperceção do estado de saúde dos turistas, a satisfação com a vida, e os três fatores da EMTS (*conhecimento e enriquecimento pessoal; sociabilidade e divertimento; exploração identitária e busca de bem-estar*).

Os resultados mostram a existência de três perfis diferenciados dos turistas seniores que visitam os Açores, segundo as suas características sociodemográficas (nacionalidade, faixa etária, sexo e habilitações literárias), a autoperceção do estado de saúde, o grau de satisfação com a vida, as motivações para visitar os Açores, e, por fim, as áreas temáticas associadas aos interesses e atividades preferidas durante a sua estada no destino. O primeiro perfil é um segmento de mercado que abrange sobretudo os turistas nacionais, com as mais baixas qualificações académicas e profissionais e com um menor grau de exigência e de experiência turística e que, tendencialmente, ficaram satisfeitos com as atividades desenvolvidas durante a viagem. Este grupo é o que apresenta a mais baixa disponibilidade de rendimento, o que tem repercussões a nível da frequência com que podem viajar, pelo que qualquer oportunidade de viajar é uma forma de sair da sua rotina diária e que lhes desperta o interesse e a satisfação com a realização das atividades turísticas.

O segundo perfil abrange essencialmente os turistas mais jovens deste segmento de mercado, com uma ligeira predominância de turistas nacionais, do sexo feminino e, em grande parte, com qualificações académicas de nível superior; que gostam muito de interagir com as comunidades locais, de se divertir, e que, tendencialmente, ficaram muito satisfeitos com a viagem. Os turistas com este perfil declararam gostar principalmente de usufruir e de desenvolver atividades associadas ao contacto com a natureza, a conhecer o património e ao usufruto das termas.

O terceiro perfil integra maioritariamente turistas estrangeiros, com mais de 64 anos, com qualificações académicas diversificadas, tendo uma grande parte o ensino superior. Revelam uma cultura de maior exigência com as viagens e as atividades disponibilizadas e realizadas nesse âmbito. Demonstram níveis de satisfação mais elevados com as atividades relacionadas com o contacto com a natureza e o conhecimento do património.

O conhecimento da especificidade dos perfis do turista sénior poderá ajudar a potenciar e a redesenhar as políticas e as estratégias a serem desenvolvidas pelas

instituições públicas e privadas relacionadas com o setor do turismo. Ajudará também a monitorizar toda esta atividade de forma concertada, garantindo a sua planificação adequada, a regulação harmoniosa e a promoção da sustentabilidade do destino, de modo a disponibilizar produtos e serviços de elevada qualidade que proporcionem experiências únicas e de bem-estar.

Nos últimos anos, a procura turística tem aumentado consideravelmente nos Açores, exceção feita no período em que a pandemia por Covid-19 provocou um enorme impacto negativo nessa atividade, pelo que é um grande desafio garantir a identidade e sustentabilidade do destino, preservar os seus recursos naturais e patrimoniais, a par da competitividade. A aposta tem de continuar a ser na melhoria da qualidade dos serviços e produtos disponibilizados, com forte ligação à região, de modo que os turistas se sintam satisfeitos e felizes, conjuntamente com os *stakeholders* locais.

A pandemia por Covid-19 trouxe muitas incertezas ao setor turístico, mas se os Açores conseguirem aproveitar as oportunidades e apostarem ainda mais na transformação digital, na promoção e divulgação da região como um destino turístico seguro, com enfoque na sustentabilidade e em iniciativas associadas ao património natural e cultural, poderão afirmar-se como um destino de excelência. A aposta na criatividade e no desenvolvimento de soluções holísticas e inovadoras deverá englobar todos os parceiros envolvidos na atividade turística (agentes de turismo, residentes e visitantes), para que se possa garantir a sustentabilidade do *destino Açores*, a médio e longo prazo.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa PO2020 Açores e ao Governo Regional dos Açores pelo financiamento do projeto de investigação de que este estudo é um resultado; aos voluntários que colaboraram na recolha de dados, nomeadamente: Antonieta Menezes, Fernanda Lezaola, Ilda Magalhães, Joana Maia, Leonor Garcia, Margarida Viveiros, Marina Dias, Mónica Sousa; e a todos os demais que participaram ou colaboraram na recolha de dados.

Fontes

Projeto TUSénior 55+, inquérito, 2019.

Bibliografia

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behaviour. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Alén, E., Domínguez, T., & Fraíz, A. (2010). El turismo senior como segmento de mercado emergente. *Cuadernos de Turismo*, (26), 9–24. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/116251>
- Ashton, S., Cabral, S., Santos, G., & Kroetz, J. (2015). A relação do turismo e da qualidade de vida no processo de envelhecimento. *Revista Hospitalidade*, 12(2), 547–566. <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/586>
- Avcikurt, C. (2009/06/29). *The mature age market in Europe and its influence on tourism* [resumo]. *Tourism Review*, (7/2009). <https://www.tourism-review.com/travel-tourism-magazine-the-mature-age-market-in-europe-and-its-influence-on-tourism-article913>
- Bai, B., Jang, S. S., Cai, L. A., & O’Leary, J. T. (2001). Determinants of travel mode choice of senior travellers to the United States. *Journal of Hospitality & Leisure Marketing*, 8(3-4), 147–168. https://doi.org/10.1300/J150v08n03_10
- Crompton, J., & McKay, S. (1997). Motives of visitors attending festival events. *Annals of Tourism Research*, 24(2), 425–239. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(97\)80010-2](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(97)80010-2)
- Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71–75. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4901_13
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R., & Smith, H. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), 276–302. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.125.2.276>
- Fleischer, A., & Pizam, A. (2002). Tourism constraints among Israeli seniors. *Annals of Tourism Research*, 29(1), 106–123. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4901_13
- Huang, L., & Tsai, H. T. (2003). The study of senior traveler behavior in Taiwan. *Tourism Management*, 24(5), 561–574. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(03\)00008-6](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(03)00008-6)
- Kollmuss, A., & Agyeman, J. (2002). Mind the gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior?. *Environmental Education Research*, 8(3), 239–260. <https://doi.org/10.1080/13504620220145401>
- Kozak, M. (2002). Comparative analysis of tourist motivations by nationality and destinations. *Tourism Management*, 23(3), 221–232. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00090-5](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00090-5)
- Lehto, X. Y., Jang, S. S., Achana, F. T., & O’Leary, J. T. (2008). Exploring tourism experience sought: A cohort comparison of baby boomers and the silent generation. *Journal of Vacation Marketing*, 14(3), 237–252. <https://doi.org/10.1177/1356766708090585>
- Lisbon, P. M. V. E. M. (2015). *Turismo sénior: Contributo para o envelhecimento ativo e saudável* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/26288>
- Lohmann, M., & Danielsson, J. (2001). Predicting travel patterns of senior citizens: How the past may provide a key to the future. *Journal of Vacation Marketing*, 7(4), 357–366. <https://doi.org/10.1177/135676670100700405>

- Major, B., & McLeay, F. (2013). Alive and kicking: Evaluating the overseas package holiday experience of grey consumers in the United Kingdom. *Journal of Vacation Marketing*, 19(1), 5–18. <https://doi.org/10.1177/1356766712461405>
- Mathur, A., Sherman, E., & Schiffman, L. G. (1998). Opportunities for marketing travel services to new-age elderly. *Journal of Services Marketing*, 12(4), 265–277. <https://doi.org/10.1108/08876049810226946>
- Medeiros, T., Moniz, A., Tomás, L., Silva, O., Furtado, S., Vieira, V., Santos, C., & Ferreira, J. (2019). Motivations and activities of senior tourists: Challenge of sustainability in islands. In M. D. Sánchez-Fernández & M. Ríos-Manríquez (Eds.), *El sector organizacional turístico desde una visión internacional* (pp. 119–135). Red de Nuevas Tendencias de Gestión.
- Medeiros, T., Silva, O., Furtado, S., Moniz, A., Vieira, V., & Tomás, L. (2020). Health perception, travel concerns, and senior tourist satisfaction. In Á. Rocha, A. Abreu, J. de Carvalho, D. Liberato, E. González & P. Liberato (Eds.), *Advances in tourism, technology and smart systems. smart innovation, systems and technologies* (Vol. 171) (pp. 405–414). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-15-2024-2_36
- Moniz, A. I., Medeiros, T., Silva, O., & Ferreira, J. (2020). The effects of senior tourists' characteristics on travel motivation. In Á. Rocha, A. Abreu, J. de Carvalho, D. Liberato, E. González & P. Liberato (Eds.), *Advances in tourism, technology and smart systems. smart innovation, systems and technologies* (Vol. 171) (pp. 415–425). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-15-2024-2_37
- Moutinho, L. (2000). *Strategic management in tourism*. CABI Publishing.
- Nimrod, G. (2008). Retirement and tourism: Themes in retirees' narratives. *Annals of Tourism Research*, 35(4), 859–878. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2008.06.001>
- Observatório de Turismo dos Açores. (2017). *Satisfação do turista que visita os Açores, 2017*. <https://otacores.com/wp-content/uploads/2019/07/Satisfa%C3%A7%C3%A3o-do-Turista-que-Visita-os-A%C3%A7ores-2017.pdf>
- Olivera, J. (2019). The distribution of pension wealth in Europe. *The Journal of the Economics of Ageing*, 13, 30–42. <https://doi.org/10.1016/j.jjeoa.2018.06.001>
- Patterson, I. (2006). *Growing older: Tourism and leisure behaviour of older adults*. Wallingford.
- Patterson, I., & Pegg, S. (2009). Marketing the leisure experience to baby boomers and older tourists. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, 18, 254–272. <https://doi.org/10.1080/19368620802594136>
- Pearce, P. (1982). *The social psychology of tourist behavior*. Pergamon.
- Pederson, E. B. (1994). Future seniors and the travel industry. *Hospitality Review*, 12(2), 59–70. <https://digitalcommons.fiu.edu/hospitalityreview/vol12/iss2/6/>
- Rodrigues, A., & Mallou, J. (2014). A influência da motivação na intenção de escolha de um destino turístico em tempo de crise económica. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*, 2(2), 5–42. <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/ijmcm/article/view/24>

- Rowe, J., & Kahn, R. (1997). Successful aging. *The Gerontologist*, 37(4), 433–440. <https://doi.org/10.1093/geront/37.4.433>
- Schmitt, B. (1999). Experiential marketing. *Journal of Marketing Management*, 15(1-3), 53–67. <https://doi.org/10.1362/026725799784870496>
- Schroder, A., & Widmann, T. (2007). Demographic change and its impact on the travel industry: Oldies – nothing but goldies?. In R. Conrady & M. Buck (Eds.), *Trends and issues in global tourism 2007* (pp. 3–17). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-540-70905-3_1
- Scott, D., Newbold, K., Spinney, J., Mercado, R., Páez, A., & Kanaroglou, P. S. (2009). New insights into senior travel behavior: The Canadian experience. *Growth and Change*, 40(1), 140–168. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2257.2008.00464.x>
- Seymont, A. (2017). Travel motivation and intention to revisit of European senior tourists to Thailand. *Universal Journal of Management*, 5(8), 365–372. <https://doi.org/10.13189/ujm.2017.050801>
- Shoemaker, S. (1989). Segmentation of the senior pleasure travel market. *Journal of Travel Research*, 27(3), 14–21. <https://doi.org/10.1177/004728758902700304>
- Silva, O., Medeiros T., Moniz, A. I., Tomás L., Furtado S., & Ferreira, J. (2020). Tourists' characteristics, travel motivation and satisfaction. In Á. Rocha, A. Abreu, J. de Carvalho, D. Liberato, E. González & P. Liberato (Eds.), *Advances in tourism, technology and smart systems: Smart innovation, systems and technologies* (Vol. 171) (pp. 427–436). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-15-2024-2_38
- Silva, O., Medeiros, T., Moniz, A., Tomás, L., Vieira, V., Furtado, S., Santos, C., & Ferreira, J. (2018). Escala de motivações dos turistas seniores. In APDR (Ed.), *Proceedings of the 25th APDR Congress: Circular Economy, Urban Metabolism and Regional Development: Challenges for a Sustainable Future* (pp. 368–374). APDR. <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/5354>
- Simões, A. (1992). Ulterior validação de uma escala de satisfação com a vida (SWLS). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 26(3), 503–515.
- Snepenger, D., King, J., Marshall, E., & Uysal, M. (2006). Modeling Iso-Ahola's motivation theory in the tourism context. *Journal of Travel Research*, 45(2), 140–149. <https://doi.org/10.1177/0047287506291592>
- Sudbury, L., & Simcock, P. (2009). A multivariate segmentation model of senior consumers. *Journal of Consumer Marketing*, 26(4), 251–262. <https://doi.org/10.1108/07363760910965855>
- Tiago, M., Couto, J., Tiago, F., & Faria, S. (2016). Baby boomers turning grey: European profiles. *Tourism Management*, 54, 13–22. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.10.017>
- Vincent, V. C., & De Los Santos, G. (1990). Winter Texans: Two segments of the senior travel market. *Journal of Travel Research*, 29(1), 9–12. <https://doi.org/10.1177/004728759002900103>
- Vigolo, V., Simeoni, F., Cassia, F., & Ugolini, M. (2017/09/7–8). *Older tourists' travel motivations and overall satisfaction at the destination: The case of Sirmione* [Comunicação]. 20th Excellence in Services International Conference, University of Verona.

- World Tourism Organization. (2001). *Tourism: 2020 vision: Global forecasts and profiles of market segments* (Vol. 7). WTO. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284404667>
- World Tourism Organization. (2013). *Recommendations on accessible tourism*. WTO. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284415984>
- Yoon, C., Cole, C. A., & Lee, M. P. (2009). Consumer decision making and aging: Current knowledge and future directions. *Journal of Consumer Psychology*, 19(1), 2–16. <https://doi.org/10.1016/j.jcps.2008.12.002>
- Zimmer, Z., Brayley, R., & Searle, M. (1995). Whether to go and where to go: Identification of important influences on seniors' decisions to travel. *Journal of Travel Research*, 33(3), 3–10. <https://doi.org/10.1177/004728759503300302>

4. TURISMO SÉNIOR DE NATUREZA NOS AÇORES: NAS NOVAS ROTAS DO LAZER*

Licínio Tomás^a | Osvaldo Silva^a | Teresa Medeiros^b | Ana Moniz^c | Sheila Furtado^d | Virgílio Vieira^e

Introdução: Questões emergentes no consumo do espaço rural

Na diversidade das suas nove ilhas, os Açores têm vindo a crescer enquanto destino turístico de eleição associado a uma imagem de natureza quase intacta, para além da herança cultural e imaterial que têm para oferecer. De que os espaços naturais sejam cada vez mais procurados e valorizados, ninguém duvida; mas a distinção entre espaços naturais, reais e culturais está longe de ser óbvia e imediata. Numa apreciação genérica, poder-se-ia reconhecer que as ciências sociais e humanas — e a sociologia em particular — só circunstancialmente orientaram o seu questionamento para espaços como o mar, as montanhas, a floresta ou os jardins. Apenas, pontualmente, se interessaram pela forma como os homens usam o espaço, como o marcam socialmente e dele se apropriam, criando identidade. Os espaços naturais e os redutos ainda não intervencionados pelo homem são, aparentemente, lugares fora do seu campo científico.

Como nos diz John Urry (2002), o tempo é uma categoria social de pensamento e o espaço, esse, é produzido pela própria dinâmica das sociedades. Na senda da interpretação sociológica, ambas as categorias são convencionadas e não naturais, resultando da ação humana interventora sobre a natureza. Somos

* Este capítulo é um resultado do projeto *TuSénior 55+*: Turismo sénior e bem-estar no destino Açores: criação de um produto cultural, financiado pelo PO2020 Açores e pelo Governo Regional dos Açores (ACORES-01-0145-FEDER-00002 TuSénior 55+).

a. Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc / CICS.UAc).

b. Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Social e Humano da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra (IPCDSH).

c. Universidade dos Açores, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA).

d. Universidade dos Açores (UAc).

e. Universidade dos Açores, Grupo da Biodiversidade dos Açores (GBA/cE3c).

levados a admitir que a produção do espaço resulta da própria existência social e do seu ritmo de vida.

Existe, contudo, um espaço real, físico e geográfico incontornável. Nas tendências atuais, discernimos um sentido de uniformização aparente e algo paradoxal, que pode ser posicionado entre a tendência à homogeneização e a necessidade de diferenciação. Nas palavras introdutórias a uma conceptualização antropológica do espaço, Marion Segaud (2010) realça que:

[...] se a globalização impele para uma uniformização dos espaços e dos modos de vida, simultaneamente, ela faz-se acompanhar de um aprimoramento ou reforço do individualismo, da capacidade de cada um em apropriar-se do espaço [...] refletindo estratégias que oscilam entre o global e o local (p. 9).

Nesse sentido, reconheçamo-lo, a questão da identidade é hoje mais controversa e, por conseguinte, a dimensão espacial de referência mais discutida. A sociologia do *habitat* (rural e urbano) nunca aprofundou muito o impacto turístico na assimilação local de referências exteriores aos modos de vida endógenos à tradição das populações. A verdade é que as expectativas de desenvolvimento e rentabilização turística induzem profundas transformações nas comunidades recetoras, que procuram adaptar-se a tendências mais gerais.

Na contemporaneidade, os espaços, os lugares e os não-lugares interpenetram-se e afirmam-se, cada vez mais, como fatores de identidade (Augé, 1992, 1997) ou símbolos de referência nas representações coletivas (Silvano, 2017). Contudo, não esqueçamos o que já há muito se estabeleceu no seio das ciências sociais e humanas: que a identidade dos lugares deve muito, quer à tradição histórica, quer à singularidade dos locais. cremos que serão estes os aspetos mais relevantes a destacar na planificação da oferta turística dos locais à escala global. A relação que se estabelece entre as comunidades e o meio é significativa e estruturante (Febvre, 1991); quando esse meio remete para a realidade insular, mais característico se torna (Péron, 1993). Como não poderia deixar de ser, o mar é um marcador de identidade (Peralta, 2008).

Os ecossistemas insulares têm um equilíbrio mais frágil do que os continentais, estando circunscritos a espaços naturalmente confinados por fatores ambientais particularmente instáveis, como o documentam alguns estudos da área ambiental (Nicolau & Pereira, 2017; Queiroz et al., 2014). De acordo com este dado de base, a questão consiste, atualmente, em saber qual o impacto da abertura de certas áreas ao turismo, mesmo que este assuma a forma de um ecoturismo mais seletivo. Apesar da maior sintonia destas modalidades com o meio, haverá que ter

em conta que se inserem numa tendência das sociedades contemporâneas em termos de práticas de lazer e de uso do tempo livre (Yonnet, 1999). Existe sempre um qualquer impacto que não caberá aqui reportar ou ponderar, mas apenas constatar. Seja como for, as atuais tendências denotam o pendor da redescoberta da natureza e do espaço geográfico.

Já em décadas passadas, asseverava-nos Hildebert Isnard (1982) que “[...] o espaço geográfico nasce da projeção do sistema sociocultural sobre o sistema ecológico, de uma projeção ativa que o constrói conforme as exigências do objetivo a atingir” (p. 109). Talvez fosse necessário relativizar estas afirmações, que só são inteligíveis do ponto de vista conceptual. Há que considerar que dificilmente a natureza, o espaço geográfico, o *habitat* social e os espaços de recreio e de lazer se podem englobar na mesma categoria analítica. De todas estas realidades, cremos que o espaço natural e a natureza serão, do ponto de vista das ciências sociais, as mais resistentes a definições e conceptualizações. Talvez, por isso se prefira falar de ambiente e de ambientalismo, concebido este como o “[...] estudo das relações dos seres humanos com o seu meio ambiente natural, no sentido de o preservar relativamente à intervenção humana” (Hannigan, 2000, p. 47). Contudo, se há construção social dos problemas ambientais, que dizer quando não há qualquer tipo de referência humana nos espaços em questão? Por outras palavras, ainda que não constitua a sua preocupação central, a posição teórica do construtivismo parece insuficiente para dar conta da crescente procura de espaços naturais para usos de lazer, e carece de considerar as apropriações para fins de preservação. Sabemos que a preservação é, em si mesma, uma preocupação social que resulta de um consenso mais alargado. Assim sendo, todos os espaços naturais estariam preservados antes mesmo de serem considerados, e tornar-se-iam um problema social depois de definidos. Nada mais paradoxal, mas real.

Todavia, mais do que os lugares, são as imagens dos lugares a suscitarem a curiosidade, a fomentarem o desejo e a motivarem a viagem (Lanquar, 1990), ao mesmo tempo que marcam a autenticidade e a identidade. No contexto da modernidade ocidental, a insularidade e o mar integram a memória cultural e têm uma nova expressão no quotidiano (Corbin, 1990; Peralta, 2008; Péron, 1993). Acontece que o arquipélago dos Açores, à semelhança de muitos outros, reúne características relativas à sua condição oceânica e à onnipresença do mar, típicas também de um meio natural que, em parte, ainda está relativamente resguardado, face às grandes mudanças que sofreram outros espaços cobiçados pelo turismo. Seja qual for o uso a que se destina, a procura e o consumo de espaço — e particularmente de espaços de lazer —, é cada vez maior.

É ainda um dado que, no período histórico que vivemos, a sociedade ocidental se define essencialmente pelo consumo (Baudrillard, 1995), sendo a própria cultura do quotidiano uma exaltação do consumismo (Scardigli, 1986). Pela via do consumo, tudo e todo o tipo de produtos se veicula e se oferece num mercado cada vez mais alargado. Deste modo, não surpreenderá que, na hodiernidade, a natureza e os lugares naturais sejam oferecidos como produtos consumíveis, sendo talvez dos mais procurados e apetecíveis — pois o mercado e a cultura do consumo assim o ditam (Reisch, 2008) — para o preenchimento de um período significativo de tempo livre fora das obrigações de trabalho profissional (Seabrook, 1988), estando na origem de uma oferta sem precedentes de serviços especializados (Godbey, 1997).

Ora, cremos que o que estas realidades têm de pertinente e suscetível de convocar uma reflexão sociológica reside, principalmente, no facto de se verificar uma crescente assimilação da utilização de certos espaços “naturais” por novas práticas de lazer,¹ originando uma emergência de novos produtos turísticos perspetivados pela oferta de espaços de lazer aprazíveis (Rodriguez, 2000). Nas apetências de bem-estar, assim como no usufruto do espaço “tido por natural” — onde se incluem parques e jardins —, detetam-se tendências, mais ou menos massificadas, de práticas turísticas que se tornaram estilos de vida modernos (Wynne, 1998) nos modos de vida globalizados, as quais incluem formas de consumo da viagem e do usufruto do lazer no uso do tempo.

O espaço rural, a natureza e o ambiente para a sociologia do turismo

Existe, desde há muito, um entendimento paradoxal sobre o que é, por um lado, a *natureza* e, por outro lado, a *natureza aculturada* ou *culturalizada*, como é o caso dos jardins. Com efeito, o turismo de jardins tem vindo a adquirir uma grande projeção dentro da prática de viagem (Connell & Meyer, 2010; Silva & Carvalho, 2014). Porém, se os jardins fazem parte de todo um legado cultural já antigo e se impuseram na preservação e embelezamento dos espaços urbanos, resultando da própria produção social e histórica do espaço e das memórias; os parques, as reservas naturais e paisagens protegidas apenas tiveram o seu lugar definido nas novas conceções de ordenamento territorial. E estas — tal como a de património natural ou ambiental — são muito mais recentes e prendem-se

1. Referimo-nos à caminhada, aos trilhos, percursos pedestres, circuitos na natureza. Não serão práticas totalmente novas, mas talvez antes uma redescoberta.

com a emergência de uma consciência social que manifesta preocupações com o ambiente em geral. A questão patrimonial ampliou-se. O património e a patrimonialização, que fundamentam a oferta turística, diversificaram-se para além da narrativa tradicional (Santos, 2017; Santos & Gama, 2008). Os denominados “espaços verdes” viram a sua procura aumentar; mas que representam eles, se não uma certa fusão entre património natural e cultural? Haverá ainda algum espaço, hoje, cujo uso ou não uso não seja o resultado das opções de sociedade?

A problemática do turismo decorre de uma vasta encruzilhada de preocupações e de opções comuns que urge considerar para uma correta apreensão do fenómeno nas suas práticas, comportamentos e manifestações diversas, fenómeno esse que é animado por dinamismos que extravasam amplamente os domínios económico e político. São as formas de viver, de produzir e de consuir novos serviços que estão em causa (Godbey, 1997).

Envolto em especulações, o designado “turismo de natureza” ou “ecoturismo” inventa novas rotas e destinos diferentes do singular e pitoresco edificado ou do comum museu.² Rege-se por uma imersão no ambiente natural, no qual se busca não interferir. Há, assim, que considerar que as práticas turísticas são eminentemente práticas sociais que se globalizaram, e, nesta nova ordem, a produção do espaço e a configuração de ofertas de lazer inovadoras vendem hoje “a natureza” à escala global. A questão ambiental confronta-se aqui com a diversificação das apetências nas escolhas de tipo de lazer e de destinos, a par de uma inegável diversidade dos produtos turísticos oferecidos ou em desenvolvimento para qualquer idade. No entanto, a faixa geracional mais velha parece hoje ter oportunidades de viagem que outras conjunturas, ou as limitações do desempenho profissional, lhe negavam. Apesar de a população estar a envelhecer — a europeia, principalmente — e existir uma crescente procura de viagens por parte das gerações mais idosas, não é tanto a pressão demográfica que dita o aumento da procura, como a forma de repartição do tempo e o rendimento disponível (Wynne, 1998).

As representações de bem-estar e de qualidade de vida norteiam, mais do que nunca, as motivações e as práticas de viagens de lazer, assim como os modos de vida em geral. A simbólica dos parques e jardins (Connell, 2004) e, de forma bem mais abrangente, da natureza enquanto lugar idílico da criação e da recriação, merece ser reapreciada à luz de um olhar compreensivo que

2. Sinal dos tempos, que promovem o espírito de aventura e a prática de atividades de ar livre imersas na natureza. As práticas de cicloturismo, espeleologia, *trekking* e *canyoning*, assim como a observação de fauna e flora, são, entre outras, consideradas atividades de ecoturismo que tem vindo a contar com um número crescente de adeptos.

perscrute as tendências de evolução e as confronte com a problemática das, tão enfatizadas, sustentabilidade e equidade (Schéou, 2009).

Contrariamente aos estereótipos vulgares, o arquipélago não oferece apenas espaços naturais, ainda que aí possa residir o seu principal fator competitivo. O turismo é hoje mais seletivo e exigente, tal como são os consumidores em geral. Visa-se combinar a oferta de uma diversidade de conteúdos culturais com a descoberta de diferentes espaços naturais, ou de *natureza cuidada e cultivada* — como é o caso dos parques e jardins, mas igualmente, das culturas do chá e do café ou de algumas outras raridades botânicas. cremos ser este o aspeto mais relevante a considerar numa nova abordagem ao turismo local: a especificidade natural da realidade insular, que é hoje alvo de uma atenção particular, disponibiliza ao turismo conteúdos que predisõem ao conhecimento e à descoberta das formas mais tradicionais de cuidar da terra e dos espaços.

Deste modo, a natureza é *mediada* — ordenada e predisposta para ser visitada — instalando-se equipamentos, ornamentos e proteções que se interpõem entre os visitantes e os próprios espaços. Vista de passadiços ou de miradouros, até parece uma *natureza intacta*. Mesmo não contando com os próprios equipamentos instalados, sê-lo-ia apenas em parte. Os efeitos de ajardinamento e de disponibilização ao público visitante pautam-se, inevitavelmente, por regras sociais de valorização, promoção e utilização que traduzem uma semântica variada do consumo de espaços, e que não poderá ser ignorada.

A lógica social em que se inserem o turismo e o lazer

A prática turística e a progressão dos consumos de lazer adquiriram, gradualmente, uma importância crescente, de ampla abrangência económica e social, na estruturação da modernidade ocidental. De tal modo assim é, que vastos setores de atividades se dedicaram a responder a este tipo de procura. Fenómeno antigo, o lazer só veio a tornar-se um fenómeno de massas com a conquista progressiva da repartição entre o tempo de trabalho e o tempo livre, e da consagração deste último como um direito legal.³ No essencial, foi inscrito socialmente nos modos de vida com a democratização das sociedades ocidentais, que adotaram uma certa forma

3. Esquecemos frequentemente que a normalização horária do tempo de trabalho foi uma conquista da classe operária, e que foi na sua sequência que se configurou de modo generalizado o uso do tempo livre, entendido como o tempo diário e semanal não dedicado ao trabalho, os dias feriados, e as férias. E uma das mais expressivas conquistas, para além do direito ao descanso, terá sido a das férias pagas.

de repartir e articular o trabalho e o tempo livre. E também é sabido que o trabalho e o seu tempo se apresentam hoje cada vez mais racionalizados segundo normas de rentabilidade produtiva e maximização dos ganhos, quer em termos de investimento, quer do tempo despendido na realização das atividades laboriosas (Gorz, 2004). Nos sempre controversos estilos de vida da sociedade da era global (Albrow, 1996), diversificaram-se as formas de uso do tempo e especializaram-se temporalidades, em particular as respeitantes à conquista do tempo livre (Dumazedier, 1979).

Ora, ultimamente, o trabalho intrometeu-se no tempo livre, tornando-se as suas fronteiras mais fluidas (Goldfinger, 2002), numa reorganização e reestruturação temporal sem precedentes das atividades produtivas e do consumo de diversão e entretenimento (Elias & Dunning, 1992; Haworth & Veal, 2004). O desenvolvimento da civilização dos tempos livres e do consumo de lazeres caminharam a par e têm raízes históricas concretas na sociedade ocidental, que estabeleceu um modelo típico de uso do tempo (Augé, 1997; Rauch, 2001). O estudo das práticas de lazer na sociedade ocupa, nos nossos dias, uma parte importante das pesquisas interdisciplinares (Roberts, 1999), ao mesmo tempo que fundamenta o aparecimento de novas áreas disciplinares.

A sociedade do lazer não é compreensível fora das tendências da sociedade pós-industrial (Durand & Weil, 1997) e da sociedade de consumo; tal como não pode ser dissociada da partilha de uma cultura-mundo no hiperconsumismo de animação de massas (Lipovetsky, 2010; Lipovetsky & Serroy, 2017) nem do usufruto das novas relações com os espaços, quer estes sejam o mar, a natureza (Corbin, 1990), ou o património edificado (Emelianoff, 1995, citada em Magalhães, 2006). Porém, as questões da planificação e do ordenamento do espaço, do ambiente, ou das atividades de lazer dentro do processo de desenvolvimento social à escala micro constituem uma preocupação muito mais atual na modernização da oferta turística, com a ascensão e a assunção dos valores da preservação cultural, paisagística e ambiental (Lamic, 2008). Preocupação essa que é inseparável de um processo histórico que desembocou na industrialização da oferta turística e na busca de conciliação entre a expansão económica e os objetivos de desenvolvimento sustentável (Schéou, 2009). Com efeito, numa genealogia das práticas de relação com o espaço natural ou da fruição da natureza, encontramos tanto a “invenção da praia” (Farcy, 2001, p. 283), como a conquista de um novo tempo comum nas vivências (Dumazedier, 1992) ou a contemplação responsável (Soromenho-Marques, 2001) para a partilha de um futuro comum (Fernandes & Marques, 2011), na sucessão das gerações.

A viagem é já uma prática antiga das civilizações, e as ilhas surgem nas rotas de lazer desde a antiguidade clássica. As ilhas, no seu equilíbrio frágil, têm a

particularidade de juntarem a terra, a floresta, a montanha e o mar (Péron, 1993).⁴ As escolhas institucionais parecem reconhecer a sua especificidade, não abdicando da promoção turística como vertente de desenvolvimento potencial. As ilhas exercem um fascínio que sempre atraiu os seres humanos. O arquipélago açoriano não constitui exceção e apresenta apreciáveis idiossincrasias que ajudam na promoção tanto do turismo sénior, como de um turismo de natureza, e mesmo da conjugação de ambos, permitindo uma coerente projeção fundamentada na sua especificidade intrínseca.

O arquipélago dos Açores, o turismo sustentável e o segmento sénior

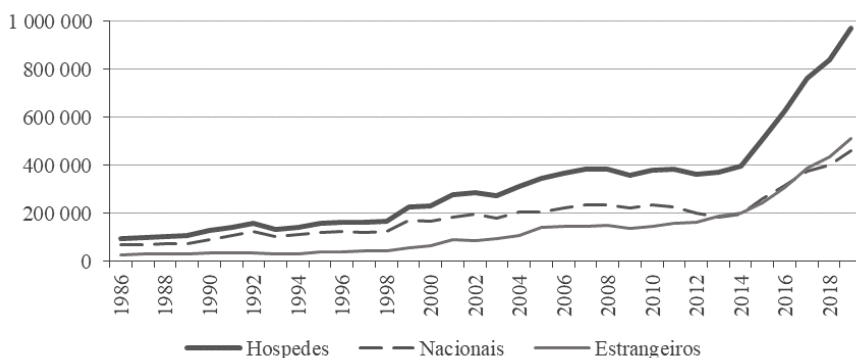
As ilhas açorianas, com o seu património natural, revestem-se de atrativos tipicamente insulares, isto é, essencialmente paisagísticos, naturais, mas também culturais e ligados às particularidades da história local. Vestígios de um passado não muito longínquo, as atividades marítimas ligadas à baleação constituem uma referência cultural e identitária, preservada nas memórias dos baleeiros, no património documental e museológico local, mais expressivo no grupo central, sobretudo, nas ilhas do Pico e do Faial.⁵ Talvez em virtude da sua posição oceânica afastada das rotas do turismo massificado, os Açores aparecem hoje como um destino ainda relativamente natural e resguardado. Contudo, há já algumas décadas despontaram como destino de eleição para camadas urbanas mais vocacionadas para a observação de cetáceos e de paisagens lagunares, ou seja, inserem-se, essencialmente, num certo *turismo de natureza* e não num *turismo de diversão* ou de *praia e mar*.

Os dados estatísticos mais recentes revelam uma profunda mudança em curso, quanto às proveniências e ao volume dos fluxos turísticos. Os valores da ocupação turística, enquanto indicador de volume da procura, indicam que o turismo no arquipélago conheceu um crescimento sem precedentes, desde 2014 até ao presente (Gráfico 4.1); situação para a qual contribuíram consideravelmente os voos *charter* e as companhias aéreas de baixo custo, após a liberalização do espaço aéreo (Vieira et al., 2019), assim como a ampliação da oferta hoteleira e de restauração. A inclusão deste destino nas rotas turísticas parece agora ser uma realidade, não obstante as profundas variações da conjuntura internacional.

4. Curiosamente, em inquéritos anteriores, subordinados à temática energética e aos significados da natureza, chegou-se à conclusão de que, nas ilhas, as representações da natureza e do ambiente muito raramente incluem o mar ou o oceano (Tomás et al., 2015).

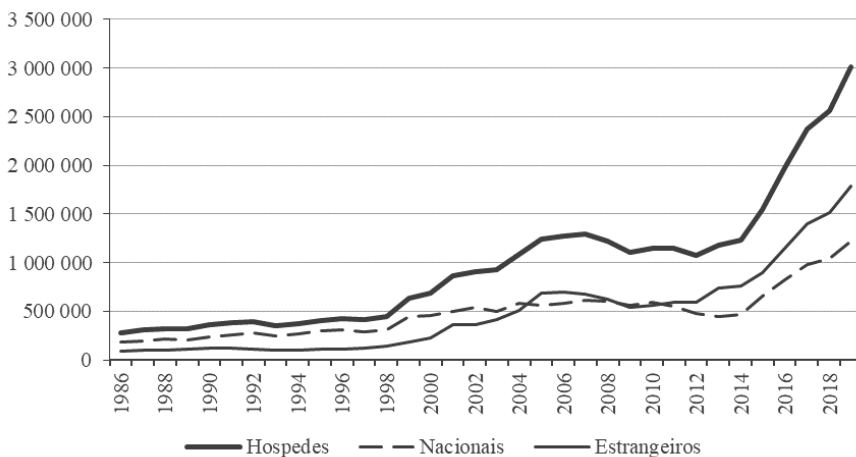
5. A observação de cetáceos, assim como o conhecimento da tradição baleeira documentada em memórias museológicas, tem vindo a ampliar o seu público e a captar turistas para além dos habituais itinerários, que se limitavam a São Miguel e/ou à Ilha Terceira.

Gráfico 4.1 Número anual de hóspedes nos Açores: Total, nacionais e estrangeiros, 1989 a 2019



Fonte: SREA, Turismo, Séries longas, 2020.

Gráfico 4.2 Número anual de dormidas de hóspedes nos Açores: Total, de nacionais e de estrangeiros, 1989 a 2019



Fonte: SREA, Turismo, Séries longas, 2020.

Dois alterações de fundo destacam-se na seriação anual dos indicadores convencionais referentes ao número de hóspedes e de dormidas: os estrangeiros passam a ser a categoria com mais peso e a sua expressão de crescimento é mais nítida nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Gráfico 4.2). Assim, qualquer

que seja o indicador considerado, a evolução da segunda metade da década de 2010 marcou, de facto, uma mudança profunda no modelo de turismo açoriano.

De acordo com o seu crescimento, os públicos do *destino Açores* tendem hoje a diversificar-se consideravelmente, sem que se possa definir um perfil predominante, ainda que se conheçam algumas das características mais relevantes: a nacionalidade, as categorias sociais e etárias e a duração média das estadias.⁶ Sabemos ainda que o turismo dos Açores é tendencialmente familiar (Medeiros et al., 2020; Silva, Furtado et al., 2019; Silva et al., 2018) ou constituído por casais com a vida consolidada ou em fase de aposentação, a que se junta, ultimamente, um segmento de turismo jovem vocacionado para atividades de ar livre. A descontinuidade territorial e a climatologia típica de chuvas alternadas com estados de tempo aprazível e temperaturas amenas durante todo o ano favorecem a exuberância da vegetação, com reflexo nas paisagens em qualquer época do ano (Medeiros et al., 2020; Silva, Furtado, Tomás et al., 2019; Silva, Tomás, Vieira et al., 2019). Não obstante as potencialidades evidenciadas, este tipo de oferta natural cativa sobretudo alguns segmentos restritos de públicos mais informados e com formação escolar mais elevada.

O turismo sénior, *grey* ou de *well-off older people* (Tiago et al., 2014), para além da pertença a grupos de idade que não é absolutamente determinante,⁷ remete para uma delimitação aparente pelo recorte etário de uma camada populacional cujo perfil, na realidade, apresenta características muito distintas relativas à pós-atividade ou fase pós-adulta (Cavaco, 2009), que fazem dela um universo pouco preciso, mas dotado de uma relativa independência face aos compromissos sociofamiliares e geracionais (González et al., 2010). Precisando melhor, o critério para falar em turismo sénior é o das formas de encarar e de lidar com os turistas mais velhos, ou indivíduos numa fase de vida em que apresentam procuras e solicitações organizacionais orientadas para contrariar os efeitos do envelhecimento; o que faz recuar essa categoria de turismo na escala das idades e a afasta dos estereótipos convencionais do “idoso”.

A incidência do envelhecimento e de uma maior longevidade dos reformados e pensionistas deixa antever assimetrias regionais, que convém ter presentes na abordagem do segmento turístico sénior. Recorrendo aos dados censitários de

6. Os dados colhidos neste setor apontam para uma permanência média de 3 a 4 dias, com tendência para aumentar em certas épocas do ano mais favoráveis.

7. Apesar de se tratar sobretudo de um segmento turístico de idosos mais abastados, são variadas as designações propostas: “sénior”, “grisalho”, “maduro”, “prata” ou “*prime*”, entre outras. No entanto, apesar de o critério mais operacional ser, na prática, o da classe etária, o limiar de idade para se falar em turistas seniores varia grandemente.

2011, verificamos que todas as regiões portuguesas seguem a mesma tendência do padrão europeu, ainda que, em termos comparativos, o arquipélago açoriano seja aquele que apresenta os valores menos pronunciados nos indicadores relativos ao peso dos mais velhos (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 Proporção dos mais velhos e índices de envelhecimento, de juventude e de longevidade na população total, e proporção dos mais velhos segundo meios de vida (trabalho ou pensões), em Portugal e por regiões (2011)

País e região	>65 anos(%)	>55 anos (%)	Vivem de:		Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de longevidade
			Trabalho (%)	Reforma / Pensão (%)			
Portugal	16,4	31,5	18,1	67,8	97,8	102,2	70,7
Norte	14,0	29,4	16,6	68,3	125,3	79,8	67,8
Centro	19,4	35,2	16,4	69,7	77,2	129,6	76,2
Lisboa e Vale do Tejo	15,4	30,8	21,8	64,2	96,6	103,5	65,9
Alentejo	22,3	36,8	17,0	72,2	61,5	162,7	74,6
Algarve	18,6	31,9	20,3	65,1	78,4	127,5	78,4
Açores	13,0	23,2	13,3	69,8	165,3	60,5	72,5
Madeira	13,7	25,7	20,0	65,0	139,7	71,6	64,5

Fonte: Elaboração própria sobre dados do INE, Recenseamento Geral da População de 2011.

Em Portugal, a expressão do turismo interno nos mais velhos resulta, em certa medida, de uma política de incentivo ocupacional à viagem para a população idosa, entre localidades e regiões no continente ou entre as ilhas.⁸ Não obstante as variações regionais acentuadas, é um facto que o arquipélago continua

8. O lema da campanha: “Meus Açores, meus Amores”, tem a finalidade de dar a possibilidade aos reformados da região de conhecerem melhor a suas ilhas.

posicionado entre as regiões portuguesas menos envelhecidas, apesar da sua repentina mudança paulatina, seguindo as tendências nacional e europeia. Apesar do seu menor peso relativo, os idosos do arquipélago dos Açores, à semelhança do que acontece com as populações locais, continuam a dar muita importância à viagem, isto é, a quererem conhecer espaços exteriores à sua ilha e ao arquipélago, viajando para continentes distantes.

À luz destas constatações, cabe questionar se o turismo sénior se poderá constituir como uma alternativa ao turismo massificado nesta região arquipelágica de procura contrastada, distintamente repartida pelas suas nove ilhas.⁹ Cremos, pelo menos, que é de admitir que este seja um público potencial em franca expansão, dado o avolumar da população mais idosa. Com potencialidades patrimoniais variadas (património cultural, natural e paisagístico), os Açores desde sempre retiraram benefícios das suas singularidades insulares (Moniz, 2010, p. 265). A possibilidade de contacto com uma natureza relativamente preservada ou em estado semisselvagem, cujos espaços de acolhimento são uma vantagem comparativa e objeto de sustentada promoção nas diferentes formas de divulgação do *destino Açores*,¹⁰ corresponde profusamente ao que se conhece dos objetivos da procura turística sénior, como o repouso, o sossego e a comodidade dos lugares (Ferreira, 2006).

Do que falamos quando falamos de sustentabilidade no turismo? Convém questionar até que ponto a utopia e a ideologia mercantis se intrometem na questão da sustentabilidade, fazendo dela uma forma de legitimação e de adesão a novas formas de consumo (Lamic, 2008). Efetivamente, a coberto de satisfazermos as nossas necessidades sem comprometermos que as gerações futuras o possam igualmente fazer, nem sempre está claramente concretizado o que essa definição genérica de sustentabilidade implica. As várias Cimeiras da Terra sobre o estado do planeta deixaram clara a necessidade de trilhar novos caminhos nos destinos da comunidade humana:

9. É essencialmente em torno desta questão, assim como do objetivo de levantar conteúdos programáticos próprios para o turismo sénior, que se concebeu o projeto de estudo que fundamenta o presente trabalho. O estudo de base foi alvo de uma apresentação detalhada no capítulo 3 deste volume.

10. Relembre-se que a campanha de promoção turística foi articulada muito em torno do *slogan* "Natureza intacta", isto é, algo que permanece intocado pela mão do homem. Os produtos "são certificados pela natureza". Do ponto de vista heurístico e imagético, haveria muito material de promoção a analisar, mas tudo indica que converge, no essencial, para a *metáfora* Natureza.

Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade de uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (Earth Charter Comissão, 2002, pp. 1–2).

Assim, abarcando todos os setores da vida coletiva, novos valores sociais emergem e, entre eles, o ambientalismo e a própria preservação da natureza enquanto valor moral (Rezsohazy, 2006, p. 148). A gestão ambiental passa por uma monitorização ambiental continuada sobre a forma de relação com o espaço natural, relativamente preservado, reconvertido ou ajardinado; sendo que, em rigor, estes últimos foram retirados à ordem natural.

A prodigalidade do espaço natural no arquipélago representa talvez o mais evidente fulcro de interesse para os diferentes perfis de viajantes que, aliás, o referem nas suas respostas ao inquérito que elaborámos no âmbito do projeto de investigação sobre Turismo Sénior (TUSénior55+), desenvolvido na Região Autónoma dos Açores. Numa caracterização sumária, poderemos referir que dos 697 inquiridos que já visitaram os Açores: 47,1% são visitantes nacionais e 52,9% estrangeiros; 45,9% são do sexo masculino e 54,1% do sexo feminino. As idades variam entre os 55 e os 92 anos, com uma idade média de 63,83 e um desvio padrão 7,08. Sabemos ainda que 49,4% dos participantes se encontram na faixa etária dos 55 a 64 anos, 38,4% na faixa dos 65 aos 74 anos, e 12,2% com 75 anos ou mais; que 73,7% vivem acompanhados e 26,3% sozinhos. Os visitantes são provenientes de 22 países, sendo principalmente portugueses (42,3%), dos EUA (21,3%) e do Canadá (10,5%); por continentes, 63,9% residem na Europa e 36,1% na América ou na Ásia. A quase totalidade assinala que, entre as atividades praticadas que lhe proporcionaram mais satisfação, se encontram a contemplação das paisagens, a contemplação da natureza, a experimentação da gastronomia tradicional e o passeio pelas zonas verdes. Não obstante estes resultados, e, independentemente dos significados subjetivos que a natureza possa evocar em cada um dos participantes da amostra referida, ela aparece referida sob variadas formas de resposta, sendo que *visitar paisagens, zonas verdes e locais emblemáticos* e *contemplar e sentir a natureza* são as atividades mais declaradas pelos inquiridos (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 Respostas de visitantes seniores aos Açores, segundo principais atividades que realizaram com satisfação, ou que teriam interesse em realizar ($n=697$)

ATIVIDADES	Realizou e ficou muito satisfeito (%)	Não realizou mas tem muito interesse nelas (%)
Visitar paisagens, zonas verdes, locais emblemáticos	95,7	2,8
Contemplar e sentir a natureza	93,3	4,3
Conhecer as culturas tradicionais (chá, ananás, etc.)	88,0	10,5
Passear por jardins	90,5	7,4
Experimentar a gastronomia tradicional	91,4	3,0
Visitar museus, centros culturais e observatórios	70,2	27,3
Visitar igrejas e conventos	81,3	16,8
Experiências termais (piscinas termais, poças, termas)	72,5	25,0
Visitar locais com artesanato	77,1	20,0
Observação de cetáceos (golfinhos, baleias e cachalotes)	48,3	48,6
Ir a praias / piscinas	70,2	26,9
Passeios de barco (costa e ilhéus)	46,4	49,6
Fazer compras	73,4	15,2
Caminhadas e trilhos	61,5	34,0
Festivais de folclore, música e espetáculos	62,3	33,6
Festas religiosas e tradicionais populares	63,1	33,4

n: Número absoluto de respostas.

Fonte: Inquérito TUSénior 55+, 2019.

Os turistas inquiridos desenvolveram apetências e experiências novas e ficaram muito satisfeitos com a experimentação da gastronomia tradicional (91,4%) e as visitas a lugares emblemáticos em que se desenvolvem as culturas do chá, do ananás ou do vinho (88%) e a jardins (90,5%) que, no fundamental, se referem aos elementos componentes das paisagens seminaturais das ilhas e aos desígnios

ambientais do seu ordenamento para fins de cultivo tradicional, hoje tornadas alvo de visitação. Numa região em que as manifestações naturais são variadas e permitem desde a contemplação dos espaços abertos sobre os campos e o mar às experiências termais em águas correntes (72,5% de preferências emitidas), passando pelos trilhos (61,5%), o vulcanismo, as visitas a jardins e a observação de cetáceos ou mergulho, o turismo não poderia deixar de oferecer essa possibilidade de desfrutar em pleno da contemplação paisagística.

Ao promover-se e difundir-se os Açores como um destino de “natureza intacta”,¹¹ aumenta-se a responsabilidade face à preservação dos diferentes espaços, mas, ao mesmo tempo, exige-se maior qualidade ambiental e criação das condições adequadas às necessidades de conforto e de bem-estar, minimizando-se os riscos ambientais e maximizando a mobilidade e a comodidade. A conciliação ou a harmonização destas vertentes constitui um dos maiores desafios para a gestão política regional do turismo. Embora para 35,2% dos inquiridos se trate da primeira visita às ilhas açorianas, estes declararam a sua vontade de regressar — o que traduz algum fascínio por este destino, não só pela sua riqueza paisagística natural como pela forma como social e culturalmente se têm preservado e mantido os espaços harmonizados com os cultivos da terra e com a conversão de solos para pastagens pela exploração pecuária.

A fim de se perspetivar outras formas de significado, foram agrupadas as respostas de acordo com o teor da atividade. Desse modo, verificamos que cerca de 81% dos visitantes escolheram, para preencherem o seu tempo, atividades de ar livre ou de visitas guiadas ao património cultural edificado, seja religioso ou de transformação fabril (como é o caso do chá, do ananás, do vinho no Pico, das compotas e da cerâmica). Mas se fixarmos as categorias de *natureza selvagem/intacta* (visita de espaços naturais sem intervenção humana) e de *natureza mediada* (jardins, caminhadas, trilhos, mergulho e observação de cetáceos),¹² constatamos que estas categorias de resposta abrangem cerca de 90% dos visitantes que já realizaram e se sentiram muito satisfeitos com as experiências, mesmo no grupo com idades acima dos 65 anos, indicando que a variável idade, não introduz diferença significativa a este respeito.

11. Esta qualificação fazia parte do *slogan* de promoção turística, assim como o lema “Ser sustentável é da nossa natureza”, referenciando, inequivocamente, o turismo de natureza e a sua sustentabilidade.

12. Consideramos estas últimas experiências como uma *relação mediada com a natureza*, dado que, ou são necessários equipamentos especiais, ou se ordenou o espaço ambiental de forma a propiciar a visita e contemplação. A noção de *natureza mediada* traduz, no nosso entender, a modelação do espaço, assim como a sua apropriação para fins turísticos de forma resguardada face a eventuais riscos, quando as questões de segurança constituem um dos aspetos capitais a ter em conta no ordenamento turístico.

Em consonância com estes resultados, notemos que 58,5% dos entrevistados consideraram que *vir conhecer as belezas naturais* foi o motivo mais importante para fazerem esta viagem. Como seria de esperar, o turismo sénior nos Açores apresenta-se motivado pelo contacto direto ou mediado com os lugares no usufruto da sua experiência de visita: é simultaneamente enriquecedor e uma vantagem comparativa do destino turístico (Moniz et al., 2018). No geral, constatou-se que existe uma associação estatisticamente significativa ($\chi^2=50,659$; $p=.001$) entre a satisfação com a viagem e o grupo etário, sendo apresentadas as respetivas percentagens em relação aos totais das linhas relativas à tabela de dupla entrada no Quadro 4.3.

Quadro 4.3 Grau de satisfação declarado por visitantes seniores com a visita aos Açores, segundo o grupo etário ($n=697$)

Idades	Muito satisfeito	Bastante satisfeito	Satisfeito e Pouco ou nada satisfeito	Total
55 a 64 anos	64,3	28,2	7,5	100
65 a 74 anos	56,8	27,3	15,9	100
75 anos ou mais	37,5	16,7	45,8	100
Total	59,1	26,8	14,1	100

n: Número absoluto de respostas.

As categorias *Satisfeito* e *Pouco ou nada satisfeito* foram agrupadas numa única categoria para cumprir os pressupostos para a aplicação do teste de independência do qui-quadrado.

Fonte: Inquérito TUSénior 55+, 2019.

No quadro da satisfação segundo a idade dos turistas inquiridos, vale a pena uma leitura atenta dos que dizem sentir-se muito satisfeitos com a sua escolha do *destino Açores*. Com base na análise dos valores residuais, verificou-se que as categorias *55 a 64 anos* e *muito satisfeito* estão fortemente associadas entre si, o mesmo sucedendo com as categorias *75 anos ou mais* e *satisfeito ou pouco ou nada satisfeito*. É de realçar que os valores percentuais associados à categoria *muito satisfeito* vão decrescendo com a idade. Note-se, ainda assim, que uma larga maioria dos inquiridos, todos com mais de 55 anos, declara a sua inegável satisfação com a experiência de viagem ao arquipélago. O comportamento desta variável, *satisfação sentida com o destino*, foi por nós amplamente trabalhado, dando origem a outras exposições de resultados, de que relembramos

aqui apenas — e compreensivelmente — a sua clara relação com as atividades realizadas, com ênfase nas de ar livre.

Nesse sentido, vários outros motivos de satisfação, de foro quer paisagístico, quer cultural, podem ser inventariados e testemunhados. A gastronomia e o conhecimento de traços culturais típicos, como o fundamento identitário dos lugares dos sítios emblemáticos, é também uma experiência procurada, como complemento de uma estadia com atributos próprios e dignos de memória.

Conclusão: O turismo sénior e a procura de atividades de lazer em espaços naturais socializados

O espaço natural está a regredir, e muito do que já é socialmente utilizado está a ser requalificado para permitir o desenvolvimento de atividades de lazer em segurança e com qualidade no usufruto do tempo livre. Disso dependem muita da sua procura turística atual e das respostas às solicitações dos diferentes públicos. Contudo, de acordo com esta orientação, é uma natureza reconvertida aquela que se pretende obter ou reinventar. Cremos que este é a noção mais importante a reter das apetências do turismo sénior no *destino Açores*, essencialmente promovido sob o lema da “natureza intacta”. Ora, da reconversão dos espaços naturais decorrem questões ambientais que merecem ser entendidas e atendidas. Uma delas é a de saber se as expectativas acerca das atividades de lazer, para que esses espaços estão vocacionados, irão captar um turismo mais seletivo e conter a massificação avassaladora que se constata em outras regiões do país.

As atividades turísticas rentabilizaram-se, massificaram-se e globalizaram-se, tanto com a ascensão de uma autêntica indústria que produz, oferece e distribui atividades de lazer, como com o incremento da mobilidade humana, permitindo às classes populares a prática de turismo em destinos até aqui pouco frequentados, como os Açores; um destino que procura tirar benefícios das suas inerentes potencialidades naturais. Foi mais a questão motivacional, em termos das práticas e apetências de realização de atividades, que nos orientou na construção do presente capítulo, e não propriamente a de estabelecer o perfil do turista que procura o *destino Açores*. Para tal, destacámos uma componente que reflete a forma de se encarar a natureza e o seu reconhecimento: a das atividades preferenciais dos turistas seniores que optam pelo *destino Açores*. Com este intuito, conduzimos a problemática no sentido de apurar em que medida a questão da requalificação e reabilitação de espaços ditos naturais serviria os propósitos da procura do segmento sénior.

A procura de novas experiências de vida e o contacto com a autenticidade de outras maneiras de viver e de ser é uma intenção que motiva, já por si, muitos turistas. Os espaços remotos oferecem uma possibilidade de redescoberta individual. Porém, os espaços genuínos, fora do alcance habitual do viajante, carecem ainda da definição de uma abordagem, antes de se poderem qualificar como destinos dotados de significado cultural e económico pertinente, tanto para a classificação como para a própria promoção desses mesmos espaços turísticos.

A viagem turística quer-se enriquecedora sob diferentes ângulos de visão e do sentir: cultural, patrimonial e natural, todos eles critérios reconhecidos no fundamento da promoção do *destino Açores*. São particularmente as experiências memoráveis retidas dos “lugares naturais” e da “riqueza paisagística” — quando a saúde permite o seu amplo usufruto — que mais investem de sentido a satisfação sentida. O incremento da recuperação de espaços está ainda em curso. A sustentabilidade das atividades de exploração turística no destino depende, em muito, das formas de harmonização das atividades económicas (agrícolas, florestais ou industriais) e dos modos de vida locais com as soluções de compromisso que procuram corresponder às expectativas dos visitantes, de modo que não comprometa a sua continuidade. Por isso, as questões de sustentabilidade parecem, hoje, manifestar-se por toda a parte, tendo substituído o discurso da rentabilidade, sem que se perceba a relação com o desenvolvimento, com o lugar e/ou com a responsabilidade de cada ator e de cada geração neste processo. Entre outras linhas de pesquisa futuras, este nosso trabalho realça a necessidade de aprofundar a questão da sustentabilidade das diferentes modalidades turísticas e, sobretudo, de questionar as que hoje se dizem mais radicais e que vão ao âmago da natureza menos acessível. Não será este o caso do turismo sénior, mas sim de outros segmentos em crescimento.

O arquipélago dos Açores constitui, por excelência, um destino de natureza, como tende a ser identificado pelos próprios turistas entrevistados em estudos desta índole, mas de equilíbrio frágil em que urge, desde já, acautelar a tendência para a massificação. Não poderemos deixar de referir que a promissora conjugação do turismo sénior e do turismo de natureza, ao abrir novas rotas de lazer, nos responsabiliza seriamente perante a sigla “natureza intacta” — ainda que esta seja, na verdade, uma *natureza mediada*, porque intervencionada e trabalhada na perspetiva do conforto e da harmonia, pondo em relevo o genuíno do local ou a autenticidade do lugar. Poder-se-ia citar aqui as intervenções realizadas na Caldeira Velha, no lugar dos cozidos das Furnas ou num sem-número de lugares que conciliam segurança, valorização ambiental e riqueza paisagística. A natureza foi intervencionada, logo, é *mediada* e não “intacta”, em “estado original”.

Em consonância com os valores sociais do tempo atual, a emergência do ambientalismo, ecologismo ou naturalismo favorece este tipo de destino. Uma abertura de investigação que aqui aparece relevante será o desenvolvimento deste conceito em consonância, quer com as práticas de preservação ambiental, quer perante as tendências para a reabilitação de certos espaços os deixar ao livre curso dos elementos naturais. Com efeito, recuperar um espaço é entendido como torná-lo acolhedor para os seres humanos, particularmente numa perspetiva de oferta turística. Ora, o ajardinamento é frequentemente a solução — não natural — com uma ampla procura que, assim, legitima estes processos de reabilitação e reconversão, obrigando a cuidados e responsabilidades sociais no seu uso.

Nesse sentido, o turismo sénior afigura-se-nos como correspondendo aos requisitos de uma procura mais responsável, que garanta a sustentabilidade ambiental tão ambicionada para todos os espaços, e principalmente para os que recebem turistas de forma regular. Para não se limitar ao resultado de uma ideologia intelectual ou de uma expressão indefinida, o ecoturismo, o turismo cultural e de imersão ambiental terão de ser opções a equacionar para a viabilização da sustentabilidade da atividade turística em meio insular. Localmente, o turismo — pensado enquanto via de desenvolvimento — deverá, também ele, promover e rentabilizar os recursos e a preservação da paisagem natural que as diferentes ilhas e o mar oferecem, resguardando-se os espaços que constituem o seu maior fator de atração e mesmo da sua identidade cultural.

Fontes

INE, Recenseamento Geral da População 2011.

Projeto TUSénior 55+, inquérito, 2019.

SREA, Turismo, Séries longas, 2020.

Bibliografia

Albrow, M. (1996). *The global age: State and society beyond modernity*. Polity Press.

Augé, M. (1992). *Les non-lieux: Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Seuil.

Augé, M. (1997). *L'impossible voyage: Le tourisme et ses images*. Rivages.

Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Edições 70.

Cavaco, C. (2009). Turismo sénior: Perfis e práticas. *COGITUR Journal of Turism Studies*, (2), 33–64. <http://hdl.handle.net/10437/1875>

- Connell, J. (2004). The purest of human pleasures: The characteristics and motivations of garden visitors in Great Britain. *Tourism Management*, 25(2), 229–247. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2003.09.021>
- Connell, J., & Meyer, D. (2010). Modelling the visitor experience in the gardens of Great Britain. *Current Issues in Tourism*, 7(3), 183–216. <https://doi.org/10.1080/13683500408667979>
- Corbin, A. (1990). *Le territoire du vide: L'occident et le désir du rivage*. Flammarion.
- Dumazedier, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. Perspectiva.
- Dumazedier, J. (1992). Le temps libre, cet inconnu. *Futuribles*, (165–166), 227–237.
- Durand, J. P., & Weil, R. (1997). Sociologie de la culture et des loisirs. In J.-P. Durand & R. Weil (Eds.), *Sociologie contemporaine* (2a. ed., pp. 615–657). Vigot.
- Earth Charter Comission. (2002). *A carta da Terra*. Earth Charter International. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Areas_Tematicas/echarter_portuguese.pdf
- Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da excitação*. Difel.
- Emelianoff, C. (1995). Les villes durables: L'émergence de nouvelles temporalités dans de vieux espaces urbains. *Ecologie Politique: Science, culture, société*, (13), 37–58.
- Farcy, J. C. (2001). O tempo livre na aldeia. In A. Corbin (Ed.), *História dos tempos livres* (pp. 273–326). Teorema.
- Febvre, L. (1991). *A terra e a evolução humana: Introdução geográfica à história*. Cosmos.
- Fernandes, E. O., & Marques, V. S. (2011). *Partilhar o futuro*. Esfera do Caos.
- Ferreira, C. (2006). *Portugal, destino turístico da população idosa europeia*. Turismo de Portugal.
- Godbey, G. (1997). *Leisure and leisure services in the 21st century: Toward mid-century*. Venture Publishing.
- Goldfinger, C. (2002). *Trabalho e extratrabalho: Em direcção a uma sociedade fluida*. Instituto Piaget.
- González, T. D. V., Vila, T. D., & García, A. F. (2010). El turismo senior como segmento de mercado emergente. *Cuadernos de Turismo*, (26), 9–24. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/116251>
- Gorz, A. (2004). *Métamorphoses du travail: Quête du sens: Critique de la raison économique*. Galilée.
- Hannigan, J. A. (2000). *Sociologia ambiental: A formação de uma perspectiva social*. Instituto Jean Piaget.
- Haworth, J. T., & Veal, A. J. (2004). *Work and leisure*. Routledge.
- Isnard, H. (1982). *O espaço geográfico*. Almedina.
- Lamic, J. P. (2008). *Tourisme durable: Utopie ou réalité?*. L'Harmattan.
- Lanquar, R. (1990). *Sociologie du tourisme et des voyages*. PUF.
- Lipovetsky, G. (2010). *A felicidade paradoxal: Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Edições 70.

- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2017). *A cultura-mundo: Resposta a uma sociedade desorientada*. Edições 70.
- Magalhães, R. A. M. (2006). A construção da sustentabilidade urbana: Obstáculos e perspectivas. In *Anais do III Encontro da ANPPAS, Brasília. 23 a 26 de maio*.
- Medeiros, T., Silva, O., Furtado, S., Moniz, A., Vieira, V., & Tomás, L. (2020). Health perception, travel concerns, and senior tourist satisfaction. In Á. Rocha, A. Abreu, J. de Carvalho, D. Liberato, E. González & P. Liberato (Eds.), *Advances in tourism, technology and smart systems: Smart innovation, systems and technologies* (Vol. 171, pp. 405–414). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-15-2024-2_36
- Moniz, A. I. (2010). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores*. CEEApLA.
- Moniz, A. I., Silva, O., Medeiros, T., & Furtado, S. (2018). Está na hora de planear uma viagem: Preocupações dos turistas seniores no planeamento de viagens de lazer aos Açores. In J. A. C. Santos, M. C. Santos, M. B. Correia & C. Ramos (Eds.), *Tourism & management studies international conference: Book of abstracts*. Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve.
- Nicolau, P. B., & Pereira, P. (2018). Biodiversidade, serviços dos ecossistemas e o turismo sustentável. In P. Pereira & P. Nicolau (Eds.), *Seminário Ilha do Pico: Ambiente, património e turismo* (pp. 30–42). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/7414>
- Peralta, E. (2008). *A memória do mar: Património, tradição e (re)imaginação na contemporaneidade*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Péron, F. (1993). *Des îles et des hommes: L'insularité aujourd'hui*. Éditions de la Cité e Éditions Ouest-France.
- Queiroz, R. E., Ventura, M. A., Resendes, R., & Cunha, R. T. (2014). Carrying capacity of hiking trails in Natura 2000 sites: A case study from North Atlantic Islands (Azores, Portugal). *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 14(2), 233–242. <https://doi.org/10.5894/rgci471>
- Rauch, A. (2001). As férias e a natureza revisitada. In A. Corbin (Ed.), *História dos tempos livres* (pp. 93–135). Teorema.
- Reisch, L. (2008). Nature et culture de la consommation dans les sociétés de consommation. *L'Économie politique*, 3(3), 42–49. <https://doi.org/10.3917/leco.039.0042>
- Rezsöházy, R. (2006). *Sociologie des valeurs*. Armand Colin.
- Roberts, K. (1999). *Leisure in contemporary society*. UK International.
- Rodriguez, J. R. (2000). Revitalización de destinos turísticos maduros: Turismo. In D. V. B. Criado (Ed.), *Comercialización de productos, gestión de organizaciones, aeropuertos y protección de la naturaleza: II Congreso Universidad y Empresa* (pp. 199–232). Tirant lo Blanch.
- Santos, J. M. F. (2017). *Património e turismo: O poder da narrativa*. Edições Colibri.
- Santos, N. P., & Gama, A. (Ed.) (2008). *Lazer: Da libertação do tempo à conquista das práticas*. IUC.

- Scardigli, V. (1986). *La consommation: Culture du quotidien*. PUF.
- Schéou, B. (2009). *Du tourisme durable au tourisme équitable: Quelle éthique pour le tourisme de demain?*. De Boeck Supérieur.
- Seabrook, J. (1988). *The leisure society*. Blackwell.
- Segaud, M. (2010). *Anthropologie de l'espace* (2a. ed.). Armand Colin.
- Silva, O., Furtado, S., Tomás, L., Moniz, A., Vieira, V., Ferreira, J., Santos, C., & Medeiros, T. (2019). Atividades de turismo sénior, satisfação e bem-estar na promoção da saúde. In S. N. Jesus (Ed.), *Book of proceedings: V congresso Ibero-Americano e Luso-Brasileiro de psicologia da saúde / I congresso da promoção da saúde e do bem-estar no ensino superior* (pp. 158–165). Universidade do Algarve, CIEO – Research Centre for Spatial and Organization Dynamics.
- Silva, O., Medeiros, T., Moniz, A., Tomás, L., Ferreira, J., Vieira, V., Furtado, S., & Santos, C. (2018/07/5–6). Motivações para os turistas seniores visitarem os Açores [Comunicação]. *25th APDR Congress*.
- Silva, O., Tomás, L., Vieira, V., Santos, C., Furtado, S., Moniz, A., Ferreira, J., & Medeiros, T. (2019). Perceção de saúde, atividades preferidas com a vida em turistas no destino Açores. In S. N. Saúl (Ed.), *Book of proceedings: V congresso Ibero-Americano e Luso-Brasileiro de psicologia da saúde / I congresso da promoção da saúde e do bem-estar no ensino superior* (pp. 165–172). Universidade do Algarve, CIEO – Research Centre for Spatial and Organization Dynamics. <http://hdl.handle.net/10400.3/5485>
- Silva, S., & Carvalho, P. (2014). O turismo de jardins em Portugal: Realidade ou utopia? Uma análise aos *tours* de jardins no país. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, (21/22), 447–458. <https://doi.org/10.34624/rtd.v4i21/22.12431>
- Silvano, F. (2017). *Antropologia do espaço*. Documenta.
- Soromenho-Marques, V. (2001). Ambientalismo e política em Portugal: Valores e facetas de um arco-íris débil. In C. Beckert (Ed.), *Natureza e ambiente: Representações na cultura portuguesa* (pp. 15–128). Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Tiago, M. B., Couto, J. P. A., Tiago, F. G. B., & Faria, S. M. C. (2014). Perfis do turista sénior na Europa. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 13(3), 12–25. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbpg/article/view/78704>
- Tomás, L. M. V., Simas, R. N., & Serpa, M. D. (2015). Gerações face ao ambiente e à energia: Um estudo comparativo nos Açores. In G. P. N. Rocha & Á. Borralho (Eds.), *Novas e velhas tendências populacionais* (pp. 131–154). Edições Colibri.
- Urry, J. (2002). Sociologia do tempo e do espaço. In B. Turner (Ed.), *Teoria social* (pp. 377–403). Difel.
- Vieira, J., Câmara, G., Silva, F., & Santos, C. (2019). Airline choice and tourism growth in the Azores. *Journal of Air Transport Management*, 77, 1–6. <https://doi.org/10.1016/j.jairtraman.2019.02.009>

Yonnet, P. (1999). *Travail, loisir. Temps libre et lien social*. Gallimard.

Wynne, D. (1998). *Leisure, lifestyle and the new middle class*. Routledge.

5. DOMÍNIOS DE RISCO NA CONSTRUÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS DE VIDA PROFISSIONAL: O EXEMPLO DOS PROJETOS PROFISSIONAIS ORIENTADOS PARA A PROFISSÃO DE PROFESSOR*

Liliana Pascueiro^a

Domínios de risco na construção de projetos de vida profissional e sua pertinência nos estudos contemporâneos sobre o social

O conceito de projeto de vida, particularmente a sua dimensão profissional, é uma temática integrante dos estudos sobre o modelo societal decorrente da modernidade reflexiva. Não quer isto dizer que o projeto de vida profissional surja com a modernidade reflexiva; o planeamento e as expectativas em relação ao futuro profissional ambicionado certamente existem em outras épocas. O que torna este tema relevante na contemporaneidade é que a sua definição enquanto conceito e a sua operacionalização enquanto realidade social integram agora, de forma mais marcante, a incerteza de concretização. As profundas mudanças sociais que acompanham esta época, quer nos mercados de trabalho, quer nos empregos disponíveis, posicionam o fator risco como parte integrante da operacionalização do conceito de projeto de vida profissional.

Refletir sobre os domínios do risco em sociedades marcadamente reflexivas e a gestão dos mesmos com que os atores se confrontam na contemporaneidade, de forma a concretizarem os seus projetos de vida profissional, é o tema central deste capítulo.¹ Assente na noção de “diversificação do risco” (Beck, 2000), começamos por elencar os vários domínios em que o fator risco se manifesta, quando é experienciada esta obrigatoriedade da construção de projetos de vida profissional.

* Este capítulo é um resultado da investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de doutoramento SFRH/BD/80801/2011.

a. Universidade NOVA de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA).

1. A investigação mais abrangente dos processos de inserção profissional dos diplomados em ensino, realizada no âmbito do doutoramento em sociologia pela NOVA FCSH, foi produzida entre 2012 e 2017 (defesa de provas em 2018). Em consequência, não foram consideradas as mais recentes produções científicas sobre a temática.

O *primeiro domínio* em que o risco se manifesta prende-se com a (aparente) liberdade de escolha envolvida na obrigatoriedade da construção de um projeto de vida profissional. A substituição progressiva do papel da tradição conduziu o indivíduo à liberdade e obrigatoriedade de definir “por si” a sua trajetória de vida (Giddens, 2000). O alargamento do contexto de ação para além da comunidade local — atendendo ao desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia, da facilidade de lhes aceder e, ainda, dos efeitos da globalização — possibilitou um leque bem mais vasto de alternativas de futuro. Cada indivíduo depara-se, agora, com momentos de decisão e de escolha, concebidos como “[...] oportunidades que a sociedade do seu tempo lhe dá [...]” (Kugelberg, 1998, p. 43). Pese embora a liberdade de escolha e de decisão, o indivíduo confronta-se, na verdade, com um conjunto de condicionalismos, tornando esta liberdade bastante mais restrita e, por vezes, apenas aparente. O leque de alternativas possíveis, assim como a informação que tem acerca dos mercados laborais a que anseia pertencer, está fortemente condicionado pelo contexto social que o indivíduo integra. O contexto de pertença influencia, assim, tanto os recursos a que tem acesso e de que tem conhecimento (como acontece com as informações produzidas acerca das taxas de empregabilidade, ou os requisitos necessários para o acesso a determinados mercados profissionais, por exemplo), como as expectativas que constrói em relação ao seu futuro (Costa, 1992; Huteau, 1992; Mateus, 2002).² Os próprios mercados de trabalho apresentam dinâmicas de seletividade, gerindo o acesso por critérios como a credenciação académica — mas acima de tudo, à medida que a posse de um diploma deixa de ser um bem raro, pela identificação de competências interpretadas como valores acrescidos para o desenvolvimento da função laboral a ocupar.

O *segundo domínio* prende-se com a impossibilidade de garantir que a concretização do projeto de vida profissional delineado — aqui entendido como uma inserção profissional concretizada (Pascueiro, 2018) — ocorra como um momento único na vida de cada indivíduo. Sendo cada vez mais vulgares os processos de inserção profissional dilatados no tempo e, em alguns casos, ocorrendo de forma não linear, a realização dos projetos de vida profissional acaba por ser, também ela, sujeita a esse prolongamento temporal, ou a essa intermitência. Estes aspetos têm efeito na alteração da organização da vida social em fases com uma ordem cronológica relativamente estanque entre a escolarização, o emprego, a autonomia financeira face ao agregado familiar de origem, o casamento e a procriação,

2. A respeito dos condicionalismos sociais de origem na determinação dos recursos a que os indivíduos têm acesso, já Bourdieu e Passeron (1964, 1970) demonstraram, relativamente à escola, ao sucesso escolar e às expectativas dos alunos face ao futuro, como são determinados pelas origens sociais, que, por sua vez, determinam os *capitais* que possuem.

e finalmente a aposentação (Coimbra, 1997/1998). Tal sequência de etapas não se coaduna com a progressiva *deslinearização* das trajetórias que vem ocorrendo nas últimas décadas: esse “[...] fio composto por um conjunto de etapas sequenciais que articulavam a formação escolar, a qualificação profissional, a profissão e o emprego” (Coimbra, 1997/1998, p. 21) parece ser cada vez mais exceção à regra.

As alterações nos mercados de trabalho determinaram a integração do risco no processo de inserção profissional, conforme apresentado anteriormente. Mas foram também determinantes no acesso a recompensas expecáveis decorrentes da ocupação de determinados posicionamentos nos mercados de trabalho — o que constitui o *terceiro domínio* da presença do risco nos projetos de vida profissional. As profundas alterações nos mercados de trabalho, a partir do momento em que o crescimento económico da época dos “Trinta Gloriosos” sofreu uma pronunciada inversão — a par da ocorrência das crises económica e social decorrentes dos choques petrolíferos e da crise financeira da década de 1970 — levaram ao aumento significativo do desemprego, particularmente entre a população jovem, e ainda à alteração da configuração da estrutura de empregos disponíveis, quer pela menor quantidade, quer pelo tipo de relação salarial que instituem. À época (remetemo-nos para os anos 1970, essencialmente) o desemprego dos jovens foi perspectivado por uma abordagem conjuntural, como um fenómeno cíclico e passageiro, pressupondo-se que não seria um problema relevante porque, sendo expecável a recuperação económica, os jovens voltariam a integrar o mercado de trabalho. Contudo, à medida que o problema foi persistindo e se foi mesmo agravando nas décadas seguintes, ganharam notoriedade as interpretações que lhe conferem um cariz estrutural, no sentido da abordagem de Gazier (1992). O desemprego jovem passa a ser perspectivado tendo em conta as causas que lhe deram origem: a diferente conceção dos processos produtivos, fruto da modernização tecnológica, que conduziu à diminuição do número de postos de trabalho e a novas exigências à mão de obra a recrutar (nível de escolaridade mais elevado e competências técnicas, pessoais e sociais exigidas, muitas delas requerendo credenciação). Progressivamente, a emergência e a notoriedade dos peritos fizeram da posse de credenciação escolar um dos fatores de diferenciação entre jovens em concorrência pela integração nos mercados de trabalho (Alves, 2007). Este aspeto é também diferenciador em situações de concorrência intergeracional, muitas vezes entre a qualificação dos jovens e as competências decorrentes da experiência laboral dos mais velhos.

Neste cenário, a população mais jovem, e particularmente a menos qualificada, é a mais afetada no que concerne à concretização do acesso e estabilização no mercado de trabalho. A desadequação entre as qualificações dos trabalhadores e as exigências das entidades laborais é, frequentemente, o aspeto referido.

Contudo, esta tese acaba por se afigurar como claramente insuficiente quando as estatísticas da escolarização, que apontam para o aumento significativo da taxa de escolarização da população mais jovem, se conjugam com a presença crescente de jovens nas estatísticas oficiais do desemprego. Das diferentes posições face às causas do problema do desemprego jovem destacamos a abordagem notável de Natália Alves (2007). A autora sugere que, mais do que causas estruturais, a suposta desadequação da mão de obra às exigências do mercado de trabalho esconde um efeito perverso na estratégia das entidades empregadoras na contratação de mão de obra, que tem repercussões nos empregos que passam a estar disponíveis. Segundo a mesma autora, o menor número de empregos disponíveis, associado ao aumento da escolarização dos jovens, tem possibilitado às entidades empregadoras o recrutamento de mão de obra mais qualificada do que seria suposto angariarem para o desempenho das posições e funções que oferecem. O que conduz a repercussões ao nível social, traduzindo-se na sobrequalificação da força de trabalho, uma vez que estes jovens acabam por aceitar empregos para os quais têm mais qualificações do que seriam necessárias para a função — a falta de empregos disponíveis coincidentes com as suas expectativas faz com que acabem por aceitá-los. Por seu lado, os jovens menos qualificados estão, mais ainda, sujeitos a episódios de desemprego, de duração mais longa e que podem mesmo tornar-se permanentes, face à sua desvantagem concorrencial relativamente aos seus pares mais qualificados.

O conhecimento acerca dos mercados de trabalho — particularmente da conjuntura social e económica — decorrente tanto de experiências laborais do próprio indivíduo ou dos seus pares, como do conhecimento produzido pelos sistemas periciais (estatísticas oficiais, produção de estudos científicos, informações transmitidas pelos meios de comunicação social), constituem-se como um manancial de conhecimento que, reflexivamente incorporado pelo indivíduo, conduz a previsões probabilísticas de concretização do seu projeto de vida profissional. Mas pode também conduzir à sua reconfiguração, ao seu adiamento, ou mesmo ao fracasso. Essa reflexão face às experiências (suas e/ou dos que lhe são próximos) e o conhecimento decorrente do sistema pericial conduzem o indivíduo a equacionar diferentes visões críticas de si mesmo e do mercado de trabalho que pretende integrar. A construção do seu próprio futuro pressupõe, ainda assim, a detenção de alguns recursos de poder, face às múltiplas possibilidades e aos riscos probabilisticamente associados às suas escolhas. Definimos, sucinatamente, as estratégias de aquisição desses recursos de poder como o aumento e/ou a diversificação de competências ou credenciais por parte dos indivíduos, buscando o aumento da probabilidade de ingresso no mercado de trabalho e/ou de diversificação das possíveis áreas de trabalho.

O *quarto domínio* da presença do risco nos projetos de vida profissional, que, de alguma forma, atravessa os três domínios anteriores, prende-se com o efeito da própria produção do conhecimento. A hipótese de que o conhecimento decorrente do método científico aplicado à produção do quotidiano permitiria ao indivíduo o controlo (pela previsibilidade) do mundo social e natural que integra, não foi, na verdade, validada. Ao invés da “epistemologia coerente”, como Giddens (2005) a designa, que permitiria aos indivíduos um maior controlo e previsibilidade do futuro e desta forma tornarem-se “não somente autores, mas donos de seu próprio destino” (Giddens, 1994b, p. 9), tem-se vivenciado a desorientação e a incerteza na produção do quotidiano e na concretização do futuro planeado. Isto deve-se à impossibilidade de produção de um conhecimento sistemático sobre a própria organização social. Os indivíduos são, na maioria das vezes, confrontados com situações e acontecimentos que não compreendem na sua total abrangência, e que escapam à possibilidade de antecipação que permitiria exercer controlo sobre eles.³ O risco surge, assim, como algo inerente ao próprio contexto da modernidade reflexiva (Beck, 2000, 2005). Não só o conhecimento conduz à produção e à diversificação dos riscos, como expõe o indivíduo à consciencialização de estar, inevitavelmente, integrado em contextos de risco. Por outro lado, o domínio da individualização, da liberdade de escolha e de decisão sobre um leque alargado de escolhas possíveis, conduz os indivíduos a experienciarem a insegurança e, novamente, o risco no alcançar de um futuro desejável — a oportunidade e o risco coexistem.

Embora a confiança no conhecimento produzido no âmbito dos sistemas periciais contribua para alguma segurança na tomada de decisão, atenuando o efeito da impossibilidade de controlo e da imprevisibilidade total da ação, o seu acesso e a sua integração nos dispositivos de ação não são vivenciados de igual forma por todos os indivíduos. Nesta diferenciação, interferem vários aspetos, tais como: o acesso diferencial ao conhecimento — o que conduz, portanto, a diferentes recursos para a ação (o poder diferencial de que nos fala Giddens, 2005); o sistema diferenciado de valores, também ele condicionado pela capacidade de produção e de acesso ao conhecimento, que conduz à incorporação diferencial desse conhecimento no sistema de valorização subjetivo (Giddens, 2005); e finalmente, as consequências não pretendidas da ação (Giddens, 2005), que a condicionam de forma imprevisível. As circunstâncias em que a ação humana

3. Giddens (1994b) refere a este respeito a *incerteza produzida* (*manufactured uncertainty*, no termo original) referindo-se a aspetos globais e que têm um efeito sobre toda a população mundial, nomeadamente as alterações climáticas, as ameaças nucleares, etc. O que tem exposto a humanidade ao *risco produzido* (*manufactured risk*), ou seja, consequências da ação humana sobre o ambiente natural e sobre as condições de vida social.

ocorre não podem ser antecipadas em toda a sua plenitude; acresce que o caráter eminentemente reflexivo das sociedades torna essas circunstâncias mais instáveis e mutáveis, intensificando ainda essa imprevisibilidade. Por isso, potenciais consequências indesejadas permanecem ocultas.

Em suma, a imprevisibilidade do futuro, no sentido de impossibilidade de controle do futuro ambicionado, fruto da intensificação e diversificação do risco e da incerteza que caracterizam as sociedades decorrentes do modelo da modernidade reflexiva (Beck, 2000), estende-se à imprevisibilidade do futuro profissional programado e, com esta, à da concretização de um projeto de vida profissional, conduzindo o indivíduo a momentos de incerteza e de risco no planejamento e operacionalização do seu projeto de vida profissional.⁴ Por outro lado, a incerteza e o risco presentes na construção e concretização desses projetos, e a aparente incapacidade de previsão de um futuro a longo prazo (cada vez menos longo, arriscamos dizer), vêm tornar mais relevante o papel do conhecimento e da informação disponíveis e acessíveis aos indivíduos. A informação e o conhecimento sustentam o processo de reflexão sobre a definição da trajetória de vida a seguir, a probabilidade de concretização e a gestão dos vários domínios do risco em que, obrigatoriamente, estão integrados.

Questões de estudo e campo de observação

Nesta obrigatoriedade de construção do seu projeto de vida profissional, o indivíduo integra, como explicado anteriormente, vários domínios de risco, estando assim cada projeto de vida profissional associado a uma probabilidade variável de concretização. O sistema pericial, enquanto produtor de conhecimento e de informação sobre mercados de trabalho, confere alguma segurança ao indivíduo na antecipação de cenários de risco de concretização dos projetos de vida profissional. Ainda assim, como compreender orientações para profissões em que os sistemas de produção de conhecimento reconhecem um risco elevado de não concretização da inserção profissional e, neste sentido, de frustração do projeto de vida profissional? Como validar a construção de uma sociedade marcadamente reflexiva, quando, aparentemente, a gestão dos domínios do risco na construção de projetos de vida profissional contraria o primado da reflexividade? Que narrativas justificam estas escolhas, aparentemente contrárias à gestão do risco?

4. Salientamos novamente que a imprevisibilidade do futuro não é um aspeto em exclusivo da modernidade reflexiva. A velocidade e a abrangência da mudança que a caracterizam é que são incomparavelmente maiores do que as de outras temporalidades.

Os diplomados que orientam as suas escolhas formativas para o acesso ao mercado de trabalho do ensino, um mercado associado a vários domínios de risco, afiguram-se como um campo de observação privilegiado da problemática da gestão do risco nos projetos de vida profissional. O mercado de trabalho do ensino tem sido alvo, num curto espaço de tempo, de alterações notórias, que resultaram no aumento da complexidade do acesso e da estabilização na profissão. A exposição a episódios de desemprego, a precariedade de vínculos laborais, o aumento e a diversificação das competências exigidas para o exercício quotidiano da profissão e a (aparente) desvalorização social crescente desta atividade, são, talvez, as suas consequências mais marcantes.⁵ Ao que se soma a ideia, que se vai difundindo socialmente, da falta de exigência na seleção destes profissionais e do défice de competências para o exercício das suas funções — aspetos que são recorrentemente expostos pela comunicação social, levando à generalização de episódios localizados e esporádicos a toda a classe profissional.

O conhecimento pericial e a informação produzida e difundida pelos meios de comunicação social acerca deste mercado de trabalho têm contribuído para a aparente dissuasão de projetos de vida orientados para a profissão docente, refletindo-se na diminuição do número de diplomados em mestrados que conferem habilitação profissional para a docência. Os indivíduos que orientam os seus projetos de vida profissional para este mercado de trabalho incorrem no risco de a concretização desse projeto decorrer durante um longo período de tempo, em trajetórias incertas, ou mesmo, no limite, de não conseguirem concretizá-lo. Mas o risco não está só na ausência de garantia de acesso ao mercado de trabalho do ensino e da estabilização nesse mercado; está também no tipo de benefícios expetáveis com a profissão e que, devido às transformações do mercado de trabalho, deixaram de lhes estar acessíveis.

Por outro lado, a profissão de professor é, em si mesma, causa e efeito da concretização do processo de modernidade, tendo sido determinante na efetivação da massificação escolar e na uniformização da sociedade em torno da concretização dos ideais de Estado-Nação. Focando-nos no modelo societal da modernidade reflexiva, os professores são também figuras centrais no processo de construção social, uma vez que são atores de produção, difusão e mediação do conhecimento produzido no âmbito dos sistemas periciais, para além de potenciadores da reflexividade nos cidadãos do futuro, aspeto crucial do projeto de modernidade (Melo, 2007). Mas estarão eles mesmos a gerir reflexivamente os riscos de concretização dos seus próprios projetos de vida profissional?

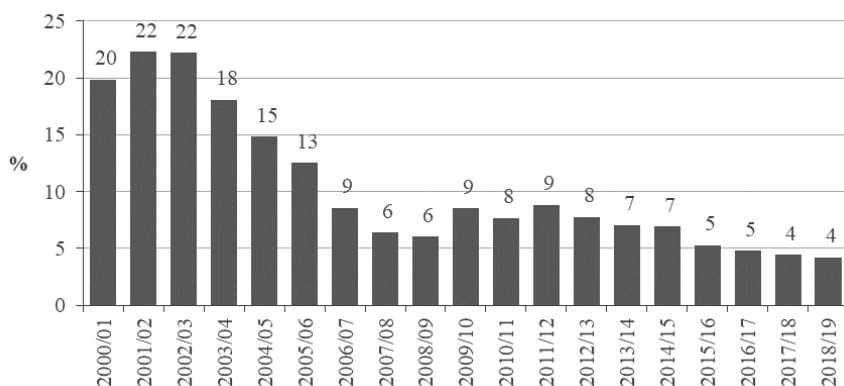
5. As causas desta transformação do mercado de trabalho do ensino não cabem no âmbito deste texto. Para informação detalhada, Pascueiro (2018).

O conhecimento pericial sobre o mercado de trabalho e os discursos dos atores

O papel da reflexividade e da gestão do risco, em projetos de vida profissional cuja probabilidade de sucesso é reconhecida pelos sistemas periciais como sendo baixa, formou o âmago da investigação da qual decorre este capítulo (Pascueiro, 2018). Sendo o campo de observação o dos projetos de vida profissional direcionados para a profissão de professor, apresentamos o panorama estatístico produzido pelo sistema pericial oficial acerca deste mercado de trabalho em Portugal nos últimos anos.

No contexto nacional, o mercado de trabalho do ensino é pouco atrativo para quem tem a profissão de professor como parte integrante do seu projeto de vida profissional. Como podemos observar no Gráfico 5.1, essa percepção tem sido apreendida pelos indivíduos que acedem ao ensino superior: no universo de diplomados deste novo milénio, considerando os três ciclos de ensino, revela-se uma quebra abrupta da proporção de diplomados da área de Educação, sendo que em 2018/19 somente 4% dos diplomados terminaram uma formação nesta área, que em 2000/01 representava cerca de 20% do universo de diplomados e entre 2001/02 e 2002/03 chegou aos 22%.

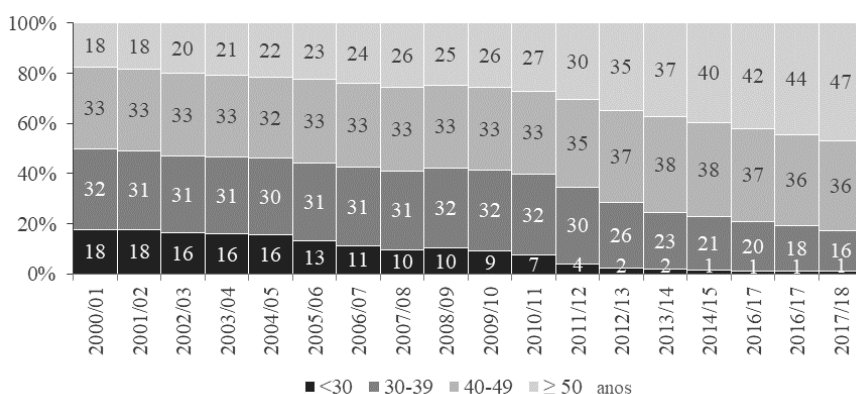
Gráfico 5.1 Percentagem de diplomados em cursos/ciclos de estudos que conferem nível CITE de ensino superior na área de Educação, no total de diplomados de ensino superior em Portugal, 2000/01 a 2018/19



Fonte: DGEEC, Inquérito ao Registo de Alunos Insritos e Diplomados do Ensino Superior.

A fraca atratividade da formação na área de educação, para a população que acede ao ensino superior, pode dever-se à gestão do risco que a escolha desta carreira como projeto de vida profissional acarreta, pela tomada de consciência de um conjunto de indicadores que revelam a dificuldade de acesso à carreira docente e da posterior estabilização; por exemplo, a distribuição etária dos docentes em exercício (Gráfico 5.2), que evidencia a quase inexistência de novas entradas no setor. A baixa proporção de docentes com menos de 40 anos de idade dá conta de um setor laboral de difícil acesso: se no início da década cerca de metade dos professores tinha menos de 40 anos, em 2017/18 o sistema de ensino em Portugal tinha somente 1% de professores com menos de 30 anos e 16% com idade entre os 30 e os 39 anos.

Gráfico 5.2 Percentagem de docentes em Portugal, segundo o grupo etário, 2000/01 a 2017/18

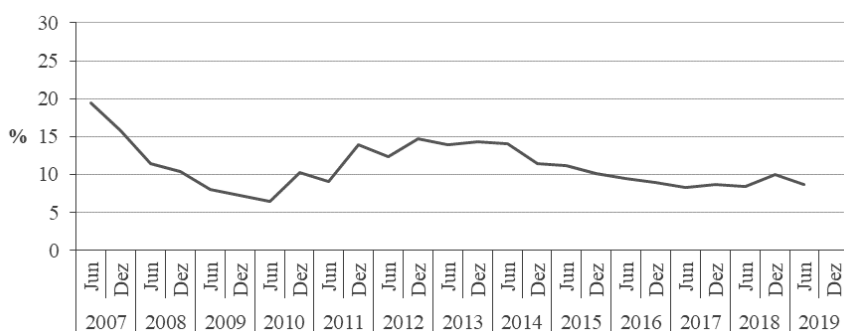


Fonte: DGEEC, Perfil do docente.

Como complemento da informação anterior, apresenta-se a proporção de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), sistema pericial sob a alçada do Estado que disponibiliza gratuitamente indicadores que sinalizam o risco de acesso a determinados mercados de trabalho. Os desempregados com formação superior na área de estudos de *Formação de professores / formadores e Ciências da Educação* inscritos no IEFP entre 2016 e 2019 representavam 8% a 10% do total de desempregados (Gráfico 5.3). Proporção ainda assim muito afastada dos 16% a 24% verificados 10 anos antes (2006 e 2007), que

sucederam ao *boom* de diplomados na área da educação, visível no Gráfico 5.1, e que o mercado de trabalho do ensino aparentemente não teve capacidade de absorver. Esta constatação agrava o cenário de risco de acesso à profissão docente, muito embora se verifique uma descida da proporção de desempregados desta área no universo de diplomados de ensino superior inscritos no IEPF nos últimos anos — o que, arriscamos afirmar, reflete acima de tudo a quebra do número de diplomados, mais do que o aumento da sua integração na carreira docente.

Gráfico 5.3 Percentagem de desempregados inscritos no IEPF com habilitação superior na área *Formação de professores / formadores e Ciências da Educação*, 2007 a 2019



Fonte: IEPF/MTSSS e DGEEC.

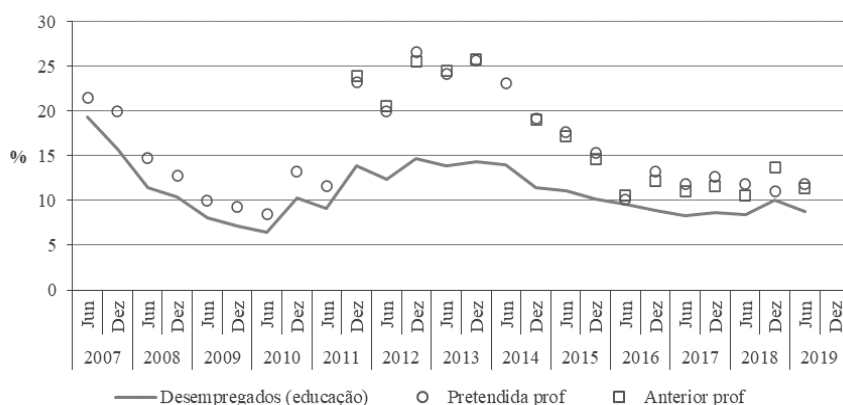
A proporção de diplomados do ensino superior inscritos no IEPF que pretende exercer a profissão de professor é tendencialmente superior à de inscritos com formação na área da educação, exceto em junho de 2016, em que as duas proporções foram quase idênticas (Gráfico 5.4). Esta aparente contradição, que apenas se deve ao facto de, até 2007, não ser obrigatória a habilitação profissional para a docência para aceder ao exercício da profissão de professor,⁶ revela que esta foi uma alternativa profissional considerada possível para muitos diplomados do ensino superior, embora as suas escolhas académicas não proporcionassem a credenciação requerida para o mercado de trabalho do ensino.

As proporções máximas de desempregados com formação superior que procuram exercer a profissão de professor oscilaram entre os cerca de 20% em 2007

6. O Decreto-lei 43/2007, de 22 de fevereiro, determinou a habilitação profissional em ensino como condição necessária para a prática da profissão docente.

e mais de 25% em 2012 e 2013. No último momento aqui apresentado (junho de 2019), essa proporção rondava os 12%, e eram cerca de 11% os que anteriormente haviam exercido a profissão de professor. Ou seja, perante episódios de não concretização do acesso à profissão, e ainda que o cenário não seja apelativo, a intenção mantém-se (Gráfico 5.4).

Gráfico 5.4 Percentagens de desempregados inscritos no IEFP entre 2007 e 2019: com habilitação superior na área *Formação de professores/formadores e Ciências da Educação*; com categoria pretendida *Professor*; e com atividade profissional anterior *Professor*



Fonte: IEFP/MTSSS; DGEEC.

O conhecimento pericial revela que um projeto de vida profissional direcionado para o mercado de trabalho do ensino e, mais concretamente, para a profissão de professor é, neste cenário, uma decisão que expõe o indivíduo a vários domínios de risco: risco de não exercício de todo da profissão, pela fraca presença de professores jovens na carreira, o que indicia a fraca abertura deste setor à contratação de jovens; risco de uma longa espera pela concretização do projeto de vida profissional como professor, que pode dar-se em percursos intermitentes de emprego no mercado de trabalho do ensino; o que origina ainda, em alguns casos, o risco de verem defraudadas as expectativas de recompensas associadas à carreira docente, que integrassem os seus projetos de vida profissional.

Será o conhecimento destas dimensões do risco relevante no processo construtivo dos projetos de vida profissional dos diplomados que, ainda assim, direcionam as suas escolhas formativas para o exercício futuro da profissão de professor?

Apelámos aos discursos de alguns destes atores, que terminaram um dos mestrados que conferem habilitação para a docência, buscando compreender como gerem a presença do risco nos seus projetos de vida profissional. Em suma, que narrativas justificam estas escolhas que se afiguram como contrárias à “gestão do risco”.

Recorremos aos dados do Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (OBIPNOVA), como plataforma de seleção de diplomados das coortes dos anos letivos 2009/10, 2010/11 e 2011/12, que responderam ao inquérito do OBIPNOVA autorizando segundo contacto e cujas escolhas formativas indicavam projetos de vida profissional orientados para o mercado de trabalho do ensino. Seleccionámos diplomados segundo dois percursos de inserção profissional diferenciados: *Percurso regular* (que integra as situações de carreira, diplomados que exerceram a profissão de professor durante a formação e nos dois anos após a diplomação; e professores pós formação, ou seja, que exerceram nos dois anos após a diplomação); e *Percurso não regular* (diplomados que, após dois anos do *terminus* da formação, nunca tinham exercido; desistentes, que exerceram durante a formação e/ou um ano após a diplomação; intermitentes, exerceram durante a formação e/ou no segundo ano após a diplomação). Após a construção e análise dos perfis de inserção profissional dos 145 diplomados selecionados, foram realizadas catorze entrevistas semiestruturadas. A amostra de entrevistados foi constituída por diplomados com idade inferior a 45 anos, sabendo de antemão quais os seus perfis de inserção profissional e de contacto com o mercado de trabalho do ensino.⁷

As entrevistas apontam para que a decisão por um projeto de vida profissional como professor, mais do que sustentada na reflexividade da gestão do risco de concretização e no conhecimento produzido sobre o mercado de trabalho do ensino, foi determinada pela ação de agentes de socialização: a importância que um professor teve, em algum momento da sua formação, e o facto de existirem familiares professores foram as principais causas declaradas pelos entrevistados para a escolha desta área profissional. Apresentamos alguns discursos ilustrativos:

Por exemplo, inicialmente era professora de 1º ciclo, mas aqui pelo exemplo que nós temos pelos nossos professores. [E1]

[...] escolhi-a mesmo com a ajuda dos meus pais, os meus pais ajudaram-me na altura, que eu nem queria vir para a faculdade... [E5]

7. Para mais informações sobre os modelos de inserção profissional, Pascueiro (2018).

Eu conheço muitos professores. Desde há muito tempo que vivo no meio de professores e sempre gostei muito de ensinar e de trabalhar assim... Tenho os meus pais, os meus tios, os meus primos... é uma família de professores! [E1]

Ainda que a reflexão sobre os domínios do risco de não concretização dos seus projetos de vida profissional estivesse ausente das escolhas, não é descurada a sua relevância. Estes diplomados em processo de inserção profissional referem a importância que, à data da escolha da formação, teriam dado à informação sobre o acesso e à facilidade ou dificuldade da inserção profissional na profissão de professor; conhecimento esse a que não acederam.

Quando eu comecei ainda não se falava assim de tanta dificuldade de colocação. Depois, quando eu já estava mais para o fim do curso, aí sim, já se falava. [E13]

Infelizmente agora a realidade já não é assim. Se não, não tinha feito. Não é que aquilo que aprendi não tenha sido bom, foi... Mas tenho muitas outras coisas para aprender. [E5]

Para além da relevância que conferem à informação disponível sobre o mercado de trabalho, há ainda quem retorne à família, mas, desta vez, no sentido em que deveria ter sido dada importância ao conselho recebido na altura: o de não seguir a área do ensino:

Os meus pais influenciaram-me bastante e disseram-me “Por favor, não vás por aí. Para o ensino não!” [E7]

Embora houvesse algumas pessoas que me dissessem: “ah, vais fazer um mestrado em ensino, isso não tem saída nenhuma...” e eu achava aquilo assim um bocado... eu achava: são pessoas chatas, daquelas que dizem mal de tudo! E pronto... Depois veio-se a confirmar, mas na altura não tinha essa perceção. [E8]

Para finalizar, questionados sobre as tensões sociais com que lidam perante escolhas socialmente desvalorizadas, muito embora alguns destes diplomados exerçam efetivamente a profissão de professor, consideram que existe um risco elevado de não concretização do acesso à profissão e da estabilização profissional, para quem a escolhe agora. Reconhecem também a degradação do valor da profissão na sociedade. Todos os domínios do risco são, a seu ver, responsabilidade do Estado, na definição de políticas públicas, como os seguintes discursos ilustram:

E penso que nisso o Ministério tem muita culpa, na forma como os professores são olhados. Isto tem um longo historial, podíamos estar aqui horas e horas a falar sobre isto [riso]. [E2]

Começando pelo evitar a saída, pelo menos dar mais condições às escolas, aos professores, mais recursos [...]. [E4]

Sim, [a responsabilidade tem mais a ver com o Ministério] do que com a sociedade em si. [E1]

Mas também são imputados à alteração do modelo de sociedade e às condições de exercício, que têm diminuído o número de novos professores que acedem à profissão:

Porque foi numa altura muito má, em 2008 começou isto...

E: A crise?

Começou a cortar, a cortar, pronto... Pode ser que também um dia [risos] [...] o entrave é a situação do país. [E7]

Eu acho que as coisas mudaram, também se calhar porque há menos alunos. [...] depois também as coisas em termos... politicamente... também mudaram muito, o tamanho das turmas... pronto, essas coisas todas que antes funcionavam de outra forma e que pronto, foi... havia mais alunos, as turmas também eram diferentes, com menos alunos e havia mais oferta para os professores. [E8]

Só raramente é evidenciado o papel do próprio indivíduo, enquanto principal agente na definição do seu projeto de vida profissional, em interligação com a falta de informação sobre as condições de concretização do acesso à carreira docente, como acontece no seguinte discurso:

Talvez tenha sido um erro na altura, não ter mais informação, por exemplo, para o curso de Espanhol. Se eu já soubesse o que iria acontecer... Mas na altura nem havia Espanhol nas escolas, isto é algo recente. [...] Eu sabia que em ensino era difícil e depois, eu também acho que não somos muito acompanhados para percebermos o que temos de fazer. Se... como é que se concorre... [E12]

Finalizamos esta apresentação de discursos com uma tabela de síntese, tendo em conta o exercício da atividade docente e, portanto, a concretização de projetos de vida profissional na área da docência (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 Sumário da análise de conteúdo realizada aos discursos dos diplomados em mestrados que conferem habilitação profissional para a docência

	Diplomados/ mestres com habilitação profissional para a docência	
	Exerce a profissão	Não exerce a profissão
Influência na escolha da profissão	Profissionais Família	Família
Suporte (falta) que poderia ter levado à dissuasão da escolha	Acesso a informação	Acesso a informação Família
Responsáveis pela dificuldade sentida na concretização da inserção profissional no setor do ensino	Estado Autoanálise Sociedade Condições de trabalho Falta de informação	Estado Autoanálise

Fonte: Elaboração própria sobre dados das entrevistas.

Conclusão

O conhecimento pericial desenvolvido acerca do mercado de trabalho do ensino, a que acresce uma certa desvalorização social da profissão, tem conduzido à dissuasão desta profissão do processo construtivo de projetos de vida profissional. O que indicia que a gestão do risco tem direcionado uma grande parte dos indivíduos que acedem ao ensino superior para outros mercados de trabalho, talvez percecionados como de menor risco. Contudo, o foco deste capítulo está, contrariamente, nos diplomados que, expostos às mesmas dinâmicas periciais acerca dos mercados de trabalho, optam por um projeto que contraria a gestão eficiente do risco.

A análise de discursos de diplomados, com diversos posicionamentos face à concretização do projeto de vida profissional como professor, permite-nos compreender que a gestão do risco face ao acesso e à integração nesta profissão, embora possa estar no imaginário destes diplomados, não parece ter sido suficiente para a reconfiguração dos seus projetos de vida profissional. Portanto, são atribuídas valências a esta profissão que se sobrepuseram ao risco de não concretização, ou que o “curto-circuitaram”. Neste sentido, o conhecimento produzido, e amplamente difundido, por sistemas periciais sobre o risco de acesso a este mercado de trabalho nem sempre foi incorporado nos dispositivos de planeamento da ação,

embora a sua importância seja reconhecida no presente. Em alguns dos casos analisados que optaram pela formação para a profissão de professor, os agentes de socialização sobrepujaram-se ao papel dos peritos. Finalmente, verificamos que entre estes diplomados existe, inicialmente, uma fraca consciencialização de si como atores centrais e responsáveis pela concretização do seu projeto de vida profissional, atribuindo essa responsabilidade a entidades externas, nomeadamente ao Estado; o que nos sugere que, mais do que liberdade de construção, se sujeitam a uma “condenação” à construção de si mesmo (Beck, 2000).

Posto isto, o estudo de projetos de vida profissional implica, antes de mais, uma nova abordagem. Onde se considerava desregulação e deriva na operacionalização desses projetos, devemos, antes de mais, olhá-los sob a lente do modelo de sociedade decorrente do processo de modernidade reflexiva. A cada indivíduo, é imposta a obrigatoriedade de construir o seu projeto de vida profissional, sendo-lhe (desigualmente) facultados conhecimento e informação sobre os mercados de trabalho, como fontes de apoio e de segurança nas decisões a tomar. À medida que é produzido e veiculado, o conhecimento vai sendo incorporado nas lógicas de atuação e de reflexão sobre o quotidiano, tornando-se, assim, meio de compreensão e interpretação do mundo social. Contudo, esse conhecimento não é experienciado de igual forma por todos os indivíduos. Além disso, pelo caráter eminentemente reflexivo das sociedades, nem a durabilidade desse conhecimento, nem as circunstâncias instáveis e mutáveis em que decorre a ação, contribuem para garantir a previsibilidade do futuro. Neste sentido, e no que se refere à exposição ao risco (Beck, 2000), não só o conhecimento conduz à produção e à diversificação dos riscos, como expõe o indivíduo à consciencialização de estar (obrigatoriamente) integrado num contexto de risco. Ainda assim, uma vez que esse conhecimento produzido não é integrado nos dispositivos de ação de igual forma, nem sempre é alcançada uma gestão eficiente do risco.

Fontes

DGEEC, Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior.

DGEEC, Perfil do docente.

DGEEC, Estatísticas da Educação.

IEFP/MTSSS e DGEEC, Desemprego dos diplomados.

OBIPNOVA, inquéritos à inserção profissional dos diplomados na Universidade NOVA de Lisboa, 2010-2012.

Bibliografia

- Alves, N. (2007). *Inserção profissional e formas identitárias: Percursos dos licenciados da Universidade de Lisboa* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3162>
- Beck, U. (2000). A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno* (pp. pp. 1–51). Celta.
- Beck, U. (2005). *Risk society: Toward a new modernity*. SAGE.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les héritiers: Les étudiants et la culture*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Les Éditions de Minuit.
- Coimbra, J. L. (1997/1998). O meu “grande” projeto de vida ou os meus “pequenos” projetos: Linearidade ou recorrência no desenvolvimento vocacional e suas implicações educativas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, (13–14), 21–27. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14785/2/83579.pdf>
- Costa, A. F. (1992). *O que é sociologia*. Difusão Cultural.
- Gazier, B. (1992). *Économie du travail et de l'emploi*. Dalloz.
- Giddens, A. (1994a). *Modernidade e identidade pessoal*. Celta.
- Giddens, A. (1994b). Admirável mundo novo: O novo contexto da política. *Caderno CRH*, 7(21), 9–28. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v7i21.18771>
- Giddens, A. (2000). Viver numa sociedade pós-tradicional. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno* (pp. 53–104). Celta.
- Giddens, A. (2005). *As consequências da modernidade*. Celta.
- Huteau, M. (1992). Les projets d'orientation des jeunes: Approche psychologique. In D. Desjeux (Ed.), *Le projet: Un défi nécessaire face à une société sans projet* (pp. 33–48). L'Harmattan.
- Kugelberg, C. (1998). Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (27), 41–57. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=132>
- Mateus, S. (2002). Futuros prováveis: Um olhar sociológico sobre os projetos de futuro no 9.º ano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (39), 117–149. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=6>
- Melo, M. B. P. (2007). Educação e *mass media* na modernidade: Efeitos do *ranking* escolar em análise. In M. M. Vieira (Ed.), *Escola, jovens e media* (pp. 67–94). Imprensa de Ciências Sociais. <http://hdl.handle.net/10451/6844>
- Pascueiro, L. (2018). *O processo de inserção profissional dos diplomados da Universidade Nova de Lisboa: Diferentes públicos, estratégias diferenciadas, um mesmo objetivo(?)* [Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/53907>

**II PARTE.
DESAFIOS
SOCIETAIS
E NOVAS
FORMAS DE
ATIVIDADE
HUMANA**

6. DECISÃO SOBRE O EMBRIÃO HUMANO *IN VITRO*: A GRAMÁTICA DA RESPONSABILIDADE POSTA À PROVA NA PRESTAÇÃO DO CONSENTIMENTO INFORMADO*

Catarina Delaunay^a | Luís Gouveia^a | Mário Santos^b

Introdução

Neste capítulo, pretendemos discutir as questões da autonomia, da vontade e da responsabilidade individual dos sujeitos beneficiários de técnicas de procriação medicamente assistida (PMA) na tomada de decisão sobre o destino dos embriões criados *in vitro*, com base numa análise sociológica de cariz pragmático dos resultados de um projeto de I&D em curso.

O ónus de decidir sobre o destino a dar aos embriões excedentários, criados em laboratório no âmbito da PMA, recai sobre as mulheres ou os casais que conceberam o projeto parental, que além de, por vezes, terem de lidar com um diagnóstico de infertilidade, têm ainda de assumir a responsabilidade por esta decisão. Na verdade, antes de recorrerem à PMA, questões como o que é um embrião, quantos e quais os embriões a transferir para o útero, e qual o destino a dar aos embriões supranumerários são esferas de avaliação e decisão com as quais a maioria das pessoas beneficiárias destas técnicas não está familiarizada. Situamo-nos, pois, no quadro ético da autonomia e da responsabilidade, com a promoção de um espaço liberal através do reforço do poder (enquanto capacitação) e do esclarecimento de utentes.

Duas questões assumem particular relevância. Por um lado, exige-se dos seres vulneráveis, fragilizados do ponto de vista identitário (face ao estigma social ainda associado à infertilidade, bem como ao recurso à PMA por mulheres

* Este capítulo é um resultado do projeto ETHICHO – Coreografias ético-ontológicas: Formas de objetivação e avaliação do embrião humano *in vitro* no contexto da Procriação Medicamente Assistida e da Investigação Científica, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/SOC-SOC/29764/2017).

a. Universidade NOVA de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA).

b. Universidade da Beira Interior, Departamento de Sociologia, e Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL.

solteiras ou numa relação homossexual), determinadas competências como sejam as de autonomia, reflexividade, autodeterminação e análise de custo-benefício baseada em informações, nem sempre suficientes ou dadas de forma adequada, em situações complexas relativas ao destino das componentes reprodutivas do seu corpo (gâmetas e embriões). Tendo em mente que o estado de vulnerabilidade não deve ser entendido, segundo lógicas duais ou unidimensionais, como uma condição permanente e estável, importa ressaltar a sua natureza multidimensional, fluida e contextual, na medida em que o estado de fragilidade pode ser atenuado ou reforçado em função de diferentes momentos da trajetória terapêutica e das distintas capacidades críticas que os sujeitos beneficiários evidenciam (Delaunay et al., 2020). Por outro lado, ocorrem, por vezes, tensões entre cuidadores institucionais e utentes, nomeadamente com a crítica destes relativamente à insensibilidade e falta de empatia dos profissionais de saúde na aplicação de protocolos estandardizados.

O requisito de autonomia encontra-se subjacente ao princípio da propriedade de si mesmo e da liberdade de dispor do próprio corpo, no quadro do individualismo liberal; embora alguns limites possam ser impostos, como acontece, por exemplo, relativamente ao aborto (Boltanski, 2004). No entanto, o carácter problemático e contestável, a nível filosófico e prático, do consentimento informado — na sua relação com o respeito pela autonomia ou autodeterminação do sujeito paciente e com a confiança deste nos médicos, na própria prática clínica e/ou na investigação em saúde — tem vindo a ser alvo de debate, nas últimas décadas, entre especialistas em ética e médicos, sobretudo respondendo a mudanças contextuais (Boyd, 2015). Já foi desenvolvida anteriormente uma discussão acerca das condições de aplicação do consentimento informado, no âmbito da investigação em ciências sociais com pessoas vulneráveis sobre tópicos sensíveis (Delaunay et al., 2020). Surgem questões como a do défice de autonomia (ou grau de vulnerabilidade, *stress* ou doença) de alguns pacientes, ou a das diferenças de capacidade de compreenderem a informação transmitida, bem como a da necessidade de encarmos o consentimento informado como um processo contínuo, ao invés de um ato definitivo que ocorre num único momento.

A crítica aos princípios da bioética também emergiu no seio das ciências sociais, nomeadamente pela reflexão acerca dos limites e constrangimentos da operacionalização dos ideais do consentimento livre e esclarecido na prática. Estudos demonstram que o processo de consentimento informado sobre procedimentos médicos, que os discursos políticos e bioéticos têm enfatizado, não permite salvaguardar a autonomia dos pacientes, reforçando inclusive a sua passividade e a sua privação de poder e de direitos (Dixon-Woods et al.,

2006). O diferencial de conhecimento técnico-científico na relação médico-paciente, somado à vulnerabilidade incorporada dos sujeitos pacientes em determinadas situações clínicas e à própria organização das rotinas hospitalares, constroem fortemente a capacidade de exercício de escolhas (Dixon-Woods et al., 2006).

Com este capítulo, pretende-se gerar conhecimento socialmente relevante sobre a tomada de decisão de pessoas beneficiárias de PMA, contribuindo para promover melhorias na prestação de cuidados e para informar estratégias de política pública mais inclusivas em matéria de saúde.

Enquadramento

As técnicas de procriação medicamente assistida são reguladas pela Lei 17/2016. Existe atualmente uma rede de centros de PMA privados e públicos no território nacional. Em centros públicos, os tratamentos são gratuitos, exceto para medicação e viagens, até três ciclos de fertilização *in vitro* e ao limite dos 40 anos de idade. Os eventuais embriões excedentários poderão ser armazenados por um período máximo de três anos, prorrogável por mais três anos a pedido das pessoas beneficiárias. Dependendo da escolha destas, os embriões criopreservados podem ser usados posteriormente num novo ciclo de tratamento, doados a outros beneficiários, ou ainda doados para pesquisas científicas — pois, apesar de ser proibido gerar embriões para fins de investigação científica, esta é lícita em embriões excedentários que sejam portadores de anomalia genética grave, ou cujo estado não permita a sua transferência ou criopreservação. Não sendo decidida qualquer daquelas opções, os embriões serão descongelados e eliminados, uma vez decorrido o prazo previsto pela lei.

Todos os processos terapêuticos são, obrigatoriamente, antecédidos da prestação de consentimento de forma expressa e por escrito, segundo o modelo publicado pelo Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

Abordagem teórica

Adotando a ótica da sociologia pragmática, reportamo-nos à arquitetura dos vários regimes de envolvimento dos atores: *regime de justificação pública*, *regime de ação em plano* e *regime familiar* ou *de proximidade* (Thévenot, 2006). Os diferentes regimes de envolvimento na ação diferenciam-se em função de um

eixo analítico que vai do geral ao particular, das convenções coletivas próprias do espaço público aos referenciais da ação locais e familiares.

Boltanski e Thévenot (1991) propõem um quadro teórico para analisar as disputas ordinárias em que os atores recorrem a princípios comuns de justiça (i.e., argumentos válidos em toda a generalidade), seja para criticarem, seja para se justificarem em público. Os autores definem seis tipos de mundos ideais neste *regime de justificação pública*, que designam de *cités*. Tais *cités* (*de inspiração, doméstica, cívica, de opinião, industrial e mercantil*) constituem diferentes ordens de convenções, que configuram outros tantos quadros de referência cognitiva e moral e permitem a qualificação dos seres, humanos ou não humanos, e das ações. Cada uma dessas construções convencionais especifica uma conceção particular do bem comum, que é convocada pelos atores para avaliar e ordenar a *grandeza* dos vários seres numa situação. Essas formas de bem comum organizam-se a partir de diferentes princípios superiores comuns.

As convenções que resultaram mais relevantes para o material empírico apresentado neste capítulo são a *citê industrial* e a *citê doméstica*. A ordem convencional da primeira tem como princípio superior comum a eficácia, e a hierarquia de grandeza entre pessoas assenta na competência técnico-científica; neste caso, de profissionais e beneficiários, sendo as decisões terapêuticas suportadas por dispositivos tecnológicos e instrumentos padronizadores da ação, como sejam as taxinomias de embriões. Por seu lado, na ordem convencional da *citê doméstica* o princípio superior comum é a tradição, assentando a hierarquização de grandeza entre pessoas em relações de autoridade-subordinação. As relações a partir desta convenção, distintas das do mundo industrial, são personalizadas, neste caso moldadas pela confiança entre profissional e utente, constituindo a experiência prática — como seja a capacidade de mobilizar acervos de casos clínicos — o elemento de suporte à autoridade das decisões do profissional.

Se, no *regime de justificação pública*, a ação é suportada pelas *cités*, no *regime de ação em plano* a ação é orientada por referência a objetivos, sendo o espaço funcionalmente preparado mediante instrumentos standardizados que incorporam diferentes ordens convencionais — como é o caso do consentimento informado, enquanto dispositivo padronizado de suporte à concretização de um plano de ação, o processo terapêutico. Concomitantemente, este formato cognitivo e moral de ação corresponde à *gramática liberal* enquanto formato de construção da *comunalidade*, isto é, o quadro moral mediante o qual as disputas e a coordenação da ação entre atores são feitas, não em referência a formas do bem comum, mas à expressão de perspetivas num formato de escolha individual. No quadro desta gramática, o ator surge em público como um indivíduo que

escolhe autonomamente entre um conjunto de opções publicamente disponíveis (Thévenot, 2006) — neste caso, o leque de possibilidades terapêuticas disponibilizadas como opções-plano no quadro da PMA.

Por contraste, no *regime de ação familiar* a ação ocorre sem a penetração de convenções coletivas, num registo atuante de proximidade, localizado e suportado por uma familiarização dinâmica da pessoa com o seu ambiente direto — como é o caso, nomeadamente, de uma interação médico-paciente em que o profissional busque atender à singularidade do sujeito paciente, numa acomodação da sua atuação personalizada, hospitaleira e visando o conforto (Thévenot, 2006).

Material e métodos

Este capítulo enquadra-se num projeto de pesquisa mais amplo, ainda em curso à data da redação, que recorre a uma abordagem com métodos mistos para analisar os processos plurais de construção de significados por sujeitos especialistas (profissionais) e leigos (beneficiários) em torno dos embriões humanos *in vitro*, quer no contexto da PMA, quer no da investigação biomédica. Até à redação deste capítulo, reunimos 34 entrevistas semiestruturadas e em profundidade e 85 respostas a um inquérito por questionário online, tudo a pessoas beneficiárias de PMA por fertilização *in vitro* ou injeção intracitoplásmica (FIV/ICSI), e ainda um pequeno número de observações etnográficas.

A presente discussão foca-se nos dados das entrevistas, realizadas entre 5 de setembro de 2019 e 11 de agosto de 2020. As pessoas entrevistadas foram beneficiárias de FIV/ICSI recrutadas através das redes sociais e de contactos informais, variando no sexo, no estado civil, na orientação sexual e na trajetória clínica (e.g., tipo de diagnóstico, técnicas de tratamento, número de ciclos, quantidade de embriões obtidos, existência ou não de embriões excedentários). Existe uma larga preponderância de respondentes do sexo feminino (92%). Duas entrevistadas desenvolveram o seu projeto parental no quadro de uma relação homossexual e uma inquirida visando a constituição de uma família monoparental. As idades variaram entre 32 e 47 anos, com uma média de 40 anos. Todas as pessoas entrevistadas eram portuguesas, com exceção de uma holandesa, e todas estavam empregadas. A grande maioria (29, ou seja, 83%) vivia com o/a companheiro/a, casado/a ou não; o mesmo número detinha um diploma de ensino superior. Todas as entrevistas foram realizadas pelo mesmo membro da equipa do projeto. Os requisitos éticos relativos à confidencialidade no tratamento dos dados foram cumpridos e o consentimento informado foi obtido previamente a

cada entrevista. Os dados foram anonimizados e as referências a pessoas e/ou instituições foram eliminadas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, e a análise de conteúdo temática foi apoiada pelo *software* de análise qualitativa de dados assistida por computador MAXQDA (versão 2018). A análise empreendida foi de cariz categorial, de modo a procedermos a uma comparação entre os discursos colhidos nas entrevistas e a permitir evidenciar associações e variações de perspetivas, segundo um conjunto de temáticas abarcadas pelo projeto de investigação. Neste capítulo em particular, o enfoque analítico incide sobre as modalidades de prestação do consentimento informado e as perspetivas críticas (ou ausências delas) manifestadas pelas pessoas entrevistadas relativamente aos formatos situacionais em que esse consentimento é efetivado — grau de autonomia decisória concedido, capacidade dos profissionais para explicarem os processos terapêuticos, tempo de reflexão concedido, etc.

Resultados

Um dos momentos críticos nos itinerários terapêuticos de PMA diz respeito à comunicação do destino a dar aos embriões excedentários criopreservados, em particular a configuração em que assenta o momento de consentimento informado por parte das pessoas beneficiárias. Como surge no discurso em várias entrevistas, a comunicação é feita mediante a assinatura de um contrato — um dispositivo convencional de expressão formal da vontade individual de concretização do plano pessoal gizado, no quadro de múltiplas opções disponíveis; neste caso, a concretização do projeto parental com recurso a um conjunto de técnicas e terapêuticas providenciadas. Contudo, essa decisão formalizada por escrito pode não ser suportada por um enquadramento científico e/ou técnico sobre o que está envolvido em cada uma das diferentes escolhas relativas aos embriões supranumerários criados em laboratório:

Selma: Era mais um pró-forma.

[...]

Gabriel: Nós nem chegamos a trazer nada para casa. Aquilo era assinado na hora, não era?

Selma: Era. Só assim a única em que nos foi mais explicado era com a bióloga...

Gabriel: Foi com os estudos. Quando foi a parte dos estudos...

[...]

Selma: Se não utilizássemos todos os embriões... se autorizávamos que pudessem ser utilizados em estudos posteriores.

Eva: Na altura tive que assinar. Mas não tive nenhum excedentário. Se eu queria guardar, ou se queria, por exemplo, doar para, se não fosse utilizar, se queria doar para... pronto, para outras pessoas, no fundo. [...] Na altura assinei que queria guardar, se houvesse. [...] Acaba por ser mais burocrático. Sim. “É isso que vai acontecer e pronto”.

Irene: Não. Isso [o que fazer aos embriões excedentários] não foi colocado. Apenas essa folha dizia o que é que nós... Se consentíamos... Dizia lá, acho eu, se queríamos doar... Eu já não me recordo bem. [...] Mas pronto, não houve assim grande... Não me lembro de ter, de terem abordado esse tema assim, dessa maneira. E depois como alguns não evoluíram, no meu caso, e, entretanto, só ficou um, foi mais fácil, se calhar... E, se calhar, por isso, não me disseram nada, não é?

Transversalmente a todos estes excertos, o dispositivo de consentimento informado surge como insuficiente para um efetivo exercício da capacidade de autonomia decisória das pessoas beneficiárias, enquanto imperativo moral inscrito nesse instrumento. A categoria qualificante “um pró-forma”, mobilizada por uma destas entrevistadas, sintetiza a configuração da situação em que este dispositivo pode ser aplicado. Não prevaleceu uma configuração do ato de consentimento informado que assegurasse que as pessoas beneficiárias fossem efetivamente capazes de identificar todas as opções existentes, de as diferenciar do ponto de vista das suas implicações, e de se projetarem autonomamente mediante um conjunto plenamente compreendido de opções-plano disponíveis.

Estes discursos convergem na referência à ausência de um espaço de esclarecimento e capacitação das pessoas beneficiárias para uma decisão autónoma e responsável (implicando que seja informada) relativamente ao destino a dar aos embriões excedentários. A “folha” do consentimento informado surge como o dispositivo central no ato de comunicação e formalização da vontade, sem o suporte, a montante, de um profissional que, a partir da sua *grandeza industrial* de perito, seja capaz de exercer o trabalho qualificador das pessoas beneficiárias que permitisse a sua inscrição num código performativo, no quadro de uma *gramática liberal* que lhes assegurasse a autonomia decisória. O contrato, enquanto dispositivo de suporte de um *envolvimento em plano* para a expressão formal da escolha, decorre sem ter sempre por base uma explicitação, pelos profissionais, de todas as implicações inerentes à criopreservação dos embriões excedentários (limite legal de tempo, custos, etc.) e dos seus diferentes destinos possíveis.

A este respeito, as entrevistas identificam o problema relativo ao tempo que seria requerido pela explicação detalhada de cada opção quanto ao destino do embrião. A própria configuração temporal dos atos de consentimento constrangeu essa capacitação para uma decisão informada: “nem chegamos a trazer nada para casa. Aquilo era assinado na hora”. Tal parece subverter o princípio de autodeterminação, que subjaz ao consentimento informado enquanto dispositivo de manifestação de vontade. No seu lugar, e à luz de uma *gramática liberal*, o consentimento informado é qualificado como um ato de caráter eminentemente procedimental, sem uma efetiva capacitação decisória do beneficiário: “Era mais burocrático”.

Se, nos excertos anteriores, as experiências foram veiculadas tendencialmente fora de um quadro de reivindicação, outras entrevistas caracterizam-se por um posicionamento mais explicitamente crítico. Efetivamente, surgem casos em que o discurso dá lugar a uma inquietude e a uma abertura à crítica da modalidade em que o consentimento informado foi aplicado. Ocorrem então contestações expressas da validade do consentimento por escrito, enquanto momento de prova central na comunicação de vontade pela pessoa beneficiária, conduzindo-a a pôr em causa a deliberação manifestada por esse meio:

Flora: Foram os cinco [ovócitos] recuperados, quatro foram fecundados e tive três embriões, dois A e um D, e isto, portanto, em final de fevereiro, inícios de março de 2018. No próprio dia, nós tínhamos assinado o consentimento informado para dois, para transferir dois embriões e, no próprio dia da transferência, ligaram-nos previamente “Olhe, estão três embriões, pensem se querem transferir os três, porque há essa hipótese.” E, na altura, no próprio dia da transferência, ela [a médica] foi um bocadinho incisiva que achava melhor transferir os três, porque pronto, criopreservar um tinha custos adicionais que ela achava que não valia a pena. Porque criopreservar, porque deixar o D para eventual criopreservação, para tentar chegar a blastocisto, para criopreservar, provavelmente não... podia ficar pelo caminho. Fazer um dos A, pronto era uma opção também, que nós desconhecíamos, mas achava que os riscos na minha idade de transferir três eram praticamente inexistentes, era só um bocadinho aumentar um bocadinho a possibilidade, sim a possibilidade de um deles se agarrar. Mas aí eu senti-me um bocadinho pressionada a aceitar, a transferir os três, acho que se fosse agora não o teria... não o teria feito.

O relato desta entrevistada refere-se a uma contradição entre, por um lado, a decisão do protocolo relativo à transferência de embriões, formalizado através do contrato de consentimento informado, e, por outro, o momento posterior de execução em que a opinião pericial do profissional médico, dotado de *grandeza*

industrial, conduziu à alteração da decisão inicial dos beneficiários. A subversão da autonomia decisória ocorreu pela sobreposição do critério de autoridade científica, decorrente da assimetria de informação entre os atores em presença. A autoridade científica e técnica relativamente à opção terapêutica mais eficaz acabou por exercer um constrangimento sobre a vontade manifestada pelos beneficiários aquando da assinatura do consentimento informado.

No quadro de uma complexidade de critérios que presidem à decisão do número de embriões a transferir, em função do cálculo probabilístico de concretização de uma gravidez (critério *industrial*), a decisão é atribuída à pessoa beneficiária — decisão essa orientada pelos parâmetros científicos fornecidos pelos profissionais, mas também balizada por critérios éticos plasmados no conjunto de regulamentos produzidos pelo Conselho Nacional para a Procriação Medicamente Assistida (critério *cívico*). A *grandeza industrial* dos profissionais médicos — detentores da pericialidade e do conhecimento técnico e científico — pode constituir-se num elemento condicionador do efetivo exercício de decisão autónoma e livre por parte da pessoa beneficiária. O exercício de autonomia decisória foi, neste caso, não diretamente anulado, mas determinado pela mobilização da *grandeza industrial* dos profissionais médicos — “senti-me um bocadinho pressionada a aceitar” —, operando com dispositivos de cariz probabilístico/estatístico de suporte à decisão pericial. O olhar retrospectivo da última entrevistada citada intensifica a inquietude relativamente à configuração da situação de tomada de decisão e ao seu resultado: “acho que se fosse agora [...] não o teria feito”.

Analiticamente, trata-se da pressão — sem necessariamente se traduzir em “opressão” (Thevénot, 2009, 2010) — de um formato de envolvimento sobre o outro; neste caso, reprimindo a autonomia decisória da beneficiária no quadro de uma *gramática liberal*, enquanto princípio normativo estruturador da relação médico-paciente. Idêntico juízo crítico foi exercida por outra entrevistada:

Amanda: Olhe, eu acho que [tomar a decisão acerca dos embriões excedentários] foi um bocado com base na ignorância e um bocado com base no que o médico nos diz assim um bocado à pressa. “Olha, se sobrarem embriões vocês permitem que vão para estudo”, ou o que seja. E a gente permite tudo, porque a gente quer engravidar e quer ter um bebé e esquecer, esquecer todo este sofrimento à parte. E na hora assina-se, pronto. Porque ninguém está lá a explicar, “Olhe, ...” com toda a calma e toda a descontração. Não. Quase que nos... não pressionam, mas é-nos dito aquilo de uma forma... “Se sobrarem embriões até pode engravidar ao primeiro, neste caso da doação de ovócitos como teve oito, mas imaginem que, pronto, que engravidem ao

primeiro, mas que perdia o bebé, como só queria ter um filho, acabavam por sobrar sete embriões, não é? Permitem que vão para estudo ou que sejam doados [a outros casais]?” Nós permitimos tudo. Assinamos. Simplesmente assinamos.

Nesta descrição da configuração do momento de prestação do consentimento informado, sobressai igualmente uma sobreposição do conhecimento pericial do profissional, no quadro de uma *gramática industrial*, àquilo que seria uma efetiva autonomia decisória da beneficiária, à luz da *gramática liberal*. Esta perspetiva evidencia-se, desde logo, na “ignorância” assumida pela entrevistada relativamente à sua efetiva posição no processo decisório, quando confrontada pelo parecer argumentado do profissional de saúde: “[...] com base na ignorância e um bocado com base no que o médico nos diz”.

As formas de coordenação entre pessoas beneficiárias e médicos, em termos de justificação das dinâmicas na assinatura do consentimento informado e na tomada de decisão, no entanto, não assentam só numa ordem de *grandeza industrial* centrada na eficácia técnica atribuída aos profissionais, mas também numa avaliação da *grandeza doméstica* associada a estes últimos, baseada na reputação, na confiança tradicional e na autoridade personalizada dos que se encontram no topo da hierarquia.

Como a entrevistada explicita, o coartar da autonomia de decisão não decorreu de uma imposição médica expressa: “não pressionam”; o problema residiu na “forma” como o consentimento dos beneficiários acabou sendo obtido — em particular, na escassez das informações prestadas: “Porque ninguém está lá a explicar, ‘Olhe, ...’ [...]” e no afunilamento das opções disponibilizadas: “Permitem que vão para estudo ou que sejam doados?”. A sua perspetiva crítica reporta-se, por contraste, ao que, no seu entender, seria uma configuração do momento de prestação do consentimento informado efetivamente asseguradora de autonomia decisória. Nessa configuração, o tempo surge como um elemento-chave: seria requerido um processo decisório que assegurasse o tempo apropriado ao processo de capacitação da beneficiária pelo médico “[...] com toda a calma e toda a descontração”, bem como o tempo adequado para a tomada de decisão refletida, contrariamente ao sucedido: “[...] com base no que o médico nos diz assim um bocado à pressa. [...] E na hora assina-se, pronto”. A expressão empregada pela entrevistada, “simplesmente assinamos”, exprime justamente um esvaziamento funcional (Thévenot, 2009) do procedimento do consentimento informado, enquanto dispositivo que visasse o exercício da autonomia decisória das pessoas beneficiárias. O consentimento é, pois, reduzido à assinatura burocrática de um formulário, subvertendo o que seria o seu propósito em conformidade com a *gramática liberal*.

O momento em que se efetiva o consentimento informado foi também objeto de análise crítica em algumas entrevistas. O objeto desse escrutínio foi a questão da configuração das situações de consentimento — quer na forma como é prestado, quer no momento da sua aplicação no decurso do processo de intervenção terapêutica.

Rita: Então está tudo *foggy*. Há uma nuvem, assim. Eu acho que a tal pessoa que é responsável dos embriões, nós não tivemos uma conversa com ela. Eu acho que foi tudo num papel, no dia em que íamos começar o tratamento. Portanto, outra vez, não deram muito tempo. E eu lembro-me de chegar lá “Ok, hoje vais começar o tratamento”, então é do género... eles agora acreditaram que tu vais começar o tratamento, também. Eles têm um bocado disso. Se eu der com muita antecipação, vão passar dois meses até marcarem o tratamento. Então marcaste hoje é o dia que vais começar o tratamento, tipo, esperaste o teu ciclo, hoje é o primeiro dia de menstruação, já não me lembro como é que é calculado, então assim... já tiveste que esperar o teu ciclo natural e então já decidiste que vai ser esse dia, então chegas lá a primeira coisa é: “Toma estes papéis”. E então ficas sentado naquela sala de espera, a ler um calhamaço assim e tens de assinar e consentir. E é ali que eu acho que eu recebi a primeira informação sobre os embriões. Portanto, não é uma pessoa que me explicou. Foi lido, num papel, no dia que eu já tinha decidido começar o tratamento, não houve muita informação, na verdade. E lembro-me estava com o meu companheiro e era tipo... como estás a ler aquilo num contrato, digamos, a sensação é, outra vez, completamente desumana, né? Tipo... cláusula três: se houver X embriões, o que é que vamos fazer? Cláusula quatro... então, não houve muito tempo para falar, mas fomos tomando as decisões naquele mesmo momento.

Além da forma como o consentimento informado foi prestado, no quadro de uma dialética entre um formato oral, aberto a registos atuantes de maior proximidade, e um formato escrito mais distante e formal, a organização temporal dos vários momentos da trajetória terapêutica é novamente trazida à colação. Não é só criticado o curto espaço de tempo entre a primeira consulta (mesmo com a ambivalência demonstrada) e a assinatura do contrato (protocolo de terapêutica médica), enquanto expressão da vontade da beneficiária de dar início ao trajeto clínico e à via de tratamento definida. O olhar crítico dirige-se igualmente para o intervalo temporal compreendido entre o momento de formalização do consentimento informado, pela assinatura do formulário, e o início do processo de tratamento.

As expressões mobilizadas pela entrevistada evidenciam como o seu olhar crítico incide sobre a falta de transparência da forma como as situações e as

interações são configuradas — assentes numa composição entre regimes de envolvimento que, na prática, acabaram por não propiciar uma efetiva observação do princípio normativo da autonomia decisória, tendo como referência o modelo do ator autónomo e responsável na relação profissional-beneficiário. No que diz respeito à configuração da situação de consentimento informado, o problema assenta, desde logo, na ausência de abertura a um formato de envolvimento mais próximo na comunicação: “não tivemos uma conversa”; privilegiou-se, em vez disso, o documento escrito formal como dispositivo de esclarecimento e transmissão de informação. No consentimento informado, a autonomia decisória é objetivada na forma de contrato, como dispositivo assegurador do cumprimento da vontade individual enquanto bem visado. Porém, na prática, essa decisão não foi suportada por um *envolvimento em proximidade* na interação profissional-beneficiária, numa acomodação da exposição das diferentes opções e implicações médicas em função das particularidades e subjetividades específicas de cada utente: “foi lido, num papel”. Mesmo que a configuração da situação em que o consentimento informado foi prestado garantisse, de um ponto de vista formal e legal, a expressão da vontade individual da beneficiária, acabou por não satisfazer, no entender da entrevistada, uma efetiva capacitação para ajuizar de forma autónoma e informada. Subjacente ao seu discurso, está a forma inóspita como o imperativo do consentimento informado foi, na prática, observado mediante o formulário de consentimento enquanto dispositivo de *envolvimento em plano* — uma configuração potencialmente opressiva relativamente a formatos de envolvimento de maior proximidade, que atendessem à singularidade da pessoa, para lá da enumeração padronizada do conjunto de “cláusulas” que compõem o contrato.

Implícito no discurso da entrevistada parece estar, assim, a reivindicação da importância da abertura ao diálogo em moldes mais próximos entre profissionais e beneficiários, tendo em vista uma capacitação destes para uma participação efetivamente informada e responsável nos processos decisórios, numa composição entre o *regime de proximidade* e a *gramática liberal*. No entanto, em situações anteriormente descritas, foi a *grandeza industrial* que exerceu pressão sobre a autonomia decisória e sobre a capacitação das pessoas beneficiárias para um *envolvimento em plano*, abrindo situações que as colocaram sob uma tutela profissional dotada de conhecimento científico e técnico. Tal composição condiciona a plenitude de um envolvimento das pessoas beneficiárias — isto é: uma projeção da sua vontade a partir de uma análise informada das implicações médicas e da comparação entre o conjunto de itinerários terapêuticos colocados à sua disposição.

Discussão

O valor social — e moral — atribuído ao consentimento na relação terapêutica corresponde à integração do modelo médico no quadro mais geral dos princípios do liberalismo político, introduzindo a figura do paciente — enquanto pessoa e não como instrumento — no processo de tomada de decisão (Jaunait, 2003). No entanto, não podemos assumir que a imposição de um processo de consentimento informado envolva automaticamente uma relação médico-paciente mais equitativa em que os pacientes fazem escolhas ativas, pois tal depende da sua condição e estado de saúde, nomeadamente em termos de necessidades físicas e emocionais, incluindo ansiedades e expetativas (Corrigan, 2003).

Alguns autores advogam que o consentimento é conceptualmente irrelevante e até redundante, exceto em situações em que o paternalismo prevalece. A ideia de consentimento requer uma relação de dominação-subordinação, que é contrária ao respeito pelos valores de liberdade e autonomia, sendo preferível uma relação baseada no pedido, por melhor representar os valores e perceções dos pacientes (Habiba, 2000). Outros autores afirmam que as formas de confiança justificada tecidas entre médico e paciente na relação de cuidado — formas essas que podem ir desde o acordo contratual até à “carta branca” — permitem acomodar as intuições práticas do modelo do paternalismo médico aos princípios liberais que subjazem à ideia de consentimento (Jaunait, 2003). Por exemplo, em determinadas situações, um paciente pode delegar voluntariamente uma decisão terapêutica no médico, por considerar que a reflexão e os dilemas que a tomada de decisão implicaria constituem para si uma perda de tempo e uma forma de fragilização.

De facto, nas interações com os profissionais de saúde, consoante o contexto, os sujeitos leigos podem assumir, alternada ou simultaneamente, os ideal-tipos de “consumista” (que remete para o sujeito autónomo, o “ator racional” e o “eu reflexivo” baseado em informação) e de “paciente passivo” (cuja dependência é associada à experiência, fortemente emocional e incorporada, da doença, e assenta também na confiança e na fé nos profissionais de saúde); o que demonstra a complexidade ao nível interpessoal e o carácter mutável, ambivalente e até contraditório dos desejos, das emoções e das necessidades — ou seja, das subjetividades — que caracterizam a relação paciente-médico (Lupton, 1997). A liberdade de escolha dos sujeitos leigos é condicionada pelos conselhos técnico-científicos dos especialistas. O consentimento informado não deve ser visto como um processo autónomo e puramente racional baseado na análise e compreensão da informação fornecida pelos profissionais de saúde, mas também como sendo dependente do grau de confiança nestes últimos (Gerrits, 2014).

A valorização do consentimento informado pelo discurso bioético, como panaceia contra o perigo das práticas médicas autocráticas, não tem em conta que as decisões são tomadas em contextos onde prevalecem discursos, normas e crenças culturais que moldam o campo da liberdade e da escolha. De facto, as motivações dos sujeitos pacientes para participarem em pesquisas ou ensaios clínicos incluem a sua vontade de agradar aos médicos, e o próprio pedido de consentimento pode ser interpretado como uma orientação para o consentimento, pela confiança nos conhecimentos médico-científicos (não só em termos abstratos, como também nas pessoas dos profissionais) e pela dificuldade de dissociar a investigação médica do tratamento propriamente dito (Corrigan, 2003). Urge, pois, analisar de forma aprofundada o contexto clínico e os aspetos sociais e políticos do processo de consentimento informado, incluindo as dinâmicas relacionais entre os atores, na medida em que estas podem influenciar a legitimidade e validade do dispositivo (Corrigan, 2003; Gerrits, 2014).

Encontramos, assim, uma situação contraditória e paradoxal. Gori e Del Volgo (2008a, 2008b) propõem uma perspectiva crítica desta reafirmação, por parte da medicina moderna, do princípio liberal da autonomia dos sujeitos e de uma liberdade formal, materializado na colocação em prática de dispositivos tendentes à obtenção do consentimento dos indivíduos. A figuração do indivíduo enquanto ser livre, autónomo, responsável e capaz de gerir as suas escolhas em matéria de saúde, desde que devidamente informado, surge como uma injunção moral num quadro normativo mais geral de racionalização das condutas no campo da saúde. No entanto, esta representação racionalizada do indivíduo conduz à tirania do consentimento informado, na medida em que a ação médica, baseada numa racionalidade técnico-científica, não contemporiza com as angústias e necessidades subjetivas e particulares dos doentes (Gori & Del Volgo, 2008a, 2008b). O discurso protocolar médico é assim estranho ao sujeito paciente e à sua vivência subjetiva da doença (Helman, 1981; Pereira & Rocha, 2013), que é singular e não individual, no sentido liberal abstrato do termo.

No que respeita ao tópico em estudo, e face à dificuldade e ao *stress* emocional do processo de tomada de decisão sobre os embriões excedentários, um estudo aponta os vários aspetos práticos que, segundo as próprias pessoas beneficiárias de PMA, poderiam facilitar o processo: informação adicional e específica sobre cada uma das opções e de acordo com as necessidades em cada fase do tratamento; a possibilidade de indicarem o tipo de investigação em que os embriões poderiam ser usados, ou de escolher ou conhecer os casais beneficiários; o acesso a outras opções de eliminação, como sejam as de levarem os embriões para casa ou de lhes fazerem uma cerimónia de despedida; e, por último, a oportunidade de

discutirem e refletirem sobre as diferentes opções com indivíduos em situações idênticas (Fuscaldo et al., 2007).

Outro estudo, sobre as percepções de pessoas beneficiárias de PMA acerca das condições de aplicação do consentimento informado sobre a criopreservação de embriões, revela a inadequação do espaço e do momento da assinatura e aponta para a necessidade de disponibilizar informações precisas e detalhadas, no tempo adequado e por profissionais qualificados (Silva et al., 2017). Este cenário parece ameaçar os três elementos fundamentais que a prestação de consentimento livre e esclarecido implica: informação, voluntariedade e ponderação (Samorinha & Silva, 2016; Silva et al., 2017). Daí ser crucial fornecer aos *stakeholders* dos sistemas de saúde *feedback* acerca das visões das pessoas beneficiárias de PMA sobre os contextos legais e regulatórios que enformam a prática clínica (Samorinha & Silva, 2016).

Segundo uma leitura sociológica de cariz pragmático, os padrões governam a vida, desde os seres vivos — incluindo os humanos — à coexistência no mundo (Thévenot, 2009). No caso da biomedicina, e em particular da PMA, a qualificação de novas entidades científicas, como são os embriões criados *in vitro*, encontra-se interligada com a produção de padrões convencionais e orientações normativas que regulam as práticas clínicas e de investigação, num confronto entre uniformização e individualização. Este domínio de análise mostra como se pode ver de forma conjunta, embora tensional, as duas faces da convenção: *fechar os olhos* a outras formas de coordenação entre os atores (confiança cega ou “quietude” da conformidade às convenções) e *abrir os olhos* (momentos de hesitação, inquietação e suspeita face à incerteza) (Thévenot, 2009, 2010). Como o comprovam os discursos das pessoas que entrevistámos, a adesão à garantia do protocolo terapêutico e a afirmação da vontade individual, contratualizadas através do consentimento informado, dão, por vezes, lugar à dúvida sobre se a escolha do destino a dar aos embriões foi a melhor. Isto conduz à eventual quebra de confiança das pessoas beneficiárias nos profissionais, pelo questionamento da margem de liberdade que lhes foi dada na concretização do seu projeto reprodutivo, levando inclusive à reconsideração das decisões tomadas.

A standardização de procedimentos como o consentimento, através da produção de garantias públicas (designadamente, a norma padronizada que assegura a capacidade de projecção da vontade, exercício da escolha, ação autónoma, etc.), pode conduzir a formas de opressão que resultam da pressão de um regime sobre outro (Thévenot, 2009, 2010), com a consequente perda de capacidades dos sujeitos. Como procurámos evidenciar, hoje em dia, o sujeito a quem é solicitado que assuma uma “gramática da responsabilidade” é sociologicamente percecionado numa ótica “conjuntiva” (Genard, 1999), segundo a

qual, pese embora esse sujeito poder por vezes ser frágil e vulnerável, detém ainda assim “competências” (saber) e “capacidades” (poder) encaradas, em termos processuais, como potencialidades passíveis de serem mobilizadas na ação, consoante as situações e as eventuais dificuldades ou “provas” encontradas (Genard & Cantelli, 2008). Ora, o equipamento jurídico do acordo contratual entre as partes – no caso em análise, o formulário de consentimento informado – constitui-se como dispositivo institucional que pretende assegurar um efetivo poder deliberativo e imputar responsabilidade ao sujeito, a partir do reconhecimento das suas competências e capacidades pessoais. Porém, no quadro deste formato relacional constitutivo de um espaço liberal, importa considerar que os instrumentos e as formas relacionais padronizadas de suporte são suscetíveis de se defrontarem com reivindicações dos sujeitos, no sentido de aberturas a outros regimes de envolvimento na relação profissional-utente. Estas aberturas, ao invés de contrariarem a promoção do poder do sujeito utente, visam formatos atuantes compósitos, articulando diferentes regimes de envolvimento por parte dos profissionais na prestação do consentimento informado, sem perderem a referência à *gramática da responsabilidade* como quadro cognitivo e moral preponderante orientador da interação em contexto de PMA.

Fontes

Projeto ETHICHO, entrevistas, 2020.

Bibliografia

- Boltanski, L. (2004). *La condition foetale*. Gallimard.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1991). *De la justification*. Gallimard.
- Boyd, K. (2015). The impossibility of informed consent?. *Journal of Medical Ethics*, 41(1), 44–47. <https://doi.org/10.1136/medethics-2014-102308>
- Corrigan, O. (2003). Empty ethics. *Sociology of Health & Illness*, 25(3), 768–792. <https://doi.org/10.1046/j.1467-9566.2003.00369.x>
- Delaunay, C., Augusto, A., & Santos, M. (2020). Invisible vulnerabilities. *Societies*, 10(1), 7. <https://doi.org/10.3390/soc10010007>
- Dixon-Woods, M., Williams, S. J., Jackson, C. J., Akkad, A., Kenyon, S., & Habiba, M. (2006). Why do women consent to surgery, even when they do not want to?. *Social Science & Medicine*, 62(11), 2742–2753. <https://doi.org/10.1258/147775006778246522>

- Fuscaldo, G., Russell, S., & Gillam, L. (2007). How to facilitate decisions about surplus embryos: Patients' views. *Human Reproduction*, 22(12), 3129–3138. <https://doi.org/10.1093/humrep/dem325>
- Genard, J.-L. (1999). *La grammaire de la responsabilité*. Les Éditions du Cerf.
- Genard, J.-L., & Cantelli, F. (2008). Êtres capables et compétents: Lecture anthropologique et pistes pragmatiques. *SociologieS*, (Théories et recherches). <https://doi.org/10.4000/sociologies.1943>
- Gerrits, T. (2014). The ambiguity of patient-centred practices. *Anthropology & Medicine*, 21(2), 125–135. <https://doi.org/10.1080/13648470.2014.914804>
- Gori, R., & Del Volgo, M.-J. (2008a). *Exilés de l'intime*. Denöel.
- Gori, R., & Del Volgo, M.-J. (2008b). La tache aveugle de la transparence. *Psycho-Oncologie*, 2(1), 31–33. <https://doi.org/10.1007/s11839-008-0072-2>
- Habiba, M. A. (2000). Examining consent within the patient-doctor relationship. *Journal of Medical Ethics*, 26(3), 183–187. <https://doi.org/10.1136/jme.26.3.183>
- Helman, C. G. (1981). Disease versus illness in general practice. *Journal of the Royal College of General Practitioners*, 31(230), 548–552. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1972172/>
- Jaunait, A. (2003). Comment peut-on être paternaliste?. *Raisons politiques*, 3(11), 59–79. <https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2003-3-page-59.htm>
- Lupton, D. (1997). Consumerism, reflexivity and the medical encounter. *Social Science & Medicine*, 45(3), 373–381. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(96\)00353-X](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(96)00353-X)
- Pereira, A. C., & Rocha, F. A. (2013). Relação médico-doente. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 29(5), 316–321. <https://doi.org/10.32385/rpmgf.v29i5.11165>
- Samorinha, C., & Silva, S. (2016). A patient-centred approach to embryo donation for research. *Israel Journal of Health Policy Research*, 5(44), 1–4. <https://doi.org/10.1186/s13584-016-0098-z>
- Silva, S., Samorinha, C., Alves, B. R., Freitas, C., & Machado, H. (2017). Consentir na criopreservação de embriões: Percepção de casais usuários de medicina da reprodução. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 21(61), 435–448. <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0841>
- Thévenot, L. (2006). *L'action au pluriel*. Les Éditions de la Découverte.
- Thévenot, L. (2009). Governing life by standards. *Social Studies of Science*, 39(5), 793–813. <https://doi.org/10.1177/0306312709338767>
- Thévenot, L. (2010). Individualités entre émancipation, pouvoir et oppression. In P. Corcuff, C. Le Bart & F. De Singly (Orgs.), *L'individu aujourd'hui* (pp. 289–300). Presses Universitaires de Rennes.

7. TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS EM PORTUGAL:

O PAPEL DOS PARCEIROS LABORAIS NA PREVENÇÃO DOS SEUS RISCOS*

Nuno Boavida^a | António Brandão Moniz^a

Introdução

A revolução industrial alterou significativamente as exigências da vida quotidiana da generalidade das pessoas. Desde o século XIX, não só foi responsável pela introdução de novos métodos de produção e trabalho, como também alterou as relações de poder existentes na sociedade, criando novas classes sociais, profissões e saberes necessários para trabalhar com novos materiais, objetos e métodos de trabalho. A introdução de maquinaria e de novos métodos de produção contribuiu para estimular a progressiva substituição do trabalho manual pelo das novas máquinas de produção. Alguns avanços tecnológicos desde as últimas décadas do século XX aumentaram o número de tarefas desempenhadas de forma automática nas cadeias de produção industrial, num fenómeno frequentemente denominado de automação, robotização ou mecanização (Frey & Osborne, 2017; Tolan et al., 2020).

Até agora, muitos dos receios de que esta substituição conduziria à destruição de muitos postos de trabalho não se materializaram (Autor, 2015). Apesar do desaparecimento de alguns postos de trabalho, a maioria destas transformações permitiu criar novos empregos, profissões e qualificações necessárias ao desenvolvimento das sociedades modernas (Palvia & Vemuri, 2016). No entanto, existem atualmente novos sinais de uma crescente ansiedade social com a substituição de mais trabalho manual por tarefas automatizadas, resultantes dos avanços recentes da tecnologia em áreas ligadas à inteligência artificial, à robotização, aos sensores, à miniaturização e ao reconhecimento de voz, entre outros (Krings et al., 2021; Moniz, 2018).

* Este capítulo é um resultado do projeto DEEP VIEW: DEcEnt and Productive Virtual Work (2018-2020), financiado pela Comissão Europeia, com a participação do Observatório de Avaliação de Tecnologia do CICS.NOVA. <https://www.deep-view-eu.org/>

a. Universidade NOVA de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA).

Este capítulo pretende contribuir para a análise das principais fontes de ansiedade social causada pela crescente automação em Portugal. O capítulo foi baseado na revisão de literatura internacional e nacional, bem como na análise secundária de dados. Para além disso, durante o projeto DEEP VIEW foram realizadas duas entrevistas não estruturadas a especialistas em relações laborais e 13 entrevistas semiestruturadas a representantes do mundo sindical e de entidades patronais (federações e confederações), em setores particularmente relevantes para as questões associadas ao risco tecnológico.

A primeira parte do capítulo descreve os avanços tecnológicos mais preocupantes para o desemprego tecnológico, bem como a situação em Portugal. Na segunda parte, caracterizam-se as respostas dadas pelos parceiros sociais face aos riscos causados pelo aumento da introdução da tecnologia no mundo do trabalho em Portugal. Por último, sintetizam-se as principais ideias que marcaram as respostas sociais às alterações e ao desemprego tecnológico e apresentam-se caminhos possíveis para melhorar a situação nacional, investigando e partilhando conhecimento com o envolvimento dos parceiros sociais.

A transformação tecnológica e o mercado de trabalho

Sabe-se que as vagas anteriores de progresso tecnológico tiveram um impacto sustentado nos mercados de trabalho (Autor & Dorn, 2013). Porém, prevalece a noção de que, desta vez, o aumento da capacidade de aprendizagem das próprias máquinas terá impactos diferentes (Fernández-Macías, 2018; McAfee & Brynjolfsson, 2017). Estes receios ganharam uma dimensão significativa com a miniaturização e a disseminação de artefactos que permitem simplificar as comunicações e o acesso à informação. A introdução de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) aumentou a pressão sobre muitos postos de trabalho, nos quais, por exemplo, se tornou possível automatizar muitas tarefas digitais de rotina e realizar trabalho remotamente com recurso a inteligência artificial (Costa, 2017; European Commission, 2020; Moniz & Krings, 2016).

Em geral, as novas formas de organização do trabalho resultantes da introdução de tecnologia estão a tornar-se cada vez mais relevantes, não afetando apenas a estrutura dos mercados de trabalho, mas também os modos como as atividades de trabalho são estruturadas e realizadas, bem como a sua distribuição espacial (Aroles et al., 2019). O aparecimento de plataformas digitais de trabalho, por exemplo, permitiu o crescimento significativo de novas formas de trabalho atípico.

Os dados disponíveis para Portugal apontam para uma lenta introdução de novas tecnologias digitais e de automação. De facto, o desemprego tecnológico em Portugal é relativamente escasso, pois reflete uma lenta transformação do mercado de trabalho, em que o emprego destruído foi sendo gradualmente substituído por novos postos de trabalho, diferentes dos anteriores (Moniz, 2018). Um dos fatores recorrentemente apontados na literatura para compreender esta lenta introdução de novas formas de trabalho são os aspetos socioculturais relacionados com uma cultura presencial na organização do trabalho, por parte dos gestores de empresas e dos trabalhadores portugueses (Boavida & Moniz, 2019a). Contudo, dados mais recentes, resultantes de um inquérito à escala europeia realizado em 2018, revelam que existe uma crescente participação da população portuguesa em novas formas de economia digital (Brancati et al., 2019): um em cada dez inquiridos residentes em Portugal, em idade ativa e utilizadores da internet, declarou já ter desenvolvido trabalho angariado em plataformas digitais; cerca de 7,8% dos inquiridos realizavam tarefas de trabalho angariado digitalmente pelo menos uma vez por mês; e 2,1% afirmaram que a sua principal atividade era exercida em plataformas digitais de trabalho.¹

A reflexão científica sobre o impacto da robotização, da automação e da inteligência artificial na qualificação, nas competências e na empregabilidade em Portugal é ainda embrionária. Na realidade, existem poucos estudos que abordem este problema no seu contexto e nas suas implicações sociotécnicas, e quase não existem estatísticas que revelem a sua dimensão em Portugal. A maioria dos estudos realizados centram-se em abordagens parcelares e/ou disciplinares (Duarte et al., 2019) e não abarcam temas interdisciplinares (*e.g.*, qualificações e robótica, automação e emprego), deixando este desafio à mercê dos acontecimentos, sem preocupações de obter respostas que englobem as várias implicações da aplicação de novas tecnologias no mundo do trabalho, nem com a premência de prever necessidades futuras para a sociedade e a economia nacional. O reconhecimento desta dificuldade na investigação nacional levou ao lançamento de uma iniciativa pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior, para criar uma Agenda Nacional de Investigação & Inovação vocacionada para “Trabalho, robotização e qualificação do emprego em Portugal” (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2019), visando lançar uma agenda nacional de investigação que dote o país de investigação científica relevante para compreender e antecipar o impacto do desenvolvimento da tecnologia no mercado de trabalho até 2030.

1. Consideraram-se com atividade principal em plataformas digitais os respondentes que declararam ter obtido 50% ou mais do seu rendimento através dessas plataformas, ou que trabalhavam mais de 20 horas por semana por meio delas.

O papel do sistema de relações laborais

Neste contexto de relativa ausência de estudos que permitam perceber os efeitos das transformações tecnológicas no mundo do trabalho, é também relevante caracterizar o papel que os parceiros sociais têm tido em relação à introdução de novas tecnologias nas empresas, nos sistemas de ensino e formação e na prevenção dos seus riscos laborais (European Economic and Social Committee, 2017; Rodríguez Contreras, 2019).

No plano conceptual, parece reconhecer-se a necessidade de estabelecer medidas de redistribuição de riqueza nas sociedades contemporâneas europeias, de forma consensual e intergeracional. A globalização, a volatilidade económica e financeira da última década e as mudanças tecnológicas mais recentes podem produzir um desequilíbrio súbito na distribuição da riqueza produzida e um vasto conjunto de transformações no mundo do trabalho. De facto, o impacto da robotização, da automação e/ou da inteligência artificial, aliado à disseminação generalizada das TIC a nível global, podem ter efeitos imprevisíveis sobre o mundo do trabalho e potenciar riscos laborais (Queiróz et al., 2020; Lewney et al., 2019). Por um lado, estas mudanças têm um enorme potencial para acumular e concentrar o capital em poucas mãos e, por outro, podem muito rapidamente tornar obsoletas muitas qualificações e competências existentes em vastas camadas da força laboral, tornando-as incapazes de viverem do seu trabalho e de sobreviverem enquadradas nas sociedades.

Para além disso, a intensificação das interfaces homem-máquina em meio laboral favorece o aparecimento de novos riscos para o ser humano, tais como a alienação, a repetição, o isolamento, a desconexão com o objeto de trabalho, alterações no equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar, etc. (Moniz & Krings, 2016). Se não forem controladas, as novas tecnologias nos locais de trabalho podem levar ao excesso de trabalho, causando problemas psicossociais, com potenciais consequências negativas sobre os níveis básicos de conforto e bem-estar laborais (Akhtar & Moore, 2016).

Acresce ainda que a preocupação com a obsolescência laboral de génese tecnológica é, naturalmente, mais significativa junto dos que se preparam para entrar no mercado de trabalho. São os jovens aqueles que estão mais bem preparados para lidar com a mudança tecnológica, pois receberam formação recente quando chegam ao mercado de trabalho, e podem beneficiar de especializações úteis para lidar com novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho. No entanto, é importante que a formação recebida em sala de aula acompanhe os novos conhecimentos técnicos e organizacionais, e que sejam feitas alterações

efetivas aos *curricula* para que as aprendizagens se adaptem com alguma antecipação ao desenvolvimento tecnológico (Stringfield & Stone III, 2017).

Em Portugal, existe alguma incapacidade para lidar com estes desafios de natureza tecnológica entre os parceiros sociais (Boavida & Moniz, 2019a). Os mecanismos de organização laboral na sociedade portuguesa não estão orientados para a proteção e integração destes jovens. Os sindicatos estão, em geral, norteados para aqueles que já integram o mercado de trabalho, e fazem-se representar por membros de idade avançada com preocupações diferentes das dos mais jovens. Por seu lado, os mecanismos de concertação social e negociação coletiva, no contexto atual, parecem também ter um alcance limitado: os sucessivos governos têm promovido na última década uma “esterilização” dos temas abordados, reduzindo-os substancialmente à discussão dos salários e da progressão nas carreiras; e por seu lado, os parceiros sociais de topo manifestam uma disposição limitada para a discussão de temas com génese tecnológica (Boavida & Moniz, 2019a, 2019b; Távora & González, 2016). Acresce ainda que os sindicatos e as associações patronais setoriais também vêm concentrando cada vez mais a sua atenção nas questões salariais e noutros temas tradicionais, como as carreiras e condições sociais (Lima, 2019). Assim, pode-se afirmar que, dado o esvaziar da negociação coletiva, ainda que com sinais de uma ligeira retoma (Centro de Relações Laborais, 2019), persiste uma tendência antiga para centrar muito das negociações laborais ao nível da empresa, retirando espaço de manobra ao diálogo aos níveis setorial e de topo.

Dos projetos de investigação europeus que temos vindo a desenvolver, relativos ao teletrabalho (o já referido DEEP VIEW), às plataformas digitais de trabalho (CROWDWORK), à indústria 4.0 (METAL WORKERS 4.0), bem como sobre a inteligência artificial (INTELIART), entre outros,² resulta também a confirmação de que estes novos temas de génese tecnológica estão longe das preocupações dos atores macro e meso da estrutura do sistema de relações laborais portuguesa, designadamente as confederações patronais e sindicais, as associações setoriais e os sindicatos. Para além disso, os conteúdos acordados através de instrumentos

2. Todos enquadrados nas atividades do Observatório de Avaliação de Tecnologia do CICS.NOVA: CROWDWORK, *Finding new strategies to organize in Europe* (2019–20121), <https://crowd-work.eu/>; METALWORKERS 4.0, *High skills of employees as a measure for high adaptability of enterprises for technological changes* (2019–2021), <https://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/research/projects/research-projects/metalworkers-4-0-high-skills-of-employees-as-a-measure-for-high-adaptability-of-enterprises-to-technological-changes>, ambos os projetos financiados pela Comissão Europeia; INTELIART, *Artificial intelligence: Effects on work and employment in Portugal* (2021–2023), <https://sites.fct.unl.pt/inteliart/biocv>, projeto financiado pelo Prémio Santander / NOVA 2020. Os resultados do projeto CROWDWORK foram recentemente publicados nesta coleção (Boavida et al., 2021).

de regulamentação coletiva de trabalho são muito superficiais. De facto, sabe-se por estudos anteriores que em 2018 só foram assinadas, em todos os setores de atividade económicas, 18 convenções coletivas que mencionavam a palavra teletrabalho, e que dessas, só uma foi além da reprodução textual de partes do código do trabalho (Boavida & Moniz, 2019a).

Numa análise alargada a outros tópicos, é possível confirmar esta tendência para não abordar os riscos de origem tecnológica na negociação coletiva. O Quadro 7.1 retrata o número de convenções coletivas que mencionam pelo menos um de quatro tópicos identificados como associados às TIC, no universo de 220 Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) publicados em 2018. A contratação coletiva é o resultado positivo alcançado pela negociação coletiva, que se traduz na celebração de três modalidades: os contratos coletivos de trabalho, os acordos coletivos e os acordos de empresa.

Quadro 7.1 Frequência de referências a tópicos relacionados com as TIC na contratação coletiva, no universo de 220 IRCT publicados em 2018, por tópico

Tópicos	1ª convenção	Revisão parcial	Revisão global	Total
Teletrabalho	6	0	3	9
Meios de comunicação eletrónica	8	0	7	15
Meios de vigilância eletrónica	2	0	1	3
Processo individual dos trabalhadores*	16	3	25	44

* A temática associada ao processo individual dos trabalhadores faz parte do catálogo de direitos de personalidade do trabalhador, que enquadra a comunicação por meios eletrónicos.

Fonte: Centro de Relações Laborais (2019).

O Quadro 7.1 revela que poucos foram os casos de IRCT onde foi dada importância aos temas ligados às TIC. Das 220 convenções, apenas 20% mencionaram um dos quatro tópicos. Só 16 convenções abordaram questões ligadas às TIC na elaboração da 1ª convenção. Se analisarmos a revisão global de convenções, só três mencionaram teletrabalho. Pode-se, portanto, concluir que a cooperação entre parceiros sociais em torno das implicações da tecnologia no trabalho não é do interesse das partes. Assim, se, como vimos anteriormente, os riscos associados às questões tecnológicas no trabalho acabam por ser pouco abordadas por académicos em Portugal, esta problemática é igualmente ignorada pelos atores

tradicionais do sistema laboral (sindicatos e associações patronais), onde prevalece outro tipo de preocupações mais ligadas a questões salariais, progressões e tempos de trabalho, entre outras (Boavida & Moniz, 2019a, 2020; Sanz, 2020).

No entanto, a expressão do problema existe, mas ao nível dos partidos políticos. Entre estes atores, por vezes, deteta-se maior interesse por alguns temas que resultam das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, como por exemplo em iniciativas parlamentares em torno do teletrabalho, do direito à conciliação vida-trabalho, da necessidade de desligamento, da ética e responsabilidade empresarial, etc. Apesar de a maioria destas iniciativas ter sido objeto de discussão parlamentar, não existe ainda nenhuma evidência de alterações significativas ao regime jurídico vigente (Boavida & Moniz, 2018; Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2021).

Conclusão

Este capítulo introduziu a problemática das transformações tecnológicas no mundo do trabalho, descrevendo o debate internacional sobre os riscos e a ansiedade que alguns desenvolvimentos tecnológicos provocam recorrentemente nas sociedades industrializadas. Para além disso, discutimos as implicações no volume do emprego e a importância deste debate na sociedade portuguesa.

Foi possível identificar uma significativa ausência de investigação sobre as implicações das transformações tecnológicas no trabalho em Portugal. Este facto levou já à elaboração pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de uma agenda de investigação sobre as implicações e riscos da automação e robotização. O capítulo caracterizou também a resposta dos parceiros sociais aos riscos tecnológicos. Foi possível concluir que este não é um tema onde existam acordos substanciais entre os parceiros sociais, apesar da importância que seria exetável para as partes envolvidas (sindicatos e associações patronais).

Os partidos políticos com assento parlamentar revelaram ser o maior canal institucional para a expressão da recorrente ansiedade social sobre os riscos do desenvolvimento tecnológico. Estas expressões de preocupação têm sido manifestadas por vários partidos, com frequentes submissões ao parlamento de propostas de alteração ao regime jurídico existente.

O desenvolvimento de vários projetos europeus ligados às implicações da tecnologia no mundo do trabalho permite-nos apontar um caminho estruturante para a investigação, articulado com o debate público informado em torno da questão dos riscos tecnológicos. Nesse sentido, parece ser importante, em

primeiro lugar, sublinhar a necessidade de desenvolver uma estratégia de investigação nacional sobre a intersecção da tecnologia com o mundo do trabalho, que contribua sistematicamente para a compreensão e harmonização dos avanços tecnológicos com uma vida laboral integrada em sociedade, garantindo uma coesão que a tornará mais eficiente, justa e participativa. Essa estratégia deverá também passar pela criação de mecanismos que permitam à sociedade aceder ao conhecimento existente e preparar os debates sobre esta temática recorrente. Para além disso, o acesso aos resultados da investigação deverá permitir preparar uma força de trabalho com qualificações laborais ajustadas a um mercado de trabalho ciclicamente em grande transformação, pela força da evolução tecnológica. Por exemplo, os projetos de investigação científica em colaboração com os atores sociais serão uma forma rápida e eficaz de disseminar o conhecimento gerado, que se poderá traduzir numa capacitação dos atores sociais para intervirem no sistema de ensino e formação, bem como na negociação coletiva.

A agenda nacional de investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia deverá contribuir para estes objetivos através do financiamento de novos projetos que promovam este corpo de conhecimentos sobre o impacto previsível das tecnologias nos postos de trabalho em Portugal. Esse conhecimento poderá também facilitar decisões políticas sobre as qualificações necessárias para, por um lado, garantir a integração dos formandos na organização económica futura, e por outro, estabelecer relações laborais colaborativas que concorram para o bem-estar futuro da sociedade. Parece importante realçar que os resultados destes projetos de investigação deverão estar disponíveis em acesso aberto, de forma centralizada e sistematizada, para que todos os parceiros sociais os possam utilizar nas suas reflexões internas e no seu posicionamento público.

Em segundo lugar, este corpo de conhecimentos deverá estar na base das orientações futuras sobre as necessidades de formação e qualificação em Portugal, informando a academia e aproximando-a dos atores do sistema de relações laborais, bem como às decisões operacionais sobre programas de formação e qualificação que deverão ser oferecidos aos portugueses.

Por último, programas de formação e qualificação para um futuro próximo deverão conter conhecimentos sobre as competências a desenvolver resultantes do impacto da tecnologia, e abranger de forma sistémica todas as etapas de formação oferecidas em Portugal. Os programas de inovação promovidos pela agenda mencionada poderão ter também um cariz prospetivo e desenvolver, por exemplo, estudos sobre as tecnologias mais significativas em termos do seu impacto potencial no trabalho e na projeção das transformações laborais prováveis até à década de 2030.

Fontes

Centro de Relações Laborais (2019).

Bibliografia

- Akhtar, P., & Moore, P. (2016). The psychosocial impacts of technological change in contemporary workplaces, and trade union responses. *International Journal of Labour Research*, 8(1/2), 101–131. https://labordoc.ilo.org/discovery/delivery/41ILO_INST:41ILO_V2/1271828430002676
- Aroles, J., Mitev, N., & Vaujany, F. X. (2019). Mapping themes in the study of new work practices. *New Technology, Work and Employment*, (34), 285–299. <https://doi.org/10.1111/ntwe.12146>
- Autor, D. H. (2015). Why are there still so many jobs? The history and future of workplace automation. *Journal of Economic Perspectives*, 29(3), 3–30. <https://doi.org/10.1257/jep.29.3.3>
- Autor, D. H., & Dorn, D. (2013). The growth of low skill service jobs and the polarization of the US labor market. *American Economic Review*, 103(5), 1553–1597. <https://doi.org/10.1257/aer.103.5.1553>
- Boavida, N., & Moniz, A. B. (2018). *DEEP VIEW: Desk research report on Portugal*. DEEP VIEW.
- Boavida, N., & Moniz, A. B. (2019a). *DEEP VIEW: Concluding report for Portugal*. DEEP VIEW. <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/project-deep-view-concluding-report-for-portugal>
- Boavida, N., & Moniz, A. (2019b). *Work in digital platforms: Literature review and exploratory interviews in Portugal*. MPRA Paper 108571. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/108571/>
- Boavida, N., & Moniz, A. B. (2020). Virtual work in Portugal: A literature review. *International Journal on Working Conditions June*, (19), 1–15. <https://doi.org/10.25762/b275-ww28>
- Boavida, N., Moniz, A. B., Makó, C., Krings, B.-J., & Sanz de Miguel, P. (Eds.). *Digital labour platforms: Representing workers in Europe*. CICS.NOVA Edições e Edições Húmus. <https://doi.org/10.34619/rwrm-3uun>
- Brancati, C. U., Pesole, A., & Fernández-Macías, E. (2019). *Digital labour platforms in Europe: Numbers, profiles, and employment status of platform workers* (JCR Technical Reports). Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2760/16653>
- Centro de Relações Laborais. (2019). *Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2018*. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. <https://www.crlaborais.pt/documents/10182/13326/Relat%C3%B3rio+NC+-+2018/4e1f35d0-65a0-40ab-bfee-628f826e4278>
- Costa, E. S. (2017). Relações laborais no capitalismo informacionalista. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, 1(45), 341–358. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/28534>

- Duarte, J. B. (Ed.), Brinca, P., Gouveia-de-Oliveira, J., & Melissa Ferreira, A. (2019). *O futuro do trabalho em Portugal: O imperativo da requalificação (Relatório Final, Outubro 2019)*. NOVA SBE & CIP. https://www.cip.org.pt/wp-content/uploads/2019/10/Relatório-FoW_NSBE-CIP.pdf
- European Commission. (2020). *AI watch assessing technology readiness levels for artificial intelligence*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2760/15025>
- European Economic and Social Committee. (2017). *Impact of digitalization and the on-demand economy on labour markets and the consequences for employment and industrial relations (Final Study)* (pp. 1–76). European Union. https://www.ceps.eu/system/files/EESC_Digitalisation.pdf
- Fernández-Macías, E. (2018). *Automation, digitalization and platforms: Implications for work and employment* (Eurofound research report). Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2806/192299>
- Frey, C. B., & Osborne, M. A. (2017). The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation?. *Technological Forecasting and Social Change*, 114, 254–280. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.08.019>
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (2019). *Agendas temáticas de investigação e inovação: Trabalho, robotização e qualificação de emprego em Portugal*. FCT. <https://www.fct.pt/agendastematicas/trabrobqualempport.phtml.pt>
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2021). *Livro verde sobre o futuro do trabalho 2021*. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/79392/livro_verde_do_trabalho_2021.pdf/8d6968cb-fee5-4f8f-b7de-1612d269fc9b
- Krings, B., Moniz, A. B., & Frey, P. (2021). Technology as enabler of the automation of work? Current societal challenges for a future perspective of work. *Revista Brasileira de Sociologia*, 9(21), 206–229. <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.806>
- Lewney, R., Alexandri, E., & Storrie, D. (2019). *Technology scenario: Employment implications of radical automation* (Eurofound research report). Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2806/88443>
- Lima, M. P. C. (2019). Portugal: Reforms and the turn to neoliberal austerity. In T. Müller, K. Vandaele & J. Waddington (Eds.), *Collective bargaining in Europe: Towards an endgame* (Vol. IV, Source Materials, pp. 483–504). ETUI aisbl. <https://www.etui.org/sites/default/files/CB%20Vol%20III%20Chapter%2023.pdf>
- Mcafee, A., & Brynjolfsson, E. (2017). *Machine platform crowd: Harnessing our digital future*. W. W. Norton & Company.
- Moniz, A. B. (2018). *Robótica e trabalho: O futuro hoje*. Glaciär.
- Moniz, A. B., & Krings, B. J. (2016). Robots working with humans or humans working with robots? Searching for social dimensions in new human–robot interaction in industry. *Societies*, 6(3), 1–22. <https://doi.org/10.3390/soc6030023>

- Palvia, S., & Vemuri, V. (2016). Forecasts of jobless growth: Facts and myths. *Journal of Information Technology Case & Application Research*, 18(1), 4–10. <https://doi.org/10.1080/15228053.2016.1145621>
- Queiróz, M. F., Areosa, J., Lara, R., & Gonçalves, F. (2020). Estivadores portugueses: Organização do trabalho e acidentes. *Laborare*, 3(5), 7–28. <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2020-59>
- Rodríguez Contreras, R. (2019). *The involvement of social partners in national policymaking* (Eurofound research report). Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2806/926581>
- Sanz, P. (2020). *DEEP VIEW Final report: Exploring the contribution of social dialogue and collective bargaining in the promotion of decent and productive virtual work*. https://drive.google.com/file/d/1JrHgEDU9swF4KM5H74gOJo-u_hptKIXK/view
- Stringfield, S., & Stone III, J. R. (2017). The labor market imperative for CTE: Changes and challenges for the 21st century. *Peabody Journal of Education*, 92(2), 166–179. <https://doi.org/10.1080/0161956X.2017.1302209>
- Távora, I., & González, P. (2016). Labour market regulation and collective bargaining in Portugal during the crisis: Continuity and change. *European Journal of Industrial Relations*, 22(3), 251–265. <https://doi.org/10.1177/0267323116643210>
- Tolan, S., Pesole, A., Martínez-Plumed, F., Fernández-Macías, E., Hernández-Orallo, J., & Gómez, E. (2020). *Measuring the occupational impact of AI: Tasks, cognitive abilities and AI benchmarks*. JRC Working Papers Series on Labour Education and Technology (2020/02), Joint Research Centre, European Commission. <http://hdl.handle.net/10419/231334>

8. POR UMA MASCULINIDADE CUIDADORA: REFLEXÕES A PARTIR DA ENFERMAGEM

Piedade Lalande^a

Introdução

De acordo com a história, em Portugal os homens prestaram cuidados de saúde até ao Estado Novo, quando foram impedidos de o fazer e se regulamentou um perfil profissional de enfermagem associado à mulher, dedicada, sem família, numa posição submissa perante o médico/homem, transferindo para o universo profissional a relação conjugal/familiar, baseada num poder desigual, com destaque para a própria figura do “chefe de família” (Silva, H., 2011).¹

O século XXI tem mostrado um evidente processo de feminização em várias profissões, outrora dominadas pelo sexo masculino. No caso da saúde em Portugal, as mulheres passaram a ser a maioria dos profissionais de medicina, o que não impede que os estereótipos de género continuem a atravessar o sistema de saúde, favorecendo, por um lado, especializações e/ou lugares de chefia no masculino e, por outro, mantendo no feminino a conotação do *cuidar* de maior proximidade.

Pretendemos compreender (Schnapper, 2000) como o cuidar pode ser a “chave” do processo de mudança desta relação de género desigual, no universo de profissões que se fundamentam em relações humanas, como é o caso da Enfermagem. Interligando os universos familiar e profissional, o cuidar pode representar paridade de género e deixar de ser conotado com o feminino (Wall, 2016), na medida em que for sinónimo de humanidade.

a. Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc).

1. Os Decretos-Lei nº 28794, de 1 de julho de 1938; nº 31913, de 12 março de 1942; e nº 32612, de 31 dezembro de 1941, determinaram que o exercício da profissão de enfermagem hospitalar estava exclusivamente reservado às “mulheres solteiras ou viúvas sem filhos” (H. Silva, 2011, p. 21).

A escolha de uma profissão está fortemente relacionada com o contexto de socialização familiar, em particular com os modelos de referência culturais que moldam os papéis de género, “disposições adquiridas” que influenciam o processo de construção e reconstrução das identidades (Dubar, 2015, p. 235). A escolha, por um maior número de homens, de profissões fortemente feminizadas, como é o caso da Enfermagem, implica uma alteração da própria definição e aprendizagem dos papéis de género em contexto familiar. Na medida em que, no processo de socialização, o masculino estiver ausente ou dispensado da partilha das tarefas que envolvem o cuidar no mundo privado (Wall, 2016), dificilmente as profissões que envolvem “atenção ao outro” serão consideradas como adequadas, no imaginário masculino. Esse facto implica um olhar diferente sobre o género, menos centrado na hierarquia de papéis e mais na desigualdade estrutural (Marques, 2017). Como refere Clair (2014, p. 9), o género não é apenas uma variável; o género revela “[...] uma lógica global que organiza a sociedade”.

O cuidar, como filosofia de vida e dimensão profissional, rompe com a prática que sobrevaloriza os recursos tecnológicos e introduz “[...] uma forma de ser, de se expressar, de relacionar-se consigo mesmo, com o outro ser e com o mundo” (Waldow & Borges, citado em C. M. T. Almeida, 2014, p. 274) onde, para além de se “[...] velar pela autonomia, circunstância, necessidades e identidade do outro”, tem em conta a sua vulnerabilidade (C. M. T. Almeida, 2014, p. 275). Cuidar introduz na relação humana o reconhecimento da dignidade e da vulnerabilidade do ser humano. No entanto, regra geral, as pessoas mais vulneráveis são cuidadas por mulheres (Scambor et al., 2014).

Falar de *masculinidade cuidadora* significa (re)descobrir esta relação humanizada e desconstruir os estereótipos que associam a tecnologia ao masculino e o cuidar ao feminino — inclusive dentro de profissões feminizadas, como são as da saúde, onde é cada vez mais frequente o recurso às tecnologias (telemedicina, tele saúde, registos eletrónicos, por exemplo) (Vieira, 2007). Diversos estudos mostram como “[...] a socialização escolar e a socialização familiar têm um efeito decisivo na entrada para profissões cujo imaginário se mantém associado ao masculino” (Marry citado em Clair, 2014, p. 27). Segundo dados do Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS) sobre a população mundial de estudantes do ensino superior, no período 2014–2018 apenas 30% das mulheres matriculadas em estudos superiores frequentavam programas relacionados com STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*) (UNESCO, 2018). Apesar desta desigualdade estrutural, um olhar em profundidade permite encontrar zonas de rutura/transformação, capazes de redefinir esse quadro de referência, aparentemente inalterável.

O presente capítulo tem por objetivo principal refletir sobre a desigualdade de gênero na Enfermagem, como profissão, procurando explorar a relevância do cuidar, como dimensão relacional, promotora de uma maior igualdade. Encarar o cuidar como dimensão humana poderá contribuir para uma maior adesão dos homens à prática da Enfermagem e transformar as relações de gênero dentro da própria profissão, nomeadamente ao nível do exercício do poder.

Baseamos esta análise na leitura dos dados estatísticos publicados pela Ordem dos Enfermeiros, tendo em consideração as áreas de especialização e os lugares de gestão, segundo o gênero. Analisamos ainda a evolução do número de estudantes do ensino superior que optam por profissões do cuidar. A título de ilustração, o capítulo cita a experiência do único homem enfermeiro com a especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia na Região Autónoma dos Açores em 2019, cuja narrativa reflete os estereótipos que ainda dificultam a escolha de especialidades conotadas com áreas de atuação feminina, como as que envolvem os cuidados na gravidez, no parto e ao recém-nascido.

O conceito de *masculinidade cuidadora* (Aboim, 2017; Wall, 2016), que se contrapõe à *masculinidade hegemónica* (Connell & Messerschmidt, 2005), pareceu-nos adequado ao perfil exigido na profissão de enfermagem, porventura, ainda não reconhecido por parte dos estudantes masculinos, aquando das escolhas académicas que fazem no final do ensino secundário.

As masculinidades como objeto sociológico

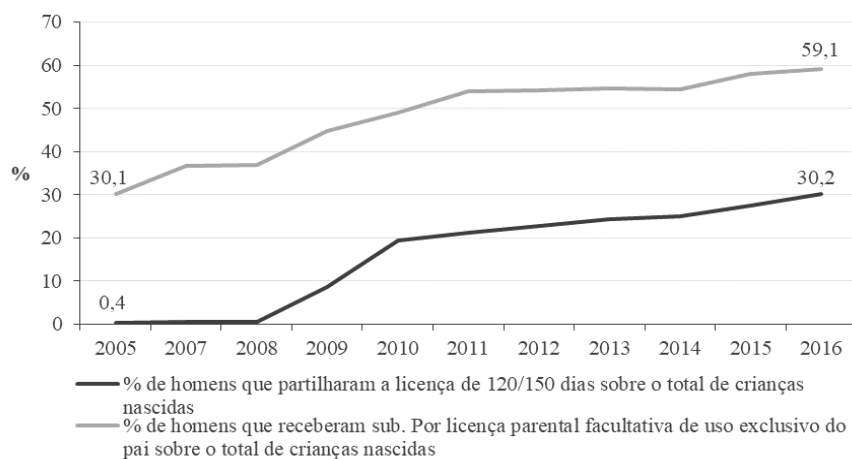
Abordar as masculinidades implica considerar a relação de gênero e as sucessivas transformações operadas nos papéis masculinos e femininos (Guionnet & Neveu, 2014; Wall, 2016). Connell e Messerschmidt (2005) identificaram um perfil de masculinidade que designaram como *hegemónica*, sinónimo de poder, virilidade, competição no trabalho, liderança, força e ausência “justificada” do contexto familiar (das tarefas domésticas e dos cuidados). Este perfil, ainda dominante na sociedade contemporânea, construiu, e constrói, uma relação de gênero desigual nas relações privadas e no mundo das profissões (M. C. Silva, 2016).

A manutenção e reprodução de uma masculinidade hegemónica exclui outras masculinidades, onde pontuam a expressão de afetos, de emoções, de empatia, e a desvalorização das linguagens violentas ou da agressividade; masculinidades que se revelam, por exemplo, na paternidade ativa que utiliza, de forma crescente, as licenças parentais aquando do nascimento de uma criança, desconstruindo o paradigma da mãe cuidadora e do pai ausente. Nas palavras de Lígia Amâncio

(2010), a hegemonia aplicada à masculinidade “[...] não se refere ao domínio direto ou exercício de força sobre os outros, mas sim a uma ascendência que se estende a várias instâncias do social” (p. 105).

Existem várias masculinidades e várias feminilidades na vida social (Connell, 2015, p. 283). Por oposição à masculinidade hegemónica, encontramos uma pluralidade de masculinidades (Aboim et al., 2017), incluindo afetivas e cuidadoras. Com o conceito de Connell “[...] emergiu uma ideia importante: a noção de que os homens podem mudar e de que a masculinidade não é estática nem universal” (Aboim et al., 2017, p. 13). E, em certa medida, essa mudança tem vindo a acontecer, mesmo que de forma lenta, nomeadamente, através do recurso, por parte dos homens/pais, às licenças de parentalidade facultativas (Gráfico 8.1).² Um direito consagrado na legislação, que, ao ser apropriado por mais homens (Aboim et al., 2017), denota a existência de traços não hegemónicos na construção simbólica da masculinidade: 30% das crianças nascidas em 2016 beneficiaram da presença do pai e da mãe durante os primeiros meses de vida (CITE, n.d.).

Gráfico 8.1 Percentagem de homens que partilharam a licença parental de 120 ou 150 dias, ou receberam subsídio por licença parental facultativa, sobre o total de crianças nascidas em Portugal, 2005 a 2016



Fonte: CITE (n.d.).

2. O Decreto-lei n.º 91/2009, de 9 de abril, estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, pela Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 julho e pela Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro.

O aumento progressivo da proporção de pais que assumem a partilha da licença parental, não sendo um indicador que configure uma assunção clara da paridade no âmbito das tarefas familiares, revela uma outra visão do processo de construção social da identidade de género. Estamos perante uma transformação, mesmo que inicial, da relação de género com o trabalho pago e não pago, des-contruindo a desigual percepção que assenta no pressuposto da valorização do trabalho pago, quando executado no masculino, e do trabalho familiar não pago, quando assumido no feminino (Perista et al., 2016; Torres et al., 2005).

A presença do pai na prestação de cuidados ao recém-nascido concorre para uma maior consciência, por parte do homem, da importância que esses cuidados assumem na vinculação parental e, por conseguinte, contribui para afirmar um novo modelo de referência para o papel de pai e a própria conjugalidade. Diferentes estudos qualitativos, desenvolvidos em Portugal, têm vindo a constatar a emergência de modelos de masculinidade ancorados numa paternidade afetiva e cuidadora, com maior partilha conjugal (Amâncio & Correia, 2019; Cunha et al., 2018; Marinho, 2011; Wall, 2016; Wall, Aboim, & Cunha, 2010; Wall, Aboim, & Marinho, 2007).

Podemos dizer que se abre uma “brecha” no edifício social, prenunciando uma desconstrução de uma relação que opõe a masculinidade à feminilidade, quanto ao papel de *cuidar de outrem*. Os dados sobre as licenças parentais, assumidas pelos pais, dizem-nos que

[...] a rutura em relação ao modelo do ganha-pão masculino e da primazia absoluta da mãe como cuidadora é ainda parcial e exige por isso uma reflexão aprofundada sobre as políticas e os modelos normativos que sustentam e promovem estes padrões atitudinais” (Wall, Correia, & Gouveia, 2019, p. 70).

Uma brecha que poderá significar a emergência de outras masculinidades, onde o cuidar deixa de ser visto como uma competência inata e exclusiva do feminino. A afirmação desta masculinidade cuidadora pode potenciar a paternidade afetiva e a presença dos homens no universo privado em diferentes práticas do cuidar: do outro, da casa, da saúde, para além dos cuidados às crianças, como recomenda o Relatório da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros do Parlamento Europeu, sobre igualdade entre homens e mulheres na União Europeia (Parlamento Europeu, Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2011).

A Enfermagem como *profissão do cuidar*

A Enfermagem tem vindo a afirmar-se como *profissão do cuidar*, uma dimensão que, na história desta profissão, surge associada ao “[...] trabalho desvalorizado que as mulheres realizam no âmbito doméstico; e sendo o cuidar profissional, em muitos momentos, confundido com o que se dá nesse espaço, há uma estreita relação entre o lugar social de mulheres e [o] de enfermeiras” (E. A. C. Coelho, 2005, p. 346).

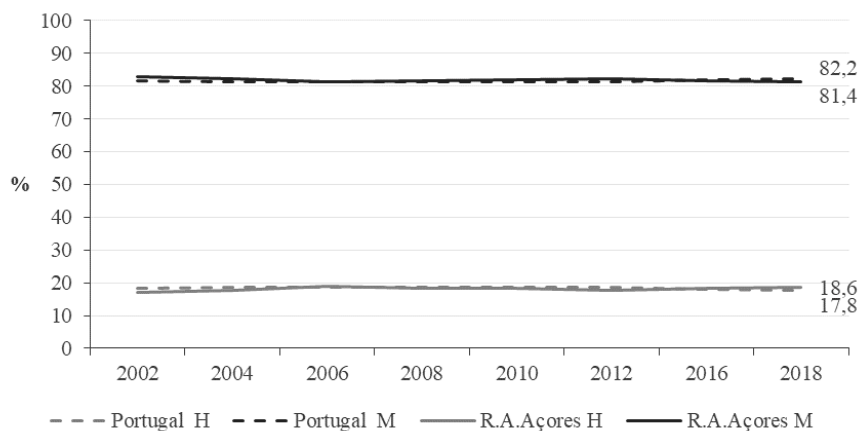
O entendimento do cuidar como competência feminina condiciona não só a escolha da Enfermagem, mas também de muitas outras áreas profissionais centradas na relação e na prestação de serviços. Desigual na formação, a feminização dos cursos superiores nas áreas de Educação, Ação Social e Saúde (vd. abaixo Gráfico 8.4) contribui para a manutenção de uma desigualdade estrutural no universo das profissões, assente na representação social de género que “naturaliza” como femininas as áreas da educação, da saúde ou da proteção social (Clair, 2014), numa relação “[...] assimétrica e desigual, em que o género da pessoa marca ascendência ou submissão social, à semelhança da classe social, da idade e do status” (M. V. Almeida, 1995, p. 242). Esta realidade não seria motivo de desigualdade, não fora o facto de

[...] os temas que as mulheres estudam (por exemplo, humanidades, saúde e ação social) estarem subvalorizados em comparação com aqueles que os homens escolhem (por exemplo, engenharia, ciência e agricultura), apesar de as sociedades precisarem de professores e enfermeiros, tanto quanto precisam de cientistas e engenheiros. (UN Women, 2015, p. 106)

Esta desigualdade de escolhas poderá, em parte, revelar uma estratégia de antecipação pelas mulheres, quando equacionam as oportunidades que mais facilmente irão encontrar no mercado de trabalho (Maruani, 2000).

De acordo com os dados publicados, a distribuição por sexos na profissão de Enfermagem permaneceu quase inalterada em Portugal e na Região Autónoma dos Açores, desde os primeiros anos do presente século (Gráfico 8.2).

Gráfico 8.2 Percentagem de enfermeiros segundo o sexo, em Portugal e na Região Autónoma dos Açores, 2002 a 2018

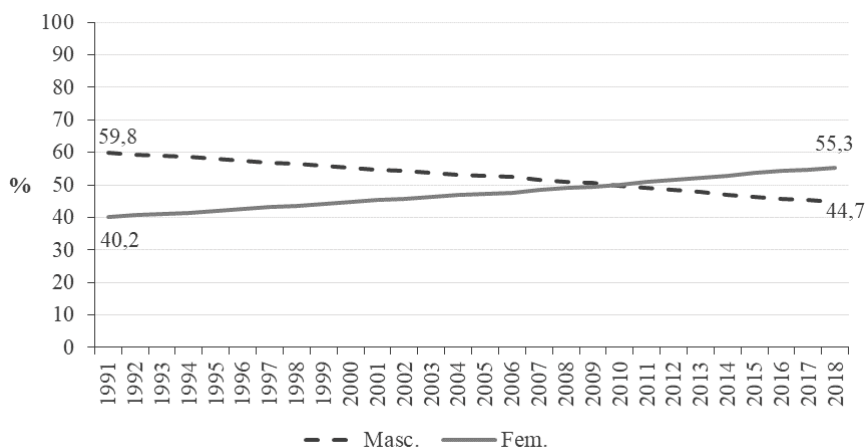


Fonte: INE e Ordem dos Enfermeiros.

Ao contrário da Enfermagem, no universo da Medicina o equilíbrio entre os números de homens e de mulheres alterou-se profundamente e hoje, em Portugal, a maioria dos profissionais nesta área é do sexo feminino (Gráfico 8.3). No entanto, esta progressiva entrada de mulheres não foi isenta de reações, incluindo

[...] a polémica sobre as quotas para homens no acesso ao curso de medicina, expressão de masculinidade hegemónica, na medida em que reflete a vigilância sobre as fronteiras da profissão, a fim de preservar a sua ascendência sobre outras e os benefícios que daí decorrem (Amâncio, 2010).

Gráfico 8.3 Percentagem de profissionais de Medicina segundo o sexo, em Portugal, 1991 a 2018



Fonte: INE, PORDATA.

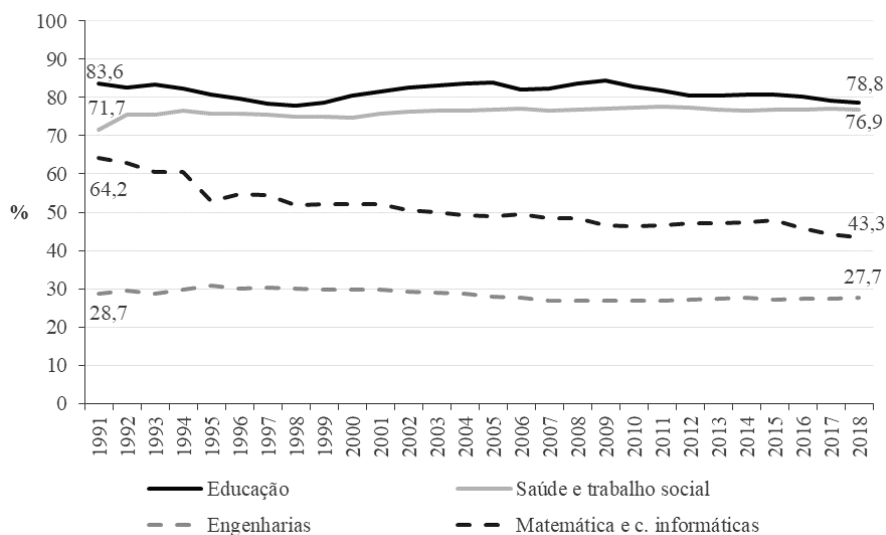
A escolha das profissões

A feminização das profissões do cuidar está associada à representação social do que é tido ser uma profissão adequada à mulher, baseada na ideia das “qualidades naturais” da delicadeza ao cuidar (D. B. Almeida et al., 2016), muito por força da função maternal. Por oposição, considera-se a força e a mecânica como competências masculinas. Esta ligação “naturalista” condicionou fortemente as oportunidades de carreira e continua a segregar as profissões: de um lado, o ensino, a saúde e a proteção social, fortemente feminizadas e, do outro, as engenharias e a informática, no domínio masculino (Saavedra et al., 2011).

De acordo com Guerreiro e Abrantes (2005, p. 166), “[...] uma socialização baseada em papéis sociais diferenciados segundo o género, tende a facilitar a sua reprodução [...]”, dificultando por essa via a adoção masculina de profissões centradas em tarefas consideradas como específicas do feminino, como é o cuidar do outro e sacrificar-se pelo bem-estar comum (Amâncio & Simões, 2004). Neste sentido, “[...] a família molda e condiciona o sucesso escolar, medido pela duração e qualidade das aprendizagens, pela escolha de certas vias profissionais e vocacionais, em detrimento de outras” (A. N. Almeida, 2005, p. 584).

O Gráfico 8.4 confirma as escolhas académicas preferenciais das estudantes do sexo feminino no ensino superior em Portugal, revelando uma tendência crescente na área da Saúde e um afastamento das Matemáticas, Ciências Informáticas e Engenharias, particularmente, num tempo em que se assiste ao crescimento do emprego nestas áreas (L. Coelho & V. Ferreira, 2018, p. 85). O reforço da presença de estudantes do sexo feminino nas áreas tradicionalmente ocupadas por mulheres contribui, indiretamente, para o correspondente afastamento dos rapazes das profissões do cuidar, na medida em que a presença maciça de mulheres num determinado curso confirma e valida a conotação “feminina” dessa área profissional. No entanto, este não é o único fator que explica a menor procura destas profissões, ou a menor adesão a elas, por parte dos homens.

Gráfico 8.4 Percentagem de mulheres matriculadas no ensino superior em Portugal, por área de formação, 1991 a 2018



Fonte: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA.

O cuidar continua a ser social e economicamente desvalorizado (Scambor et al., 2015) e associado ao mundo privado, aos afetos, enquanto o sucesso económico se nomeia no masculino e se baseia em competências técnicas e tecnológicas.

A forte associação do cuidar à feminilidade, que decorre da história da prestação de cuidados e da enfermagem como profissão, é apontada como a principal razão para a falta de reconhecimento social e para o baixo estatuto desta profissão, tanto por sociólogas, como por teóricos/as da enfermagem. (Amâncio & Simões, 2004, p. 1)

Num texto recente do Parlamento Europeu, na sequência da publicação pela Comissão Europeia do relatório da sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia (European Commission, Directorate-General for Justice and Consumers, 2019), pode ler-se:

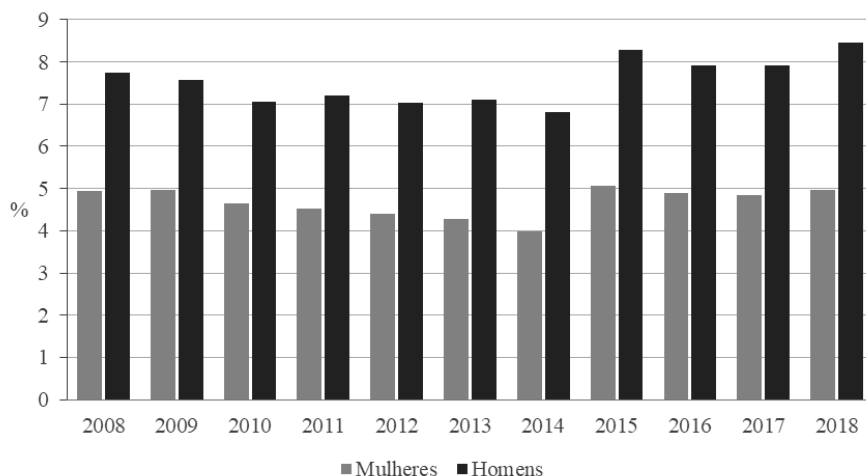
[...] cerca de 30% do total do fosso salarial entre homens e mulheres pode ser explicado pela sobre-representação do sexo feminino em setores com baixos salários, como é o caso dos cuidados médicos, o atendimento ao público ou a educação. Ainda há muitos empregos em áreas, como a ciência, a tecnologia ou a engenharia, nas quais a proporção de trabalhadores do sexo masculino é muito elevada (mais de 80%). (Parlamento Europeu, 2020)

As profissões feminizadas configuram o que Sara Casaca (citada em M. C. Silva, 2016, p. 175) designou por “trabalho emocional”;

Em contrapartida, são atividades e funções mais “masculinas” as dos pequenos empresários, quadros superiores e especialistas de profissões intelectuais e científicas, e acentuadamente “masculinas” as profissões de operários e operadores de instalações. (M. C. Silva, 2016, p. 175)

Esta dicotomia não define apenas a escolha das áreas profissionais; também diferencia as especializações dentro das profissões de acordo com o género, como na Enfermagem ou mesmo na Medicina (Chies, 2010), e concorre para uma *genderização* dos lugares de chefia e poder dentro das organizações. Tomemos como exemplo a percentagem de enfermeiros homens que ocupam lugares de gestão nos estabelecimentos e serviços de saúde (Gráfico 8.5): apesar de serem uma minoria na profissão, é evidente a sobrerrepresentação dos homens neste nível de ação, que envolve poder e chefia de serviços.

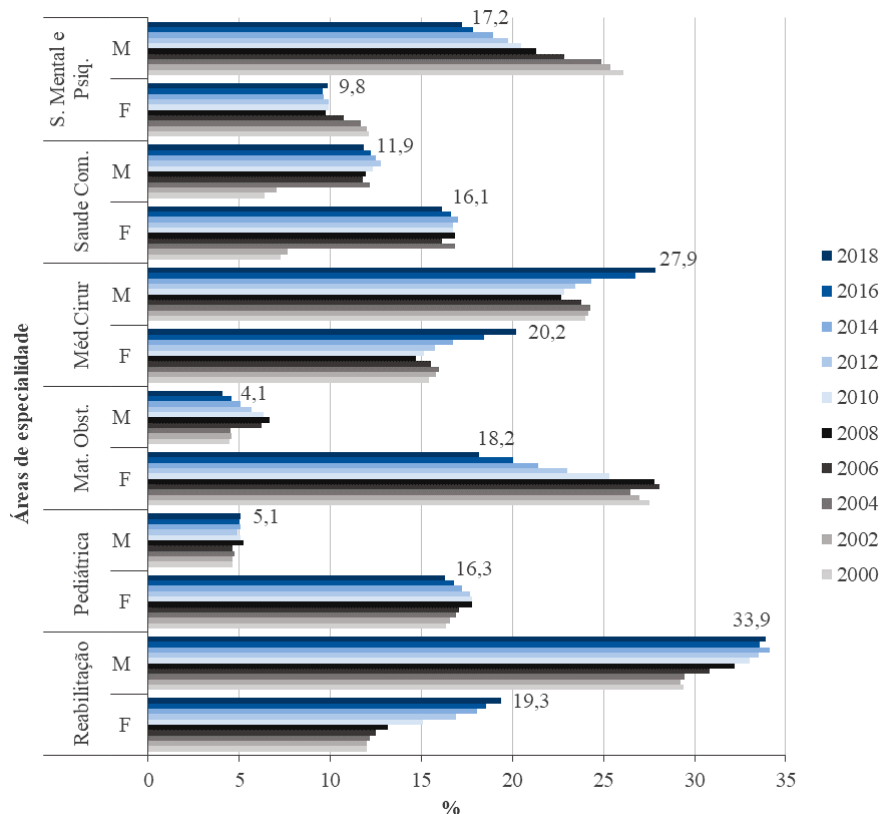
Gráfico 8.5 Percentagem de enfermeiros inscritos na Ordem dos Enfermeiros, com tipo de atividade profissional declarada, que ocupavam lugares de gestão, segundo o sexo, 2008 a 2018



Fonte: Ordem dos Enfermeiros.

Para além deste exemplo, se compararmos a distribuição dos profissionais de Enfermagem por género e área de especialidade, de acordo com informação veiculada pela Ordem dos Enfermeiros, constatamos uma acentuada desigualdade de género em áreas como as de pediatria, saúde materna ou saúde comunitária, onde predominam as mulheres, enquanto nas áreas médico-cirúrgica ou da reabilitação é evidente uma maior parcela percentual de homens (Gráfico 8.6). A análise destes dados confirma a questão central da desigualdade de género, que reside na oposição estrutural entre dominação e cooperação (Guionnet & Neveu, 2014). Ainda agora, nas profissões da saúde, registamos uma associação dos homens à vertente do poder (dominação), incluindo as áreas mais tecnológicas, e das mulheres ao trabalho de proximidade, assente na relação (cooperação). Acresce que a pressão que as mulheres sofrem ao nível das obrigações familiares condiciona a escolha das especialidades em Enfermagem, que é feita em função da maior conciliação trabalho-família que proporcionem (Santos & Amâncio, 2014).

Gráfico 8.6 Percentagem de profissionais de Enfermagem inscritos na Ordem dos Enfermeiros, por área de especialidade, segundo o sexo, em Portugal, 2000 a 2018



Fonte: Ordem dos Enfermeiros.

A masculinidade cuidadora

Ao procurarmos a pluralidade nas representações da masculinidade e da feminilidade, encontramos uma diversidade de relações, que combinam um maior ou menor número de traços de dominação e/ou cooperação, o que explica parcialmente a lentidão das mudanças no processo de construção das identidades de género e a permanência estrutural da desigualdade.

Os dados sobre a escolha das especialidades profissionais, em função do género, confirmam a existência do

[...] efeito—escada rolante de vidro, muitas vezes exercido por homens em empregos dominados por mulheres, e que tem sido evidenciado nas profissões de assistência; abrindo caminho para a promoção dos homens em cargos considerados “mais legítimos” para eles, como empreendedores, ocupando cargos administrativos. (Scambor et al., 2015, p. 66)

A desvalorização das profissões mais feminizadas surge associada à “[...] naturalização das competências femininas e à socialização das profissões do cuidar no espaço doméstico” (Clair, 2014, p. 32), particularmente, na aprendizagem dos papéis de género que envolvem cuidar, ensinar ou proteger. Este facto contribui para que o próprio “[...] sistema económico crie e intensifique as desigualdades, utilizando as hierarquias de género existentes e colocando as mulheres em posições de subordinação” (Guionnet & Neveu, 2014, p. 170; Clair, 2014).

Neste quadro de referência, a afirmação de uma masculinidade cuidadora implica a rejeição da dominação tradicional e o reconhecimento do valor do cuidar, das emoções positivas e da interdependência como fundamentais na relação (Elliot, 2015). O cuidar, como valor de base nas relações, contraria o modelo de socialização que afasta os homens das emoções, não promove a responsabilidade da proteção dos mais frágeis e valoriza a virilidade como expressão de uma masculinidade dominante, que se afirma pelo poder ou até pelo medo. A masculinidade cuidadora contrapõe-se à masculinidade hegemónica (Connell & Messerschmidt, 2005) e ao estereótipo que associa o masculino ao poder e o feminino à subordinação e à dedicação permanente aos outros. Nesse sentido, uma maior expressão e afirmação do cuidar no masculino pode contribuir para a alteração das dinâmicas familiares, desde logo ao nível da conjugalidade. E, ao constituir-se como modelo de socialização, a aprendizagem da *relação de cuidar* tem potencial para transformar o meio escolar (por exemplo, contrariando o fenómeno de *bullying*) e o mundo do trabalho, nomeadamente as relações hierárquicas e os fenómenos de discriminação de género, quer seja entre áreas de trabalho (discriminação horizontal) ou entre níveis de poder (discriminação vertical).

Quando o cuidar faz parte dos modelos de referência no processo de socialização, particularmente em contexto familiar, e a atribuição das tarefas é independente do género, favorece-se uma visão menos estereotipada dos papéis sociais e das escolhas profissionais, como indicia o caso de Márcio Tavares (M. T.), a seguir resumido:

M.T. tem 40 anos, é casado, pai de dois filhos e docente na Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores. É atualmente o único homem Enfermeiro Especialista

em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica que existe na Região Autónoma dos Açores. Quando recorda a sua infância, lembra que o pai e a mãe eram firmes nos princípios, mas educaram com afetos (“abraços e beijos nunca faltaram”), preocupados em garantir uma educação formal aos filhos. Em casa, todos partilhavam tarefas domésticas e os cuidados a uma avó, pessoa cujo percurso de vida lhe granjeou o reconhecimento, na sua comunidade, por ser prestável e atender aos problemas dos outros.

Depois de terminar a licenciatura em Enfermagem e quando decidiu avançar para a Especialidade em Saúde Materna e Obstétrica, recorda que essa escolha foi fortemente desincentivada, sobretudo por profissionais do sexo feminino e até docentes, que lhe diziam: “não vais conseguir!”; ao contrário dos colegas enfermeiros homens, que o incentivaram a continuar, porque reconheciam que ele estava a quebrar um tabu. Como enfermeiro de Saúde Materna e Obstetrícia, recorda a reação inicial de estranheza de algumas utentes e a confiança que depois se estabelecia na relação profissional.

Segundo M.T., ainda agora a discriminação dos homens na profissão de Enfermagem é superada pela ocupação preferencial de lugares de chefia e liderança por homens, nos serviços de saúde, nos Sindicatos e na Ordem.

O cuidar como motor da igualdade de género e da afirmação da humanidade

A afirmação de uma masculinidade cuidadora (afetiva) pode contribuir para novos modelos de referência masculina, baseados no cuidar, com benefício para os próprios homens, incluindo maior intimidade e a redução de consumos tóxicos e da agressividade, inerentes à masculinidade hegemónica ancorada na força, na virilidade e na dureza (Amâncio, 2010). Quando isso acontecer, as profissões do cuidar deixarão de ser um imperativo feminino, para serem uma escolha tanto para homens como para mulheres. Como referiu a este propósito Márcio Tavares:

Ninguém questiona a existência de médicos obstetras, mas fica incomodado por haver enfermeiros homens nesta área.

[...]

As mulheres dificultam a entrada dos homens na Enfermagem, mas delegam na minoria masculina lugares de maior relevância e poder.

[...]

O contexto de socialização terá de associar o cuidar ao humano.

O reforço dos homens em profissões do cuidar, como a Enfermagem, exige um duplo movimento: por um lado, uma generalização dos modelos de socialização baseados no valor do cuidar e dissociados do feminino; e, por outro, uma afirmação das competências de liderança dissociada da lógica do poder dominante masculino, e baseada na interdependência. Sem esta transformação dos modelos de referência, onde o cuidar não seja associado ao feminino, mas sim entendido como expressão de humanidade, não haverá paridade ou transformação dos papéis sociais de género, tal como ainda agora são representados. Perante os desafios de cuidar ou de liderar, homens e mulheres não deveriam ter de esconder a sua apetência por esses tipos de relação, por receio de não serem práticas adequadas ao seu género. Como refere Goffman, quando um “[...] indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles”, o que implica “[...] uma constante vigilância e monitorização da conduta para evitar a ‘desacreditação’, para não ‘perder a face’” (Goffman, 1985, p. 46).

Em parte, este esconder dos afetos “para não perder a face” explica uma menor expressão pública das práticas de cuidar, por parte dos homens. Enquanto se mantiver uma socialização desigual, em termos do valor do cuidar, os rapazes evitarão manifestar a sua sensibilidade e competência para cuidar dos outros, nomeadamente em situações de vulnerabilidade, preferindo esconder-se por detrás de procedimentos técnicos, que impliquem o recurso à tecnologia. *Cuidar dos outros* foi uma das principais razões para ingressar no curso de Enfermagem, como se pode concluir num estudo realizado junto dos estudantes de enfermagem da ESS/Universidade dos Açores (2014–2019) (Lalanda, 2019).

Conclusão

O cuidar, dissociado da representação como tarefa feminina, é a base para a cooperação social e económica (Fraser, citado em Scambor et al., 2014). Com base no cuidar, não apenas das crianças, mas do ser humano (no trabalho, na família, na escola ou na vida pública), prenuncia-se uma sociedade mais igualitária.

O aumento do número de homens na Enfermagem depende do reforço de uma masculinidade cuidadora, enquanto expressão masculina que exclui a dominação e integra os afetos, a relação, as emoções e as qualidades interdependentes do cuidar. Esta outra representação da masculinidade corresponde “[...] a uma forma crítica de envolvimento dos homens na igualdade de género, porque o trabalho

de cuidar exige que os homens resistam à masculinidade hegemônica e adotem valores e características do cuidado [...]” (Elliot, 2015, p. 254).

Na medida em que os homens se afastarem de uma masculinidade hegemônica para assumirem uma atitude cuidadora, e que as mulheres se posicionarem como cooperantes e não submissas, ambos com capacidade para cuidar e para liderar, é possível afirmar o valor do cuidado como essência da humanidade. De acordo com Contatore et al. (2019):

[...] novos estudos sociológicos referenciaram o cuidado como uma expressão de apoio social intenso, um atributo fundamental para a manutenção da vida e, conjuntamente com a solidariedade social, em vista do reconhecimento da vulnerabilidade do corpo, a base para o desenvolvimento de outros componentes essenciais da vida social [...]. (p. 2)

A relevância do cuidar, como motor de transformação das relações de gênero, reside no facto de envolver homens e mulheres, e não depender apenas de uma apatência natural do feminino. Entenda-se esta alteração das relações de gênero, não somente entre homem–mulher, mas também homem–homem e mulher–mulher (D. B. Almeida et al., 2016), onde a interdependência substitui a dominação (Elliot, 2015).

O acesso dos homens a profissões fortemente feminizadas, como é o caso da Enfermagem, exige que mulheres e homens dissociem o cuidar de uma representação feminizada desta profissão. São as relações humanas, e não apenas de gênero, que se transformam com a afirmação de uma masculinidade cuidadora, porque cuidar e ser cuidado/a representa uma necessidade humana essencial à sobrevivência.

Fontes

CITE.

DGEEC/ME-MCTES, PORDATA.

INE, PORDATA.

Ordem dos Enfermeiros, Estatística de Enfermeiros.

Bibliografia

Aboim, S., Marques, A. M., Couto, M. A. S., & Goulart, A. (2017). *O que é a masculinidade?*. Escolar Editora.

- Almeida, A. N. (2005). O que as famílias fazem à escola... pistas para um debate. *Análise Social*, 40(176), 579–593. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218710842P9vG5tp9Ho38KBo.pdf>
- Almeida, C. M. T. (2014). *A representação da vulnerabilidade humana como motor para a recuperação do paradigma do cuidar em saúde* [Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa]. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/20127>
- Almeida, D. B., Queirós P. J. P., Silva G. T. R., Laitano, A., & Almeida S. (2016). Estereótipos sexistas na enfermagem portuguesa: Um estudo histórico no período de 1935 a 1974. *Revista da Escola Anna Nery*, 20(2), 228–235. https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Queiros2/publication/301853541
- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Fim de Século.
- Amâncio, L. (2010). O fim do sujeito universal. In T. Joaquim (Ed.), *Masculinidades, feminilidades* (pp. 101–109). Edições Afrontamento.
- Amâncio, L., & Correia, R. B. (2019). Em busca da igualdade: Perceção de justiça e divisão do trabalho doméstico: Mudanças e continuidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (90), 77–94. <http://journals.openedition.org/spp/6116>
- Amâncio, L., & Simões, J. (2004). Género e enfermagem: Um estudo sobre a minoria masculina. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (44), 71–81. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=So873-65292004000100005&lng=pt&nrm=iso
- Chies, P. V. (2010). Identidade de género e identidade profissional no campo de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 507–528. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200013>
- CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego). (n.d.). *Proteção na parentalidade*. <http://40.69.193.160/pt/acite/protecparento06.html>
- Clair, I. (2014). *Sociologie du genre*. Armand Colin.
- Coelho, E. A. C. (2005). Género, saúde e enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58(3), 345–348. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672005000300018>
- Coelho, L., & Ferreira, V. (2018). Segregação sexual do emprego em Portugal no último quarto de século: Agravamento ou abrandamento?. *e-cadernos CES*, (29). <https://doi.org/10.4000/eces.3205>
- Connell, R. W. (2015). Género e corporificação na sociedade mundial. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(1), 281–287. <https://doi.org/10.21814/rlec.96>
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829–859. <https://doi.org/10.1177%2F0891243205278639>
- Contatore, O., Malfitano A. P., & Barros, N. F. (2019). Por uma sociologia do cuidado: Reflexões para além do campo da saúde. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 17(1), 1–23. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-soloo175>

- Cunha, V., Rodrigues, L. B., Correia, R., Atalaia, S., & Wall, K. (2018). Why are caring masculinities so difficult to achieve?: Reflections on men and gender equality in Portugal. In S. Aboim, P. Granjo & A. Ramos (Eds.), *Ambiguous inclusions: Inside out, outside in* (pp. 303–331). Imprensa de Ciências Sociais. <https://www.ics.ulisboa.pt/books/book1/full.pdf>
- Dubar, C. (2015). *La socialization: Construction des identités sociales et professionnelles* (5.^a ed.). Armand Colin.
- Elliott, K. (2015). Caring masculinities: Theorizing an emerging concept. *Men and Masculinities*, 19(3), 240–259. <https://doi.org/10.1177%2F1097184X15576203>
- European Commission, Directorate-General for Justice and Consumers. (2019). *2019 report on equality between women and men in the EU*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2838/395144>
- Goffman, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Vozes.
- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 157–175. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000200008>
- Guionnet, C., & Neveu, E. (2014). *Féminins/Masculins: Sociologie du genre*. Armand Colin.
- Lalanda, P. (2019, Julho 24–26). *Género e enfermagem* [Comunicação]. II Congresso Internacional do CIEG, ISCS-Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Marinho, S. (2011). *Paternidades de hoje: Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada* (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa). <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4940>
- Marques, A. M. (2017). Os estudos sobre os homens e sobre a masculinidade. In S. Aboim, A. M. Marques, M. A. Couto & A. Goulart (Eds.), *O que é a masculinidade?* (pp. 49–72). Escolar Editora. <http://hdl.handle.net/10451/28199>
- Maruani, M. (2000). *Travail et emploi des femmes*. La Découverte.
- Parlamento Europeu. (2020, 13 de janeiro). *Perceber as disparidades salariais entre homens e mulheres: Definição e causas*. Atualidade Parlamento Europeu. Recuperado em 30 de setembro de 2021, de <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20200109STO69925/perceber-as-disparidades-salariais-entre-homens-e-mulheres-definicao-e-causas>
- Parlamento Europeu, Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros. (2011). *Relatório sobre igualdade entre homens e mulheres na União Europeia – 2011* (2011/2244(INI)). Parlamento Europeu. <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2012-0041+O+DOC+PDF+Vo//PT>
- Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (2016). *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. CESI/CITE. https://cite.gov.pt/documents/14333/16933/INUT_livro_digital.pdf/0047dba2-150f-48a3-a050-c0564eaf1eba

- Saavedra, L., Vieira, C. M., Araújo, A., Faria, L., Silva, A. D., Loureiro, T., Taveira, M. C., & Ferreira, S. (2011). (A)Simetrias de género no acesso às engenharias e ciências no ensino superior público. *Ex Aequo*, (23), 163–177. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0874-55602011000100013&script=sci_arttext&tlng=en
- Santos, H., & Amâncio, L. (2014). Sobreminorias em profissões marcadas pelo género: Consequências e reações. *Análise Social*, 49(3), 700–726. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_212_do4.pdf
- Scambor, E., Bergmann, N., Wojnicka, K., Belghiti-Mahut, S., Hearn, J., Holter, Ø. G., Gärtner, M., Hrženjak, M., Scambor, C., & White, A. R. (2014). Men and gender equality: European insights. *Men and Masculinities*, 17, 552–577. <https://doi.org/10.1177/1097184X14558239>
- Scambor, E., Hrženjak, M., Bergmann, N., & Holter, Ø. G. (2015). Men's share of care for children and professional care. *Studia Humanistyczne AGH*, 14(2), 53–71. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.2326.8565>
- Schnapper, D. (2000). *A compreensão sociológica*. Gradiva.
- Silva, H. (2011). Seleção e discriminação dos profissionais de enfermagem durante o Estado Novo (1938–1963). *Ler História*, (60), 151–166. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1533>
- Silva, M. C. (2016). *Desigualdades de género: Família, educação e trabalho*. Edições Húmus.
- Torres, A., Silva F. V., Monteiro T. L., & Cabrita, M. (2005). *Homens e mulheres entre família e trabalho*. DGEEP/CITE. https://cite.gov.pt/documents/14333/154991/Homens_Mulheres_Fam_Trab.pdf/9510b1ac-d8c0-4f40-9923-8870df82f36f
- UN Women. (2015). *Progress of the world's women 2015–2016: Transforming economies, realizing rights*. UN Women. <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/4/progress-of-the-worlds-women-2015>
- UNESCO Brasil. (2018). *Decifrar o código: Educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologias, engenharias e matemática (STEM)*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>
- Vieira, M. (2007). *Ser enfermeiro: Da paixão à proficiência*. Universidade Católica. <http://hdl.handle.net/10400.14/30533>
- Wall, K. (Ed.). (2016). *Livro branco: Homens e igualdade de género em Portugal*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. <http://hdl.handle.net/10451/26649>
- Wall, K., Aboim, S., & Cunha, V. (Eds.). (2010). *A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2020/02/A-Vida-Familiar-no-Masculino_Negociando-Velhas-e-Novas-Masculinidades.pdf
- Wall, K., Aboim, S., & Marinho, S. P. (2007). Fatherhood, family and work in men's lives: Negotiating new and old masculinities. *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, 38(2), 105–122. <https://doi.org/10.4000/rsa.470>

Wall, K., Correia R. B., & Gouveia, R. (2019). Atitudes face às licenças parentais em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (90), 55–76. <https://doi.org/10.7458/SPP20199015525>

9. APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DA REDE TURÍSTICA DA ESTAÇÃO NÁUTICA DE AVIS

Maria da Saudade Baltazar^a | Ana Balão^a

Marcos Olímpio Santos^a | José Alberto Rodrigues^a | Paula Reis^a

Introdução

Os territórios são espaços sociais vividos, que se diferenciam pela população que comportam e suas características socioeconómicas, geopolíticas e histórico-culturais como determinantes de desigualdades territoriais potenciadoras de problemas sociais, a debelar por intervenções de atores públicos, privados e/ou da sociedade civil no âmbito de políticas ou ações públicas.

A territorialidade afirma-se como dimensão do conceito de desenvolvimento (Baltazar, 2018; Barca, 2009; Lang & Gormar, 2019), associada a relevantes estratégias emancipatórias de intervenção da base local. A atuação de um Estado assistencialista e redistribuidor é ultrapassada pelas oportunidades de ação de uma multiplicidade de atores no terreno, em prol de uma cultura cívica de participação e do aprofundamento dos mecanismos de democracia participativa como condições potenciadoras de processos de desenvolvimento. Iniciativas em parceria que se traduzem em novas ações estratégicas, valorizadoras da capacidade dos territórios para se afirmarem como efetivos protagonistas de desenvolvimento.

Neste contexto, destaca-se a aposta nacional na diversificação e competitividade da atividade turística em regiões do interior, como é exemplo o turismo náutico. Até ao momento, Portugal certificou 24 Estações Náuticas, entre as quais a Estação Náutica de Avis (ENA).

O presente trabalho visa demonstrar como as metodologias participativas, enquadradas em modelos de intervenção e mudança, podem: i) ser potencializadas em territórios do interior e/ou em domínios como o turismo; ii) contribuir para a promoção do desenvolvimento do território, e para a promoção do turismo

a. Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA/CICS.NOVA.UÉvora).

náutico em particular; iii) fomentar a relação entre o conhecimento da academia e a sua aplicação nos territórios. Para o efeito, utilizam-se dados da análise documental e observação participante do acompanhamento da ENA.

O capítulo estrutura-se em três tópicos principais. Em primeiro lugar, a partir das teorias de desenvolvimento endógeno e participativo, enfatizam-se os ativos estratégicos dos territórios do interior, em que o turismo surge como fator diferenciador baseado numa lógica de políticas públicas territorializadas. Esta análise será efetuada com recurso a diferentes documentos de orientação estratégica, de âmbito comunitário e nacional, definidores das premissas para a estruturação de dinâmicas territoriais assentes em novos tipos de produtos turísticos, com particular destaque para o turismo náutico. Em segundo lugar, apresenta-se o Concelho de Avis no contexto dos territórios do interior e o seu importante recurso, a Albufeira do Maranhão, para se passar à exposição da ENA como abordagem inovadora na ação de diferentes atores do território. Mostra-se como essa abordagem contribui para a territorialização das políticas públicas e sistematiza-se a estratégia apoiada no modelo participativo, em que a diversidade e a heterogeneidade dos parceiros são consideradas um fator diferenciador positivo, relevando o papel da Universidade (Centro de Investigação) na ENA e o desenvolvimento de um ecossistema colaborativo. Num terceiro momento, será evidenciada a importância da participação dos *stakeholders* para o sucesso do produto turístico integrado, expondo as metodologias que foram aplicadas neste âmbito e as orientações que constam nos quadros teórico-metodológicos, nomeadamente: i) o *Design Thinking*, ii) o Modelo de Excelência da *European Foundation for Quality Management* (EFQM) e iii) o Planeamento Estratégico Sistemático.

Modelos de desenvolvimento e políticas públicas: O turismo náutico em territórios do interior

A falência de alguns dos principais modelos de desenvolvimento

O insucesso dos principais modelos de desenvolvimento ao longo dos tempos e, em particular, nas sociedades europeias contemporâneas reflete as múltiplas injustiças estruturais nas relações sociais, entre países e regiões, entre grupos étnicos e civilizacionais, o que evidencia a necessidade de se aprofundar o debate em pleno século XXI. De acordo com Silva (2017, p. 23), esta necessidade deriva do conjunto “[...] de desigualdades [que] continuam a ser expressivas, tanto à escala internacional, como regional e local, e, em muitos territórios, tendem mesmo a

acentuar-se”, pese embora a globalização e o crescente número de cidadãos mais esclarecidos e participativos. Por outro lado, o acelerado processo de globalização capitalista e a complexidade das relações entre atores exigem uma reflexão mais profunda sobre as atuais dinâmicas de desenvolvimento e modos de pensar as relações entre o local e o global, para uma maior acutilância na definição das políticas públicas e de estratégias e ações concertadas, em prol de um futuro melhor.

Nas últimas décadas do século XX, foi frequente a defesa de uma visão uniformizadora da globalização. Acreditava-se que os territórios não passavam de espaços topológicos constituídos por fluxos e redes, utilizando fatores externos (Baltazar, 2018; Ferrão, 2003). Este processo de desenvolvimento pouco compartilhado e burocratizado exercia sobre países, regiões e atores uma influência inevitável de interesses corporativos, conduzindo à perda de competitividade, acentuando desigualdades e gerando impactes negativos (Silva, 2017). Esta corrente funcionalista, concebendo o desenvolvimento “de cima para baixo”, defendia o recurso a agentes económicos externos, ao Estado e a outras entidades, para resolver as suas necessidades ou alcançar o progresso, sem qualquer sentido de identidade e/ou de ligação a um determinado território (Stöhr & Taylor, 1981).

Nova teoria de desenvolvimento endógeno e participativo

A persistência das desigualdades a nível global trouxe um novo alento àqueles que não se conformavam com esta visão homogénea da realidade e dos territórios. Isto deu-se também ao nível de diferentes instituições (ONU, OCDE, UE) que, sendo confrontadas com realidades heterogéneas entre países e dentro dos próprios países, alteraram o seu referencial teórico sobre o desenvolvimento territorial, adotando as designações de “territorialista” (Friedmann & Weaver, 1979), “*from below*” (Stöhr & Taylor, 1981) e “endógeno” (Greffé, 1986).

Nesta nova teoria de desenvolvimento endógeno e participativo, sobressai o princípio da valorização territorial, segundo o qual as características singulares de espaços e de relações entre atores, com base em critérios igualitários de identidade formal e simbólica, se constituem como instrumentos no processo de desenvolvimento. A assunção da territorialização na arena das políticas de desenvolvimento implica uma nova visão, afastada da conceção dos espaços como meros reprodutores de políticas decididas a nível nacional ou internacional (Carmo, 2014). Há a necessidade de os territórios serem incluídos e envolvidos na concretização de políticas de desenvolvimento, porque são detentores de “[...] organização social, como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação

e a cooperação para benefício mútuo” (Putnam, 1993, p. 134). É no território, espaço central de coordenação, que os atores se envolvem e criam novas soluções e abordagens em torno de objetivos comuns (Pecquer, 2009; Stöhr & Taylor, 1981), conjugando estratégias de “baixo para cima” com outras de sentido inverso numa lógica de fertilização mútua.

Relevância de novas abordagens e metodologias participativas

Pelo que ficou dito, importa considerar a relevância da introdução de novas abordagens e metodologias participativas nos processos de desenvolvimento, tais como as de cooperação e participação, quer no sentido do aprofundamento da democracia, quer também para garantir o desenvolvimento, a qualidade de vida e o bem-estar social, económico e ambiental das comunidades, contribuindo para a diminuição das desigualdades intra e extralocais, intra e interterritórios. Não se estranha, portanto, a preocupação da União Europeia em considerar a dimensão territorial em diferentes instrumentos orientadores de políticas, entre os quais o *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)* (Comissão Europeia, 2000), o *Livro Verde da Coesão Territorial Europeia* (Comissão Europeia, 2008) e o chamado “Relatório Barca” (Barca, 2009), documentos de referencial estratégico sobre a política de coesão social e coesão territorial que refletem a importância do território nas políticas públicas, aos diferentes níveis de decisão (Ferrão & Mourato, 2010).

O acentuar das desigualdades entre países ricos e pobres, entre o centro e a periferia, bem como entre o litoral e o interior, conduziu a uma nova agenda que equaciona formas diferentes de governança territorial, impondo uma abordagem inovadora à articulação entre a ação política e os fatores de desenvolvimento que, necessariamente, estão ligados a um determinado território (Baleiras, 2010). Deste modo, a cooperação territorial associa-se ao conceito de coesão, enquanto processo social em que a participação e a coordenação entre os diversos níveis de governação são fundamentais. Tal realidade tem implicações em diferentes esferas porque contempla a integração de novos atores relacionais, assente num novo tipo de governação multinível e multiescalar. Pelo que se torna premente contrariar a eventual cultura de alienação, responsabilizando os atores territoriais face aos objetivos do desenvolvimento e aos instrumentos que lhes estão associados na implementação de projetos de afirmação e valorização das suas especificidades, com vista à competitividade territorial — sem o que poderão ser meros agentes de implementação de políticas conduzida de modo tradicional, “de cima para

baixo”. Esta perspectiva converge com os grandes desígnios da Estratégia Europeia 2020 (Comissão Europeia, 2010) e da Agenda Territorial da UE 2020 (European Council, 2011), que destacam o reforço das estratégias de desenvolvimento, das parcerias locais e da governação multinível para combater os desequilíbrios regionais e reduzir as crescentes disparidades regionais, particularmente visíveis nos territórios de baixa densidade.

Portugal e a territorialização das políticas de desenvolvimento

Em Portugal, país que possui significativas assimetrias internas e externas (Baltazar, 2018; Rodrigues & Ramos, 2018), deu-se um novo impulso no quadro referencial da territorialização das políticas de desenvolvimento. A territorialização visa um arranjo entre as necessidades e potencialidades dos territórios e os investimentos a realizar, promovendo uma lógica de articulação entre diferentes escalas de ação, desde a planificação, passando pela concretização, até à avaliação. Atendendo a este objetivo, impera a necessidade de valorizar as lideranças locais e capacitar as instituições “[...] difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas” (Unidade de Missão para a Valorização do Interior, 2016, p. 13), capazes de aproveitar os ativos dos territórios na implementação e desenvolvimento de experiências de revitalização e de diversificação económica dos territórios do interior.

A posição defendida por este e outros documentos estratégicos, académicos e políticos, baseia-se na contenção do declínio socioeconómico e na exploração de vantagens competitivas a partir da valorização dos recursos e das potencialidades locais (naturais, paisagísticas e histórico-culturais), que incluem, para além das atividades agrícolas, outras atividades ligadas à economia rural como o turismo e o lazer, as agroindústrias, entre outras, numa lógica de diversificação dos sistemas produtivos (Pereiro, 2018).

Nos últimos trinta anos, o turismo e o lazer têm ganhado crescente importância na diversificação e revitalização económica dos territórios rurais de baixa densidade ou menos favorecidos, ditos “territórios do interior”, integrando diferentes documentos estratégicos com enfoque no turismo. No conjunto de instrumentos nacionais e regionais de planeamento, destaca-se o reconhecimento da importância dos múltiplos ativos locais na estruturação de novos produtos turísticos e a consequente diversificação dos destinos turísticos nestes territórios, que vêm despertando a emergência de novos consumidores (turistas) e investidores e de novas tipologias de turismo.

A reutilização e reinvenção dos territórios do interior, por parte do turismo, é identificada nos diversos instrumentos de planeamento, como o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 57/2001 para o período de 2006–2015. O PENT estabeleceu dez produtos turísticos estratégicos,¹ isolados ou em coexistência com outros produtos turísticos de acordo com o potencial endógeno de cada região, numa lógica de complementaridade entre produtos para diferenciar a oferta, atenuar a sazonalidade e maximizar as potencialidades locais desaproveitadas (Turismo de Portugal, 2007).

Deste conjunto, é de realçar o desenvolvimento do segmento do turismo náutico, um dos dez produtos com potencialidade de crescimento em Portugal, aproveitando os recursos náuticos (equipamentos e infraestruturas) para aumentar a quantidade e qualidade de uma oferta turística atrativa e adequada de atividades náuticas e conexas (Figueiredo & Almeida, 2017; Turismo de Portugal, 2006). Na prática, apesar das condições da costa marítima, a prioridade de desenvolvimento de produtos náuticos concentrou-se nas regiões de Lisboa, Algarve, Açores e Alentejo, com particular destaque para as áreas do interior do Alentejo, do Porto e do Norte (Turismo de Portugal, 2006). Para Moreira e Santos (citados em Figueiredo & Almeida, 2017, p. 234) “[...] as áreas interiores com albufeiras e lagos [...] conseguem reunir as condições necessárias para a prática de atividades náuticas”, atraindo eventos desportivos de nível nacional e mundial. Ainda assim, parece-nos importante sublinhar que, no contexto da Estratégia Europeia, o turismo náutico está sobretudo vinculado ao desenvolvimento dos recursos marítimos e costeiros (European Commission, 2017, 2019).

O turismo náutico representa uma oportunidade para promover a coesão social e territorial, mediante a afirmação de um ativo diferenciador com capacidade de realização em diferentes pontos do país e durante todo o ano (Turismo de Portugal, 2006). Portugal procurou desenvolver e afirmar a oferta de turismo náutico no âmbito dos Programas Operacionais Temáticos e Regionais do Portugal 2020 e da Estratégia Turismo 2027 (Turismo de Portugal, 2017). Em termos de ações estratégicas, verificou-se, ao longo dos últimos quatro anos, um intenso processo de desenvolvimento, certificação e promoção de Estações Náuticas.²

1. No domínio do projeto “Produtos, Destinos e Polos”, são definidos como produtos estratégicos: o turismo de natureza, o turismo cultural e paisagístico, os *city breaks*, o turismo de negócios, o golfe, a saúde e bem-estar, o turismo residencial, o turismo náutico, a gastronomia e os vinhos (Turismo de Portugal, 2007).

2. Na atualidade, o projeto das Estações Náuticas de Portugal é constituído por 24 estações náuticas, certificadas pelo Fórum Oceano.

O turismo náutico, ao estimular o desenvolvimento de produtos turísticos integrados, experiências náuticas e atividades complementares, desencadeia um conjunto de benefícios para as comunidades locais, particularmente nas comunidades mais isoladas, numa lógica de diversificação das atividades económicas com base em novos processos colaborativos.

A Estação Náutica de Avis: Uma rede de parceiros em territórios do interior

Análise estratégica da Estação Náutica de Avis

O município de Avis integra o Alentejo, fazendo parte da subregião do Alto Alentejo e é circundado pelos seguintes municípios vizinhos: Alter do Chão, Fronteira, Sousel, Ponte de Sor e Mora. Este território apresenta atributos que são intrínsecos aos territórios do interior, e também recursos endógenos que lhe conferem uma especificidade distinta. À data da constituição da ENA, caracterizava-se, nas suas principais dimensões, conforme sistematizamos no Quadro 9.1.

A ENA surge num contexto marcado pelo aparecimento de novos modelos de ação pública, que mobilizam os atores territoriais na decisão e concretização de políticas públicas, visando o desenvolvimento de um produto turístico integrado. O facto de os instrumentos de planeamento turístico incorporarem o turismo náutico como produto estratégico, por seu lado, abre a oportunidade de explorar as potencialidades náuticas deste território enquanto recurso turístico. Em 2018, estas orientações estratégicas convergiram na mobilização de diferentes atores para se formalizar a candidatura à certificação da Estação Náutica.

Quadro 9.1 Município de Avis: Dimensões analíticas e opções estratégicas

Dimensões favoráveis ou positivas		Dimensões desfavoráveis ou negativas		Opções Estratégicas	Atividades
Potencialidades	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças		
Recursos naturais e patrimoniais — preservação e conservação	Afirmação das políticas de base territorial	Estrutura populacional envelhecida	Encerramento de serviços públicos	Criação de modelo de governança territorial	Definição conjunta de desígnios estratégicos para a ENA (1 sessão de trabalho)
	Aparecimento de novas procuras turísticas				Funcionamento em plenário (3 sessões) e formação de grupos de trabalho ³ .
Equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo	Existência de oferta formativa no setor do turismo e hotelaria (UEvora, IPPortalegre e Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre)	Dificuldade de fixar população jovem	Ciclo económico recessivo	Constituição de rede de atores territoriais	Realização de visitas entre parceiros da rede (10 visitas)
					Participação conjunta em feiras e certames (4)
Albufeira do Maranhão como recurso de interesse para o turismo náutico	Orientação de política nacional para criação e certificação de Estações Náuticas de Portugal	Dificuldade de captar investimentos externos	Exigências e carácter burocrático do acesso a financiamentos externos	Processo de certificação da Estação Náutica de Avis	Criação de novas atividades turísticas em parceria, de nível bilateral e/ou multilateral. ⁴
					Elaboração do Guia da ENA
Existência de diversos fatores de competitividade no domínio agroalimentar	Reconhecimento comunitário e nacional sobre a importância do meio rural	Limitações de acesso devido à localização periférica	Deficientes acessibilidades inter-regionais.	Reorganização do modelo de promoção dos produtos locais	Realização de provas de produtos regionais (5)
					Promoção do mês do produtor (divulgação dos produtos locais) (3)
Diversidade de atores no território	Disponibilidade de instrumentos de intervenção territorial executados em parceria	Insuficiente cultura de parceria	Existência de diversos obstáculos externos para o funcionamento das parcerias	Constituição de um ator-rede (município) enquanto agente institucional com iniciativa e capacidade agregadora de atores locais e regionais	Coordenação da ENA pelo Município

Fonte: Elaboração própria.

3. Os quatro grupos de trabalho: “Governação”, “Marketing”, “Animação Territorial e Inovação”, “Conhecimento e Qualificação” funcionam de forma autónoma, sob a coordenação de diferentes entidades parceiras, com coordenadores nomeados pelos membros de cada grupo de trabalho.

4. A Estação Náutica proporcionou o interconhecimento das entidades parceiras, que se tem vindo a traduzir no desenvolvimento acentuado de múltiplas atividades conjuntas, de que são apresentados exemplos em: <http://www.monte-doramalho.com/pt/atividades-na-regiao/>; <http://www.herdadedacortesia.com/hotel-addons.html#terra>; <https://www.alentejoaporta.pt/>.

A rede de atores

A certificação da ENA implicou a constituição de uma rede diversificada de parceiros, sendo de realçar o papel do município como ator-rede, que operacionaliza com regularidade a ligação com a entidade nacional certificadora das Estações Náuticas, bem como com os parceiros locais (Município de Avis, 2018, 2019), de que se destacam as atividades de promoção e divulgação deste produto turístico integrado. Esta diversidade de parceiros visa responder ao objetivo de desenvolver um produto turístico integrado, de que o aspeto náutico constitui o centro, mas no qual a valorização de outros recursos endógenos, como o património histórico, natural, cultural, gastronómico e vitivinícola, contribui para a criação de uma oferta diferenciada e singular. Tendo presente as características socioeconómicas locais e o facto de a Albufeira do Maranhão atravessar todo o município de Avis, entendeu-se ter relevante importância que a totalidade do território fosse integrada na Estação Náutica.

Desde a criação da ENA em 2018 a rede de parceria tem estado em constante construção, tendo duplicado o número de parceiros relativamente ao que foi apresentado na candidatura para a certificação. A construção do produto turístico integrado carece dos contributos e da mobilização de meios de um leque variado de entidades, integrando e relacionando organizações públicas e privadas, segundo o princípio da valorização territorial. Assim, importa colocar em evidência a singularidade do território através da construção de uma identidade coletiva resultante do cruzamento de identidades particulares, do aprofundamento dos relacionamentos entre parceiros, do capital social em presença e, naturalmente, dos meios e recursos disponíveis para a sua concretização. Assim, a estrutura da rede de parceria seguiu os princípios enunciados para a territorialização das políticas públicas, ou seja, houve a preocupação de integrar atores com diferentes níveis de atuação e de setores de atividade distintos. Esta pretensão tem como finalidade a mobilização dos atores para encontrarem novas soluções e novas abordagens com vista ao desenvolvimento do território. O modelo adotado baseou-se na “quádrupla hélice”, assente em quatro pilares heterogêneos e complementares: empresas, instituições sem fins lucrativos, governo e instituições de ensino e investigação.

A diversidade de parceiros observa-se também no interior de cada um dos pilares mencionados. As empresas que incluem a parceria desenvolvem diferentes atividades económicas: animação turística, alojamento, viticultura, enoturismo, restauração, produção de azeite e enchidos, silvicultura e outras atividades florestais, aluguer de bens recreativos e desportivos. Entre as instituições sem fins

lucrativos, constata-se que a parceria integra uma federação desportiva, um clube de campismo, uma fundação e uma associação, todas elas com áreas de intervenção distintas. As entidades de governo presentes na Estação Náutica estão contempladas ao nível da administração local municipal e regional: a Freguesia, o Município e a Entidade Regional de Turismo; prevê-se ainda a existência de um outro nível de governança, com a participação da Agência Portuguesa de Ambiente nas diferentes estações náuticas certificadas. Quanto às instituições de ensino e investigação que integram a rede, são um Agrupamento de Escolas local, que contempla na sua estrutura um centro de formação desportiva de remo, e uma Universidade (Centro de Investigação). Importa ainda referir, quanto ao âmbito geográfico deste quadro heterogéneo, que a parceria integra três atores empresariais extraconcelhios e cinco entidades que têm uma atuação supramunicipal.

Esta realidade permite-nos concluir que, para além da diversidade de atores, existe uma multiplicidade de meios e recursos que podem ser mobilizados em torno de um produto turístico integrado, como instrumento de desenvolvimento territorial. Para a conceção e operacionalização deste produto, tendo presentes os requisitos necessários à formulação e execução de metodologias participativas, foi dada especial atenção às necessidades sentidas pelos parceiros, à sua especificidade e diversidade, e ainda ao seu inter-relacionamento, como será desenvolvido de seguida.

Participação e parcerias para o desenvolvimento territorial: A Estação Náutica de Avis

Quadro de referência dos modelos de participação

Entende-se por participação o processo em que as partes envolvidas influenciam e compartilham o controlo das iniciativas de desenvolvimento, das decisões e dos recursos que as afetam (Elias, 2013), tendo como objetivo geral aumentar a relevância, a eficácia e os efeitos sustentáveis de uma intervenção. Poderá tratar-se de uma das condições essenciais para que seja afirmada uma proposta de desenvolvimento de longo prazo, trazendo consigo o compromisso das partes com a aceitação dos seus resultados, entendendo-a como uma construção dialógica onde todos são sujeitos e responsáveis solidários (Gomes & Borba, 2004).

As vantagens da participação, enquanto condição necessária para o sucesso de uma intervenção, estão mais do que evidenciadas (Kemmis et al., 2014; Kliksberg, 1999; Palminha & Marques, 2007), em especial a partir da denominada “teoria

da vantagem colaborativa” (Huxham & Vangem, 2005). Por seu lado, do ponto de vista da investigação, as metodologias participativas encontram-se ligadas “[...] ao paradigma compreensivo e socio-crítico de construção de conhecimento, e fundamentam-se na valorização dos significados atribuídos pelas pessoas (e atores coletivos) às ações e representações produzidas nos seus contextos de vida” (Ferreira & Almeida, 2016, p. 8).

Para que a participação seja uma condição bem-sucedida, têm de estar assegurados vários requisitos: *i)* corresponder a um problema ou a uma necessidade sentida pelos atores envolvidos, para que se sintam motivados a corresponder aos desafios que lhe são endereçados e a envolverem-se em processos colaborativos, acrescentando valor e reforçando o caudal da mudança; não só pela expressão quantitativa, mas também pelos contributos qualitativos que podem proporcionar; *ii)* ser adequadamente implementada, o que requer uma efetiva liderança mobilizadora que proponha objetivos, fins e meios credíveis que correspondam aos anseios dos agentes beneficiários de um processo de mudança.

No caso vertente, a problemática da participação é enquadrada por três dos modelos de ação a longo prazo, evocando textos de referência sobre participação e metodologias participativas, recenseados os conceitos que espelham a profundidade da participação dos atores ao longo do processo (exercício plasmado num mapa conceptual, vd. abaixo Quadro 9.6), tendo também em conta as lições aprendidas pelos autores em anteriores processos de desenvolvimento local.

No início do processo foi utilizado o *Design Thinking* (Figura 9.1), abordagem centrada nas pessoas e visando a inovação (Spina et al., 2020) como resposta aos desafios que se colocam num processo de desenvolvimento local, sendo a finalidade do CICS.NOVA.UÉvora, enquanto entidade parceira, contribuir para responder aos desígnios da ENA.

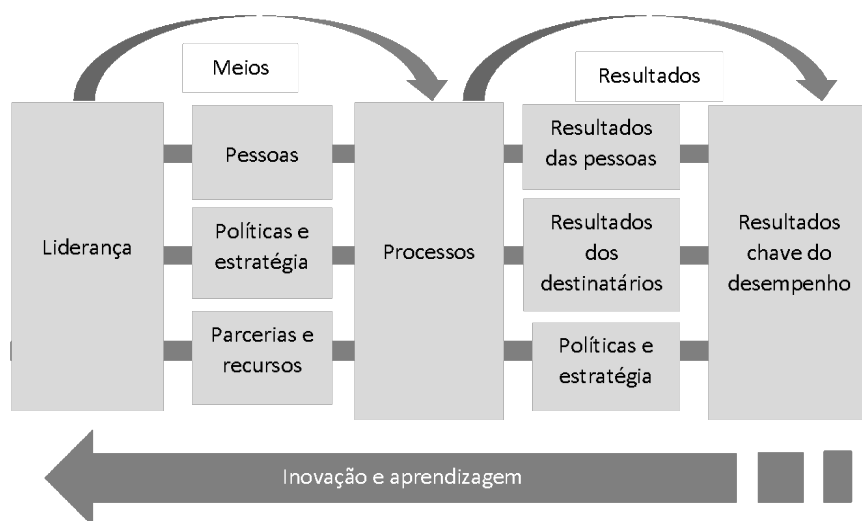
Figura 9.1 Etapas do modelo *Design Thinking*



Fonte: Spina et al. (2020, p. 19).

O segundo modelo selecionado, como instrumento enquadrador, foi o modelo de excelência do EFQM (Figura 9.2) que, segundo Antônio et al. (2016), proporciona um aditamento sobre os nove critérios que permitem efetuar o diagnóstico e a avaliação do grau de excelência alcançado por uma determinada organização e estimular, a partir daí, a melhoria contínua.

Figura 9.2 O Modelo de Excelência da EFQM



Fonte: Adaptado de Antônio et al. (2016).

Por fim, a problemática da participação foi enquadrada também pela metodologia de planejamento estratégico (Figura 9.3) que, articulado com o *Strategy Model Canvas* (Duarte, 2015; Kotler, 2000), forma a base para identificar as fases do processo e os momentos em que quem participava e em quê.

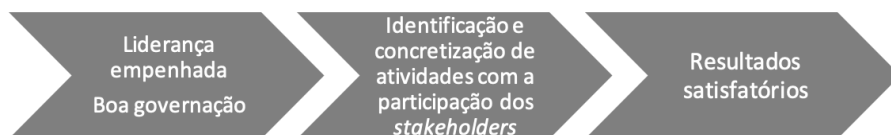
Figura 9.3 O modelo de planeamento estratégico



Fonte: Kotler (2000), adaptado de Duarte (2015).

Da análise destes três modelos, resultaram os princípios norteadores da atuação da ENA (Figura 9.4) para a criação e desenvolvimento de um produto turístico integrado no território em estudo.

Figura 9.4 Diretrizes estruturantes para a intervenção na ENA



Fonte: Elaboração própria.

Este pode ser considerado, portanto, um processo *para os stakeholders* (enquanto beneficiários diretos), a instituir *com os stakeholders* (enquanto parceiros) e a implementar *pelos stakeholders* (enquanto intervenientes), o que ilustra a relevância da participação, como será explanado seguidamente. A atuação dos *stakeholders* traduziu-se no conjunto de resultados que concretizem os princípios apresentados na Figura 9.4.

Importa salientar que o ponto de partida estava centrado numa atuação de tipo individual, com défice relacional. Após um ano de operacionalização deste modelo de governança, verifica-se que houve uma acentuada alteração na forma de atuação dos parceiros, passando a agir coletivamente, como demonstram os resultados alcançados (Vd. abaixo Quadro 9.2).

A participação dos *stakeholders*

A estratégia de intervenção foi gizada no seguimento das reflexões efetuadas pelos autores sobre a sua experiência anterior, face às caraterísticas e exigências para o sucesso deste processo de desenvolvimento local. O conceito de participação foi associado a outros conceitos que possibilitassem alargar o campo de análise (Quadro 9.2) e, potenciar a sua aplicação à ENA.

Quadro 9.2 Campo de análise aplicável à participação dos *stakeholders*

Necessidade / Problema a ser resolvido	PORQUÊ	O QUÊ?	PARA QUÊ?	QUEM? (intervenientes)	COMO? (técnicas)
	Participação	Espírito de corpo	Eficácia	Parceiros	Metodologias participativas Estruturas libertadoras
	Envolvimento Colaboração	<i>Team building</i>	Eficiência	Entidade promotora da intervenção	
	Cooperação	Quadruple Hélice	Efetividade	Outros <i>stakeholders</i>	
	Governança	Investigação–Ação	Objetivos	Destinatários (beneficiários diretos e indiretos)	
	<i>Empowerment</i>	Teoria U	Metas		
	Liderança	Mudança / Avaliação de Impactos	Visão		
	Capital Social				
	Corresponsabilização				
	Identidade (duma entidade), caso da ENA				
	Empatia (entre atores envolvidos)				
	Decisão Partilhada				

Fonte: Elaboração própria.

Para reforço da preparação deste processo, foram considerados vários trabalhos que possibilitaram rever a definição, os patamares, as vantagens e as precauções exigidas num processo participativo (Elias, 2013; Ferreira & Almeida, 2016; Gomes, Soares & Bronzatto, 2015); as metodologias acionáveis designadas por estruturas libertadoras (*liberating structures*) (Candless & Lipmanowicz, 2014), e as utilizadas no Diagnóstico Rural Rápido (Gomes & Borba, 2004), além de várias metodologias participativas que confirmam o alcance das anteriores (Alberich et al., 2009).

A participação tem tido lugar em vários momentos, dos quais se podem salientar: *i*) a definição da identidade da ENA, *ii*) a organização interna da rede (de onde se destaca a constituição de grupos de trabalho), *iii*) a elaboração e aprovação do plano de atividades e *iv*) a implementação de iniciativas conjuntas.

No que concerne às metodologias, aquelas que têm sido preferencialmente utilizadas são: linha do tempo, *world café*, *focus group*, *análise SWOT*, *brainwriting* e *brainstorming*.

Do exposto, são de salientar, enquanto fatores críticos de sucesso para os resultados alcançados na bem sucedida fase inicial da implantação da ENA, a pertinência dos quadros teórico-metodológicos acima identificados, a experiência anterior do CICS.NOVA.UÉvora, e o alargamento da conceção da participação. Esta constatação é baseada em evidências tais como: as avaliações positivas produzidas no âmbito da parceria; o número de parceiros presentes nas reuniões; o número de parceiros que integraram as visitas às entidades parceiras e o número crescente de adesões à rede.

Pelas suas características estruturais e estruturantes, a rede turística da ENA, enquanto processo de desenvolvimento local, implica que os *stakeholders* se sintam identificados com propostas de propósito *win-win* associadas a mais-valias — tais como: capital social, interconhecimento, empatia, coresponsabilização, confiança, espírito de corpo, ação coletiva, posição ativa e envolvimento, identidade coletiva — promovidas por uma liderança dedicada que, com recurso a metodologias apropriadas, fomenta a adequada participação, exigida para o sucesso da iniciativa que prossegue satisfatoriamente o seu curso.

Conclusão

A ENA, com quase dois anos de existência, assume-se como produto turístico integrado em desenvolvimento num território do interior, afirmando o turismo náutico como uma das alternativas à designada “crise do rural”.

A criação da ENA veio trazer novos desafios à governança territorial, uma vez que as abordagens de parceria têm implicações nas formas de relacionamento não só ao nível individual, mas também ao nível das organizações e dos grupos. Esta visão sobre a ação individual e coletiva implicou a transição de um processo baseado na competição para uma visão cooperativa entre atores, numa lógica de eficiência, maximização de recursos e meios disponíveis, e intensificação das relações. A concretização destes relacionamentos assenta na cooperação, na confiança e na coesão.

A fase inicial de implantação deste projeto pode ser considerada bem sucedida, dado que se observa uma liderança empenhada e associada a uma boa governação, que passa pela identificação e concretização de atividades, pela mobilização e a participação dos atores locais e regionais, para a estruturação do produto turístico integrado ENA. Estes *stakeholders* e o ator-rede (município) passaram a desenvolver a sua atuação no contexto da parceria que constituem, baseada em modelos de negociação e participação que reforçam continuamente a sua posição ativa conjunta neste processo de intervenção territorial. Refira-se a definição coletiva dos desígnios estratégicos para a ENA, a criação dos grupos de trabalho temáticos, assim como novas atividades turísticas em parceria, de nível bilateral e/ou multilateral.

Construiu-se um ecossistema colaborativo assente em metodologias participativas, sob a dinamização da academia (Centro de Investigação), que traduz a sua capacidade de transferência de conhecimento para a parceria, mas também o retorno pela aplicação teórico-metodológica em contexto real, num contínuo relacionamento biunívoco. Acrescenta-se ainda a promoção das atividades de divulgação e disseminação dos resultados alcançados. Tais resultados decorrem da opção, por parte da estrutura governativa do recurso, por modelos de intervenção e mudança que implicaram a utilização de metodologias adequadas, inseridas num processo alargado de participação, considerado como fator crítico de sucesso.

Os desafios futuros serão múltiplos, mas o processo de cooperação entre parceiros da ENA tem-se revelado um garante da concretização deste produto turístico integrado, e assim deverá ser continuado, de forma assegurar a sustentabilidade do projeto.

Bibliografia

Alberich, T., Arnanz, L., Basagoiti, M., Belmonte, R., Bru, P., Espinar, C., García, N., Habegger, S., Heras, P., Hernández, D., Lorenzana, C., Martín, P., Montañés, Villasante, T. R., & Tenze, A. (2009). *Metodologías participativas: Manual*. Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible. https://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/09/manual_2010.pdf

- António, N., Teixeira, A., & Rosa, A. (2016). *Gestão da qualidade: De Deming ao modelo de excelência da EFQM*. Edições Sílabo.
- Baleiras, R. (2010). *Que mudanças na política de coesão para o Horizonte 2020?* NIPE Working Paper Series (6/2010). Universidade do Minho, Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. <https://hdl.handle.net/1822/11713>
- Baltazar, M. S. (2018). Desigualdades territoriais em Portugal: Da conceptualização às políticas públicas de desenvolvimento regional. Em S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão & A. Jorge (Orgs.), *Desigualdades sociais e políticas públicas: Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 233–258). Edições Húmus. <http://hdl.handle.net/10174/24949>
- Barca, F. (2009). *An agenda for a reformed cohesion policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Directorate-General for Regional Policy. http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/regi/dv/barca_report_/barca_report_en.pdf
- Candless, K., & Lipmanowicz, H. (2014). *The surprising power of liberating structures: Simple rules to unleash a culture of innovation*. Liberating Structures Press.
- Carmo, R. (2014). *Sociologia dos territórios. Teorias, estruturas e deambulações*. Editora Mundos Sociais.
- Comissão Europeia. (2000). *EDEC: Esquema de desenvolvimento do Espaço Comunitário: Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE*. Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia. <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/a8abd557-e346-4531-a6ef-e81d3d95027f/language-pt>
- Comissão Europeia. (2008). *Livro verde sobre a coesão territorial europeia: Tirar partido da diversidade territorial*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52008DCo616&from=PT>
- Comissão Europeia. (2010). *Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. https://www.compete2020.gov.pt/admin/fileman/Uploads/Documents/Estrategia_europa2020.pdf
- Duarte, J. (2015/12/29). *Strategy model canvas: Criação de estratégias colaborativas*. GP4US Management Digital Magazine. <https://www.gp4us.com.br/strategy-model-canvas/>
- Elias, H. (2013). *Manual de animação comunitária: Análise participativa para a ação comunitária*. MNECIC.
- European Commission. (2017). *Commission staff working document on nautical tourism*. European Commission. <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/vto/policy/commission-staff-working-document-nautical-tourism>
- European Commission. (2019). *The EU blue economy report 2019*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2771/21854>

- European Council. (2011). *Territorial agenda of the European Union 2020: Towards an inclusive, smart and sustainable Europe of diverse regions*. https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/communications/2011/territorial-agenda-of-the-european-union-2020
- Ferrão, J. (2003). Território, última fronteira de cidadania?. *Cadernos de Geografia* (número especial, *Atas do III Colóquio de Geografia de Coimbra*), 9–12. https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeoNespecial03/artigo01
- Ferrão, J., & Mourato, J. (2010). A avaliação de políticas públicas como factor de aprendizagem, inovação institucional e cidadania: O caso da política de ordenamento do território em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12(1), 9–28. <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/229>
- Ferreira, V., & Almeida, H. (2016). *Kit de ferramentas para diagnósticos participativos*. Centro de Estudos Sociais. <http://hdl.handle.net/10316/42427>
- Figueiredo, P., & Almeida, P. (2017). Turismo náutico. In F. Silva & J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e desenvolvimento turístico* (pp. 229–244). Lidel.
- Friedmann, J., & Weaver, C. (1979). *Territory and function*. University of California Press.
- Gomes, J., & Borba, M. (2004). Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. *Ciência e Ambiente*, (29), 5–14. <https://cienciaeambiente.com.br/shared-files/2256/?005-014-1.pdf>
- Gomes, M., Soares, N., & Bronzatto, L. (2015). *Metodologias participativas, elaboração e gestão de projetos*. WWF–Brasil. <https://www.wwf.org.br/?45322/Metodologias-Participativas-Elaboracao-e-Gestao-de-Projetos>
- Greffe, X. (Ed.) (1986). *Science économique et développement endogène*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000069269>
- Huxham, C., & Vangen, S. (2005). *Managing to collaborate: The theory and practice of collaborative advantage*. Routledge.
- Kemmis, S., McTaggart, R., & Nixon, R. (2014). *The action research planner: Doing critical participatory action research*. Springer.
- Kliksberg, B. (1999). Seis teses não-convencionais sobre participação. *Revista de Administração Pública*, 33(3), 7–37. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7634>
- Kotler, P. (2000). *Administração de marketing*. Prentice Hall.
- Lang, T., & Gormar, F. (Eds.) (2019). *Regional and local development in times of polarisation: Re-thinking spatial policies in Europe*. Palgrave Macmillan.
- Município de Avis. (2018/11/09). *Estação Náutica Avis Open Sky Training Centre obtém certificação*. Município de Avis. <https://cm-avis.pt/estacao-nautica-avis-open-sky-training-centre-obtem-certificacao/>
- Município de Avis. (2019/01/16). *Encontro da Estação Náutica de Avis reuniu parceiros para consolidar rede de oferta turística*. Município de Avis. <https://cm-avis.pt/encontro-da-estacao-nautica-de-avis-reuniu-parceiros-para-consolidar-rede-de-oferta-turistica/>

- Palminha, F., & Marques, M. (Eds.) (2007). *Roteiro de acompanhamento e avaliação de projectos de intervenção comunitária (GPS)*. Fundação Aga Khan Portugal. https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/2-Manual-Avalia%C3%A7%C3%A3o_GPS.pdf
- Pecquer, B. (2009). A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, 8(14), 79–105. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p79>
- Pereiro, X. (2018). Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Análise Social*, 53(1), 2182–2999. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018226.03>
- Putnam, R. (1993). *The prosperous community: Social capital and public life*. <http://prospect.org/article/prosperous-community-social-capital-and-public-life>
- Rodrigues, D., & Ramos, A. (Eds.) (2018). *Relatório do desenvolvimento & coesão*. Agência para o Desenvolvimento & Coesão. <https://www.adcoesao.pt/content/relatorio-do-desenvolvimento-coesao-2018>
- Silva, F. (2017). Planeamento e desenvolvimento turístico. Em F. Silva & I. Umbelino (Eds.), *Planeamento e desenvolvimento turístico* (pp. 21–47). Lidel.
- Spina, F., Diamanti, E., Simões, N., Prado, T., & Almeida, N. (2020). *Design thinking: A inovação criativa e colaborativa*. Distrito.
- Stöhr, J., & Taylor, F. (Eds.) (1981). *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. John Wiley.
- Turismo de Portugal, I.P. (2006). *Turismo náutico*. Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal, I.P. (2007). *Plano estratégico nacional do turismo: Para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Turismo de Portugal. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/politicas-e-estrategia/plano-estrategico-nacional-do-turismo-2007/>
- Turismo de Portugal, I.P. (2017). *Estratégia turismo 2027*. Turismo de Portugal. http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/Estrategia_2027/Paginas/default.aspx
- Unidade de Missão para a Valorização do Interior. (2016). *Programa nacional para a coesão territorial*. Unidade de Missão para a Valorização do Interior. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx>

10. O ALOJAMENTO LOCAL EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE MULTIESCALAR DA SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Gonçalo Antunes^a | Jorge Ferreira^a

Introdução: Turismo em Portugal

Em 2018, o turismo em Portugal atingiu valores recorde. Por exemplo, o número cumulativo de visitantes estrangeiros e turistas residentes passou pela primeira vez os 21 milhões (INE, 2019). Contudo, uma análise mais detalhada revela uma realidade em estabilização, sendo que apesar da existência de novos máximos, existe também uma clara travagem do setor. Veja-se, por exemplo, que em 2017 o número de turistas estrangeiros cresceu 12%, sendo que em 2018 o crescimento foi de apenas 0,4%.

Não obstante a desaceleração, tal como refere o INE (2019), entre 2008 e 2018 “[...] as dormidas de residentes cresceram 28,2% e as de não residentes aumentaram 56,1%. Deste modo, a representatividade dos não residentes nas dormidas totais progrediu de 66,8% em 2008 para 71% em 2018” (p. 3). De facto, na última década, foram os turistas estrangeiros a sustentar o crescimento do turismo em Portugal. Paralelamente, os gastos dos turistas estrangeiros têm vindo a aumentar. O rendimento médio por quarto evoluiu de forma positiva, tendo os proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros superado os 3,6 mil milhões de Euros (mais 6% face a 2017). Contudo, também esta evolução representa um abrandamento face ao aumento de 16,8% registado em 2017 (INE, 2019).

O crescimento do turismo na última década tem sido apontado como uma boa oportunidade económica para o país, como indica Barros (2016), que sinaliza esta atividade económica como o principal setor exportador e salienta, para o caso português, as condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo. O crescimento do turismo em Portugal tem sido apontado por diversos autores como uma tendência importante, com capacidade de alavancar a economia nacional, sobretudo no contexto posterior à intervenção financeira terminada em 2014 (Araújo, 2017; Bento, 2016; Moreira, 2018; Pereira, & Teixeira, 2017; Silva, 2019).

a. Universidade NOVA de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Atente-se, de seguida, nos números da região de Lisboa. De acordo com o *Global Destination Cities Index 2019*, a cidade de Lisboa destaca-se entre aquelas em que o turismo mais cresceu a nível mundial (Mastercard, 2019). A referência a Lisboa neste tipo de estudos internacionais é relativamente recente, tendo-se consolidado na última década, em razão do rápido crescimento do turismo urbano na capital portuguesa. De acordo com a mesma fonte, em 2017 pernoitaram pelo menos uma noite quase 5 milhões de visitantes internacionais; em 2009, este valor foi inferior a 3 milhões. O estudo *Impacte Macroeconómico do Turismo na Cidade e na Região de Lisboa* estima que o impacto direto e indireto do setor do turismo gerou cerca de 15 mil milhões de Euros em 2018, o equivalente a 20% do Produto Interno Bruto, e resultou também na criação de cerca de 200.000 empregos (Deloitte, 2019). Analisando esta dinâmica, é possível afirmar que a este crescimento não são alheios os inúmeros prémios turísticos atribuídos à cidade de Lisboa, que a colocam no topo das preferências turísticas (Cocola-Gant, 2019; Seixas, 2019a).

De modo relacionado com o crescimento turístico, outras atividades registaram aumentos nos negócios, como foram os casos da restauração, dos transportes, do golfe, da cultura, e ainda das intervenções de reabilitação em edifícios antigos, que contribuíram para dinamizar o setor da construção civil e o mercado imobiliário (Cabral, 2019; Cachinho, 2019). Este, aliás, desperta atualmente grande interesse junto dos investidores internacionais, como é apontado no estudo anual *Emerging Trends in Real Estate 2020*, que coloca a capital portuguesa como a décima cidade europeia mais atrativa para investimentos imobiliários (PwC & ULI, 2019).

Alojamento Local: Gênese e repercussões

O Alojamento Local (AL) emergiu na última década como uma nova área de investimento e de negócio. Foi, de acordo com vários autores, um dos grandes motores do turismo contemporâneo (Arionesei et al., 2013; Ashworth & Page, 2011; Davidson & Lee, 2010; Guttentag, 2013). Esta tendência verifica-se, sobretudo, nos centros históricos e nas áreas da cidade sujeitas a uma forte pressão imobiliária e surge como uma nova vertente do arrendamento de curta duração (*short-term rental*) (Franco & Santos, 2021). O AL está vocacionado para os turistas que pretendem fugir aos estabelecimentos hoteleiros convencionais, procurando uma experiência turística mais informal, com um contacto mais social e próximo das pessoas, de forma geral mais económico, e tenta também ser diferenciador no que respeita ao envolvimento de quem recebe (Adamiak, 2022; Becker, 2013; Zervas et al., 2014).

A evolução do AL está intrinsecamente associada ao surgimento de novos conceitos, como os de “economia de partilha” (*sharing economy*) (Belk, 2014; Botsman & Rogers, 2010; Hamari et al., 2015; Zervas et al., 2014) e de *city branding* (Kavaratzis, 2007), e também a novas formas de estar e alterações geracionais, visíveis na utilização de novas tecnologias e meios digitais. A Airbnb é provavelmente a empresa que melhor ilustra o sucesso, ao longo da última década, do modelo da economia de partilha em relação com o AL (Fernandes et al., 2019a). Contudo, é consensual que esse conceito tem sido paulatinamente adulterado e integrado no modelo turístico e capitalista comum (Arias-Sans & Quaglieri-Domínguez, 2016; Gurran & Phibbs, 2017). Por exemplo, um estudo realizado em Lisboa (Alfama) conclui a este propósito que “[...] não foram encontradas provas de uma economia de partilha, mas antes de um intenso processo de investimento no tecido habitacional em que diversos agentes lucram através da extração de rendas e em que a comunidade residente é desalojada” (Cocola-Gant & Gago, 2019, p. 144).

Os conceitos de *marketing* do lugar e/ou *city branding* são também relevantes para o AL. Segundo estes conceitos, a imagem do lugar é fundamental, pelo que os territórios se esforçam por mostrar o que têm de melhor, especialmente em feiras e eventos de turismo internacional (Kavaratzis, 2007). No que se refere em particular a Lisboa, poderá afirmar-se que

[...] têm sido bem sucedidas as políticas de marketing urbano e de fomento da simbologia global de Lisboa e da sua recetividade internacional, como cidade com história e identidade, com boa qualidade de vida e segura, e muito atrativa quer para o turismo nos seus vários segmentos, [quer] para os investidores internacionais. Um sucesso em termos de política económica, fortemente defendido sobretudo em contextos de crise e de pós-crise, e que tem permitido à região e mesmo ao país uma considerável recuperação económica. (Seixas & Antunes, 2019, p. 60)

Por sua vez, a perceção de que existe uma nova geração (dita dos “*millennials*”) associada a fenómenos como a criatividade, com menos poder de compra, mas tecnologicamente mais capacitada e que gosta de viajar (Judd, 2003) é outro elemento também tomado em consideração quando se analisa o fenómeno de AL. Como refere Sofronov, “millennials travel more than any other [...] on average, they take 35 days of vacation each year [...]. Millennial travellers are interested in authenticity, fulfilment and sustainability” (Sofronov, 2018, p. 109). A geração *millennial* é apontada como fulcral para o desenvolvimento turístico, uma vez que uma das suas principais motivações para viajar é a de partilhar as experiências nas redes sociais. Esta particularidade faz desta geração um público-alvo preferencial em termos de

divulgação do destino, o que se torna muito importante para o desenvolvimento do AL, uma vez que este está baseado em plataformas digitais bidirecionais.

Conforme tem sido apontado por estudos recentes, o crescimento do AL no centro das principais cidades portuguesas, em particular Lisboa e Porto, tem colocado novos desafios urbanos e causado repercussões económicas e sociais diversas (Barata-Salgueiro, 2017; Barata-Salgueiro et al., 2017; Carvalho et al., 2019; Fernandes et al., 2018, 2019a, 2019b; Seixas, 2019a, 2019b; Seixas et al., 2015; Silva, 2019). O aumento da concentração de imóveis alugados ao AL em determinados locais da cidade tem sido frequentemente associado à alteração do tecido social desses espaços urbanos, nomeadamente aos fenómenos de “gentrificação”, de “financeirização da habitação” e também de expulsão da população local (Antunes, 2018, 2019a, 2019b; Cocola-Gant, 2018; Lestegás, 2019; Lestegás et al., 2019; Mendes, 2016, 2017a, 2017b, 2018, 2019; A. C. Santos, 2019; P. Santos, 2019; Soares, 2019; Tulumello, 2015; Veríssimo & Costa, 2018). Além da questão habitacional, o aumento do turismo em determinados locais tem acarretado a alteração do comércio local e tradicional, que se tem especializado em comércio e serviços para os turistas, assim como da utilização dos espaços públicos (Barata-Salgueiro, 2016).

Não obstante a análise crítica subjacente à identificação de repercussões negativas, que incidem sobretudo na alteração do tecido social das cidades, do seu comércio e da sua identidade, deverá igualmente salientar-se os trabalhos que têm identificado o contributo que o turismo em geral, e o AL em particular, têm tido para o crescimento económico do país no período pós-Troika (Barros, 2016; Pereira & Teixeira, 2017; Silva, 2019).

Cenarização espacial: Uma análise multiescalar

As próximas secções do capítulo têm como objetivo realizar uma análise multiescalar da distribuição espacial dos estabelecimentos de AL em Portugal. Do ponto de vista metodológico, faz-se uso da informação sobre AL disponível no Registo Nacional de Turismo e no Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR), ambos geridos pelo Turismo de Portugal. A informação foi recolhida a 24 de junho de 2019, no Sistema de Informação Geográfica do Turismo, respeitando ao cenário do mês transato, e foi explorada em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica, utilizando-se para tal o *software* ArcGIS e respetivas potencialidades de análise e modelação espacial.

Deverá sublinhar-se que, no que respeita à informação sobre o AL, existem outras fontes de informação, sobretudo de empresas privadas estrangeiras, com dados

quantitativos distintos. Por exemplo, os trabalhos de Fernandes, Carvalho, Chamusca e Mendes (2018, 2019) e Fernandes, Chamusca, Mendes e Gago (2019) utilizam nas análises espaciais informação adquirida junto da empresa AirDNA. No presente trabalho, optou-se pela utilização dos dados oficiais das entidades públicas portuguesas, nomeadamente a informação do Registo Nacional de Alojamento Local (RNAL), disponível na plataforma aberta do Registo Nacional do Turismo (RNT). Os dados coligidos no RNT reúnem a informação obrigatoriamente preenchida e atualizada pelas entidades exploradoras dos empreendimentos e das empresas de turismo existentes em Portugal.

A análise espacial é subdividida em dois níveis, a saber, Portugal Continental e o município de Lisboa. A opção de analisar com mais pormenor o município de Lisboa decorre de este concelho concentrar cerca de 22% do total nacional de AL.

O Alojamento Local em Portugal Continental

No Verão de 2019, existiam em Portugal 84.835 estabelecimentos de AL, com uma capacidade total para alojar 489.659 visitantes. Conforme é possível verificar no Quadro 10.1, a NUTS Algarve (39,5%) e a NUTS AML (29,3%) surgem destacadamente como as NUTS II com maior percentagem de estabelecimento de AL. Por oposição, a NUTS Alentejo apenas detém 3,2%. A NUTS Norte (16,8%) e a NUTS Centro (11,3%) encontram-se numa posição intermédia.

Quadro 10.1 Distribuição do Alojamento Local em Portugal Continental, por NUTS II (2019)

NUTS II	Estabelecimentos		Capacidade (utilizadores)	
	N.º	%	N.º	%
Norte	14.262	16,8	82.847	16,9
Centro	9.557	11,3	70.021	14,3
AML	24.847	29,3	144.900	29,6
Alentejo	2.695	3,2	20.486	4,2
Algarve	33.474	39,5	171.405	35,0
Total (Continente)	84.835	100	489.659	100

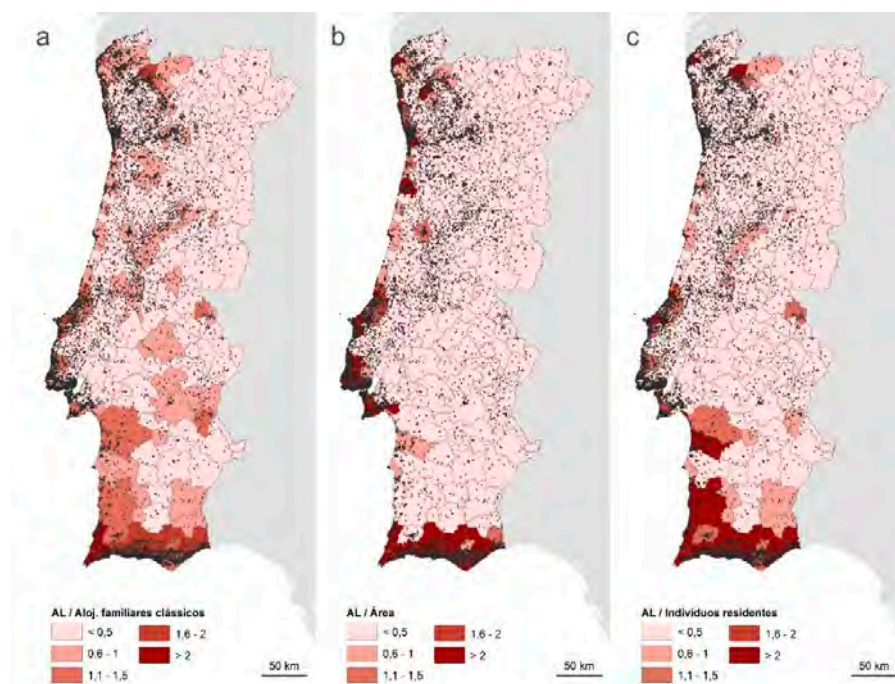
Fonte: RNAL e SIGTUR.

Contudo, esta análise territorial não é, por si só, completamente rigorosa. Desde logo, deve-se destacar que a distribuição do AL nestas regiões está muito longe de ser uniforme, conforme é visível na Figura 10.1, estando concentrada sobretudo nos locais de maior procura turística e no litoral. Paralelamente, será importante afirmar

que a NUTS AML é a segunda com mais estabelecimentos de AL, mas, em rigor, deverá igualmente referir-se que é a NUTS II de menor dimensão, ou seja, a que terá a maior densidade geográfica do AL. Por sua vez, a NUTS Alentejo não só é aquela com menor percentagem de estabelecimentos de AL, como é a NUTS II de maior dimensão, sinal de que nessa região estatística a distribuição de estabelecimentos de AL é, tal como acontece com o seu povoamento, um fenómeno concentrado em determinados territórios circunscritos e consideravelmente afastados entre si.

Observando a Figura 10.1, é possível compreender a distribuição espacial dos espaços AL e, em simultâneo, realizar três análises diferentes por município, designadamente: a) número de estabelecimentos de AL por 100 alojamentos familiares clássicos; b) densidade de estabelecimentos de AL por área (km²); e c) número de estabelecimentos de AL por 100 indivíduos residentes.

Figura 10.1 Números de estabelecimentos de Alojamento Local nos municípios de Portugal Continental, a) por 100 alojamentos familiares clássicos, b) por Km² e c) por 100 residentes (2019)



Fonte: RNAL e SIGTUR.

Analisando a componente a) da Figura 10.1, referente ao número de estabelecimentos de AL por cada 100 alojamentos familiares clássicos, por município, é possível verificar que os valores mais elevados se encontram fundamentalmente no litoral, embora em determinados concelhos do interior a proporção entre AL e alojamentos familiares clássicos seja considerável nesse contexto de interioridade, como são os casos de Reguengos de Monsaraz e de Castelo de Vide. Os concelhos com valores mais elevados são os de Albufeira (17,7), Lagos (15,9), Vila do Bispo e Lagoa (15,1) e Aljezur (14,7), todos localizados na NUTS II Algarve. Por oposição, os concelhos com rácio inferior são os de Carregal do Sal, Entroncamento, Oliveira de Azeméis, Barreiro e Vila Flor, todos com valores residuais, próximos de zero.

Observando a componente b) da mesma figura, que representa o rácio de estabelecimentos de AL por área (Km²) de cada município, é possível verificar que se acentua a tendência de litoralização da concentração de espaços alocados ao AL, em razão da dimensão mais reduzida dos concelhos do litoral de Portugal Continental. O concelho com maior densidade de AL por Km² é o Porto (189,0), seguindo-se os de Lisboa (186,5), Albufeira (53,4), Lagoa (33,5) e Portimão (24,6), todos no litoral. Por sua vez, os municípios de Boticas, Monforte, Vila Flor, Carregal do Sal e Aljustrel são aqueles em que se identificam valores inferiores.

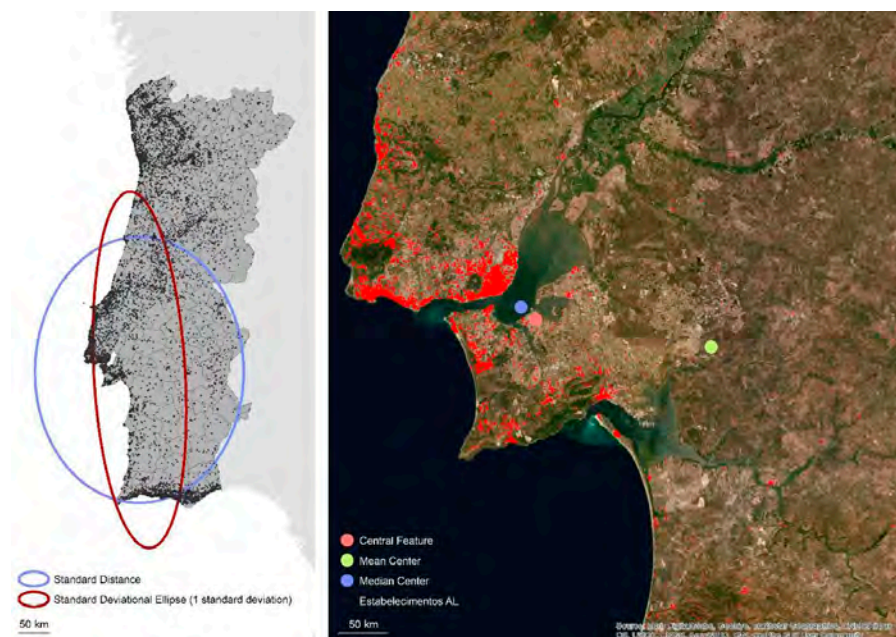
Na análise c), referente ao número de estabelecimentos de AL por cada 100 indivíduos residentes no município, é possível reforçar a tendência de concentração de espaços AL na região do Algarve, em particular nos municípios de Albufeira (18,4), Vila do Bispo (16,9), Aljezur (14,7), Lagos (13,8) e Lagoa (12,8), por oposição a outros como o Entroncamento, Carregal do Sal, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira e Vila Franca de Xira, que apresentam valores residuais.

Nestas análises da distribuição do AL em território continental, é possível verificar que este tipo de atividade de aluguer de curta duração está localizado sobretudo em espaços urbanos e no litoral, com pequenas exceções, como, por exemplo, é o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Figura 10.1). O maior peso quantitativo de AL está genericamente nos concelhos do Algarve, devido à histórica procura turística, que traz a esta região visitantes portugueses e estrangeiros em razão do interesse sazonal de lazer, assente no binómio sol e praia. Por sua vez, o peso do AL no interior de Portugal Continental apresenta, em geral, valores residuais, sendo que alguns municípios, como os de Carregar do Sal, Entroncamento, Oliveira de Azeméis e Vila Flor, surgem frequentemente nos valores inferiores dos diferentes rácios. Embora fosse necessário um conjunto de observações mais diversas e multidimensionais, poderá constatar-se que o AL tem um peso cada vez mais significativo nas grandes cidades do litoral português, e que a concentração clássica de AL em espaços de veraneio por excelência

está cada vez mais esbatida pelo crescimento do turismo em espaços urbanos, sobretudo nas duas áreas metropolitanas.

Em complemento das análises anteriores, a Figura 10.2 apresenta construtos de estatística espacial, designadamente as medidas *standard distance*, *standard deviational ellipse* e os pontos centrais (*central feature*, *mean center* e *median center*). Estas medidas, analisadas nos próximos parágrafos, levam em consideração a localização geográfica exata, por par de coordenadas (x, y), de cada um dos 84.835 estabelecimentos de AL registados em todo o país.

Figura 10.2 Estabelecimentos de Alojamento Local em Portugal: *standard distance*, *standard deviational ellipse* e pontos centrais (2019)



Fonte: RNAL e SIGTUR.

A *standard distance* mede como os recursos estão concentrados ou dispersos em torno de um centro médio geométrico. Conforme é possível perceber na Figura 10.2, a tendência de concentração dos estabelecimentos de AL em Portugal Continental encontra-se sensivelmente entre a região centro (Coimbra) e os concelhos algarvios.

A *standard deviational ellipse* gera elipses para condensar as propriedades de centralidade, dispersão e orientação de um dado fenómeno. A elipse gerada a partir da totalidade dos estabelecimentos de AL em Portugal Continental reforça a ideia de tendência de centralidade entre o Centro e o Sul do país, neste caso entre Aveiro e o Algarve. Paralelamente, a elipse permite destacar a litoralização da concentração dos estabelecimentos de AL, numa orientação formulada em Norte–Sul (ou vice-versa).

Ainda na Figura 10.2, identifica-se a localização dos pontos centrais dos estabelecimentos de AL, considerando-se para o efeito três medidas de centralidade distintas. Todas as medidas *central feature*, *mean center* e *median center* localizam a tendência de centralidade na Área Metropolitana de Lisboa, em resultado do peso dos 18.661 estabelecimentos de AL localizados no município de Lisboa, que, como dissemos, representam cerca de 22% do total nacional.

O Alojamento Local no município de Lisboa

O estudo da distribuição do AL no município de Lisboa tem como base os dados oficiais do RNAL, do início do Verão de 2019, existindo então neste concelho 18.661 estabelecimentos que somavam um total de 106.721 camas (Quadro 10.2).

Conforme o Quadro 10.2, a freguesia de Santa Maria Maior (que abrange a Baixa, Alfama, Castelo e Mouraria) é aquela que apresenta um maior número de estabelecimentos de AL, seguindo-se as de Misericórdia, Arroios, São Vicente, Santo António e Estrela, todas freguesias com elevada centralidade e contendo acima dos 1.000 estabelecimentos de AL. Em contraste, freguesias periféricas, como Santa Clara e Carnide, ou com passado industrial, como Marvila e Beato, estão abaixo dos 100 estabelecimentos de AL. Embora com algumas diferenças pontuais, o número de camas por freguesia apresenta a mesma tendência, com as freguesias mais centrais a dominarem (Figura 10.3).

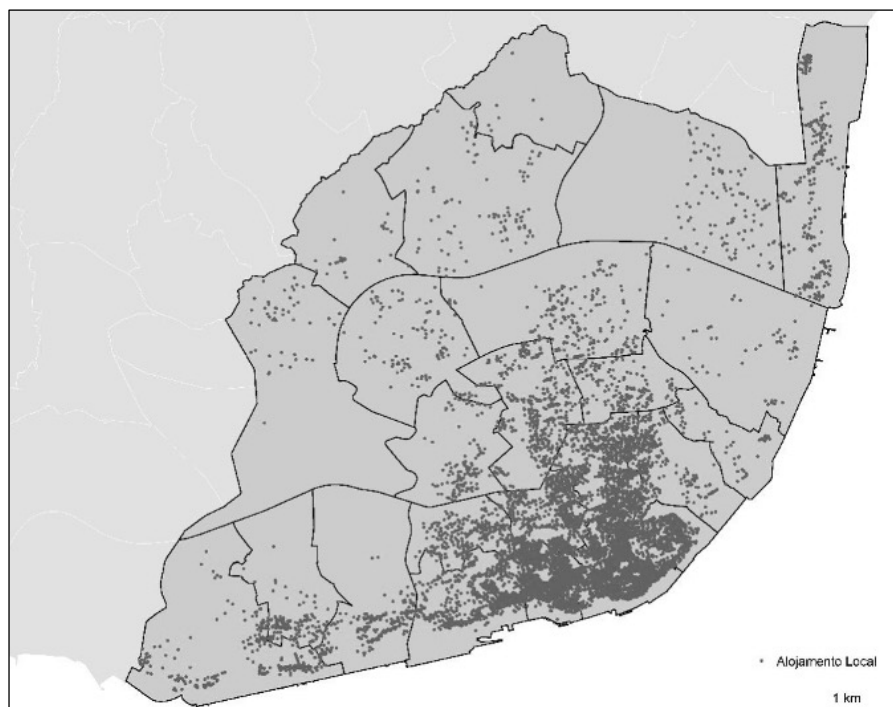
Quadro 10.2 Números totais, por 100 residentes e por Km2, de estabelecimentos e de camas de Alojamento Local no município de Lisboa, segundo as freguesias (2019)

Freguesias	AL	Camas	AL / 100 res.	Camas / 100 res.	AL / Km2	Camas / Km2
Ajuda	188	892	1,2	5,7	65,3	309,7
Alcântara	319	1.609	2,2	11,5	62,9	317,4
Alvalade	206	1.371	0,7	4,3	38,6	256,7
Areeiro	205	1.510	1	7,5	117,8	867,81
Arroios	2.067	14.669	6,5	46,4	970,4	6.886,9
Avenidas Novas	537	4.713	2,5	21,8	179,6	1576,3
Beato	85	425	0,7	3,3	34,6	172,8
Belém	332	1.687	2,0	10,2	31,8	161,7
Campo de Ourique	416	2.278	1,9	10,3	252,1	1.380,6
Campolide	157	818	1,0	5,3	56,7	295,3
Carnide	34	179	0,2	0,9	9,2	48,5
Estrela	1.122	5.874	5,6	29,2	243,9	1.276,9
Lumiar	108	597	0,2	1,3	16,4	90,86
Marvila	65	369	0,2	0,1	9,1	51,8
Misericórdia	3.641	19.127	27,9	146,7	1662,6	8.733,8
Olivais	124	715	0,4	2,1	15,3	88,38
Parque das Nações	467	2.083	2,2	9,9	85,8	382,9
Penha de França	497	3 077	1,8	11,0	183,4	1.135,4
Santa Clara	9	40	0,0	0,2	2,7	11,9
Santa Maria Maior	4.588	24.409	35,9	191,2	1524,3	8.109,3
Santo António	1.629	10.649	13,7	89,8	1093,3	7.147,0
São Domingos de Benfca	128	815	0,4	2,5	29,8	190,0
São Vicente	1.683	8.489	10,9	55,1	845,7	4.265,9

AL: Estabelecimentos de Alojamento Local; res.: residentes

Fonte: RNAL e SIGTUR.

Figura 10.3 Distribuição espacial dos estabelecimentos de Alojamento Local no município de Lisboa (2019)



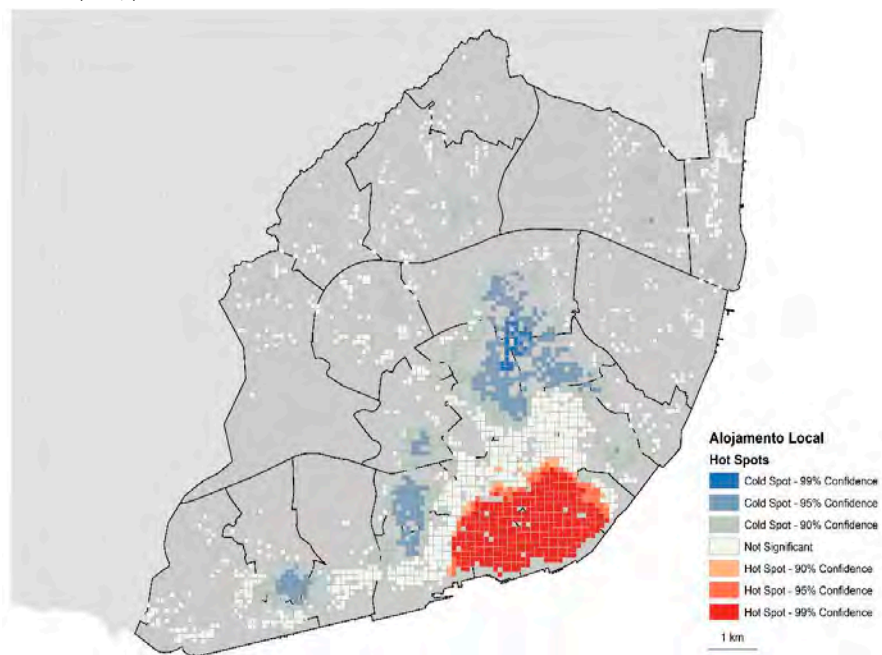
Fonte: RNAL e SIGTUR.

O Quadro 10.2 descreve ainda a distribuição do AL, no que respeita ao número de estabelecimentos por indivíduos residentes e por área de cada freguesia. Relativamente ao número de estabelecimentos de AL por indivíduos residentes, é possível verificar que a tendência geral anterior se mantém, ou seja, Santa Maria Maior lidera, com 35 estabelecimentos de AL e 191 camas por 100 residentes, ou seja, quase duas camas de AL por cada residente. Ter mais camas em AL do que indivíduos residentes não ocorre apenas na freguesia de Santa Maria Maior, mas também na da Misericórdia, num cenário quantitativo que denota um desequilíbrio funcional, com inevitável tensão entre a função residencial e a turística, nestes espaços urbanos. Embora tal não esteja no âmbito deste trabalho, estas observações transportam a análise necessariamente para outros conceitos, como o de capacidade de carga turística destes espaços.

Por sua vez, a análise do número de estabelecimentos de AL por área permite perceber que a freguesia da Misericórdia lidera, devido à sua dimensão mais reduzida, com cerca de 1.663 estabelecimentos por Km², seguindo-se as de Santa Maria Maior e Santo António. Esta mesma tendência ocorre para número de camas por área, em que a Misericórdia atinge um valor de 8.734 camas por Km².

A Figura 10.4 permite observar de forma mais pormenorizada as tendências de *clusterização* e os padrões espaciais do AL no município de Lisboa. Percebe-se que a maioria dos cerca de 18.500 estabelecimentos de AL está concentrada precisamente no centro histórico da cidade de Lisboa, num espaço geográfico circunscrito: a área de *hot spots* (entre o vermelho e o laranja no mapa) concentra 65% de todo o AL lisboeta. Outras áreas que merecem algum destaque são pequenas concentrações de menor expressão, como Areeiro, Campo de Ourique e Belém. No resto da cidade, a estatística espacial permite identificar áreas sem expressão significativa, ou seja, onde apenas existem estabelecimentos de AL muito dispersos, e outras em que o AL não existe de todo.

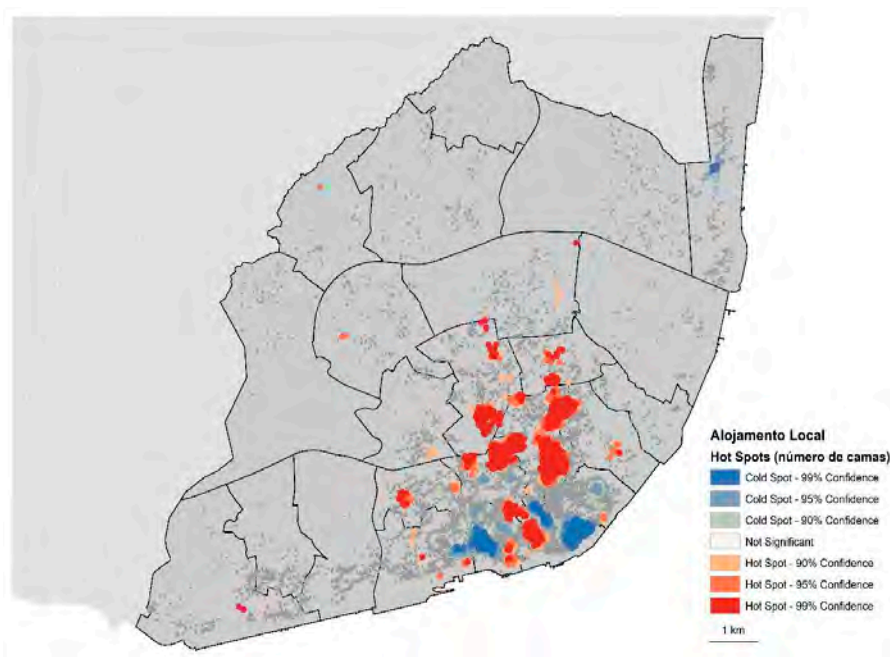
Figura 10.4 *Clusterização* dos estabelecimentos de Alojamento Local no município de Lisboa (2019)



Fonte: RNAL e SIGTUR.

Por sua vez, a Figura 10.5 permite uma análise que tem como base a capacidade de alojamento de utentes dos estabelecimentos de AL, medida em número de camas. Como é possível verificar pela composição do Quadro 10.2 e das Figuras 10.3, 10.4 e 10.5, apesar de o centro histórico ter mais estabelecimentos de AL, a concentração de estabelecimentos com elevado número de camas localiza-se sobretudo ao longo da Avenida Almirante Reis, no Conde Redondo e nas Avenidas Novas. Por oposição, locais como Alfama, Mouraria ou a Bica têm uma elevadíssima contiguidade de estabelecimentos de AL, mas, em geral, com maior limitação no número de camas. Tal está, obviamente, relacionado com a dimensão média dos edifícios e dos respetivos apartamentos, que é geralmente inferior no casco antigo da cidade.

Figura 10.5 Bolsas espaciais com elevado número de camas de Alojamento Local em proximidade geográfica, no município de Lisboa (2019)



Fonte: RNAL e SIGTUR.

A título de exemplo e no seguimento da Figura 10.5, é possível observar de forma mais pormenorizada o número de camas na freguesia de Santa Maria Maior, por subsecção estatística. Conforme a Figura 10.5, a distribuição do AL tem uma tendência de atratividade pelo núcleo histórico da cidade, nomeadamente Alfama e Mouraria; mas, como podemos ver na Figura 10.6, deve-se igualmente salientar que a distribuição do AL não é necessariamente homogénea no interior de cada freguesia.

Figura 10.6 Número de camas de Alojamento Local na Freguesia de Santa Maria Maior, por subsecção estatística (2019)



Fonte: RNAL e SIGTUR.

O Alojamento Local em Portugal Continental: Grandes tendências

Conforme resulta da análise realizada nas secções anteriores, o turismo em Portugal tem vindo a crescer de forma bastante acentuada ao longo da última década. Esse crescimento foi em grande medida apoiado pelo incremento do turismo urbano, potenciado pela maior atratividade turística das cidades

portuguesas, a melhoria da conectividade internacional (nomeadamente, devida às companhias aéreas *low cost*) e, obviamente, o crescimento do AL.

Em 2010, o AL era uma atividade residual assente em modelos de informalidade e de sazonalidade. Contudo, desde então até ao Verão de 2019, cresceu para cerca de 85.000 estabelecimentos registados em Portugal Continental. Como foi possível analisar, a concentração espacial do AL encontra-se sobretudo no litoral de Portugal Continental, com destaque para a região do Algarve, por razões históricas de veraneio, mas o crescimento mais acentuado, nos últimos anos, deu-se no litoral ocidental, sobretudo nos centros das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A Área Metropolitana de Lisboa, só por si, concentra 29% do AL em Portugal Continental, e o município de Lisboa, por sua vez, 22% desse mesmo total. Ao contrário do que acontecia com muitos municípios algarvios, a cidade de Lisboa não tinha, até muito recentemente, uma tradição de acomodação turística fora da hotelaria tradicional, a qual também cresceu nos últimos anos. Desta forma, os cerca de 18.500 estabelecimentos de AL registados no município de Lisboa, com mais de 100.000 camas disponíveis, são o testemunho de uma violenta transformação social, económica, cultural e urbana que ocorreu na capital portuguesa.

Essa transformação turística potenciou a dinamização da economia local e regional, com a criação de emprego direto e indireto, a diversificação de modelos de negócio e o empolamento do mercado imobiliário. Contudo, também criou tensões urbanas e sociais, normalmente associadas à gentrificação e à financeirização da habitação, que em parte foram promovidas pela especulação imobiliária que se instalou na capital. Não é, pois, de admirar que, ao abrigo da legislação mais recente, a Câmara Municipal de Lisboa tenha suspenso novos registos de AL para as zonas mais pressionadas, mormente no seu núcleo histórico.

Note-se que esta realidade não é exclusivamente portuguesa. O AL tem promovido rápidas transformações nos principais destinos turísticos. Cidades como Barcelona, Amesterdão e Nova Iorque têm procurado limitar a disseminação de AL, partindo de vários modelos de condicionamento do negócio, que podem passar pela suspensão de novos registos, como em Lisboa, ou pela limitação de dias de funcionamento, que exige maior fiscalização e articulação com as plataformas digitais de intermediação, como a Airbnb. Mesmo cidades e regiões historicamente recetivas ao turismo internacional, como as Ilhas Baleares, têm apresentado medidas de contenção do AL, em grande medida porque este interfere diretamente com a oferta de habitações e, por consequência, com o mercado imobiliário e com a vida quotidiana da população local (Yrigoy, 2018).

Embora as razões não se esgotem no crescimento do turismo urbano, um conjunto alargado de trabalhos internacionais tem vindo a sublinhar a necessidade de desenhar e planear cidades para as pessoas e não para o lucro (Brenner et al., 2012). Olhando para as transformações urbanas recentes, como a gentrificação e a financeirização da habitação, derivadas em parte (mas não só) da turistificação, várias reflexões têm vindo a ser realizadas sobre as cidades contemporâneas e o seu futuro (Aalbers, 2016; Aalbers & Haila, 2018; Colomb & Novy, 2016; Domaradzka, 2018; Fuller, 2019; Hughes, 2018; Lees & Phillips, 2018).

Futuro em interrogação

De forma que nada fazia prever, o *tsunami* de turismo urbano massificado foi paralisado, não por pressão de movimentos sociais ou por decisões políticas, ou outra qualquer ação antrópica, mas pela Natureza, em reultado de uma pandemia global. A Covid-19 levou a uma enorme contração do investimento em todos os setores da economia. Nas economias mais frágeis, fortemente dependentes de serviços e onde grande parte do produto interno assenta no setor do turismo, a situação é ainda mais grave. Portugal é disso um exemplo. O fenómeno de alojamento turístico temporário não sofreu uma contração nos moldes económicos habituais, mas uma quebra de 100%. Quer isto dizer que em Portugal, durante parte substancial de 2020, os cerca de 85.500 estabelecimentos de AL deixaram em grande medida de fazer negócio, ou fazem-no muito abaixo das piores expetativas. O AL, que era até muito recentemente visto como um investimento turístico de risco reduzido e uma atividade económica com retorno rápido, viu-se impossibilitado de receber visitantes nos moldes normais.

As transformações derivadas da pandemia estão ainda por apurar e contabilizar. Contudo, do ponto de vista político já existem respostas a ser dadas. No município de Lisboa, por exemplo, foi apresentada a iniciativa Renda Segura, que tem como objetivo apoiar a transferência do AL para o arrendamento de longa duração, com rendas ao valor de mercado e pagamento mensal assegurado pela autarquia, ou seja, sem risco para os proprietários.

O momento atual é de incerteza. O AL foi um modelo de negócio efémero e singular que teve o seu pico até à pandemia? Ou será que está temporariamente suspenso e voltará ainda com mais força, no esforço natural dos investidores para recuperarem os meses e anos perdidos? Estas respostas, como é óbvio, só futuras análises as poderão dar. O que é certo é que, em poucos anos, o AL transformou os centros urbanos portugueses e dominou o espaço mediático.

Este trabalho analisou o cenário espacial do AL para o Verão de 2019, ou seja, o seu pico funcional. Foi nesse cenário que diversos estudos alertaram para a apropriação da(s) cidade(s) pelo turismo, a qual fomentou a substituição do tecido social e a perda de identidade e de autenticidade dos centros históricos, transformando-os paulatinamente em mega-estâncias turísticas monofuncionais, sem habitantes e sem interesse cultural. Este é o momento certo para refletir sobre o que foi feito nos anos mais recentes e sobre a cidade que queremos para o futuro, de forma a conciliar os principais espaços urbanos portugueses com a demanda turística contemporânea.

Fontes

Registo Nacional de Alojamento Local (RNAL), 2019.

Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR), 2019.

Bibliografia

- Aalbers, M. (2016). *The financialisation of housing: A political economy approach*. Routledge.
- Aalbers, M., & Haila, A. (2018). A conversation about land rent, financialisation and housing. *Urban Studies*, 55(8), 1821–1835. <https://doi.org/10.1177/0042098018759251>
- Adamiak, C. (2022). Current state and development of Airbnb accommodation offer in 167 countries. *Current Issues in Tourism*, 25(19), 3131–3149. <https://doi.org/10.1080/13683500.2019.1696758>
- Antunes, G. (2018). *Políticas de habitação: 200 anos*. Câmara Municipal de Lisboa e Caleidoscópio.
- Antunes, G. (2019a). O arrendamento em Portugal desde meados do século XIX: Pequena síntese. *Confidencial Imobiliário*, (342), 27–30.
- Antunes, G. (2019b). Política de habitação social em Portugal: De 1974 à atualidade. *Forum Sociológico*, (34), 7–17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>
- Araújo, L. (2017). Portuguese tourism strategy 2027: Leading the tourism of the future. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 9(6), 646–652. <https://doi.org/10.1108/WHATT-09-2017-0052>
- Arias-Sans, A., & Quagliieri-Domínguez, A. (2016). Unravelling Airbnb: Urban perspectives from Barcelona. In A. P. Russo & G. Richards (Eds.), *Reinventing the local in tourism: Travel communities and peer-produced place experiences* (pp. 209–228). Channel View Publications. <https://doi.org/10.21832/9781845415709-015>

- Arionesei, G., Ivan, P.-P., Zamcu, E., & Morosan, A. (2013). Importance of hostels in tourism industry and their perception among young people. *Management & Marketing*, 8(Special Issue), 17–26. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:eph:journl:v:8:y:2013:i:special-issue:p:17-26>
- Ashworth, G., & Page, S. J. (2011). Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, 32(1), 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.02.002>
- Barata-Salgueiro, T. (2016). Impacts of gentrification and urban tourism on retailing. In P. Oliveira & J. Gasca (Eds.), *Proceedings of the 5th International Seminar City, retail and consumption*, Mexico City.
- Barata-Salgueiro, T. (2017). Alojamentos turísticos em Lisboa. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 21, art. 578. <https://doi.org/10.1344/sn2017.21.18587>
- Barata-Salgueiro, T., Mendes, L., & Guimarães, P. (2017). Tourism and urban changes: Lessons from Lisbon. In M. Gravary-Barbas & S. Guinand (Eds.), *Tourism and gentrification in contemporary metropolises: International perspectives* (pp. 225–275). Routledge.
- Barros, V. G. (2016). *Turismo em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Becker, E. (2013). *Overbooked: The exploding business of travel and tourism*. Simon & Schuster.
- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of Business Research*, 67(8), 1595–1600. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.10.001>
- Bento, J. (2016). Tourism and economic growth in Portugal: An empirical investigation of causal links. *Tourism & Management Studies*, 12(1), 164–171. <https://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/792>
- Botsman, R., & Rogers, R. (2010). *What's mine is yours: The rise of collaborative consumption*. Harper Business.
- Brenner, N., Marcuse, P., & Mayer, M (Eds.) (2012). *Cities for people, not for profit: Critical urban theory and the right to the city*. Routledge.
- Cabral, J., (2019). Airbnb, reabilitação urbana e direito à cidade. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, A. Gago & T. Mendes (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (pp. 59–60). Book Cover Editora.
- Cachinho, H. (2019). A Airbnb, o comércio e a restauração. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, A. Gago & T. Mendes (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (pp. 61–63). Book Cover Editora.
- Carvalho, L., Chamusca, P., Fernandes, J., & Pinto, J. (2019). Gentrification in Porto: Floating city users and internationally-driven urban change. *Urban Geography*, 40(4), 565–572. <https://doi.org/10.1080/02723638.2019.1585139>
- Cocola-Gant, A. (2018). Tourism gentrification. In L. Lees & M. Phillips (Eds.), *Handbook of gentrification studies* (pp. 281–293). Edward Elgar Publishing.
- Cocola-Gant, A. (2019). Airbnb, profissionalização e investimento imobiliário. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, A. Gago & T. Mendes (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (p. 64). Book Cover Editora.

- Cocola-Gant, A., & Gago, A. (2019). Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: A case study in Lisbon. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 53(7), 1671–1688. <https://doi.org/10.1177/0308518X19869012>
- Colomb, C., & Novy, J. (Eds.). (2016). *Protest and resistance in the tourist city*. Routledge.
- Davidson, M., & Lees, L. (2010). New-build gentrification: Its histories, trajectories, and critical geographies. *Population, Space and Place*, 16, 395–411. <https://doi.org/10.1002/psp.584>
- Deloitte. (2019). *Estudo de impacte macroeconómico do turismo na cidade e na região de Lisboa*. Associação Turismo de Lisboa.
- Domaradzka, A. (2018). Urban social movements and the right to the city. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 29, 607–620. <https://doi.org/10.1007/s11266-018-0030-y>
- Fernandes, J. A. R., Carvalho, L., Chamusca, P., & Mendes, T. (2018). *O Porto e a Airbnb*. Book Cover Editora.
- Fernandes, J. A. R., Carvalho, L., Chamusca, P., & Mendes, T. (Eds.). (2019). *A Airbnb em Portugal*. Book Cover Editora.
- Fernandes, J. A. R., Carvalho, L., Chamusca, P., Mendes, T., & Gago, A. (Eds.). (2019). *Lisboa e a Airbnb*. Book Cover Editora.
- Franco, S. F., & Santos, C. D. (2021). The impact of Airbnb on residential property values and rents: Evidence from Portugal. *Regional Science and Urban Economics*, 88. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2021.103667>
- Fuller, G. W. (2019). *The political economy of housing financialization*. Agenda Publishing.
- Curran, N., & Phibbs, P. (2017). When tourists move in: How should urban planners respond to Airbnb?. *Journal of the American Planning Association*, 83(1), 80–92. <https://doi.org/10.1080/01944363.2016.1249011>
- Guttentag, D. (2013). Airbnb: Disruptive innovation and the rise of an informal tourism accommodation sector. *Current Issues in Tourism*, 18(12), 1192–1217. <https://doi.org/10.1080/13683500.2013.827159>
- Hamari, J., Sjöklint, M., & Ukkonen, A. (2015). The sharing economy: Why people participate in collaborative consumption. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 67(9), 2047–2059. <https://doi.org/10.1002/asi.23552>
- Hughes, N. (2018). Tourists go home: Anti-tourism industry protest in Barcelona. *Social Movement Studies*, 17(4), 471–477. <https://doi.org/10.1080/14742837.2018.1468244>
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2019). *Estatísticas do turismo 2018*. INE. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2
- Judd, D. R. (2003). Urban tourism and the geography of the city. *EURE: Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, 29(87), 51–62. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1285>

- Kavaratzis, M. (2007). City marketing: The past, the present and some unresolved issues. *Geography Compass*, 1(3), 695–712. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2007.00034.x>
- Lanza, A., & Pigliaru, F. (2000). Why are tourism countries small and fast-growing?. In A. Fossati & G. Panella G. (Eds.), *Tourism and sustainable economic development* (pp. 57–69). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-4321-3_3
- Lees, L., & Phillips, M. (Eds.) (2018). *Handbook of gentrification studies*. Edward Elgar.
- Lestegás, I. (2019). Lisbon after the crisis: From credit-fuelled suburbanisation to tourist-driven gentrification. *International Journal of Urban and Regional Research*, 43, 705–723. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12826>
- Lestegás, I., Seixas, J., & Lois-González, R. C. (2019). Commodifying Lisbon: A study on the spatial concentration of short-term rentals. *Social Sciences*, 8(2), 33. <https://doi.org/10.3390/socsci8020033>
- Mastercard. (2019). *Global destination cities index 2019*. Mastercard. <https://www.mastercard.com/news/media/wexffu4b/gdci-global-report-final-1.pdf>
- Mendes, L. (2016). What can be done to resist or mitigate tourism gentrification in Lisbon? Some policy findings & recommendations. In M. Glaudemans & I. Marko (Eds.), *Masterclass: City making & tourism gentrification Lisbon 2016* (pp. 35–42). Stadslab. <https://fontys.edu/Nieuws-tonen-op-3/Stadslab-Master-Class-Lisbon-2016-v20-10.htm>
- Mendes, L. (2017a). Gentrificação turística em Lisboa: Neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008–2009. *Cadernos Metrópole*, 19(39), 479–512. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>
- Mendes, L. (2017b). Gentrificação, financeirização e produção capitalista do espaço urbano. *Cadernos Poder Local*, (8), 56–86. <https://revistapoderlocal.pt/index.php/a-revista/edicoes/artigo?id=130&i=PT.PODERLOCAL.C.8.7&page=1>
- Mendes, L. (2018). Tourism gentrification in Lisbon: The panacea of touristification as a scenario of a post-capitalist crisis. In I. David (Ed.), *Crisis, austerity and transformation: How disciplinary neoliberalism is changing Portugal* (pp. 25–47). Lexington Books.
- Mendes, L. (2019). Airbnb, gentrificação turística e injustiça espacial. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, A. Gago & T. Mendes (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (pp. 65–66). Book Cover Editora.
- Mendes, L. (2020). Anti-displacement social movements in Lisbon: A perspective from the trenches in the fight against transnational gentrification. In J. Krase & J. N. DeSena (Eds.), *Gentrification around the world* (Vol. 2, pp. 107–129). Palgrave. <http://hdl.handle.net/10451/44120>
- Moreira, C. O. (2018). Portugal as a tourism destination: Paths and trends. *Méditerranée*, (130). <https://doi.org/10.4000/mediterranee.10402>
- Pereira, H., & Teixeira, N. (2017). *O impacto económico do alojamento local na Área Metropolitana de Lisboa*. Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.

- PWC & Urban Land Institute. (2019). *Emerging trends in real estate Europe® 2020*. pwc & ULI. <https://www.pwc.com/gx/en/industries/financial-services/asset-management/emerging-trends-real-estate/europe-2020.html>
- Santos, A. C. (2018). Financeirização do Estado, política de habitação e subsídios à especulação. *Le Monde Diplomatique*, (142), 4–5.
- Santos, A. C. (2019). *A nova questão da habitação em Portugal*. Actual Editora.
- Santos, P. (2019). Proteger os direitos dos moradores e a identidade da cidade. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, T. Mendes & A. Gago (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (pp. 70). Book Cover Editora.
- Seixas, J. (2019a). Habitação e alojamento local em Lisboa. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, A. Gago & T. Mendes (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (pp. 71–73). Book Cover Editora.
- Seixas, J. (2019b). Área Metropolitana de Lisboa. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca & T. Mendes (Eds.), *A Airbnb em Portugal* (pp. 54–56). Book Cover Editora.
- Seixas, J., & Antunes, G. (2019). Tendências recentes de segregação habitacional na Área Metropolitana de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, (39), 55–82. <https://journals.openedition.org/cidades/1555>
- Seixas, J., & Guterres, A. B. (2021). The reconfiguration of urban movements and politics in Lisbon. In L. Fregolent & O. Nel-lo (Eds.), *Social movements and public policies in Southern European cities* (pp. 167–179). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-52754-9_10
- Seixas, J., Tulumello, S., & Alegretti, G. (2019). Lisboa em transição profunda e desequilibrada: Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital. *Cadernos Metrópole*, 21(43), 221–251. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4410>
- Seixas, J., Tulumello, S., Corvelo, S., & Drago, A. (2015). Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade. *Cadernos Metrópole*, 17(34), 371–399. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3404>
- Silva, A. C. (2019). O alojamento local tem dado um contributo muito positivo à economia nacional. In J. A. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, A. Gago & T. Mendes (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (pp. 74). Book Cover Editora.
- Soares, P. (2019). Em primeiro lugar o direito à habitação. In J. R. Fernandes, L. Carvalho, P. Chamusca, A. Gago & T. Mendes (Eds.), *Lisboa e a Airbnb* (pp. 75). Book Cover Editora.
- Sofronov, B. (2018). Millennials: A new trend for the tourism industry. *Annals of Spiru Haret University: Economic Series*, 18(3), 109–122. <https://doi.org/10.26458/1838>
- Tulumello, S. (2015). Reconsidering neoliberal urban planning in times of crisis: Urban regeneration policy in a “dense” space in Lisbon. *Urban Geography*, 37(1), 117–140. <https://doi.org/10.1080/02723638.2015.1056605>
- Veríssimo, M., & Costa, C. (2018). Do hostels play a role in pleasing millennial travellers? The Portuguese case. *Journal of Tourism Futures*, 4(1), 57–68. <https://doi.org/10.1108/JTF-12-2017-0054>

- Yrigoy, I. (2018). Rent gap reloaded: Airbnb and the shift from residential to touristic rental housing in the Palma Old Quarter in Mallorca, Spain. *Urban Studies*, 56(13), 2709–2726. <https://doi.org/10.1177/0042098018803261>
- Zervas, G., Proserpio, D., & Byers, J. (2014). The rise of the sharing economy: Estimating the impact of Airbnb on the hotel industry. *Journal of Marketing Research*, 54(5), 687–705. <https://doi.org/10.1509/jmr.15.0204>

COLEÇÃO DIAGNÓSTICOS & PERSPETIVAS
OUTROS TÍTULOS PUBLICADOS

A universidade e modos de produção do conhecimento
Casimiro Balsa, A. Dimas Cardoso, Luciene
Rodrigues e Marc-Henry Soulet (Coordenadores)

Arte(s) urbana(s)
Ricardo Campos e Sílvia Câmara

A política social nos fascismos
Jordi Estivill

Pensar o território
Jean-Claude Chamboredon

Luís Baptista, Sylvie Mazzella, Patrícia Pereira e
João Pedro Silva Nunes (Editores)

*Digital labour platforms: Representing workers
in Europe*
António B. Moniz, Nuno Boavida, Csaba Makó,
Bettina-Johanna Krings e Pablo Sanz de Miguel
(Editors)

Atores da educação musical
Alix Didier Sarrouy

[https://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/cics-nova-editions/
diagnosticos-perspetivas-collection](https://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/cics-nova-editions/diagnosticos-perspetivas-collection)

Este livro é o resultado de uma preocupação temática transversal ao CICS.NOVA, condensada na confluência das três palavras que compõem o título: *populações*, no sentido em que uma parte importante do trabalho desta unidade de investigação procura identificar e compreender populações específicas, as suas características, os seus problemas, a sua agência, as suas representações sociais sobre as mais variadas temáticas, as suas respostas às políticas públicas, entre outras questões. *Desigualdades*, tendo em atenção que estas são um dos motores da sociedade, um dos grandes objetos da investigação em ciências sociais e, como tal, assumem natural relevo num centro como o CICS.NOVA. Finalmente, *ação pública*, na perspetiva em que se desafia, inova e se procura melhorar a ideia de análise das políticas públicas, indo mais longe nesta análise, reconhecendo que a ação pública não se reduz ao rótulo de política pública.